



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E CULTURA
Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br

Rita Lírio de Oliveira

RASURAS GRAPIÚNAS:
linguagem, memória, história e gênero na obra de Euclides Neto

Salvador

2018

Rita Lírio de Oliveira

RASURAS GRAPIÚNAS:

linguagem, memória, história e gênero na obra de Euclides Neto

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura – PPGLitCult – do Instituto de Letras Universidade Federal da Bahia – UFBA, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Literatura e Cultura.

Orientadora: Prof. Dra. Alvanita Almeida Santos

Salvador

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E CULTURA**

Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br

Rita Lírio de Oliveira

**RASURAS GRAPIÚNAS:
linguagem, memória, história e gênero na obra de Euclides Neto**

Cacau. Cândido Portinari, 1928.

Salvador

2018

*Ao meu Deus: Abrigo-Amigo, Torre Forte, Minha Proteção e Inspiração
Carlos Meira Júnior: esposo companheiro de muitas jornadas
Saulo Lyrio: presente divino
À minha mãe Maria Lyrio e a meu pai Waldemar Cardoso de Oliveira: meus amados e
sustentáculos do meu ser
André Luiz Santos Araújo: Amigo-conselheiro, revisor do texto da tese, a quem agradeço
todas as sugestões e críticas
A Miriam Araújo, grande incentivadora e amiga
A Marcos Antônio dos Santos Costa, Maria Luíza Santos Araújo, Edson Alves, amigos-
queridos incentivadores e apoio constante durante a minha estada em Salvador
Às minhas irmãs Sônia Lyrio e Sirlândia Lyrio e à minha sobrinha Júlia Lyrio: grandes
incentivadoras e apoiadoras
Ao meu amigo Romilton Oliveira: amigo-parceiro nas dúvidas e inquietações, agradeço pelas
leituras sugeridas e irmandade nas vivências e moradia compartilhadas em Salvador-BA
Às amigas Clarissa Macedo, Dinameire Oliveira, Francielle Santos, Naiana Freitas, Rosana
Amorim, pela amizade construída ao longo do Doutorado,
Aos amigos Glasielle Souza, João Martins, Maria José Pereira dos Santos, Valdirene Lemes
Souza, Rafaela Monteiro, Maria da Conceição, Edjane Neves e família, Jaciara Kind, pelo
apoio durante a estada em Porto-Portugal, pelas amizades tão sinceras construídas no
processo de Doutorado Sanduíche,
À minha Diretora e amiga Rose Guerra: parceira de caminhada e grande incentivadora
À família do escritor Euclides Neto, pela contribuição e apoio à pesquisa
Às trabalhadoras e trabalhadores rurais que lutaram por melhores condições de vida e
trabalho na região cacauceira sul-baiana,
A todos os anjos-amigos, inspiradores e companheiros na caminhada, fonte de proteção e de
amor.*

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal da Bahia – UFBA e ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura– PPGLitCult, casa-mãe onde cresci ao longo desses quatro últimos anos.

À Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação – FPCEUP – por ter oportunizado instrumentos e espaço necessários à pesquisa durante o Doutorado Sanduíche.

A André Luiz Santos Araújo, pela disponibilidade e amizade, correção atenciosa do texto e contribuições ricas em todos os momentos.

À Prof^a Dra. Alvanita Almeida Santos, minha Orientadora e mentora do Doutorado na UFBA, a quem agradeço pelo incentivo e pela valiosa orientação.

À Prof^a Sofia Marques da Silva, Orientadora do Doutorado Sanduíche em Porto-Portugal, pelas leituras sugeridas e apoio relevante no Doutorado Sanduíche.

À Prof^a Dra. Maria de Lourdes Netto Simões, conselheira-amiga, incentivadora e apoiadora dos Projetos de Pesquisa, pelas valiosas sugestões e orientações extra-acadêmicas.

Ao Grupo de Pesquisa ICER – UESC e JEDi – FPCEUP, pelo apoio e incentivo (pesquisadores-amigos), “juntos somos fortes!”

Aos professores membros da banca de qualificação, Dra. Nancy Rita Vieira, Dra. Carla Patrícia Santana, pelas valiosas contribuições ao texto.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura – UFBA, em especial, Prof^a Dra. Evelina Hoisel, Prof^a Dra. Suzane Costa, Prof^a Dra. Florentina Souza e Prof^a Dra. Denise Carrascosa, mestras que marcaram minha vida acadêmica na UFBA.

Ao NEIM, pelas contribuições da Prof^a Rosângela Araújo (Janja) e Cristiano Rodrigues, pelo apoio na busca de um professor Orientador para o Doutorado Sanduíche e ensinamentos.

À professora e amiga Lucicleia Sousa Silva Passos, pelas correções e leitura atenta do texto.

Aos professores-amigos do Colégio Félix Mendonça, em especial, à Rose Guerra, pelo apoio incondicional em todos os estágios do Doutorado,

À Rosângela Cidreira, Vitor Hugo Martins, Jorge Camafeu, Lílian Souza, Eliezer César, Jorge de Souza Araújo, Edson Bastos, Albione Souza, Elieser César, amigos e estudiosos da vida e obra de Euclides Neto.

POEMA AGRÁRIO

FAZENDEIRO: mel céu
chão passo
melaço

ROCEIRO: fel chapéu
Baga aço
bagaço

OURO: na terra
o cacauero

JUGO: sobre a terra
o baronato

LUCRO: Ladainha
agonia
companhia

EPITÁFIO: sob a terra
o roceiro:
cacau/cal
caligrafia,
raiz/vinho
biografia

Cyro de Mattos, 1979, p. 57

RESUMO

As discussões propostas nesta tese investigam os elementos de linguagem, memória, história, gênero, classe, ruralidade e poder presentes nas obras ficcionais *O Patrão* (1978 [2013b]), *Os Magros* (1992 [2014a]), *Machombongo* (1986 [2014b]), *A enxada e a mulher que venceu o próprio destino* (1996 [2014c]), do autor sul-baiano Euclides Neto, em diálogo com as referências contidas no texto cultural *Dicionareco das roças de cacau e arredores* (2002 [2013a]), a fim de compreender as diversas representações dos (as) trabalhadores (as) rurais no espaço geossociocultural grapiúna. Assim, analisam-se comparativamente esses textos, quanto às representações dos trabalhadores rurais; investigar a linguagem e a memória grapiúnas, utilizadas pelo referido autor, como elementos que contribuem para a construção dessas representações num contexto histórico específico; utilizar o *Dicionareco das roças de cacau e arredores* (2002), enquanto produção cultural e referencial de sentido, para análise das narrativas supracitadas; identificar nos textos ficcionais o jogo de representações que relevam traços significativos da mulher grapiúna, nas vivências da trabalhadora rural em relações assimétricas de poder. Utilizando-se da metodologia de análise teórico-crítico-literária dos compósitos narrativos e pautada metodologicamente nos Estudos Culturais (Hall, 1997), (Said, 2011) por meio de seu caráter interdisciplinar e transversal na abordagem comparativista da Literatura e fundamentando-se teoricamente nas acepções sobre representação (Moscovici, 2003), linguagem (Bagno, 2007), cultura (Said, 2011), memória (Halbwachs, 2006), história (Ricoeur, 2007), gênero, classe, ruralidade e poder numa perspectiva interseccional (Bryant; Pini, 2010; Collins, 2000; Kerner, 2012; Foucault, 2009, 2014), a pesquisa chegou às seguintes ponderações: a) Euclides Neto rasura e desconstrói certas práticas discursivas hegemônicas e preconceituosas na concepção representativa do sujeito trabalhador/a rural e do espaço em que vive b) faz de sua literatura expressão de denúncia social das lutas de classe nas zonas rurais, valorizando o linguajar do nordestino trabalhador rural, elemento de representação; c) por meio das narrativas supracitadas, imprime a marca de sua subjetividade ao representar a saga da gente que povoou e povoa a região cacauzeira do sul da Bahia, partindo de elementos mnemônicos e históricos, evidenciando os jogos do poder, as tensões pela terra; d) o escritor representa diferentes mulheres concebidas ora como sujeitos inferiores na sociedade cacauzeira, ora como mulheres empoderadas, resistentes à opressão e dominação masculina. Desse modo, propõe repensar o papel da mulher trabalhadora rural, cujo corpo foi duramente violado e objetificado pela classe abastada da região. Espera-se contribuir para a construção da fortuna crítica de Euclides Neto que, com sua escrita engajada, desconstrói certas representações estereotipadas, desvelando mulheres/homens, trabalhadoras/es rurais, em suas várias identidades, atuantes num contexto de lutas sociais, das quais foram invisibilizados, sobretudo, pela história oficial da região cacauzeira.

Palavras-chave: Representações. Memória. História. Gênero. Euclides Neto.

ABSTRACT

The discussions proposed in this thesis seek to investigate the elements of language, memory, history, gender, class, rurality, and power present in the fictional works *O Patrão* (1978 [2013b]), *Os Magros* (1992 [2014a]), *Machombongo* (1986 [2014b]), *A enxada e a mulher que venceu o próprio destino* (1996 [2014c]), by the author Euclides Neto from the south of Bahia, in a dialogue with the references contained in the cultural text *Dicionareco das roças de cacau e arredores* (2002 [2013a]) , in order to understand the diverse representations of the rural workers in the grapiúna geossociocultural space. Thus, we aimed to comparatively analyze these texts, as far as the representations of rural workers; to investigate the language and memory used by the author, as elements that contribute to the construction of these representations in a specific historical context; to use *Dicionareco das roças de cacau e arredores* (2002), as a cultural production and referential of meaning, for analysis of the narratives mentioned above; identify in the fictional texts the game of representations that reveal significant traits of the grapiúna woman, in the experiences of the rural worker in asymmetric relations of power. Using the methodology of theoretical-critical-literary analysis of narrative composites and methodologically based in Cultural Studies (Hall, 1997), (Said, 2011), through its interdisciplinary and transversal character in the comparative approach to Literature and based theoretically on the meanings of representation (Moscovici, 2003), language (Bagno, 2007), culture (Said, 2011), memory (Halbwachs, 2006), history (Ricoeur, 2007), gender, class, rurality and power in an intersectional perspective (Bryant; Pini, 2010; Collins, 2000; Kerner, 2012; Foucault, 2009, 2014), the research arrived to the following considerations a) Euclides Neto erasures and deconstructs certain hegemonic and prejudiced discursive practices in the representative conception of the rural working subject and of the space in which she/he lives b) he makes of his literature an expression of social denunciation of the class struggles in the rural areas, valuing the language of the rural worker from northeast of Brazil, an element of representation; c) through the above-mentioned narratives, he imprints the mark of his subjectivity by representing the saga of the people who populated and still populates the cacao region of southern Bahia, starting with mnemonic and historical elements, showing the games of power and tensions for land; d) the writer represents different women conceived sometimes as inferior subjects in cocoa society, sometimes as empowered women, resistant to oppression and male domination. In this way, he proposes to rethink the role of the rural working woman, whose body has been violated and objectified by the wealthy class of the region. One hoped to contribute to the construction of the critical fortune of Euclides Neto, who, with his engaging writing, deconstructs certain stereotyped representations, revealing women/men, rural workers, in their various identities, acting in a context of social struggles, which they were invisibilized, specially by the official history of the cacao region.

Keywords: Representations. Memory. History. Gender. Euclides Neto.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
I - Um olhar sobre a tetralogia dos excluídos: o autor e sua literatura de denúncia	21
I.1 - Diálogos entre <i>Os Magros</i> , <i>O Patrão</i> e <i>Machombongo</i> : representações dos trabalhadores rurais grapiúnas.....	44
I.2 - A linguagem popular do trabalhador rural: oralidade, discurso e poder	76
I.2.1 Gênero da Literatura Oral “Provérbios” na narrativa <i>Os Magros</i> : discurso e ideologia	90
II - Euclides Neto: representação, memórias e histórias	100
II.1 Memórias e histórias representadas em <i>Os Magros</i> e <i>o Patrão</i>	103
II.2 O contexto histórico sul-baiano representado nas narrativas <i>Machombongo</i> e <i>A enxada e a mulher que venceu seu próprio destino</i>	131
III - Relações de gênero, classe, ruralidade e poder representadas em obras euclidianas	168
III.1 Representações das mulheres trabalhadoras rurais em <i>Machombongo</i> e <i>A enxada e a mulher que venceu o seu próprio destino</i> : rasuras da subalternidade.....	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS	239
REFERÊNCIAS	247

INTRODUÇÃO

A obra do escritor sul-baiano Euclides José Teixeira Neto (1925-2000) tem sido relevantemente contemplada nos estudos críticos literários da região sul-baiana, fazendo-o despontar de sua invisibilidade, o que lhe garante lugar de destaque ao lado de autores canônicos como Jorge Amado e Adonias Filho. Com uma literatura de forte denúncia social, cujo protagonismo se reserva ao sujeito subalterno — o trabalhador e a trabalhadora rural —, tem despertado o gosto apurado de alguns estudiosos da Literatura do Cacau, a qual se refere a toda produção literária cuja temática girava em torno do cacau, destacando-se autores como Jorge Amado, Jorge Medauar, Clodomir Xavier, Hélio Pólvora, Cyro de Mattos, o próprio Euclides Neto, dentre vários outros.

Todavia, uma vez que a civilização cacaueira, outrora monocultora, muito tem se diversificado na busca de novas alternativas econômicas, o perfil temático da sua literatura passou a se ocupar também de outros temas, além do cacau. Desse modo, o uso das expressões *Literatura da Região do Cacau* (SIMÕES, 1998) e/ou *Literatura Grapiúna*¹ se tornam mais adequados neste debate, levando em consideração a ampliação temática inter-relacionada aos contextos histórico, sociocultural e econômico em que foram publicadas as obras que compõem o *corpus* deste estudo, ambas em décadas diferentes do século XX.

Importa salientar que essa literatura ocupa um lugar de singularidade no cenário nacional brasileiro, assumida por diversos escritores como a literatura regional sul-baiana, contribuindo para a formação do perfil identitário regional, principalmente, por meio das narrativas que representam a sua problemática social, traçando os perfis humanos e a ambiência.

Herdeiras do romance social de 1930, as narrativas de ficção em estudo denunciam as mazelas sociais vivenciadas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais, explorados e oprimidos pelo mandonismo e opressão da elite na região cacaueira sul-baiana. Nesse sentido, pode-se afirmar que a narrativa euclidiana, em sua materialidade, é um instrumento de resistência, de luta contra o esquecimento do “outro” subalternizado. A tese levantada busca pensar o “trabalho das representações” desses sujeitos subalternizados, ou seja, de modo mais claro, busca-se estudar a obra de Euclides Neto com o propósito de compreender a forma como ele representa esses sujeitos sociais, considerando as categorias sociais (representação, linguagem, memória, história, gênero, classe, raça, poder e ruralidade) numa perspectiva interseccional.

¹ Conforme Cidreira (2013), o termo se aproxima do ponto de vista semântico da expressão *Literatura da Região do Cacau*, já que o termo *grapiúna* identifica todo habitante da Região do Cacau, localizada no Sul da Bahia.

Nesse sentido, faz-se necessário explicar o que se entende nessa discussão acerca do termo “rasuras” que constitui o título da tese. Embora seja um conceito derridiano, nesta discussão, é entendido como uma forma de “contestação do regime racializado das representações”, levando em consideração as discussões teóricas apontadas por Hall (1997). O crítico discute o fato de que, embora não se possa romper definitivamente com as representações estereotipadas, tampouco com os sentidos negativos impingidos a certos grupos sociais e culturais, há contraestratégias que podem ser usadas para contestá-las, ao se reverter, por exemplo, as imagens negativas referentes a esses grupos, reforçando imagens positivas.

Sendo assim, “rasuras grapiúnas” é uma expressão utilizada para se referir ao fato de Euclides Neto, contestar, problematizar e, de certo modo, contrapor certas representações sociais em que o trabalhador e a trabalhadora rural eram desenhados no imaginário e na literatura regional como sujeitos destituídos da consciência de classe, considerados submissos, preguiçosos e apáticos diante da sua condição de subalternidade. Desse modo, pode-se afirmar que “rasuras grapiúnas” referem-se a rasuras dessas representações no contexto rural grapiúna, uma vez que o autor ficcionaliza sujeitos possuidores de uma reflexão crítica sobre o seu papel social, apontando imagens positivas acerca desse sujeito, de sua linguagem, de sua memória e de sua história no contexto da região cacauera sul-baiana.

Vale ressaltar alguns estudos relevantes sobre a obra desse escritor, importantes contribuições para a construção de sua fortuna crítica, que serviram de sustentação teórico-crítica para este estudo. Dessas análises, destaca-se o livro pioneiro, produzido por Elieser César, intitulado *O Romance dos Excluídos: Terra e Política em Euclides Neto*, em que discute parte da obra de Euclides, revelando o viés político e ideológico do autor voltado a denunciar os males e as injustiças do latifúndio. Em 2006, tem-se a publicação do livro *Literatura do cacau: ficção, ideologia e realidade em Adonias Filho, Euclides Neto, James Amado e Jorge Amado*, de João Batista Cardoso.

Ademais, nos últimos cinco anos, pode-se contar com o estudo intitulado “Dos cacauzeiros aos umbuzeiros: percurso de recepção da narrativa *Os magros e A enxada e a mulher que venceu seu próprio destino*, de Euclides Neto”, dissertação de Mestrado escrita por Ana Sayonara Fagundes Britto Marcelo, em 2010. Em 2011, Rosângela Cidreira de Jesus escreve a dissertação intitulada “O coronel e o trabalhador: a identidade cultural cacauera nos romances *Terras do sem fim*, de Jorge Amado e *Os magros*, de Euclides Neto”, em que busca analisar as relações sociais e de poder existentes entre o coronel e o trabalhador, no intuito de contextualizar a Literatura da Região do Cacau e apresentar alguns aspectos da identidade cultural grapiúna presentes na representação ficcional dos dois autores.

Ainda com a temática voltada para a análise da identidade cultural grapiúna, com o estudo dos processos de hibridação cultural e aspectos da memória e imaginário social na obra euclidiana, tem-se a publicação do livro “A palavra e o tempo, de Euclides Neto: um garimpeiro da identidade cultural grapiúna”, publicado em 2013, pela Editus, produzido por esta pesquisadora. Nesse estudo, tomou-se como objeto de análise as obras *O Tempo é Chegado* (2001), um livro de contos, em constante diálogo com o *Dicionareco das roças de cacau e arredores* (2002). Este foi utilizado como referente cultural de sentido para compreensão dos processos de hibridação cultural e linguística, investigados nas narrativas ficcionais.

Importa ressaltar que a linguagem popular do trabalhador rural foi um dos elementos considerados como construtores da identidade cultural grapiúna, portanto, bastante aprofundado nessa pesquisa, tendo em vista que evidenciou as mesclas linguísticas e culturais entre a linguagem indígena, a africana e a portuguesa. A pesquisa mostrou que *O Dicionareco das roças de cacau e arredores* (2002), bem como o livro de contos são constituídos por arcaísmos, neologismos e expressões várias, metafóricas, que surgiram da capacidade criativa do povo grapiúna, registrados pelo autor em suas obras, com o intuito de revigorar, pela língua, a própria identidade cultural da civilização cacaueira.

No mesmo ano de 2013, tem-se a publicação da dissertação “Identidades e interstícios: *Vidas secas*, de Graciliano Ramos e *Os Magros*, de Euclides Neto”, da autora Débora Gouveia de Melo Mateus, em que apresenta, basicamente, elementos que constroem aproximações estéticas e ideológicas entre Graciliano Ramos e Euclides Neto. Ainda se pode contar também com pequenas análises, porém de grande relevância para a comunidade acadêmica, realizadas por grandes estudiosos da área (Jorge de Souza Araújo, Antônia Torreão Herrera, Maria de Lourdes Netto Simões, Hélio Pólvora, Jorge Medauar) nas apresentações das obras de Euclides Neto reeditadas em 2013 e 2014.

Além disso, entende-se que a reedição da obra completa do escritor, político e advogado, num conjunto de 13 volumes, dentre romances, contos, relatos, novela, crônicas e dicionário, pelas Editoras EDUFBA e Littera Criações Ltda., marca, significativamente, o contexto da Literatura da Região do Cacau, ao possibilitar que leitores diversos e contemporâneos conheçam a sociologia dessa região, os conflitos do seu tempo, a memória, a história, a identidade cultural sul-baiana, as representações dos sujeitos sociais, na voz de um grande intérprete.

Considerando a riqueza e a relevância da produção literária desse singular escritor e com o intuito de continuar contribuindo com os estudos acadêmicos que a contemplam, esta tese de doutoramento tem como foco principal investigar elementos produtores de sentido na cultura

grapiúna (Representação, Linguagem, Memória, História, Gênero, Classe, Ruralidade e Poder), presentes nas obras ficcionais, integrantes do painel que Elieser César denomina como a “Tetralogia dos Excluídos”² (2003): *Os Magros* (1961), *O Patrão* (1978), *Machombongo* (1986) e *A Enxada e a mulher que venceu o próprio destino* (1996), utilizando-se também da obra *O Dicionareco das roças de cacau e arredores* (1997), a fim de compreender a permanência e/ou ruptura das diversas representações dos (as) trabalhadores (as) rurais no espaço geossociocultural grapiúna.

A tese aqui levantada busca, então, pensar o “trabalho das representações” desses sujeitos subalternizados, ou seja, busca-se estudar a obra de Euclides Neto com o propósito de compreender a forma como ele representa esses sujeitos sociais, considerando as categorias sociais citadas a partir de uma perspectiva interseccional.

Salienta-se que são utilizadas as edições atuais (2013 e 2014) das obras supracitadas, tendo em vista que não houve mudanças significativas quanto ao conteúdo das obras reeditadas, apenas algumas revisões ortográficas no texto para atender às mudanças do novo acordo ortográfico e eventuais correções de erros gráficos, acréscimos de textos de abertura (apresentação), glossário, alterações nas ilustrações da capa, da orelha (novos textos) e contracapa acrescida de manuscritos do autor, assim, não comprometendo a análise a que se propõe o presente estudo.

A partir de uma perspectiva comparativista, esta pesquisa de cunho teórico-crítico-analítico parte da leitura, interpretação e da análise das narrativas, em diálogo com as referências de significados contidas no texto cultural *Dicionareco das roças de cacau e arredores* (2013a). Esse, enquanto referente cultural, é tomado como apoio para a análise das maneiras em que as representações dos (as) trabalhadores (as) rurais grapiúnas são construídas nas referidas obras. Assim, a leitura dos textos ficcionais está estritamente associada à do texto cultural, haja vista que as obras estão impregnadas dos termos da cultura popular da região cacauera, o que justifica o diálogo entre ambas. Considerado um dicionário de uso, carregado de ideologia e de informações culturais, o *Dicionareco* é indispensável ao entendimento dessas narrativas que ficcionalizam o modo de ser e de viver do trabalhador da região cacauera.

Assim, esta pesquisa busca responder ao seguinte problema de pesquisa: de que modo a linguagem, a memória, a história, as relações de gênero, ruralidade e poder contribuem para

² O autor considera que as quatro obras aqui analisadas, compõem a “Tetralogia dos Excluídos” – das roças de cacau, em Euclides Neto – considerando que as mesmas dialogam entre si, apesar do enorme espaço de tempo que as separam, isto é, trinta e cinco anos entre a produção do primeiro texto *Os Magros* e da última obra *A enxada e a mulher que venceu seu próprio destino*. Ambas se entrelaçam na busca permanente da justiça social nos campos conflagrados do Brasil.

a construção das diversas representações dos (as) trabalhadores (as) rurais grapiúnas, nas narrativas de Euclides Neto?

Com o objetivo de responder ao problema proposto, pauta-se a fundamentação teórica, entre outros subsídios teóricos, nos Estudos Culturais, entendendo ainda que seu caráter interdisciplinar e transversal na abordagem comparativista da Literatura, enriquece e contribui para a construção de um lastro de sustentação teórica e crítica deste tema que se amplia com a contribuição de outras esferas culturais do saber como a Filosofia, a Sociologia, a Psicologia Social, a História. Potencializando o foco cultural da pesquisa, buscou-se suporte para problematizações e reflexões relativas à produção cultural de uma sociedade, com o intuito de entender o comportamento e as ideias compartilhadas pelas pessoas que nela vivem.

Diante do exposto, foram levantadas as seguintes hipóteses: a) Encontram-se nas obras literárias *Os Magros* (2014a), *O patrão* (2013b), *Machombongo* (2014b), *A enxada e a mulher que venceu o próprio destino* (2014c) e o texto cultural *Dicionareco das roças de cacau e arredores* (2013a), elementos que representam e caracterizam os (as) trabalhadores (as) rurais grapiúnas; b) O caráter regionalista das referidas obras explora a retomada do passado, com base na memória, partindo do presente crítico do autor, para representar os (as) trabalhadores (as) rurais grapiúnas, preservando a sua identidade cultural; c) Euclides Neto, por meio da obra *A enxada e a mulher que venceu o próprio destino* (2014c), promove uma literatura que rasura com os estereótipos sociais impingidos às mulheres, sobretudo, à mulher trabalhadora rural.

O estudo aqui desenvolvido está dividido em três seções distintas e inter-relacionadas entre si. A primeira seção apresenta um amplo introito intitulado “Um olhar sobre a tetralogia dos excluídos: o autor e sua obra”, cujo objetivo é apresentar um breve resumo crítico cronológico da vida do autor e das quatro obras analisadas que compunham a “Tetralogia dos Excluídos”, no sentido de apresentar ao leitor os respectivos enredos, considerando o contexto histórico e social em que estão inseridos, tendo em vista que as representações sociais e culturais dos trabalhadores se constituem em momentos históricos distintos, podendo permanecer ou se modificar no decurso do tempo.

Enfatiza-se que as narrativas ficcionais de Euclides Neto dialogam com o projeto literário do romance regional de 1930, também denominado *romance da terra, social ou do proletário*, haja vista que o escritor denuncia as mazelas sociais do povo oprimido, sobretudo o nordestino, trabalhador (a) rural, ante o poderio econômico das elites dominantes, apresentando as vicissitudes que sofrem as personagens, na medida em que o processo socioeconômico influencia diretamente a vida grapiúna, individual e coletiva, bem como desencadeia a penúria social em que os miseráveis lutam pela sobrevivência.

Na subseção denominada “Diálogos entre *Os magros, O patrão e Machombongo: representações dos trabalhadores rurais grapiúnas*”, realiza-se um estudo comparativo entre as obras mencionadas, no tocante à análise das representações sociais dos trabalhadores rurais grapiúnas, a partir da retomada do conceito de “cultura” nas discussões atuais, tendo em vista que as representações estão nela inseridas. Desse modo, concebe-se o termo como uma percepção de mundo e conjunto de práticas sociais, representações e experiências que compõem a realidade no cotidiano, entendendo que não há uma conceituação única e clara do conceito.

Após breve revisitação teórica do termo “cultura”, de modo especial, ele é tomado como o exercício de olhar o outro, de leitura do outro em suas relações sociais vinculadas às relações de poder. Essa discussão teórica se entrelaça ao conceito de “representação”, entendido como sistema de significação que possibilita a construção de múltiplos sentidos e interpretações.

Outrossim, enfatiza-se que os Estudos Culturais desenvolvem reflexões sobre representação, entendida como um sistema de significação que os diferentes grupos sociais utilizam para forjar a sua identidade e as identidades dos outros grupos. Desse modo, a identidade é ativamente produzida na e por meio da representação. Ressalta-se que a representação é uma construção ideológica e mental que se compartilha socialmente. Isso denota a própria interação que os indivíduos mantêm com a representação, tomada por meio da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais dos indivíduos.

Realiza-se ainda nesse tópico, breve análise teórica do conceito de hegemonia, proposto pelo filósofo e crítico literário italiano Antonio Gramsci e retomado por Luciano Gruppi (2000), tendo em vista que Euclides Neto, ao representar a classe trabalhadora, discute e denuncia as relações de classe pautadas no exercício violento do poder da classe abastada sobre a classe subalterna no cenário das roças de cacau da região Sul da Bahia, mostrando ainda tentativas isoladas de contra-hegemonia em relação ao poder instituído pelos coronéis do cacau.

Para se analisar comparativamente as inúmeras representações sociais dos trabalhadores/as rurais nas narrativas ficcionais ainda nesta primeira seção, busca-se na Psicologia Social, especificamente, nos estudos de Serge Moscovici (2003) e Denise Jodelet (2002) sobre a temática, aporte teórico que fundamente tal discussão. Moscovici afirma que as representações, que são partilhadas por tantos, penetram e influenciam a mente de cada um, sendo re-pensadas, re-citadas e re-presentadas pelos sujeitos, enquanto Jodelet preceitua que as representações sociais são como uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, objetivamente prático, contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Nessa esteira, o crítico cultural Stuart Hall (1997) afirma que as mesmas

se referem a um processo de construção simbólica, ideológica e mental também compartilhada na realidade social.

Entendendo a sua natureza semiótica, a pesquisa não pretende esgotar a temática das representações sociais no estudo de aspectos culturais da região cacaueira sul-baiana, contudo, apresenta alguns posicionamentos acerca das representações dos sujeitos sociais nela inseridos, a partir do olhar de um dos possíveis intérpretes dessa nação, considerando as relações de trabalho, a linguagem peculiar, comportamentos sociais, conflitos, medos, perspectivas de vida, o seu lugar numa sociedade dividida em classes, em que a disputa pelo poder é bastante acirrada.

A representação do “outro”, subalterno, por muito tempo excluído das temáticas literárias, ganha espaço nos estudos do romance de 1930 e a problemática de representá-lo permanece na contemporaneidade. Sabe-se que as coisas, pessoas, fenômenos e objetos já não podem ser representados consoante formas fixas que mostram um ideário de permanência, unidade e imutabilidade. Entende-se que as concepções identitárias centradas e únicas, cedem lugar às identidades híbridas que se formam a partir das diferenças e multiplicidade cultural. Nessa mudança de paradigma, pode-se olhar esse “outro”, desvinculando-se e rompendo, de certo modo, com as imagens estereotipadas e convencionalizadas na história da literatura regionalista, também presente no imaginário individual e coletivo do povo brasileiro.

O diálogo intertextual estabelecido entre essas obras, quanto à temática das representações, mostra, entre diversos aspectos, que, embora não seja possível eliminar de vez o seu caráter convencional, os regimes dominantes de representação podem ser contestados, o que contribui para subverter o processo de representação. Tal aspecto se comprova de forma pertinaz com a análise teórico-crítico-analítica dos trechos narrativos de Euclides Neto.

De forma continuativa, a segunda subseção intitulada “A linguagem popular do trabalhador rural: oralidade, discurso e poder”, reflete, de modo mais aprofundado, sobre a mediação privilegiada das Representações Sociais: a linguagem, de acordo com Maria Cecília de Souza Minayo (2000). Embora a autora desta tese já tenha analisado esse aspecto, tomado como construto de identidade cultural grapiúna, a fim de evidenciar as mesclas linguísticas híbridas presentes no falar baiano em sua pesquisa de mestrado, como já explicitado aqui, essa seção amplia essas discussões, partindo da análise não mais de contos, mas, sobretudo, de romances, buscando apresentar o modo como Euclides Neto põe em evidência em suas narrativas a linguagem peculiar e espontânea dos (as) trabalhadores (as) rurais sul-baianos, utilizada como ferramenta de comunicação cotidiana, agora vista também como elemento que constrói a própria representação desse grupo social.

Ademais, mostra também como a linguagem oral grapiúna é permeada por expressões consideradas como inadequadas em diversos contextos, por não estarem de acordo com a norma culta, no entanto, é usada pelo autor na construção dessas representações, com o intuito de revelar sua riqueza e diversidade no universo linguístico regional, opondo-se ao preconceito linguístico que rechaça também o seu falante, conforme Bagno (2009).

Essa seção apresenta um sucinto estudo acerca de formas linguísticas usadas pelo povo grapiúna, presentes nas narrativas ficcionais, essencialmente nas falas das personagens, cuja produção de sentido (obviamente atrelado às questões ideológicas e relações de poder) se fez mediante consulta ao texto cultural *O Dicionareco das Roças de Cacau e Arredores* (2013a). Tendo em vista que *O Dicionareco* não contém todos os termos populares aqui estudados, com o objetivo de ampliar a pesquisa, foram consultados ainda o Dicionário Houaiss (2001) e o Dicionário Informal (eletrônico). Apresenta-se, ainda, o estudo de algumas metáforas e neologismos que compõem a riqueza estética da escrita literária euclidiana e revelam a maneira de pensar e agir do/a trabalhador/a rural grapiúna, sob a sustentação teórica de Lakoff e Johnson (2002), Fairclough (2001) e Bakhtin (2014).

Já no tópico “Gênero da Literatura Oral ‘Provérbios’ na narrativa *Os Magros*: discurso e ideologia”, analisam-se alguns provérbios, considerando-os como prática linguístico-discursiva inseridos no contexto histórico, políticos e social da região cacaueira, relacionados às formações ideológicas e identitárias dos sujeitos que os utilizam. Destaca e valoriza a clara intenção de Euclides Neto em utilizar em seus textos ficcionais a linguagem oral do sujeito grapiúna, no sentido de resgatar e reconstruir a linguagem e a memória de um povo, contribuindo, assim, para a sua construção identitária.

A segunda seção traz uma breve introdução sobre o que será discutido e em sua primeira subseção intitulada “Memórias e histórias representadas em *Os magros* e *O patrão*”, analisam-se os aspectos mnemônicos e históricos presentes nas narrativas supracitadas, a fim de contextualizar as obras analisadas e compreender as representações do trabalhador/a rural, entendendo que essas obras são construídas por meio da rememoração do passado, partindo do presente do autor. A memória é considerada mais do que um mecanismo para se guardar dados mnemônicos, é vista como capacidade de (res)significação das coisas e de si mesmo, uma representação das coisas já apresentadas anteriormente e uma possível reconfiguração desses dados, despertados pela rememoração.

Nesta subseção, toma-se por base teórica, dentre outras, as acepções de Maurice Halbwachs (2006), para quem a memória além de ser um fenômeno individual, é um fenômeno social, uma reconstrução (e não conservação) do passado, tomando por base os quadros sociais

do presente, em razão de as lembranças serem imagens construídas por meio de representações que ocupam a consciência atual. Isso significa dizer que as lembranças de fatos passados, ainda que sejam bem nítidas, não correspondem às mesmas imagens que no presente são experimentadas.

Revisitam-se, também, as discussões propostas por Paul Ricoeur (2007), o qual não considera a memória apenas uma ferramenta para guardar dados mnemônicos, mas também capacidade de significação ou ressignificação das coisas e, para os indivíduos, de si mesmos. Assim, não há nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, passou-se antes que se declare a lembrança dela. Dessa forma, ela integra e forma a identidade de determinado grupo social.

A memória atualiza o tempo passado, tornando-o tempo vivo e pleno de significados no momento presente. Assim, analisa-se de que modo Euclides Neto entrelaça a sua memória individual e também coletiva aos aspectos históricos do contexto brasileiro, baiano e mundial, a fim de que as memórias e histórias, emprestadas às personagens, representadas nessas obras e invisibilizadas pela história oficial, contribuam para a libertação e não para a servidão dos homens, conforme Jacques Le Goff (2008).

Toma-se, ainda, a concepção de história genealógica proposta por Nietzsche e retomada por Michel Foucault (1995), entendendo que o escritor propõe um olhar perspectivo para as lutas de classe nas roças de cacau nas décadas de 1960-1970, bem como para a exploração do sujeito subalterno numa sociedade capitalista, denunciando as tensões e conflitos presentes nas relações socioculturais no contexto rural do Sul da Bahia, marcado pelo contexto da Ditadura e das lutas das Ligas Camponesas em prol da reforma agrária e dos direitos trabalhistas.

A subseção intitulada “O contexto histórico sul-baiano representado nas narrativas *Machombongo* (2014b) e *A enxada e a mulher que venceu seu próprio destino* (2014c)” analisa — com base no estudo teórico aprofundado na seção anterior acerca da memória coletiva, história genealógica, capitalismo e outros conceitos — de modo mais pormenorizado, os indícios intertextuais da história sul-baiana nas narrativas que remetem às décadas de 1980-1990.

Analisa-se o compósito narrativo euclidiano que remonta às lutas armadas dos movimentos sociais na Bahia, destacando as estratégias da Ação Popular, sob a liderança do PC do B, a fim de mostrar que o escritor, ao utilizar de suas memórias, como sujeito político engajado numa época marcada por revoltas armadas no campo sul-baiano e mudanças sociopolíticas no Brasil, constrói um espaço narrativo de resistência, denunciando a violência por que passaram os trabalhadores/as, camponeses, militantes de esquerda, na busca incansável de trabalho, pela posse da terra e melhores condições de vida.

Enfim, para completar o quadro de representações dos trabalhadores/as rurais, tema principal deste estudo, a terceira seção busca discutir as relações de gênero, classe, poder e ruralidade representadas nas obras literárias, considerando também os aspectos da memória e da história, numa seção intitulada “Representações das mulheres trabalhadoras rurais em *Machombongo* e *A enxada e a mulher que venceu o seu próprio destino: rasuras da subalternidade*”.

A seção discute, de modo comparativo, as questões de gênero vinculadas às relações de poder representadas nos textos literários, contextualizadas numa sociedade notadamente patriarcal e sexista, utilizando-se dos estudos de gênero em sua interseccionalidade com os aspectos de classe e ruralidade, identificando nos textos ficcionais o jogo de representações que revelam traços significativos da mulher grapiúna, nas vivências da trabalhadora rural, a fim de evidenciar as tentativas de Euclides Neto em rasurar as representações estereotipadas da mulher subalterna.

Assim, tomando o conceito de gênero proposto pelas Ciências Sociais como as relações entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens, cujas relações sociais são construídas a partir das suas diferenças, dependendo do contexto histórico e de outras circunstâncias da vida social, em que a vivência dos papéis do homem e da mulher revela as desigualdades e resulta numa aprendizagem construída socialmente, produzindo e reproduzindo as diferenças.

Conforme Teresa de Lauretis (1994), existe em cada cultura um sistema de gênero, simbólico ou de significações, que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais. Ademais, embora os significados possam variar de cultura para cultura, qualquer sistema de sexo-gênero está sempre interligado a fatores políticos e econômicos de cada sociedade, em que a construção cultural do sexo em gênero está sistematicamente relacionada à organização da desigualdade social.

Desse modo, o sistema sexo-gênero é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico ou um sistema de representação que atribui significados a indivíduos dentro da sociedade, tais como identidade, prestígio, valor, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social, em que a construção do gênero é o produto e o processo da representação e da autorrepresentação.

Nesse sentido, serão analisadas as representações da mulher trabalhadora rural grapiúna, cuja identidade se funda em três eixos (mulher, trabalhadora, rural), buscando evidenciar até que ponto Euclides Neto traz elementos de resistência em suas narrativas e de que modo tem

contribuído para minimizar a perpetuação de estereótipos quanto ao papel sociopolítico e cultural da mulher na sociedade cacauera sul-baiana.

Ainda, espera-se que esta tese se torne uma fonte de pesquisa, levando maior conhecimento a leitores pesquisadores e interessados nas referidas produções literárias, as quais trazem em seu bojo diversas representações socioculturais da classe trabalhadora sul-baiana, considerando sua linguagem peculiar, sua memória, sua história e as relações de gênero e ruralidade.

Por fim, pretende-se contribuir para a ampliação da fortuna crítica de Euclides Neto (1925-2000) que por meio de sua literatura “engajada”, de “denúncia”, é o porta-voz dos sujeitos espoliados e subalternizados da nação grapiúna. E assim, este estudo busca dar visibilidade a esse “outro” que esteve por muito tempo à margem da história, mas que se constitui como sujeito de direitos, capaz de, resistindo ao poder hegemônico, construir suas próprias histórias e memórias, afinal, “a rasura da representação”, como já foi definido anteriormente, representa, sobretudo, a consciência de classe.

I - UM OLHAR SOBRE A TETRALOGIA DOS EXCLUÍDOS: O AUTOR E SUA LITERATURA DE DENÚNCIA

“A arte não tem sentido se não considerar que se dirige a uma sociedade da qual seu discurso se alimenta.” (GAMBARO apud ANDRUETTO, 2012, p. 53).

A proposta da presente seção é introduzir o leitor à temática central desta tese, que trata das representações socioculturais das trabalhadoras e trabalhadores rurais grapiúnas, considerando a linguagem como um dos elementos essenciais da representação. Para tanto, traz um olhar teórico-crítico-analítico sobre as narrativas euclidianas, *corpus* deste estudo, composto pelas obras *Os Magros* (1961), *O Patrão* (1978), *Machombongo* (1986), *A Enxada e a mulher que venceu seu próprio destino* (1996), pensando as representações sociais desses trabalhadores rurais em diferentes momentos do século XX, a fim de compreender a permanência/rasura dessas representações no contexto histórico e sociocultural da região cacauera sul-baiana³.

O autor dialoga com o projeto literário do romance regional de 1930, também denominado *romance da terra* e, ainda, *romance social regionalista* ou *proletário* (BUENO, 2006), denunciando as mazelas sociais do povo oprimido, sobretudo o trabalhador (a) rural nordestino, ante o poderio econômico das elites dominantes. Ademais, apresenta as vicissitudes que sofrem as personagens, na medida em que o processo socioeconômico influencia diretamente a vida grapiúna, individual e coletiva, bem como desencadeia a penúria social em que os miseráveis lutam pela sobrevivência.

Bueno (2006) analisa a forma pela qual esse romance figurou o outro marginalizado (o proletário, a mulher, as crianças, o adolescente, o homossexual, o desequilibrado mental), entendendo que o problema de representá-lo levou os autores a diferentes soluções ideológicas e estéticas, que vão desde a simpatia sem qualquer questionamento até a recusa de integrá-lo em sua ficção. A problemática da representação do outro esteve presente desde o início da década com a publicação de *O Quinze* (1930) e *Menino do Engenho* (1932) e se perpetua por toda a década com a publicação das obras canônicas, escritas por Cornélio Penna, Dyonélio

³ Região que se tornou conhecida pelo cultivo do cacau, fruto que despontou no final do século XIX como principal produto exportável do estado, ultrapassando o comércio de fumo, também chamado do “fruto de ouro” (GLÓRIA, 2014, p. 245). Já para Rocha (2008), a região cacauera está dividida pelo IBGE em Mesorregiões, desse modo, localiza-se na Mesorregião denominada Sul-Baiano. A seu ver, o cacau é um signo do desenvolvimento, crises e também de reestruturação regional. Considera-o um signo de grande expressão por ter sido um produto agrícola muito importante do Sul da Bahia, constituindo geográfica e economicamente, em sua área de atuação, uma *microrregião cacauera* (Ilhéus-Itabuna).

Machado, Cyro dos Anjos e Graciliano Ramos. Ainda a seu ver, do ponto de vista histórico, essas obras sintetizaram de modo feliz os problemas da época e os autores, intelectuais de seu tempo, permaneceram na tradição do romance brasileiro do século XX.

Outro aspecto definidor do romance de 30 é a consciência da sua função histórica, aspecto que se nota também no empenho da Literatura Brasileira em sentido amplo, como propõe Antônio Cândido. Tomando por base a formulação do crítico em sua obra *Formação da Literatura Brasileira*, ao tratar desse tipo específico de romance, do ponto de vista histórico, Bueno cita Cândido destacando o que o crítico diz sobre esse aspecto: “o desenvolvimento do romance brasileiro, de Macedo a Jorge Amado, mostra quanto a nossa literatura tem sido consciente da sua aplicação social e responsabilidade na construção de uma cultura.” (CÂNDIDO *apud* BUENO, 2006, p. 17).

Nesse sentido, percebe-se a influência do romance proletário de 30 na escrita de Euclides Neto não só pela escolha temática, como também pela veia estética e ideológica, cuja influência sofreu, principalmente, com as leituras de seu amigo e mestre Graciliano Ramos, tópico que será discutido na terceira seção desta tese. Sem dúvida, Euclides Neto buscou representar o outro, subalterno, histórica, social e culturalmente, denunciando as condições de exploração pelas quais passou na formação da sociedade capitalista cacauera sul-baiana, valorizando a participação e a resistência do homem do campo, aspecto que o diferencia dos literatos da região cacauera sul-baiana, contemporâneos da década de 30.

O escritor “se preocupa, primeiramente, com a vida de duro labor dos nativos, trabalhadores, agregados, vendeiros, migrantes temporários, no entorno e arredores da cultura do cacau.” (CIDREIRA, 2011, p. 35-36). Além disso, contribui para a construção da identidade cultural grapiúna, explorando de forma inovadora e crítica a hibridação cultural, a linguagem, a memória e o imaginário social, elementos identitários presentes em suas obras (OLIVEIRA, 2013).

Mateus (2013) argumenta que Euclides Neto seguiu os passos de Jorge Amado, Graciliano Ramos, Rachel de Queirós e José Lins do Rego, cujas obras são ambientadas em suas regiões nativas. A seu ver: “Ípiaú é o espaço de representação escolhido por Euclides para o desenrolar dos dramas nas tessituras narrativas do romance. O ambiente é a zona cacauera do Sul da Bahia, na segunda metade do século XX, no apogeu da cultura do cacau.” (MATEUS, 2013, p. 71).

Ao lado desses literatos, considerados autores canônicos na plêiade literária brasileira, não menos importante, Euclides Neto garante o seu lugar de destaque, por meio da busca ativa

de mostrar os problemas da região cacauceira, desvelando de modo peculiar em seus textos ficcionais histórias e memórias não hegemônicas e invisibilizadas pela história tradicional.

Cabe aqui também uma reflexão sobre o romance regional e as implicações ideológicas dessa categorização, tomando por base as discussões trazidas por Williams (2014) sobre região e classe no romance. O autor chama a atenção para o fato de que os romances denominados “regionais”, em sua estimativa, podem ter recebido esta distinção significativa no século XIX. Essa diferenciação dos demais romances, a seu ver, passa de uma distinção simples, uma vez que depende do viés ideológico do que se considera região.

O autor apresenta algumas concepções ideológicas acerca desse aspecto, de início, argumenta que alguns lugares podem ser considerados “regiões”, na medida em que possui um caráter local ou provincial reconhecido; alguns romances são considerados “regionais”, por falar apenas desses lugares e da vida neles; certos romances podem ser tipificados como “regionais” porque “retratam” uma vida social específica, opondo-se aos romances que se dirigem a experiências humanas amplas e duráveis.

Contudo, a seu ver, foi a partir da centralização formalizada do governo inglês e da administração dos Estados que delegavam determinadas funções e transferiam tipos limitados de autoridades que a “região” passou a ser considerada, em sentido moderno, como “área subordinada”, vista a partir do reconhecimento de suas características “locais”, isto é, “regionais”. Ainda nesse sentido limitado da palavra, o autor chama a atenção para a discriminação de certas regiões, no que concerne à descrição cultural.

Fica claro em sua discussão que há uma função de centralização cultural, uma forma moderna de discriminação entre o campo e a cidade que se vincula à diferenciação entre cultura “metropolitana” e “provincial”, algo que ganhou importância a partir do século XVIII e que não se trata de uma distinção entre áreas e tipos de vida, mas que é uma expressão da dominação cultural centrada.

Há na sua análise, além das questões ideológicas envolvidas na descrição cultural e preconceituosa de uma região e da limitação do romance regionalista, uma distinção relevante acerca das considerações sobre “classe” na ficção, tendo em vista que determinados romances além de se passar em um lugar específico, retrata-o como se não existissem outros, ao que considera como modalidades específicas da ficção burguesa tardia.

Ainda em sua crítica, enfatiza que o romance regional, nesse sentido restrito, acaba por isolar a própria região, “projetando-a internamente como um todo — ‘orgânico’ —, que se tornou incapaz de reconhecer os complexos processos internos, inclusive as divisões e os conflitos internos, que a conectam factualmente àquelas pressões mais amplas.” (WILLIAMS, 2014, p.

302). O autor acaba por valorizar, em suas entrelinhas, o romance que, embora explore uma região específica, ressalta esses processos e divisões internas e externas, envolvendo um conjunto amplo e complexo de relações.

Pode-se afirmar que, para além de uma simples categorização, o crítico aponta para a transição do conceito de “região” para o de “classe” no texto ficcional, enfatizando o “romance da classe trabalhadora”. Nesse sentido, esclarece que há usos desse tipo de romance que se comparam aos usos da descrição “regional”, como, por exemplo, a atribuição de alguns romances a uma área limitada ou pela sobreposição do social sobre a experiência humana. No entanto, traz à baila que o romance da classe trabalhadora foi valorizado nos movimentos socialistas e trabalhistas por afirmar a sua identidade. Por outro lado, enfatiza que no sentido mais amplo da ficção inclui elementos relevantes da experiência da classe trabalhadora e, assim, deve ser visto como diverso do romance regional.

Os primeiros romances referentes à classe trabalhadora foram os romances industriais ingleses da década de 40 do século XIX, escritos não do interior dessas regiões de classe, mas por visitantes, observadores solidários ou pessoa que tinham acesso especial, o que também o diferencia do romance regional que era escrito por pessoas nativas. Tratavam, em sua grande maioria, de textos autobiográficos e memórias que tinham como temática central as relações de classe ou se relacionavam à poesia popular.

Williams (2014) pontua que uma classe social pode também ser vista como uma região, em seu sentido descritivo comum, ou seja, uma área social que é habitada por pessoas de tipo e de modo de vida específicos. Contudo, salienta que no sentido marxista de classe, embora se reconheçam essas regiões sociais, se refere à formação de relações sociais inseridas em uma ordem social geral e, desse modo, são formações alternativas e conflitantes.

Ao sustentar que a análise de uma classe em si mesma, mesmo que se dê de modo íntimo, será exposta às mesmas limitações de perceber uma região em si própria e ainda a outras limitações, a exemplo de negligência de certos aspectos de uma classe, tendo em vista que a mesma é formada “em” e “por” certas relações definidas com outras classes, o crítico traz enorme contribuição para este estudo que foca textos inseridos em uma literatura regional que, embora não se trate de um “romance da classe trabalhadora”, explora as relações sociais conflitantes vividas por essa classe no contexto sul-baiano.

Ao aproximar as discussões de Williams do regionalismo baiano, e, de modo particular, do romance de Euclides Neto que focaliza as questões de classe, tendo como protagonista o trabalhador rural, faz pensar que qualquer adjetivação que seja dada à literatura, vem carregada de preconceito e de uma ideologia cultural baseada em binarismos que inferiorizam e

minimizam o valor dessa literatura. Não se trata, pois, de conceber a literatura regional ou o romance regional como uma literatura ou ficção menor, de âmbito rural, local, de classe subalterna, mas de perceber como essas obras enraizadas em uma determinada região ou classe, podem

buscar a substância das relações e relacionamentos cuidadosamente desenhados e frequentemente obscurecidos, que com suas pressões e intervenções desafiam, ameaçam, mudam e, no entanto, nas complicações da história, contribuem para a formação dessa classe ou região em sua luta e realização, incluindo sobretudo novas formas de luta e realização. (WILLIAMS, 2014, p. 311)

Euclides Neto, na tentativa de interpretar as questões regionais, culturais, políticas e históricas, imbricadas às relações e comportamentos sociais dos sujeitos grapiúnas, traz o seu olhar crítico sobre a cultura de uma sociedade, cujo imaginário foi marcado por muito tempo pelo “cacau”, arquétipo fundante de uma literatura que ficou conhecida como Literatura do Cacau e, que, com as inovações temáticas advindas do processo de mudança sociocultural e econômica na região, passa a ser denominada como Literatura da Região do Cacau (SIMÕES, 1998). O autor constrói e reconstrói ficcionalmente as relações sociais advindas desse contexto, partindo de sua memória individual e também coletiva, de modo que não há neutralidade no que diz respeito às representações da “mulher/homem-trabalhadora/ trabalhador-rural-grapiúna” presentes em suas narrativas.

Sabe-se que a presença de minorias (mulheres, negros, índios, pobres, trabalhadores rurais, sertanejos), a descolonização da cultura e a re-construção de identidades são temas bastante discutidos pela literatura (pós) colonial, sendo este último considerado de maior relevância. Na busca dessa re-construção, os autores (pós) coloniais, por meio de suas memórias narrativas, principalmente, em obras de caráter socialista, representam as complexas relações entre o sertanejo e as adversidades (secas) culturais e socioeconômicas que parecem empurrá-lo às margens da “civilidade” nacional que tanto se buscou no Brasil de modernidade tardia (MATEUS, 2013).

Importa destacar nesse foco da discussão a divisão estratégica do Brasil em pólos Sul x Norte, os quais serviram como fronteiras entre rural e urbano, moderno e atrasado, litoral e sertão, dentre outras categorias usadas para se analisar um país, formado por inúmeras e diferentes regiões. Na acepção de Albuquerque Jr. (2009), houve uma necessidade de se “inventar” uma separação regional que evidenciasse claramente essas diferenças, mostrando vários Brasis em um só Brasil. Por um lado, evidencia-se um país rico, moderno, industrial,

civilizado, formado por uma população de emigrantes europeus e por outro, um país pobre, retrógrado, rural, atrasado, constituído pela gente mestiça (índios e negros).

Em seu estudo, Albuquerque Jr. traça contrapontos entre o regionalismo do século XIX e o surgimento de um novo regionalismo no início do século XX. Esse se opõe à formação discursiva naturalista, em que as diferenças entre os espaços do país são consideradas como um reflexo imediato da natureza, do meio e da raça, de modo que “as variações de clima, de vegetação, de composição racial da população explicavam as diferenças de costumes, hábitos, práticas sociais e políticas. Explicavam a psicologia, enfim, dos diferentes tipos regionais.” (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 53).

Com o modernismo, esse regionalismo naturalista altera-se profundamente devido à nova relação que se institui entre espaço e olhar trazida pela modernidade, assim como as diversas mudanças nas relações sociais e sua espacialização. Há de fato uma condenação estética e a busca de integração do elemento regional a uma estética nacional. O discurso modernista busca incorporar o elemento regional a uma visibilidade e dizibilidade que, conforme o crítico, oscilam entre o cosmopolitismo e o nacionalismo, na busca da superação da visão exótica e pitoresca naturalista. Sendo assim,

[...] esses elementos são retrabalhados ora para se destruir sua diferença, ora para ressaltá-la, apagando aquela distância produzida pelo olhar europeizado. Entrando em empatia com o dado regional para diluí-lo ou integrá-lo a um discurso, a um texto e a uma imagem que os resgatasse como signos livres e soltos de suas antigas espacialidades, dos antigos territórios a que pertenciam. (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 69).

Nessa perspectiva, o espaço perde a sua dimensão natural, geográfica e se torna uma dimensão histórica, artificial, construída pelo homem. “Desnaturaliza-se”, na medida em que ocorre nas cidades o crescimento acelerado, a rapidez dos transportes e das comunicações, o trabalho realizado em meios artificiais. O equilíbrio natural do meio se quebra. Nas grandes metrópoles se misturam épocas, classes, sentimentos e costumes diversos. Nesse sentido, “os espaços pareciam se partir em mil pedaços, a geografia entrar em ruína. O real parecia se decompor em mil planos que precisavam ser novamente ordenados por homens atônitos.” (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 60).

Ainda para o autor, nasce com o século XX um novo regionalismo, uma nova ideia de região que parte não só da mudança de perspectiva em relação ao espaço ou da relação entre o objeto, a região e o sujeito, mas, sobretudo, da forma como os saberes se dispõem, o que provoca uma mudança na forma de olhar o referente, como também surge um novo modo de

olhar e um novo objeto para ser visto. Nasce uma formação discursiva nacional-popular que pensa numa concepção homogênea de nação, na busca da construção identitária brasileira que eliminasse as diferenças, a fim de homogeneizar as realidades díspares. Contudo, essa concepção acaba por revelar a fragmentação do país, a explosão de vários regionalismos e a visibilidade dos mesmos.

Para dar materialidade a cada região, surgem algumas temáticas como as que buscam definir o Nordeste, a saber: o cangaço, o messianismo, o coronelismo, no entanto, Albuquerque Jr. esclarece que esses temas, selecionados em meio a outros fatos, não são iluminados como matérias capazes de identificar a região. Essa escolha é dirigida por interesses em jogo, tanto no interior da região que se forma, como na relação com outras regiões.

Em se tratando da afirmação de uma identidade nacional, há de se pensar que as identidades regionais podem ser reafirmadas por uns e negadas por outros, tendo em vista que a identidade na modernidade é uma essência que se opõe à diferença. Para o crítico, a imagem da região precisa ser reelaborada seguindo estratégias variadas, sendo assim, móvel. A seu ver,

[...] o nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país. E é tal a consistência desta formulação discursiva e imagética que dificulta, até hoje, a produção de uma nova configuração de “verdades” sobre este espaço. Essas figuras, signos, temas que são destacados para preencher a imagem da região, impõem-se como verdades pela repetição, o que lhes dá consistência interna e faz com que tal arquivo de imagens e textos possa ser agenciado e vir a compor discursos que partem de paradigmas teóricos os mais diferenciados. Vamos encontrar as mesmas imagens e os mesmos enunciados sobre o Nordeste em formulações naturalistas, positivistas, culturalistas, marxistas, estruturalistas, etc. (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 62).

Conforme se verá no debate que se estabelece neste estudo, algumas dessas “verdades” imagéticas e estereotipadas, construídas ao longo das décadas ainda estão presentes nos textos ficcionais euclidianos. Contudo, sua obra apresenta uma forma peculiar de representar e perceber o sujeito subalterno nordestino na perspectiva de uma identidade plural e diversa. Opõe-se, semelhante a Jorge Amado, a “um projeto de modernização da nação que se baseia numa retórica de exclusão” e se aproxima do projeto amadiano que se constrói “através dos contatos culturais, das interlocuções, e da pluralidade das práticas sociais, expondo os preconceitos hierarquizantes que prevaleciam em segmentos das elites sociais e culturais de sua época.” (HOISEL, 2014, p. 10). Euclides Neto se esforça significativamente em rasurar e

desconstruir certas práticas discursivas hegemônicas e preconceituosas na concepção representativa desse sujeito e do espaço em que vive.

Sendo assim, não se pode deixar de considerar que

Euclides Neto pertence, cronologicamente, à geração literária de 45: o homem e o escritor vivem as inquietações ideológicas comuns aos jovens dos anos 40 e 50, inquietações estas que irão refletir as preocupações de um Brasil marcado por golpes, tentativas de golpes e governos instáveis, dos anos 30 aos 60, quando ele inicia a sua tetralogia, um pouco antes de se abater sobre o país a longa ditadura militar de 64. (SEIXAS, 2010, s/p).

Cidadão de formação e militância político-ideológica social-marxistas, Euclides enfeixa e expõe em sua obra os embates decorrentes dos contrastes e da exploração do homem simples pelas elites detentoras das riquezas e da propriedade, enfatiza o lado mais frágil, o do trabalhador rural, do subalterno. O termo subalterno deve ser entendido aqui, numa concepção spivakiana, como “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante.” (SPIVAK, 2000 *apud* ALMEIDA, 2014, p. 13-14).

Busca também problematizar, pensar essas representações, como possibilidade de se ler “o outro” subalternizado, entendendo que Euclides era um intelectual que buscava, por meio de seus textos ficcionais, dentre romances, contos e crônicas, dar visibilidade aos excluídos. Embora fosse proprietário de fazenda no município de Ipiaú (BA), criador de gado e cabras, advogado e político, o romancista sempre se colocou ao lado dos injustiçados, sobretudo, por se comprometer “utopicamente com um futuro estruturado em relações sociais mais sábias e, portanto, mais humanas, por garantir melhorias de vida e de segurança para todos.” (ALMEIDA, 2013, p. 16).

Parafraseando a cronologia – anexada em seus romances reeditados em 2013 e 2014 pela EDUFBA (Editora da UFBA) e Littera (São Paulo), a qual auxilia o leitor a entender a biografia do autor, suas publicações e momentos históricos que marcaram o cenário político e social do Brasil, da Bahia e do mundo e que influenciaram sobremaneira as escolhas ideológicas do escritor – em 1962, após o lançamento de seu terceiro livro *Os Magros*, o autor tem uma efetiva participação política pelo PDC (Partido Democrata Cristão), vencendo a eleição para prefeito da cidade de Ipiaú (BA), considerada pelo mesmo, carinhosamente, como sua cidade natal.

De 1950 a 1962, Euclides Neto exerce a advocacia em tempo integral nessa cidade e passa um tempo curto em Salvador (BA), substituindo o amigo Ângelo São Paulo, em escritório de advocacia. No contexto político brasileiro, há intenso desenvolvimento e esperança com a presença do Presidente Juscelino Kubitschek e o desenvolvimento de seu Plano de Metas “50 anos em 5”. O Brasil é considerado o país do futuro. A partir de 1964, a ditadura militar é instaurada no país, com a deposição de João Goulart e a Presidência da República passa a ser assumida por Marechal Humberto Castelo Branco. É ainda nesse ano que o político Euclides Neto, influenciado por ideais socialistas, cria a Fazenda do Povo, projeto pioneiro de reforma agrária no Brasil, sendo acusado de comunista e por isso responde a um Inquérito Político Militar, finalizado em dezembro de 1965.

Ainda em 1965, Ipiaú recebe o prêmio de Município-Modelo do Estado da Bahia, tendo em vista seu desenvolvimento nas áreas socioeconômicas, premiação concedida pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Euclides Neto finaliza o seu mandato de prefeito em 1967, mas continua afiliado ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro, posteriormente PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro), em oposição política ao governo militar.

Entre 1968 a 1977, o autor sul-baiano advoga e faz várias viagens, entretanto, a partir do fim da década de 1970 e meados de 1980, produz de maneira intensa várias obras literárias. Em 1978, produz *O Patrão*, quarto romance, dando início a uma nova safra de obras literárias. Já 1979 foi um ano marcado pela extinção do MDB e criação do PMDB e ainda pela concessão da anistia aos presos e exilados políticos concedida pelo presidente João Batista Figueiredo.

Como intelectual e político comprometido com as questões supracitadas, o escritor traz o seu olhar, a sua interpretação sobre a cultura da região e as relações sociais marcadas pelo processo de dominação-exploração próprio do sistema capitalista, de modo que não há neutralidade no que diz respeito às representações da mulher e do homem-trabalhador (a) grapiúna presentes em suas narrativas ficcionais.

Considerando-se esses aspectos da atuação de Euclides, concorda-se com Sartre (1993), cuja discussão aborda um modelo de intelectual engajado, o intelectual-escritor não neutro diante da realidade histórica e social. Para o autor, “o escritor ‘engajado’ sabe que a palavra é ação: sabe que desvendar é mudar e que não se pode desvendar senão tencionando mudar.” (SARTRE, 1993, p. 20). Nesse sentido, é impossível manter o sonho da imparcialidade diante da existência humana, num contexto social marcado pelo capitalismo. Ainda argumenta, “a função do escritor é fazer com que ninguém possa ignorar o mundo e considerar-se inocente diante dele.” (SARTRE, 1993, p. 21).

Euclides Neto constrói as suas narrativas, lançando mão das representações sociais das trabalhadoras e trabalhadores rurais nas roças de cacau, presentes em seu imaginário e no imaginário coletivo do povo grapiúna, compondo 14 (quatorze) obras literárias relevantes para o contexto da Literatura da Região do Cacau, dentre contos, romances e crônicas. Em ordem cronológica, o autor produziu *Porque o homem não veio do macaco*; *Berimbau* (1946); *Vida Morta* (1947); *Os Magros* (1961); *O Patrão* (1978); *Comercinho do Poço Fundo* (1979); *Os Genros* (1981); *64: Um Prefeito, a Revolução e os Jumentos (A fábula do presidencial Salém)* (1983); *Machombongo* (1986); *O Menino Traquino* (1994); *A Enxada e a mulher que venceu seu próprio destino* (1996); *Dicionareco das Roças de Cacau e Arredores* (1997); *Trilhas da Reforma Agrária* (1999); *O Tempo É Chegado* (2001) – publicado postumamente pela Editus, Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC/BA.

Apresenta-se ao leitor, neste breve introito, o resumo crítico das quatro obras que compõem a “Tetralogia dos Excluídos”, no sentido de familiarizá-lo com os respectivos enredos, além de contextualizar histórica e socialmente as narrativas, tendo em vista que as representações sociais e culturais dos trabalhadores, aspecto aprofundado na próxima seção, estão inseridas em momentos históricos diversos, podendo permanecer ou se modificar no decurso do tempo.

Os Magros, publicado em 1961, foi produzido numa época em que havia um colapso na política populista de Getúlio Vargas, morto em 1954, com campanha das reformas nacionalistas e de esquerda que propunham uma luta anti-imperialista e contra a estrutura latifundiária injusta no campo brasileiro. César (2003) explicita que essa luta representou um novo salto para as forças progressistas brasileiras, considerada uma etapa importante para a transformação da sociedade brasileira, por meio de uma “revolução democrático-burguesa”, a qual, contudo, não ocorreu de fato, uma vez que a burguesia nacional se atrelou aos interesses do capital internacional, hegemônico com a globalização e a extinção da União Soviética.

Ainda nessa época, há o recrudescimento da luta no campo e a organização dos trabalhadores rurais nas denominadas “Ligas Camponesas”, que antecedem ao atual Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Em 1961, ocorre o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em que se deliberou sobre a necessidade da reforma agrária, da vigência das leis trabalhistas no campo e a livre organização dos camponeses. Já em 1962, muitas dessas Ligas se transformaram em sindicatos de trabalhadores rurais, após a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural. Contudo, com o golpe militar, há um enfraquecimento desses movimentos reivindicatórios, no campo e na cidade, os quais foram retomados, fortemente, após a redemocratização do país (CÉSAR, 2003).

A Tetralogia dos Excluídos aborda, em grande parte, a presença do líder sindical ou dos ideais sindicalistas trazidos por trabalhadores que chegavam à região sul-baiana, influenciados pelos movimentos sociais que ocorriam fortemente na região sul do País. Após vários anos de repressão e controle, há, em 1978, uma retomada significativa desses movimentos com diversas greves e, em 1980, nasce um “novo sindicalismo” que atua junto à classe trabalhadora, com o objetivo de defender interesses igualitários. Além disso, motiva a classe trabalhadora rural à luta pela reforma agrária. Em 1984, o sindicalismo rural, apoiado pela esquerda católica, influencia o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), momento em que surge a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os anos 90 trazem novamente à tona questões vinculadas à reforma agrária e um profundo interesse pela agricultura familiar, aspectos que para alguns estudiosos haviam se tornado obsoletos, diante do processo de modernização da agricultura e urbanização da sociedade brasileira.

Filiado ao PDC⁴ (Partido Democrata Cristão), nos anos de 1945 a 1960, Euclides Neto estava atento ao homem do campo e às suas condições de trabalho. Em suas narrativas, portanto, aborda as péssimas condições de vida desse homem, denunciando as injustiças sociais, o abuso de poder do latifundiário, bem como o monopólio da terra e do que ali se produzia. Na visão de Monteiro (2013), os estudos sobre o sistema partidário brasileiro avaliam o PDC numa perspectiva negativa, sendo considerado por alguns estudiosos como um “caso de subdesenvolvimento partidário”. No entanto, a seu ver, Anselmo Coelho e Áureo Busetto são estudiosos que não se desencorajaram em estudar o Partido, apresentando a importância do mesmo no cenário brasileiro.

De acordo com Monteiro (2013), Coelho (2000) destaca que o PDC articulava-se à categoria do populismo, o que o diferenciava de alguns partidos considerados conservadores, principalmente, da UDN (União Democrática Nacional), enquanto Busetto (2002), a partir das categorias “campo”, “distribuição” e “reconversões de capitais”, formuladas por Bourdieu (2007), buscou demonstrar que os partidários do PDC não advinham dos grupos mais representativos da Democracia Cristã. Dessa forma, a legenda PDC foi composta por membros que não se vinculavam à intelectualidade laica católica; representava um espaço institucional para aqueles que queriam ingressar na carreira política em um novo contexto democrático. Foi

⁴⁴ O PDC, na década de 1960, após reformas profundas em seu programa político, defendia o fim do latifúndio, a incorporação dos trabalhadores rurais na legislação trabalhista, a sindicalização rural, reformas no capitalismo brasileiro (COELHO, 2003). Extinto em 1960 pela ditadura, o partido retorna em 1988, sob a sigla PSDC, sob novo viés ideológico.

a partir da inserção do grupo Vanguarda Democrática (VD) que o PDC aproximou-se do DC e das propostas reformistas.

A autora argumenta que “embora o PDC tenha sido considerado um partido conservador alinhado à UDN (BENEVIDES, 1981; VIANNA, 1981; MENEGHELO, POWER & MAINWARING, 2000), ao defender ideias mais reformistas conseguiu tornar-se uma alternativa política viável.” (MONTEIRO, 2013, p. 267). Destaca ainda que, com a instituição do bipartidarismo em 1965, houve a desintegração entre o PDC e as suas facções. Assim, alguns membros se filiaram à ARENA na defesa do regime militar, enquanto outros se opuseram, aliando-se ao MDB. Esse foi o caso de Euclides Neto.

Entende-se que o escritor, também advogado e político, deixa-se amalgamar às suas escolhas ideológicas e políticas, tecendo o ambiente ficcional ou não ficcional de seus textos de modo engajado. Em *Os Magros* (2014), formado por narrativas paralelas, Euclides Neto anuncia a saga vivida pelos esqueléticos João, sua esposa Isabel, seus oito filhos vivos entre os quinze que tiveram, a cadela Sereia e a galinha Bordada, em situação de miserabilidade, totalmente oposta à do clã do Sr. Jorge, seu patrão, dona Helena, sua “filha-boneca” Rose Marie e seus empregados, que viviam em um palacete em Salvador (BA), com muita fartura e opulência. Escrito com a técnica do contraponto, a narrativa se desenvolve em capítulos intercalados que mostram as disparidades ferrenhas entre as condições de vida dessas personagens, enfatizando a magreza do campo e a fartura da cidade.

Embora, ironicamente, a fazenda tivesse por nome “Fartura”, os trabalhadores rurais passavam extrema necessidade e laboravam sob precárias condições, submetidos à ordem do feitor, homem duro e cruel. A narrativa, em seu desenrolar, leva o leitor a pensar acerca da realidade dos fracos, dos “magros”, uma vez que a vida de “cachorro” de João e dos agregados da fazenda se opõe à vida fútil e “oca” dos gordos.

Enquanto João, sujeito “magro, pálido, de olhos afundados nas órbitas cavadas” (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 18), de curtos anseios, sonhava com uma tigela de comida cheia de feijão cheiroso, com um pedaço de carne fresca e adquirir um facão, instrumento de trabalho que deveria ser dado pelo proprietário da fazenda, havia muita fartura e desperdício no palacete do gordo e flácido Dr. Jorge, o qual nada tinha a fazer, a não ser cuidar de sua coleção de brilhantes de diversas cores.

A narrativa tem como pano de fundo uma época áurea do “fruto de ouro”, em que os cacauicultores, geralmente filhos de fazendeiros, já não possuíam uma forte ligação com a terra, mas viviam dos lucros das fazendas e dos juros das vendas de cacau:

Naquele dia, no entanto, ia vender cacau. Fechar uma partida de oito mil arrobas a quinhentos cruzeiros: quatro milhões de cruzeiros, certos e redondos. Em seguida, depositaria no banco, junto com o outro. Nem mesmo precisava vender o produto. Milhões engordavam nas casas bancárias, parindo juros. Milhões que sobraram de outras safras. Mas agora com o preço atual, seria dinheiro a rodo. Não faria como os outros fazendeiros que todo ano adquiriam a fazenda do vizinho. Queria diminuir o trabalho. O que possuía dava de sobra. (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 25).

No entanto, o autor parece estar interessado em denunciar a realidade sofrida da classe trabalhadora, oprimida e explorada pelo proprietário, detentor dos meios de produção. Com salário “magro”, João e seus filhos viviam em situação de extrema miséria, alimentando-se com farinha, fato seco, rato bandola⁵ e, muitas vezes, de laranjas verdes, vestindo-se de trapos e dormindo no chão forrado com esteiras esfarrapadas.

Desse modo, muitos filhos de João e Isabel foram levados à morte prematura, a exemplo do menor, que parecia mais uma assombração, de tão cadavérico, uma “alma penada”. Isabel, embora triste, até sentiu alívio com a morte do “menino”, pois ainda era novo e não podia sequer trabalhar para ajudar no sustento da casa. Com a morte de seu filho ainda pagão, João se sentiu amargurado e aniquilado, teria que usar as economias destinadas à compra do facão, a qual se tornava cada vez mais impossível, mesmo vendendo seus dias de trabalho ao feitor.

Contrapondo a essa realidade desnuda, o autor apresenta a vida ociosa da “banhuda” e feiosa Dona Helena, que já não podia ter filhos e cuidava de uma boneca trazida do Rio de Janeiro como sua filha, tendo-a gestado mentalmente, dando-lhe vida, a fim de preencher os vazios do seu casamento falido e da vida isenta de sentidos. Diferentemente dos filhos de João e Isabel, tratados como ratos e como porcos, Rose Marie, embora fosse apenas uma boneca, possuía nome e sobrenome, diferentemente do “menino” dos magros e todo o conforto de uma criança abastada, consultas ao médico, passeios às tardes com a babá, um guarda-roupa repleto de roupas de linho, a casa de boneca, direito à suntuosa comemoração de aniversário, a ser batizada e, inclusive, a seguro de vida.

Nesse sentido, destaca-se a ironia do escritor ao compor uma personagem que, ao invés de adotar uma criança, opta por aceitar e criar uma boneca como filha, além disso, tece uma crítica mordaz à vida de aparências, regalias e futilidades daqueles que se mantinham numa classe social elevada, explorando, violentamente, a força de trabalho dos sujeitos subalternizados. O autor tematiza, ainda, a relação conjugal baseada em interesses econômicos, uma vez que D. Helena e Sr. Jorge se casaram mediante fortuna da mulher: “Mas a pança e os

⁵ Roedor menor que o sariguê, também marsupial, pegado no laço de bater, com o qual se prepara um delicioso ensopado (EUCLIDES NETO, 2013, p. 96).

dentos de cutia nunca deixaram que ela fosse inteiramente feliz. Casara-se graças às vinte mil arrobas de cacau e, agora, era toda de sua Rose Marie. Achava a sociedade fútil” (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 25). Sr. Jorge sempre estava ausente de casa, enojava-se de sua mulher, mantendo relação extraconjugal com a amante, Elisabete:

Doutor Jorge de muito compreendera a esposa. Era meio gira e mais nada. Acomodava-se a ela como a um calo no pé. Fazia de conta que não existia. Bom dia ou boa tarde. Até logo. Arrume as malas. E pronto. De há muito, também, vivia ao lado de sua Elisabete, loirinha, saltitante, fresquinha. Toda às avessas daquela leitoa sebosa, dentuça e maniática. (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 89).

Como se nota, o cacau era a força motriz que regia as relações sociais na sociedade cacauera sul-baiana, baseada em interesses, trazendo para uns, certa alegria, poder e lucro e, para muitos, a tristeza infunda e a opressão. Os cacaueros e suas raízes, cobras gulosas em busca de alimento, nutriam-se da força e da carne dos fracos, seus galhos eram usurários e seus frutos eram proibidos. Em diversos momentos da narrativa, o cacau é tomado como esse símbolo de usura, exploração e provocador de sofrimentos aos mais necessitados.

Para Isabel, o cacau dava azar, “até o sangue da gente o pesteadado leva. Comia os filhos da gente. Gostaria de plantar trem para distribuir com os de casa. Cacau, não.” (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 88). João também reflete: “(...) com algumas daquelas frutas poderia comprar um pouco de farinha e um taco de carne. Mas os frutos maduros da cor da lua pertenciam ao fazendeiro. Neles era proibido tocar a não ser para a colheita. Ai daqueles que apanhasse um coco.” (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 22). Nesse sentido, Euclides Neto trata com ardor militante da injustiça no campo cristalizada pela reificação do trabalhador, sem direito a nada, humilhado, esfomeado, escoraçado e perseguido nas terras do cacau (CÉSAR, 2014).

Contrário a essas relações pautadas no abuso do poder centralizador e hegemônico do coronel e do seu feitor, e a favor daqueles que dão o sangue e o suor na lavoura cacauera, o autor contrapõe o desejo de Sr. Jorge, negando-lhe a conquista do tão sonhado diamante rosa, numa espécie de punição à ambição e à vida fácil. Enfim, conduz a narrativa para um final memorialístico e fantástico.

João, faminto e estraçalhado humana e moralmente, pois já era a oitava vez que tentara adquirir o tão sonhado facão, passando toda a forma de privação econômica e social, desejou morrer, sumir: “ (...) Sentia vontade de morrer para descansar. Não temeria a senhor Antônio, nem precisaria de facão.” (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 157). No entanto, resolve visitar a roça da Pedra Preta, tomada violentamente pelo pai do Sr. Jorge, Seu Jerônimo, rememorando

momentos felizes com seu pai Mucuri, sua mãe, a vaca Bonina e o galo Losna. Momentos de fartura, de uma vida tranquila e calma, na roça em que seu pai cultivava várias frutas, antes da chegada do devastador “fruto de ouro” e do ambicioso proprietário.

A fantasia está presente nos delírios do agregado na busca pelo ouro pagão, mito que se propagava na comunidade local e que se referia a uma panela de dinheiro enterrada por aquelas terras. Em seus delírios, João contava com a ajuda do filho pagão em interceder ao Sr. Jerônimo para ajudá-lo e também com o arrependimento deste por toda forma de opressão causada, fazendo-o descobrir o tesouro escondido. Guiado pela luz viva e dourada,

João tirou o facão gasto e furou a terra. Ali estaria o dinheiro de que precisava. O língua de teiú arrancava pequenos blocos de barro que as mãos em pá iam limpando. Uma coruja tua-cova chegou em voo tonto e pousou no esteio. João arrepiou-se e notou que era bom agouro. Era a alma do senhor Jerônimo. Continuou cavando. Aos seus ouvidos chegavam os mugidos de Bonina. O galo losna cantou três vezes e saltou do poleiro. O dinheiro estaria ali. Tudo indicava. Só faltava a vela acesa. Mas o filho que morrera pagão daria jeito a tudo.

Quando os galos amiudaram, João continuava cavando. (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 161).

Nesse sentido, a realidade sofrida do homem aniquilado dá lugar à fantasia provocada pelo forte desejo de superá-la, amenizando a sua dor e a sua angústia diante da pobreza e da miséria, cavando incessantemente por melhores condições de vida. Fantasia esta que beira a loucura como bem explicita César (2003, p. 117): “A miséria e o sofrimento deságuam, afinal, para a loucura. João está prestes a ser rico, senhor absoluto do cabedal rarefeito dos doidos”.

Já em *O Patrão* (2013b), quarto romance do escritor, o leitor encontra mais uma vez o ardor militante de Euclides Neto que faz de sua literatura expressão de denúncia social das lutas de classe nas zonas rurais, reconstruindo criticamente o sistema capitalista, suas formas de exploração da terra e da força de trabalho que marcam de modo significativo as relações sociais entre patrões e trabalhadores na Bahia e, de modo geral, nos espaços produtivos do território brasileiro.

Tal obra amplia o quadro de denúncias do autor, uma vez que se relaciona a outro gênero de exploração agrícola, neste caso, à criação de gado. Tomás, o protagonista, é um vaqueiro, homem direito e honesto, braço direito do Sr. Casimiro. A ele cabia a função de chefiar cinco vaqueiros e ajudantes na Fazenda Boa Vista, próxima do município Poço Fundo. Função que exercia com extrema dedicação, presteza e subserviência. De extrema confiança do patrão,

“(...) até dinheiro este recebia dos abatedores de Ipiaú. Vendia os bois gabarrentos⁶, as vacas velhas, fazia as despesas de aceiros⁷, desmoitava⁸ os encruados e devolvia tin-tim por tin-tim. Conta sua nunca dera engano.” (EUCLIDES NETO, 2013b, p. 28).

Tomás era casado com Lindaura, filha de velho posseiro e teve com ela uma “renca” de filhos. O vaqueiro, que ganhava cem cruzeiros por semana, não conseguia saldar o débito que devia a Eusébio da bodega, há mais de dois anos, quando fez umas compras para dar o resguardo a sua mulher. Além disso, era incapaz de suprir os bens básicos de sua família e cobrir a seminudez dos filhos.

Assim, influenciado pelo colega novato do Poço Fundo, o qual, com ideias revolucionárias sobre direitos trabalhistas e da mais-valia, influenciava os trabalhadores rurais a tomarem do patrão aquilo que tinham direito, já que esse não cumpria as leis trabalhistas, garantindo-lhes melhor condição de vida, Tomás, então, resolve roubar uma vaca gabarrenta do Sr. Casimiro, a fim de quitar a sua dívida, o que se tornará com o passar do tempo uma prática.

Desse modo,

(...) a ansiedade em atender suas necessidades urgentes e de sua família, adubada pela incerteza dos frutos das lutas de classe e, sobretudo, pela impossibilidade de reconhecer as razões subsumidas às relações produtivas, visto que obliteradas pela cultura de subordinação, o impele à busca das *reações-soluções* imediatas e isoladas — mesmo porque ele está só há gerações. E age. Se sua vida já era uma condenação, sublevado confirma sua danação. (ALMEIDA, 2013, p. 15).

Para Tomás, já que o patrão nunca havia pagado férias, nem décimo terceiro, nenhum de seus direitos trabalhistas, seu saldo era bem maior do que o valor daquilo que estaria roubando. Além disso, o patrão devia muito mais, pois suas filhas e esposa eram exploradas, trabalhavam na casa-sede sem receber nada, a não ser retalhos de panos. A vida em casa se tornou mais feliz, havia comida farta para toda a semana, batizou três meninos pagãos na festa do padroeiro de Ipiaú, não devia mais nada nas bodegas, seus filhos estavam mais corados, as filhas ganharam vestidos novos para o São João, comprou um rádio, um relógio de pulso e uma máquina nova de costura para Lindaura.

⁶ Bovino que desenvolveu calos entre as unhas, dificultando a locomoção; sequela de febre aftosa ou pisoteio em terrenos pedregosos. Rês com pouco valor, refugo de gado (EUCLIDES NETO, 2013a, p. 66).

⁷ Limpeza que se faz em torno de uma cerca de arame, a 1m de distância, mais ou menos, de cada lado, para protegê-la contra o fogo por ocasião das queimadas (NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO, versão eletrônica).

⁸ Desembaraçar ou limpar (um terreno) do mato e plantas silvestres, para cultivá-lo (NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO, verso eletrônica).

No entanto, essa felicidade se torna uma tortura, uma vez que o patrão, homem acostumado à vida, esperto e sagaz, descobre o feito de Tomás. Acostumado a ajudar a polícia de Salvador na busca de meliantes e amigo de detetives dessa cidade, o patrão, convencido de sua esperteza, decide ser o próprio autor da façanha, ao desmascarar sozinho o empregado diante de toda a sociedade. Contudo, Tomás, temendo a vergonha de ser chamado de ladrão e de ser desmoralizado perante toda a sociedade e a sua família, ao perceber que o patrão houvera descoberto o roubo, antecipa-se, e numa tocaia, atira no patrão, cometendo outro crime. Percebe-se que

(...) entram em cena outros matizes de controle social: os da moralidade espiritual, marcados nele como ferro em brasa, fazendo-os mergulhar na angústia do remorso; e os do direito, com sua coerção e penalidades objetivas, impostas ao submetidos que ousam responder às agressões de seus superiores. (ALMEIDA, 2013, p. 16).

Momentos de maior dramaticidade narrativa, os capítulos 12 até o último exploram o sofrimento físico e o drama de consciência do Sr. Casimiro, após ter sido atingido no meio do rosto por duas balas e grampo de cerca batido. O patrão, que foi derrubado pelo cavalo assustado mediante o barulho da arma, embrenha-se, cegamente, pela mata cerrada, situada em sua propriedade. Durante dois dias e duas noites, sangra e a cada movimento, fere-se cada vez mais nos espinhos. Em meio ao extremo sofrimento, lembra a vida tranquila que tem em Salvador, dos seus filhos e reflete sobre quem teria cometido tal violência, arrependendo-se de suas atitudes gananciosas enquanto patrão.

Tomás, ao assistir o sofrimento do compadre, arrepende-se muitas vezes do que fizera, ora pensa em ajudá-lo, mas, em constante conflito consigo mesmo, também pensa em eliminá-lo para acabar com o sofrimento de ambos: “Só assim dava consumo a tanto padecer. E o dele, Tomás, era pior. Andava todo envenenado, o pensamento variando, a cachola fervia que nem mel no tacho.” (EUCLIDES NETO, 2013b, p. 80).

Ambos, patrão e vaqueiro, explorador e explorado, em lados opostos, repensam suas atitudes cruéis e, num misto de culpa e arrependimento, reconstroem toda a tessitura narrativa, rememorando os fatos e atitudes que os levaram àquela situação extrema. Por fim, a consciência de Sr. Casimiro o acusa de suas atitudes egoístas:

Foi Tomás, a vaca gabarrenta, não valia nada, estou morrendo, sofro uma nuvem na cabeça, não sei, foi o leite novo que deu ao cachorro, a vaca gabarrenta, senão eu ficava vivo; morri porque briguei por causa do leite do cachorro [...]. Januário me matou, xinguei Januário, ofendi, jurei dar fim

Januário, o leite não prestava vender, vaca doente, milhares hectares gordos, a casa de Salvador, quatro carros na garagem, tudo perdi por causa do leite podre, misturado com sangue, deu cachorro, se não fosse leite novo, vaca gabarrenta, não morria, agora pode dar leite cachorro, pode vender vaca gabarrenta ao açougueiro Ipiaú para comprar máquina de pé, vestir meninas peito duro furando vestido, pode. Pode alegria cachorro lambe-lambendo leite grosso de sangue de novilha primeira cria. Ah! Se pudesse não brigar mais, voltar tudo. Foi Januário, Tomás. Fui eu. (EUCLIDES NETO, 2013b, p. 86).

Tomás também tem um severo drama de consciência:

A cabeça fervia. Vão rir, zombar, vender vaca gabarro, ladrão, matou esconder vergonha, padecer meio rua, mulher da vida perguntando vaqueiro Seu Casimiro pegado roubando gado, descarado, ladrão, melhor não ter atirado, não vender vaca gabarro [...].

Vergonha maior, ladrão. Melhor matar logo, caso sem jeito, cadeia beira-rio, subindo, afogando dentro muro pedra, pior praça povo olhando ladrão vaca, não tem onde fugir; Januário deu leite novo cachorro, alegria bichinho matando fome; vaca gabarrenta, leite ruim cachorro. (EUCLIDES NETO, 2013b, p. 87).

Assim, é nesse sentimento de confusão, delírio e remorso que a narrativa se encerra, possibilitando ao leitor arguto enxergar os conflitos advindos das questões de classe existentes no sistema escravocrata e patriarcal presente na região cacauieira sul-baiana do século XX. O texto ficcional remonta a uma época em que o trabalhador rural, inserido nas lutas sindicais, era assassinado violentamente, como se nota na narrativa pela morte do encarregado do Sindicato, o qual recebeu um tiro pelas costas.

O patrão, cruel e capcioso, detentor dos meios de produção e da propriedade, do lucro advindo da exploração da força de trabalho, é derrotado pelo empregado que, embora destituído da consciência de classe, toma uma atitude perante a sua condição de escravizado, expressão de resistência e insubmissão. Sendo assim, conforme propõe na epígrafe dessa obra: “Alguns – de muitos possuídos – já descobriram que estão sendo injustos para os que têm muito pouco. Isso vai ajudar a amadurecer o fruto” (EUCLIDES NETO, 2013b, s/p), o autor, por meio de seu texto ficcional, contribui para chamar a atenção de patrões e coronéis a repensarem essa realidade social injusta, a qual pode levar o sujeito subalterno a atos de violência.

Quanto a *Machombongo* (2014b), sétimo romance de Euclides Neto, é considerado pelo contista, cronista, crítico literário e tradutor Hélio Pólvora (2014), um relato firme, fluente e encadeado. A seu ver, entre todos os romances escritos por Euclides Neto, pensados a partir de teses e alinhamentos que o autor amadureceu em sua caminhada, essa obra é considerada “o ponto de equilíbrio, o grau certo de maturidade, a construção caudalosa de acabamento exato.” (PÓLVORA, 2014b, p. 12).

Corroborando o pensamento do crítico, percebe-se a maturidade da escrita literária de Euclides na construção e caracterização de perfis humanos, bem como um aprofundado teor político-ideológico presente na representação das questões sociopolíticas, desde as lutas de classe nas roças de cacau, comum a todas as obras, como também novas temáticas, dentre elas a crítica à política baiana, baseada no compadrio e jogos de interesses; importância do movimento sindical na luta pela reforma agrária; relações e violência de gênero numa sociedade patriarcal; crítica ao exercício profissional de advogados corruptos; abordagem da ideologia socialista e do processo de resistência dos ativistas comunistas.

O romance narra as atrocidades cometidas pelo ambicioso coronel Rogaciano Costa Sobrinho, conhecido vulgarmente por “Rogaciano Boca Rica”, pelo fato de ter trocado pedaços de dente por peças de ouro, costume da época. Herdou do pai setecentas arrobas de cacau, mas foi como revendedor de farinha, com jogo e com esperteza, que o coronel aumentou seu patrimônio, passando a comprar fazendas, casas, gado, cacau. Deputado e proprietário da fazenda Ronco D’Água, abre estradas de ferro na região, postos de gasolina, explora minas de cristal no sertão, adquire outras propriedades, nomeando delegados, manipulando a todos para satisfazer seus anseios políticos e ampliar seu poderio econômico, lançando mão da violência simbólica e física contra mulheres, filhos, trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Rogaciano e Dr. Esequiel – advogado destituído de valores morais, amigo do coronel – assim como a maioria dos coronéis das roças de cacau, exploravam a força de trabalho dos trabalhadores rurais, os quais vendiam sua mão de obra por um salário incipiente que não lhes assegurava sobrevivência e uma vida digna. Muitos deles vinham de outras regiões, enxotados pela seca do sertão e pelo desemprego e se viam obrigados a aceitar as péssimas condições de trabalho e de moradia. O texto ficcional aborda as práticas de violência aplicadas àqueles que reivindicavam direitos trabalhistas, na tentativa de resistência às condições de exploração, buscando salários mais justos e dignos.

Contextualizado numa época em que a estrutura fundiária na região cacaueira sofreu um processo de concentração de terras, principalmente a partir da década de 1980 (BERTOLT, p. 21), a narrativa remete à ambição de alguns coronéis da região em conquistar o maior número de fazendas, a fim de ampliar e manter o seu poderio econômico. Dessa perspectiva, “a fazenda Sorte Bela, extenso pedaço de chão coberto de cacau e pasto, pregado na divisa da Ronco D’Água, crescia no desejo do deputado Rogaciano.” (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 97). Tal era a usura do coronel:

(...) Terrão! Tudo bem na vida. Melhor do que qualquer tudo, comprar a terra vizinha! Aliás, pensando bem, não, há coisa mais saborosa do que comprar. Trazer do outro pra si. Fosse um jumento reprodutor, uma mulinha passeira, uma boiada. Novilhada indo para dois anos. Pode haver prazer maior que chegar num curral, subir no varão com o vendedor, balançar os olhos na vacaria amojada⁹, discutir o valor, saber que o criador anda com corda no vazio e relar o preço?! (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 98).

Assim, ambicioso e usurário, para se manter no poder, o coronel-deputado era capaz de tudo: troca de favores políticos em busca de eleitores; envolvimento em falcatruas com advogados; contrabando de drogas; envolvimento em crimes de trabalhadores que buscassem os direitos sindicais e, assim, valendo-se de força militar e ideológica, impunha a submissão pelas armas, pelo medo, de modo a alienar a população trabalhadora.

Euclides Neto apresenta ainda personagens, verdadeiros heróis comunistas, que se infiltram na fazenda do poderoso Rogaciano, passando-se por trabalhadores rurais, a fim de conscientizar o povo trabalhador dos seus direitos, retomando noções caras ao socialismo, tais como mais-valia, alienação, hegemonia. A sua escolha política pelo oprimido o leva a construir uma narrativa em que o coronel, que se achava tão argucioso, levasse muito tempo, o tempo delongado da narrativa, para descobrir que fora idiotizado e enganado pelos próprios trabalhadores empregados por ele. Fora condenado ao delírio febril, ao medo, revivendo os assassinatos que cometera, numa espécie de arrependimento:

(...) Não matem mais o cigano... Foi Cacheado! Não mandei matar Albertino. Não... não fui eu... A menina... quem comeu foi Cacheado.
 [...] Socorro, doutor Esequiel... vou ficar pobre... vão me botar pra trabalhar na enxada... vão tomar minhas terras... meu gado...
 [...] Cacheado... feche a cancela... bota gente nas divisas... não fui eu quem deu a bofetada em Zé da Noite... ele caiu... bateu a cabeça no passeio... não tive culpa... gente... gente... os caminhões estão levando o cacau... (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 330).

Como se vê, semelhante ao coronel Casimiro de *O Patrão* (2013b), Rogaciano reflete sobre as suas atitudes, mas não tem saída, pois é condenado à morte, numa espécie de reprovação do autor ao histórico de opressão e de violência desses sujeitos prepotentes e ditadores, ovacionados por políticos corruptos.

Contrapondo-se a esse histórico, o autor, no final da narrativa, retoma a personagem Dr. Quirino, médico e prefeito da cidade que decide trabalhar honestamente, após momentos

⁹ Diz-se da vaca e de outras fêmeas de animais prestes a parir e, por isso, com o úbere desenvolvido (NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO, versão eletrônica).

conflituosos consigo mesmo durante toda a narrativa, no que tange aos princípios éticos e morais no exercício de sua profissão e possuidor de uma ideologia socialista, a favor das lutas trabalhistas e da distribuição de terras. Assim, o médico escolhe abrir mão das fazendas, do status, do lucro, do poder, para ser feliz numa vida mais simples e alegre com o suor do seu trabalho. É, portanto, um exemplo a ser seguido pelos políticos, coronéis, detentores do poder nas roças de cacau, os quais deveriam se comprometer com um projeto político-social socialista, mais humano e igualitário.

Conclui-se esse introito apresentando *A enxada e a mulher que venceu o próprio destino* (2014c), oitavo livro publicado pelo autor, escrito após dez anos da publicação de *Machombongo* e última obra a integrar a Tetralogia dos Excluídos das roças de cacau. O autor, politicamente dedicado às questões agrárias no campo brasileiro e, no contexto baiano, como já posto nesta discussão, tem uma preocupação didática muito clara nas narrativas acima discutidas, algo que permanece fortemente visível nesse romance da década de 1990.

O didatismo euclidiano preconiza a conscientização por parte dos agentes políticos e donos de propriedades rurais, quanto às questões agrárias, as relações sociais díspares delas advindas, sensibilizando-os à percepção do homem e da mulher rural, enquanto sujeitos de direito, injustamente manipulados e alijados do sistema capitalista excludente. Por outro lado, conclama aos trabalhadores rurais ao autorreconhecimento de sua força, de seus valores, de sua real importância na manutenção ou resistência a essa engrenagem.

Em *A enxada e a mulher que venceu o próprio destino* (2014c), Euclides Neto conta a história de Albertina, mulher sofrida, abandonada pelo amásio, cheia de filhos, alguns, por necessidade, já tinham ido embora e três filhas se tornaram prostitutas. Restaram os menores, um ainda mamando, e Achado, menino que encontrara abandonado na saída de Jequié.

Albertina é catingueira, mas num processo de êxodo rural, migra para a cidade em busca de emprego. No entanto, criada e nascida na roça, Albertina não se adapta aos serviços de empregada e após ser enxotada pela patroa por ter quebrado um vaso chinês de porcelana, entende o desaforo como um conselho vindo do céu, assim, decide voltar para o campo: “Você não sabe fazer nada, tabaroa. Nem pode conviver com gente. Parece mais um bicho. E ainda não tem vergonha de pedir emprego. Some da minha vista: xucra, animal, retardada. Vamos ver que não serve nem pra a enxada.” (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 22).

E assim, a narrativa explora, de modo linear, as vicissitudes por que passam Albertina, seus filhos e a cachorra Cholinha, encontrada na rua e agregada à família. Embora analfabeta, a mulher demonstra conhecimento empírico, passado de geração em geração pelos pais, ex-proprietários de uma pequena roça. Desse modo, constrói uma choupana na cascalheira próxima

à propriedade do Sr. Manduca e lá começa a plantar e a alimentar seus filhos com umbus e palmas de licuri que encontra próximo dali. No entanto, é com a enxada, ou melhor, um cacambu de enxada¹⁰ encontrado numa roça abandonada que reconstrói a sua vida e a de seus filhos.

Traçando um paralelo entre *Os Magros* (2014a) e *A enxada e a mulher que venceu o próprio destino* (2014c), em *Os Magros* (2014a), João não consegue realizar o desejo de comprar um facão novo, instrumento indispensável ao seu trabalho e ao sustento familiar, tendo em vista que o mesmo aumentava sempre de preço. O seu facão “língua de teiú” já não cumpria a função necessária, o que lhe provocou a derrocada e o levou à loucura, triste fim. Já Albertina, no entanto, sentia-se rica com o tesouro achado, embora a enxada fosse velha, “ferrugem roendo a boca”, tivera muito mais sorte que João.

Além de encontrar o instrumento que lhe seria útil na labuta com a terra, a mulher conta com a benevolência do Sr. Manduca, ao lhe dar um pedaço de terra de sua propriedade, além de uma cabritinha, machado, foice, enxada e facão usados e um pedaço farto de carne de cabra, como forma de retribuir à mulher por ter lhe comunicado da carnificina que a onça tivera feito, matando quatro de suas cabras.

Muito feliz e persistente, Albertina, junto com seus filhos e Cholinha, “cachorra de atitude”, por meio da força do trabalho honesto e solidário, passa a ter uma vida de fartura. Com palmas de licurioba¹¹, ensina aos filhos as atividades artesanais de fazer chapéus, esteiras e “bassouras”, que passam a ser vendidos ou dados aos amigos, como forma de reconhecimento e solidariedade rural. Ensina, também, a pegar mel nos favos, a tecer, fazer roupa, curtir couro, tirar leite de vegetal, atividades que os fazem sair da situação de aniquilamento e de miséria sofrida na zona urbana.

Portanto,

Ao associar a vitória da mulher à enxada, o romance aponta para a direção ética de sua opção estética: valorizar o trabalho e a vida no campo como salvação para o homem, lavrar uma escrita simples e honesta que transmita valores edificantes, recuperar a força do narrador clássico. (HERRERA, 2014, p. 9).

Herrera, nesse excerto, alude ao narrador clássico, conceito difundido pelo filósofo Walter Benjamin (1994), para o qual esse tipo de narrador age como um conselheiro que conta

¹⁰ Enxada velha, desgastada (EUCLIDES NETO, 2013a, p. 47).

¹¹ É o nome popular de uma palmeira da família das Arecáceas (ex-Palmáceas), que ocorre no Nordeste, especialmente entre os estados da Paraíba e da Bahia. Cresce até 4 metros e habita a faixa litorânea e restingas. Seu fruto é muito apreciado e é usada em paisagismo (DICIONÁRIO INFORMAL).

e narra suas próprias experiências com o objetivo de ensinar algo, valorizando a sabedoria advinda dos seus ancestrais. Em *A enxada e a mulher que venceu o próprio destino* (2014c), o narrador enfatiza os casos, a sabedoria popular passada de geração em geração, o conhecimento da cultura, valores e costumes da região cacauzeira sul-baiana, nas vozes de Albertina e a cachorra humanizada Cholinha. Valoriza a reconstrução econômica e social de uma família que teria tudo para ser dizimada no contexto frio e excludente da zona urbana, ensinando aos trabalhadores do campo a lição da autovalorização, da persistência e da resistência no campo.

Contrapondo as narrativas anteriormente exploradas, a obra traz um final feliz para Albertina e seu clã. Assim, Euclides Neto traz uma visão romântica e idealizada de uma sociedade em que as pessoas são mais humanas, solidárias e justas, como mostra por meio das personagens Sr. Manduca, D. Mocinha, Seu Custódio e Gaspar. O proprietário da terra, Sr. Manduca, contrapõe-se aos coronéis casca-grossa¹² e ambiciosos de *Os Magros* (2014a), de *O Patrão* (2013b) e de *Machombongo* (2014b), pois se trata de um sujeito que divide a sua terra de maneira pacífica, disponibilizando meios de produção, para que Albertina tivesse possibilidades de produzir e de se beneficiar da sua própria produção.

Diante disso, a obra representa o idealismo socialista do autor na busca de uma sociedade menos excludente, em que a produção de bens e a distribuição dos mesmos pudessem estar atrelados a um sistema de igualdade e cooperação coletiva, muito semelhante ao que propõe, de modo lírico, neste seu *A enxada e a mulher que venceu o próprio destino* (2014c).

Após esse momento em que as obras foram apresentadas de um modo mais geral, o leitor encontrará no tópico seguinte, um diálogo que se estabelece, a partir de um estudo comparado e sistematizado entre os três primeiros textos ficcionais, no que diz respeito às representações socioculturais das trabalhadoras e trabalhadores rurais grapiúnas, considerando o processo de construção das personagens e a problemática da representação do outro subalternizado. Serão analisados alguns elementos importantes e inerentes à representação social: o trabalho, a linguagem e as relações de classe e poder entre dominantes e dominados.

¹² Grosseiro, ignorante, atrasado. (EUCLIDES NETO, 2013a, p. 48).

I.1 Diálogos entre *Os Magros*, *O Patrão* e *Machombongo*: representações dos trabalhadores rurais grapiúnas

Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. (WOODWARD, 2008, p. 18).

Para se estabelecer um estudo comparativo entre as obras *Os Magros* (2014a), *O Patrão* (2013b) e *Machombongo* (2014b), no tocante à análise das representações sociais dos trabalhadores rurais grapiúnas, faz-se necessário, inicialmente, discutir o conceito de “cultura”, uma vez que as representações sociais estão nela inseridas, conforme pontua Farias (2001), ao argumentar que a cultura é uma percepção de mundo e conjunto de práticas sociais, representações e experiências que compõem a realidade no cotidiano (FARIAS, 2001).

Ressalta-se que a ideia de cultura e o próprio conceito suscitam muitas discussões, diante da complexidade do termo e do seu caráter polissêmico, o que já se percebe desde os primórdios dos Estudos Culturais. Para Hall (2003), não há uma definição única e não problemática do termo, pois se trata de um conceito obscuro, não havendo uma ideia lógica ou conceitualmente clara, apenas interesses convergentes.

A própria ideia de cultura passa por uma crise, como argumenta o crítico Eagleton (2011), pois as suas diversas noções, muitas vezes, são formuladas de modo muito alargado ou de modo muito restrito, o que pode provocar a perda total do seu significado. Isso porque a cultura e a vida social, no mundo pós-moderno, estão mais uma vez estreitamente aliadas, porém sob a forma da estética da mercadoria, da espetacularização, da política, do consumismo do estilo de vida, da centralidade da imagem e da integração final da cultura dentro da produção de mercadorias em geral.

Ademais, Eagleton (2011) afirma que a cultura não é a única coisa de que se vive, mas, em grande parte, é algo para o que se vive e nesse sentido, está mais próxima, pois se relaciona ao afeto, relacionamento, memória, parentesco, lugar, comunidade, dentre outros, ao passo que o autor adverte que essa intimidade com a cultura pode se tornar obsessiva, a menos que seja colocada em um contexto político claro, em seu devido lugar.

Já Said (2011), autor retomado por Eagleton (2011) em suas discussões, emprega o conceito cultura, concebendo-o de dois modos. Primeiramente, considera

(...) todas aquelas práticas, como as artes de descrição, comunicação e representação, que têm relativa autonomia perante os campos econômico, social e político, e que amiúde existem sob formas estéticas, sendo o prazer

um de seus principais objetivos. Incluem-se aí, naturalmente, tanto o saber popular sobre partes distantes do mundo quanto o conhecimento especializado de disciplinas como a etnografia, a historiografia, a filologia, a sociologia e a história literária. (SAID, 2011, p. 7).

Como se vê, o crítico cultural e literário apresenta uma visão de cultura que abarca as diferentes práticas socioculturais que muitas vezes existem sob formas estéticas, cuja autonomia é relativa diante dos aspectos econômicos e sociopolíticos. Por outro lado, afirma que, de modo quase imperceptível, a cultura é “um conceito que inclui um elemento de elevação e refinamento, o reservatório do melhor de cada sociedade, no saber e no pensamento.” (SAID, 2011, p. 8).

No seu entendimento, essa é uma visão de cultura que se associa, com o passar do tempo, e de forma grosseira, à nação ou ao Estado e, nesse sentido, é vista como fonte de identidade, no entanto, de uma identidade única e centralizadora que desconsidera o multiculturalismo e os processos de hibridização. O autor deixa clara a sua crítica acerca dessa segunda acepção, pois demonstra que há uma supervalorização e veneração por parte de uns com relação a sua própria cultura em detrimento da cultura do outro, desvinculando-a do mundo cotidiano.

Por fim, o autor afirma que a cultura e suas formas estéticas advêm da experiência histórica, valoriza, assim, os diferentes saberes e culturas, quer sejam eruditos ou populares, desconstruindo uma percepção que segrega e avalia as diferentes culturas como inferiores ou menores. Fica evidente a sua contribuição para se entender o termo cultura em sua pluralidade, ao ressaltar a impossibilidade de tratá-la, em suas diversas concepções, como algo monolítico. Said (2011), como um intelectual que transita entre os universos oriental e ocidental, deixa claro que a cultura não deve estar circunscrita a um determinado espaço ou povo, uma vez que faz parte da herança humana.

Com base na discussão do crítico palestino, este estudo propõe entender as culturas como práticas sociais heterogêneas e híbridas, tendo em vista que o contexto cultural sul-baiano formou-se por meio dos processos de hibridação linguística e sociocultural. Entende-se que a Região foi sendo povoada por tipos populares que se multiplicaram, trazendo cada um de seus locais de origem, sua diversidade, aspectos culturais que foram mesclados e contribuíram para a formação de um perfil próprio da sociedade cacaueira.

A hibridação se dá, essencialmente,

na formação sociocultural da Região Cacaueira sul-baiana, quando o índio-nativo, o branco-europeu, o negro-africano e os demais imigrantes internos e externos (árabes, sírios e libaneses) souberam, de uma maneira ou de outra,

mesclar suas culturas, praticando-as de maneira ora isolada ora coletiva, no decorrer da convivência. (OLIVEIRA, 2013, p. 70-71).

Assim, com o objetivo de se ler e interpretar o contexto cultural híbrido da região cacauceira representada nas narrativas romanescas de Euclides Neto, bem como para se re-pensar, re-presentar e re-construir dadas representações sociais, num determinado tempo e espaço, valoriza-se a aceção proposta por Said (2011) de que “todas as culturas estão mutuamente imbricadas; nenhuma é pura e única, todas são híbridas, heterogêneas, extremamente diferenciadas, sem qualquer monolitismo.” (SAID, 2011, p. 27).

Além disso, percebe-se que a cultura tem papel central nas discussões atuais, ultrapassando a visão dicotômica e hierárquica da "cultura x economia", uma vez que essas fronteiras são rasuradas. Entende-se, sobretudo, que os Estudos Culturais se opõem ao papel residual e de mero reflexo atribuído ao cultural, trazendo, assim, uma crítica à metáfora “base/superestrutura”, proposta pelo marxismo clássico, a qual se relaciona a uma definição reducionista ou economicista de determinação, em que a cultura é vista como elemento secundário (HALL, 2003).

Ainda para o crítico, há um paradigma dominante nos Estudos Culturais que a entende como “algo que se entrelaça a todas as práticas sociais; e essas práticas, por sua vez, como uma forma comum de atividade humana: como práxis sensual humana, como a atividade através da qual homens e mulheres fazem a história” (HALL, 2003, p. 133), cuja formulação é ampla, na medida em que considera a dialética entre o ser e a consciência social. Destaca a relevância da cultura como elemento importante na construção histórica e social do homem, acrescentando que se trata dos

(...) sentidos e valores que nascem entre as classes e grupos sociais diferentes, com base em suas relações e condições históricas pelas quais eles lidam com suas condições de existência e respondem a estas; e *também* como as tradições e práticas vividas através das quais esses “entendimentos” são expressos e nos quais estão incorporados (HALL, 2003, p. 133).

Considerando os conceitos de “cultura” discutidos por Hall (2003) e Said (2011), entende-se que a mesma não deve ser concebida apenas como cultos e costumes, mas como práticas sociais que produzem significados por meio dos quais os indivíduos dão forma à sua experiência e ao mundo. Busca-se nesta pesquisa, a partir dessas concepções mais alargadas, compreender as culturas dos grupos sociais pertencentes à comunidade cacauceira e, acima de tudo, interpretar o modo como a cultura de um grupo social e, nesse caso, a dos subalternos,

pode rasurar a ordem social e hegemônica de outro grupo ou aderir e submeter-se às relações de poder. Como o foco desta pesquisa é o de investigar as representações sociais das/os trabalhadoras/es rurais na obra euclidiana, considerando a linguagem, a memória, a história e as relações de gênero e ruralidade, entende-se também a cultura como o exercício de olhar o outro, de ler esse outro e pensá-lo nas relações sociais vinculadas às relações de poder.

Do mesmo modo, os Estudos Culturais desenvolvem reflexões sobre representação, entendida como um sistema de significação, no qual

(...) está envolvida uma relação entre significado (conceito, ideia) e um significante (uma inscrição, uma marca material: som, letra, imagem, sinais, manuais). Nessa formulação, não é necessário remeter-se à existência de um referente (à “coisa” em si): as “coisas” só entram num sistema de significação no momento em que lhes atribuímos um significado – nesse exato momento já não são simplesmente “coisas em si”. É claro que as “coisas” mesmas podem funcionar como significante. (SILVA, 2010, p. 35, grifos do autor).

O conceito de cultura conflui com o conceito de representação, já que ambos partem da semiologia, também chamada de ciência geral dos signos, cujo interesse primordial é estudar todos os fenômenos culturais considerando-os como sistemas de signos ou de significação. A semiologia – em oposição à linguística, que toma apenas a linguagem verbal como objeto de estudo (signos linguísticos) –, tem por objeto qualquer sistema de signos, a saber: imagens, vestuários, ritos, etc.

Um acontecimento ou um objeto pode ter várias interpretações, vários sentidos. De acordo com Deleuze (1976), em seu texto *Nietzsche e a filosofia*, o sentido é uma noção complexa, pois há uma pluralidade de sentidos, um complexo de sucessões e de coexistências que faz da interpretação uma arte. Compreende-se, então, que Euclides Neto, como intérprete da sociedade cacauera sul-baiana, apresenta alguns sentidos possíveis nas representações dos sujeitos sociais nela inseridos, considerando o trabalho, a sua linguagem peculiar, comportamentos sociais, os conflitos, medos, perspectivas de vida, o seu lugar numa sociedade que se divide em classes, em que a disputa pelo poder é bastante acirrada.

O autor adota uma postura de interpretação das relações de classe desiguais existentes entre os trabalhadores rurais e a classe abastada no cenário das roças de cacau situadas na região sul da Bahia, assim, é importante discutir o conceito de hegemonia, entendendo-o à luz das acepções teóricas difundidas pelo filósofo e cientista político italiano Antonio Gramsci (1891-1937).

Para Gruppi (2000), pensador contemporâneo brasileiro que relê Gramsci, este considera a hegemonia como a capacidade de unificar e conservar coeso um bloco social heterogêneo, composto por visões contraditórias, de modo a impedir que essas disparidades de concepção de mundo causem uma crise na ideologia dominante, a fim de garantir a força política e social daqueles que estão no poder. Entende-se, desse modo, que se trata de uma liderança não somente cultural, como também, política e ideológica de uma classe sobre as outras. No entanto, Gramsci argumenta ainda que as formas históricas da hegemonia se modificam conforme a natureza das forças sociais que a exercem.

Gramsci situa o homem em suas relações sociais e ativas, referindo-se não ao homem de modo geral, mas de modo específico à vida cultural daqueles sujeitos pertencentes às classes subalternas, dos trabalhadores, dos camponeses. Argumenta que todo homem, ainda que inconsciente, é possuidor de uma concepção de mundo, tendo em vista que possui um discurso. Por outro lado, deixa claro que o homem possui uma consciência subordinada que é imposta pelo ambiente em que habita e que recebe influências várias e contraditórias. Sendo assim, a consciência ao mesmo tempo que se refere a uma relação social também é considerada como resultado dessa relação.

O que chama a atenção em suas discussões é a problemática crucial que levanta acerca de como formar uma concepção consciente e crítica, em que se possa escolher a própria atividade e contribuir de forma ativa para a produção da história mundial, sem aceitar de forma passiva do exterior a imposição de uma personalidade. Gramsci pontua que a formação da consciência crítica, não se dá pelo processo de reflexão pura e individual, mas a partir do processo social, por meio de uma formação político-ideológica, em que os partidos políticos têm relevada importância.

Ainda a seu ver, as classes sociais dominadas ou subalternas compartilham de uma concepção ideológica de mundo que é imposta pelas classes dominantes. Sendo assim, estas classes impõem a sua ideologia às classes subalternas, operária e camponesa, por meio de diversos canais (escola, religião, serviço militar, cinema, rádio, dentre outros), por meio dos quais se constrói o que o filósofo italiano denominou de hegemonia.

A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos: como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. “Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados.” (GRAMSCI, 1999-2002 *apud* COUTINHO, 2011, p. 290). No entanto, Gramsci enfatiza que um grupo social deve ser dirigente antes mesmo de conquistar o poder governamental, ou seja,

após o exercício e conquista do poder, torna-se dominante, mas deve continuar sendo também dirigente.

Ainda para o pensador, é quase impossível existir o domínio completo de uma classe sobre as demais, o que ocorre apenas nos regimes ditatoriais ou terroristas. Nesse sentido, salvo essas exceções, o poder hegemônico pode ter sua supremacia contestada ou ser substituída por outra hegemonia, configurando o que denomina como movimento contra-hegemônico.

Euclides Neto, em suas narrativas, aponta a concentração de poder nas mãos dos fazendeiros que recorriam sempre à violência para reprimir qualquer tipo de resistência a sua ascendência e instaurar a sua coercibilidade sobre os fracos. Nesse sentido, tratavam-se de manter sob o seu poder as organizações legalmente constituídas, cujas funções precípuas eram as de conservar a ordem e sanar as injustiças. Entretanto, na prática, isto não ocorria. Além disso, cooptavam ideologicamente, como classe dominante, essa classe subalterna, constituindo o seu poder hegemônico.

Por outro lado, representa também em seus textos ficcionais, algumas situações em que certas personagens, agregados das roças de cacau, subassalariados, rejeitam e lutam contra a hegemonia da classe dominante, resistindo ao jugo e à exploração dos proprietários da terra e isto muito se deu com o apoio e a representação do sindicato. Contudo, são posições contra-hegemônicas isoladas, não constituindo o que Gramsci denomina como “hegemonia do proletariado”, uma vez que não há por parte das classes subalternas, trabalhadoras e trabalhadores rurais, retirantes, lavadeiras e cidadãos, uma consciência que os torne capazes de instituir uma organização política e uma estrutura econômica que se baseie em uma nova ideologia.

Para se discutir o conceito de “representações sociais” em um contexto marcado pelo domínio hegemônico dos coronéis, jagunços e administradores, bem como compreender as estruturas e comportamentos sociais da classe trabalhadora, esta pesquisa revisita e se apropria desse conceito introduzido por Serge Moscovici (2003) na Psicologia Social, situado na interface entre o psicológico e o social, entendendo-o como o conjunto de explicações, crenças e ideias partilhadas por um grupo em comum e resultante de uma interação social. No entanto, estão relacionadas também à individualidade. Entende-se, ainda, que as representações intervêm na atividade cognitiva e a determina. Por outro lado, há certa quantidade de autonomia quanto de condicionamento nos ambientes natural, social ou em ambos, é, portanto, um conceito que traz um debate complexo e múltiplo.

Embora Moscovici tenha partido da discussão sobre representação social de Émile Durkheim, seu pensamento difere do entendimento do sociólogo, tendo em vista que o mesmo

acredita que as relações entre sociedade e cultura são interdependentes e contraditórias e não estáticas, como preconizava o sociólogo. Enquanto Durkheim percebe as representações coletivas como formas estáveis para se compreender a coletividade, cujo poder de obrigar serve à integração da sociedade como um todo, Moscovici se interessa em explorar a variação e diversidade das ideias coletivas nas sociedades modernas.

Assim, Duveen (2003), também psicólogo e pesquisador das representações sociais, na introdução da obra *Representações sociais: investigações em psicologia social*, de Serge Moscovici, argumenta que

(...) essa própria diversidade reflete a falta de homogeneidade dentro das sociedades modernas, em que as diferenças refletem uma distribuição desigual de poder e geram uma heterogeneidade de representações. Dentro de qualquer cultura há pontos de tensão, mesmo de fratura, e é ao redor desses pontos de clivagem no sistema representacional duma cultura que novas representações emergem. (DUVEEN, 2003, p. 15-16).

Nesse sentido, Moscovici (2003) esclarece que as representações sociais heterogêneas apresentam duas funções: **convencionalizam** os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram, dando-lhes uma forma definitiva, localizando-os em uma categoria e gradualmente, os colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Assim, as pessoas são influenciadas pelos condicionamentos preliminares que lhes são impostos por suas representações, linguagem ou cultura.

Ainda no entendimento de Moscovici, os sujeitos sociais pensam através da linguagem, assim, organizam os pensamentos por um sistema que está condicionado tanto pelas representações, como pela cultura. Dessa maneira, só se enxerga apenas o que as convenções subjacentes permitem que o indivíduo veja e isso se dá de modo inconsciente. No entanto, ao se tornar consciente das convenções da realidade, através de um esforço, pode-se escapar de algumas exigências que elas impõem aos pensamentos e percepções, não sendo possível se libertar para sempre das convenções e eliminar todos os preconceitos.

A segunda função se refere ao caráter **prescritivo** da representação. Para o psicólogo romeno, as representações são prescritivas, impõem-se sobre o sujeito como uma força irresistível. Essa força é abordada como uma combinação de uma estrutura que já existe antes mesmo do ser humano começar a pensar e de uma tradição que decreta aquilo que deve ser pensado. Assim, “enquanto essas representações, que são partilhadas por tantos, penetram e influenciam a mente de cada um, elas não são pensadas por eles; melhor, para sermos mais precisos, elas são re-pensadas, re-citadas e re-apresentadas.” (MOSCOVICI, 2003, p. 37). Na

visão do autor, a representação que se tem de algo não está relacionada diretamente ao modo de pensar, pelo contrário, uma vez que o nosso modo de pensar e aquilo que se pensa dependem de tais representações, isto é, no fato de que nós temos ou não temos, dada representação.

Jodelet (1989), estudiosa francesa que dá continuidade aos estudos de Serge Moscovici sobre a teoria das representações sociais, argumenta que a observação dessas representações se dá de modo fácil em muitas ocasiões, pois as mesmas circulam nos discursos, carregadas pelas palavras e veiculadas nas mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas nas condutas e agenciamentos materiais ou espaciais. As representações exprimem o indivíduo ou os grupos que os forjam e dão do objeto que representam uma definição singular. Nesse sentido,

Essas definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo constroem, para esse grupo, uma visão consensual da realidade. Esta visão, que pode entrar em conflito com a de outros grupos, é um guia para as ações e trocas cotidianas — e veremos que se trata das funções e da dinâmica social das representações. (JODELET, 1989, p. 4).

A autora, em diálogo com o psicólogo romeno, preceitua que as representações sociais são uma forma de conhecimento elaborado e compartilhado socialmente e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Designadas como “saber do senso comum” ou “saber ingênuo”, “natural”, as representações sociais se distinguem do saber científico, no entanto, são vistas também como objeto de estudo legítimo, isto porque trazem esclarecimentos importantes sobre os processos cognitivos e sobre as interações sociais. Jodelet (1989) ainda argumenta que a representação social deve ser estudada articulando elementos afetivos, mentais e sociais, e integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, as relações sociais que afetam as representações e a realidade.

Para Jodelet (1989), representar ou se representar equivale a um ato do pensamento pelo qual o sujeito se relaciona com o objeto. Este pode ser uma pessoa, uma coisa, um evento material, psíquico ou social, além de um fenômeno natural, uma ideia, uma teoria. Não há representação sem objeto e o mesmo pode ser real, imaginário ou mítico. Nesse sentido, a representação mental, como a representação pictórica, teatral ou política, toma o lugar do objeto, torna-o presente quando ele está distante ou ausente e é, assim, a “representante mental do objeto que reconstitui simbolicamente.” (JODELET, 1989, p. 5). Como conteúdo concreto do ato do pensar, carrega a marca do sujeito e de sua atividade, trazendo assim, o caráter construtivo, criativo e autônomo das representações que permite uma parte de reconstrução, interpretação do objeto e expressão do sujeito.

As representações sociais devem ser consideradas, então, como uma maneira específica de compreender e comunicar o que já se sabe, buscando-se abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa. Nesse sentido, Moscovici (2003) e Hall (1997) compartilham seus argumentos ao concordarem sobre a natureza semiótica das representações. Para Hall (1997), a representação se refere a um processo de construção simbólica, ideológica e mental que se compartilha socialmente.

As representações sociais presentes nas narrativas do autor sul-baiano possuem caráter convencional e prescritivo, conforme explicita Moscovici (2003) em sua teoria das representações sociais. Nesse sentido, são, em sua maioria, resultados de estereótipos construídos, impostos e convencionalizados ao longo da história da sociedade cacaueteira, passados de geração em geração e, de certo modo, ainda presentes no imaginário e na cultura local nos dias atuais.

Ao se falar em trabalhadora rural, logo se pensa em uma mulher submissa, inferior, xucra, maternal, procriadora, que exerce funções domésticas e, às vezes, quando se está no campo, funções leves, consideradas de menor valor; quanto ao trabalhador rural, são trazidas à tona imagens de sujeitos pobres, sujos, ignorantes, passivos, incapazes de ascensão social, servindo apenas para exercer o trabalho braçal e obedecer às regras impostas pelo patrão.

Moscovici demonstra que,

(...) por um lado, ao se colocar um signo convencional na realidade, e por outro lado, ao se prescrever, através da tradição e das estruturas imemoriais, o *que* nós percebemos e imaginamos, essas criaturas do pensamento, que são as representações, terminam por se constituir em um ambiente real, concreto. Através de sua autonomia e das pressões que elas exercem (mesmo que nós estejamos perfeitamente conscientes que elas não são ‘nada mais que ideias’), elas são, contudo, como se fossem realidades inquestionáveis que nós temos que confrontá-las. (2003, p. 40)

Essas representações estão intimamente vinculadas a uma realidade social que o autor questiona, na medida em que denuncia as relações de classe entre o patrão e os trabalhadores rurais, permeadas pelas relações de poder. Ainda que seja difícil para o autor superar as representações sociais impostas, uma vez que o “invisível é inevitavelmente mais difícil de superar do que o visível.” (MOSCOVICI, 2003, p. 40), vê-se que há uma tentativa de romper com as mesmas. O autor representa uma sociedade em que os papéis do homem e da mulher são vivenciados, mostrando as desigualdades resultantes das relações de domínio e opressão. Nessa esteira,

As relações sociais estabelecidas entre a figura do coronel e a figura do trabalhador eram consequências diretas da lei do cacau: o coronel, que tinha o cacau, exercia o poder, a palavra final, enquanto o trabalhador vivia em situação de extrema exploração social, exercendo, em alguns momentos, o poder da resistência [...] (CIDREIRA DE JESUS, 2011, p. 93).

É nesse sentido que se entende o “trabalho de representação” do texto euclidiano como possibilidade criativa do autor, no intuito de significar esse sujeito social subalternizado, numa perspectiva “diferente” da noção normalmente difundida na cultura da região cacauzeira. O sentido ativo ou performativo do “trabalho de representação” é explorado por Hall (1997), na medida em que o crítico cultural a concebe como produção de significados por meio da linguagem. Euclides Neto, por meio do seu trabalho, contribui, sobremaneira, para a visibilização do trabalhador rural, do seu papel social, explorando os sentidos e estereótipos a ele impingidos, e, muitas das vezes, contrapondo-os.

Nesse ponto, cabe discutir o conceito de estereótipo apontado por Hall (1997) em seu texto *O espetáculo do outro*, em que o estudioso discute elementos constantes de um regime racializado de representação. Na visão do sociólogo, estereotipar reduz, essencializa, naturaliza e fixa a “diferença”, aplica uma estratégia de “divisão” e isso costuma ocorrer onde há uma forte desigualdade de poder, o qual, no seu entendimento, é geralmente dirigido a grupos subordinados ou excluídos.

Dyer (1977 *apud* Hall, 1997) aponta que um aspecto deste poder é o etnocentrismo que preconiza a aplicação das normas de uma determinada cultura em detrimento das outras. Dyer, pesquisador inglês que discute representações de raça, sexualidade e gênero, ainda retoma o argumento de Derrida (1972) de que não há coexistência pacífica entre as oposições binárias como Nós/Eles, mas, de fato, há uma hierarquia violenta, em que um dos dois termos governa ou tem vantagem sobre o outro.

Ainda sobre esse pensamento, Hall (1997) anuncia que o processo de estereotipagem faz parte da manutenção da ordem social e simbólica. Levanta uma fronteira simbólica entre o que “pertence” e o que não pertence ou é “diferente”, entre o “aceitável” e o “inaceitável”, entre “conhecidos” e “estranhos”, constituindo elos dos que são tidos como “normais” em uma “comunidade imaginária”, enviando para o exílio todos “os outros” que são diferentes. Em se tratando da região cacauzeira sul-baiana, o “outro” diferente, subalternizado e exilado, refere-se à mulher e ao homem que trabalha nas roças de cacau, sujeitos governados pelo coronel, proprietários de terras e capatazes que detinham e exerciam o poder hegemônico nas regiões cacauzeiras no Sul da Bahia, a fim de manter a ordem social e impor a sua ideologia na garantia de ascensão sociopolítica e cultural de modo violento.

Dentro do estereótipo, o crítico ressalta que se estabelece uma conexão entre representação, diferença e poder. Quanto a esse último aspecto, chama a atenção para o fato de se examinar a natureza desse poder que vai além da coerção física e restrição como rotineiramente é visto. Assim, traz um aspecto importante do poder em *representação*: poder de marcar, determinar e classificar. Trata-se, portanto, de um poder simbólico, não somente em termos de exploração econômica ou coerção física, mas de modo mais amplo em termos culturais e simbólicos, incluindo o poder para representar alguém ou algo de certa maneira, num regime determinado de representação.

Assim, destaca que o poder opera em condições de relações desiguais, afirmando que Gramsci enfatizaria que essas relações se dão entre “classes sociais”, enquanto Foucault se opunha a identificar um grupo ou sujeito específico como origem do poder, uma vez que este filósofo propõe, diferentemente de Gramsci, que o poder opera num local, em um nível tático.

Mediante o exposto, torna-se necessário retomar a questão crucial e polêmica acerca da representação do “outro”. Fica explícito que o intelectual se investe de um poder simbólico ao exercer o seu papel na cultura e na sociedade. O lugar, a posição ocupada pelo autor na sociedade sul-baiana e as funções que este desempenha na mesma, determinam o seu lugar social de enunciação e assegura as representações sociais que são influenciadas pela ideologia que mantém com o mundo social.

Spivak (1990 *apud* ALMEIDA, 2014) discute muito bem sobre o perigo de se constituir o outro e o subalterno apenas como objeto de conhecimento ou de simplesmente falar por ele. Para a autora, esse lugar do intelectual acaba por reproduzir as estruturas de poder e opressão, mantendo o subalterno silenciado, sem lhe oferecer um espaço de fala. A seu ver, o processo de fala se caracteriza por uma posição discursiva, uma interação entre falante e ouvinte, no entanto, esse espaço dialógico não se concretiza para o sujeito subalterno, cuja voz é sempre intermediada pela voz de outrem que crê poder falar por esse outro (a).

Respeitada essa postura crítica quanto ao perigo da representação, ou seja, do ato de assumir o lugar do outro numa concepção política da palavra e ainda performatizar e encenar esse outro, destaca-se aqui a força estética e política do autor em questionar e propor contraestratégias que rasurem determinadas representações sociais desse outro, injustamente esquecido nas narrativas construídas sobre a nação grapiúna.

O “outro” aqui é visto como um sujeito heterogêneo, em condições de subalternidade, pertencente à camada mais baixa na sociedade grapiúna, excluído dos processos de representação sociopolítica e cultural e da possibilidade de ascender à classe social dominante. Euclides Neto problematiza as representações sociais desses sujeitos, tendo em vista que

apresenta a heterogeneidade das mesmas, levando em consideração o espaço e o tempo como “lentes” que possibilitam uma melhor percepção dos antagonismos presentes nas relações de classe e poder no contexto da região cacauzeira.

Nesse contexto,

Grande parte da população aliena-se; ignorando os porquês, cumpre a sina dos vulneráveis, quase sempre sobrevivendo na mudez e na invisibilidade. São os excluídos do desfrute da produção, inclusive da sua própria. São mantidos fora dos palcos político-sociais, pois suas vozes são demasiadamente fracas para serem ouvidas. (ALMEIDA, 2013, p. 11).

Cada personagem, esse “outro” representado e criado por Euclides, conta a sua própria história, tendo por intermédio o narrador. São considerados, portanto, espécies de “homens-narrativa”, como bem explicita Todorov (2006), ao discorrer sobre a função das personagens no texto narrativo. A personagem, na visão do filósofo, é “a história da sua vida”. Ademais, explica que cada nova personagem traz ao texto uma nova intriga. Assim, em *Os Magros* (1992), o narrador apresenta João, protagonista da obra, agregado¹³ da Fazenda Fatura. Traz à tona a história de sua vida, vinculadas às representações sociais que se baseiam em estereótipos acerca do trabalhador rural:

João era agregado: magro, pálido, olhos afundados nas órbitas cavadas. Barbicha rala de muito tempo, o cabelo crescido, encobrindo as orelhas. O chapéu de palha sem fundo. As roupas em molambos, encerotadas¹⁴, mostrando a carne flácida. Pés enormes, chatos, o dedão torcido para um lado. Pés criados na lama, furados de espinhos. Pés de bicho. Alguns dentes quebrados. O cinturão de sola e o facão mostrando a ponta pela bainha velha. **Quase não pensava. Ouvia o búzio que o chamava à roça. Ia tocado como um boi no arrasto.** (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 18, grifo da pesquisadora).

O único sonho do trabalhador, como já explanado no início desta seção, era obter dignamente o mais importante instrumento de trabalho, um facão, pois o seu já se tornara “língua de teiú”¹⁵ e já não servia para nada. Precisava dar uma vida mais digna aos seus filhos, a exemplo de Aprígio, o menor, que parecia uma assombração de tão magro e doente. Mesmo apanhando dos pais, para saciar a fome que o corroía, comia constantemente torrões de terra.

¹³Bras. Trabalhador rural que reside em terra alheia e a cultiva, sob condições estabelecidas pelo proprietário (DICIONÁRIO DIGITAL).

¹⁴Sujas (EUCLIDES NETO, 2013a, p. 58).

¹⁵Facão de folha fina pelo uso prolongado. (EUCLIDES NETO, 2013a, p. 77).

Minayo (2000) entende que as representações sociais se manifestam em palavras, sentimentos e condutas, e assim se institucionalizam. Dessa maneira, podem e devem ser analisadas a partir do entendimento das estruturas e comportamentos sociais. Nesse excerto, percebe-se que o comportamento de João, que remete a tantos outros de sua classe, possibilita entrever imagens construídas acerca do trabalhador como um sujeito passivo, alienado, destituído de consciência política e social, bem como destituído de inteligência, comparado aos animais e de pequenos objetivos de vida.

Tal representação ainda é ratificada no excerto: “João estava triste com a morte do filho. Ainda mais porque ele tinha morrido pagão. Aquela angústia misturada com ódio que ele não sabia de quem, invadia toda sua alma pequena, escura, **dona de curtos anseios.**” (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 50, grifo da pesquisadora).

A submissão dos trabalhadores rurais, mulher ou homem, está cruelmente posta na passagem em que João e Isabel veem um de seus filhos sendo chicoteado pelo gerente Antônio: “Isabel desatou a chorar. Correu esbaforida ao quintal. Seu filho tinha apanhado com taca de bater em burro. Seu marido não podia fazer nada” (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 51). Levando em consideração que uma das condições de se conseguir trabalho nas fazendas de cacau era possuir poucos filhos ou não tê-los, João foi obrigado a mentir sobre a quantidade de filhos que possuía, levando-o à condição de inexistentes. Para João, assim como para a maioria dos trabalhadores rurais no contexto sul-baiano, era necessário mentir e ainda aceitar as condições desfavoráveis impostas pelo proprietário da fazenda, caso contrário, estariam desempregados.

Desse modo, os filhos de João eram orientados a sempre fugir e a se esconder, para que o gerente não os visse. O capítulo 13 narra a perseguição violenta e cruel do gerente aos filhos de João que sumiram no aceiro da roça:

Notaram que o gerente ia perto. As pernas esqueléticas correram mais. O menor tropeçou numa raiz, caiu, mas, sem choro, levantou-se, para cair novamente. Zilda, a mais velha, voltou-se, apanhou o irmão e enganchou-o. As pisadas fortes das botas aumentavam e como que esmagavam o próprio chão. O homem vinha mesmo [...] As crianças ficaram apavoradas. Os olhos como que pulavam das órbitas. Nunca tinham visto o homem. Nem mesmo sofreram nada diretamente dele. Mas, de tanto ouvir falar a seu respeito e terem que fugir quando ele aparecia, já o temiam mais que se realmente vivessem com ele. A mente infantil ampliava as maldades do capataz, dando-lhe contornos de monstro, animal muito terrível que pegava menino. (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 53-54).

João foi chamado de ladrão, de cachorro, e seus filhos, do mesmo modo bárbaro, de ratos que roíam os cacaús da fazenda, de gulosos e de gente que não servia para nada.

Perseguidos como porcos, as crianças eram consideradas pelo cruel administrador da fazenda como cambadas de pestes e desgraçados. Diante dessa situação, João se autorrepresenta como um sujeito destituído de bens materiais e incapaz de resistir e lutar por mais respeito e dignidade: “— Senhor Antônio, não faça isso com a gente. Tenha dó dos fracos. Por amor de Deus. Pelo leite que o senhor mamou.” (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 51). Embora passasse pela sua cabeça um desejo de vingança, “a vontade de apanhar o língua de teiú e enterrar todinha no filé do miserável. Até o cabo. [...] O pensamento passou deixando certo medo no coração do agregado.” (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 52).

Na visão de César (2014), em *Os Magros* (2014a), Euclides apela para uma cruel dialética, o trabalho do pobre, produzindo a riqueza do fazendeiro e a riqueza deste perpetuando a pobreza daquele. Trata-se, a seu ver, de uma cruel dialética, na medida em que traz a tese, a antítese, no entanto, não traz a síntese humanitária. Ainda argumenta veementemente: “Não podia ser de outra forma, pois os personagens de Euclides Neto se arrastam no limbo de uma sociedade que os relega à condição de objetos de uso e de exploração.” (CÉSAR, 2014, p. 12).

O medo e a angústia do agregado cresceram ainda mais, após o suicídio do trabalhador Inácio, o qual foi desmascarado diante de toda a comunidade, por haver subtraído alguns quilos de cacau. A narrativa desse episódio se dá de modo bastante dramático, em que “a mutilação do subalterno pelo preposto do patrão chega ao paroxismo, o esmagamento total da personalidade.” (CÉSAR, 2003, p. 109).

Tamanha era a vergonha e o arrependimento do tropeiro¹⁶ que roubara, inicialmente, para comprar remédios para o filho doente, depois para completar a feira, comprar uma chita estampada de florão para a sua esposa. A morte de Inácio, que foi encontrado enforcado, pendido em uma árvore, sequer sensibilizou o gerente: “Serve de exemplo. Se todo ladrão se enforcasse... nunca mais rouba ninguém, disse Senhor Antônio.” (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 141).

O agregado João tinha ódio de Seu Antônio e das suas condições precárias de trabalho, no entanto não conseguia se manifestar, mantendo-se submisso à realidade dura que se lhe apresentava, mesmo após a morte do seu “menino” e diante de tanta fome e miséria a que deveria resistir, juntar forças para continuar trabalhando e comprar o seu facão, como se vê no excerto abaixo:

¹⁶O que conduz o cacau mole ou seco nos burros. O segundo tem melhor hierarquia social que o primeiro (EUCLIDES NETO, 2013a, p. 105)

João engoliu o bolo de ódio. Sentia que tinha medo da chuva, de ir beber água quando tinha sede, de fazer cigarro quando queria pitar, de ser encontrado trabalhando com aquele facão quando precisava trabalhar. Não é que fosse medroso. Mas por todo canto havia um perigo, receios ocultos e dissimulados. Sem falar no pavor que sentia de ser posto pra fora [...]

E ainda faltava pagar o dinheiro do funeral, para depois comprar o facão. Dois meses de fome, de barriga pregada no espinhaço. Carne desaparecendo na terça-feira. Farinha escassa para nove bocas. Mas teria que comprar o ferro de qualquer jeito. Nem se lembrava mais do filho morto. (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 69-70).

O contexto histórico-social, no qual a narrativa se insere, está marcado pela exploração da força dos trabalhadores rurais das roças de cacau que moravam em fazendas, em péssimas condições de moradia e de alimentação. Tinham uma longa jornada de trabalho e exerciam trabalhos braçais árduos na plantação e colheita do cacau, “o fruto de ouro”, recebendo em contrapartida salários ínfimos que não lhes garantiam condições de uma vida digna e justa.

Nesse sentido, a narrativa ficcional traz à tona representações vinculadas às questões sociais, tendo em vista que as mesmas são a “expressão das contradições vividas no plano das relações sociais de produção.” (MINAYO, 2000, p. 109). Isto é muito perceptível no trecho em que João e demais trabalhadores da fazenda “Fatura” trabalham nus, debaixo de chuva, sob a supervisão do gerente, Seu Antônio, a fim de garantir que os cacauzeiros não morressem embebedados:

João sentia as forças esgotarem-se. Gradativamente, batia o ferro com menos intensidade. Felizmente já tinham aberto uns cem metros de valeta, e a água corria livre, barrenta, levando mil detritos. Talvez no fim da semana já estivesse terminado aquele trabalho. Se ao menos começasse mais tarde e deixasse mais cedo, seria melhor. Mas o horário continuava o mesmo. Cedo, mal a manhã escapulia da escuridão, já o búzio tocava. Parece até que, devido à pressa em salvar as plantações, o serviço começava mais cedo. À tarde, somente quando a noite vinha como um pano negro ensopado, é que o horário acabava. Os homens deixavam os pântanos de braços cruzados, contraídos, cabeça enterrada no pescoço como se procurassem um pouco de quentura. Todos iam calados, passadas incertas, em fila. Desprendiam aquele vapor de bicho suado. Ao chegarem em casa, tiravam os trapos, punham-nos a secar e fechavam-se no quarto [...]. As chuvas continuavam insistentes, agravadas com a lama e o serviço dentro do charco. Os cacauzeiros não podiam morrer. Precisavam ser salvos, custe o que custasse. Onde já se viu agregado deixar de trabalhar por causa da chuva? Ainda mais quando estava em jogo grande parte de uma roça nova, de um ano, bonita de fazer gosto, toda pegada! (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 117-118).

Nota-se na passagem acima que há uma certa crítica, bem como uma ironia do narrador quanto à situação do subalterno levado à condição de bicho, a mais cruenta possível. É a demonstração de um olhar crítico para as tensões e conflitos da região cacauzeira sul-baiana,

capitalista, em que homens eram vistos como objetos e meio “barato e fácil” para garantir aos proprietários o lucro e a manutenção do poder.

Na visão de César (2003), o escritor enceta a história não mais do auge da cultura cacaueteira, mas da sua decadência, iniciada quando o proprietário, herdeiro do antigo coronel, vive fora das fazendas, geralmente em Salvador, numa luxuosa mansão e entrega os cuidados da terra ao capataz, aguardando apenas o recebimento dos lucros em sua conta bancária. Euclides demonstra, nesse episódio, o quanto essa gente sofrida padecia sob o jugo dos poderosos fazendeiros, que se impunham pela autoridade mediante a violência e a ameaça temerária, enquanto gozava dos prazeres proporcionados pela força do trabalho que explorava.

Além disso, a figura do capataz remete, analogicamente, à imagem violenta do feitor de escravos. Assim, Euclides Neto traz à tona uma estrutura de organização social que, embora em época diferente, pós-regime escravocrata, traz novas formas de escravidão, uma vez que o trabalhador rural se submetia à violência e à exploração, já que não possuía condições de pagar as suas dívidas na venda que era do patrão, tampouco possuía condições financeiras para adquirir seu instrumento de trabalho.

O autor explora em suas narrativas alguns sentidos possíveis quanto às representações sociais das/os trabalhadoras/es rurais. Desse modo, convém retomar o pensamento de Deleuze (1978), anteriormente discutido, precisamente na página 20 desta tese, acerca da complexidade de se estabelecer um sentido único, mediante a sua pluralidade.

Percebe-se também a influência desse modo de pensar em Hall (1997), ao sustentar que, ultimamente, os significados começaram a escorregar e deslizar; a oscilar, ou ser arrancado, ou inflectido em novas direções. Nesse sentido, novos significados são enxertados por significados velhos. No seu dizer, palavras e imagens carregam conotações sobre os quais ninguém tem completo controle, assim, os significados marginais vêm à superfície, permitindo que novos significados sejam construídos.

É importante destacar que embora haja um esforço de se tentar fixar um significado em uma dada representação, principalmente, através das estratégias de estereotipar, o que ocorre por algum tempo, diante do caráter escorregadio e plural do significado, os regimes dominantes de representação podem ser desafiados, alterados e contestados, possibilitando a subversão no processo de representação (HALL, 1997). Euclides Neto explora significados já existentes no processo de representação social dos operários rurais, no entanto, constrói novos significados, ao se reapropriar dos mesmos.

Isso se percebe muito claramente na constituição das personagens Tomás, Felipe, Sarará, dentre outros. Tomás, protagonista de *O Patrão* (2013b), diferentemente de João, o qual,

apesar do desejo de vingança, mantinha-se em sua condição de aniquilamento, resignação e passividade, representa o sujeito que, cansado de ser explorado e de viver numa condição de miséria, resolve tomar uma decisão, respondendo às injustiças do latifúndio, é um agente de ação e reação, como se vê neste excerto:

O vaqueiro do Senhor Casimiro tomara mesmo a resolução. Venderia cinco vacas das velhas, gabarrentas, de peitos perdidos. Ficaria com o dinheiro de uma. Há muito vinha se queixando ao patrão que o ordenado não dava. Em casa eram dez bocas para dar de comer; com ele e a mulher, doze. Bem verdade, que poderia tirar uns litros de leite, a fim de completar a ração; mas, na hora de comprar o metro de pano, a coberta dorme-bem, uma bobagem qualquer, cadê o dinheiro? Quando os meninos eram menorezinhos, iam ficando buguelos, as meninas com calcinhas encardidas. As mais velhas – por falta de sorte eram as fêmeas – já tinham virado mulher. Queriam vestido e não podiam aparecer assim sem roupa. (EUCLIDES NETO, 2013b, p. 25).

Assim, as condições precárias de sobrevivência, sem ter ao menos o que comer e o que vestir, aliadas ao desdém de seu patrão, fazem com que o vaqueiro, mesmo relutante, tomasse essa decisão. No entanto, não se pode deixar de reconhecer a influência que exerceu Felipe sobre o trabalhador. Com ideias bastante revolucionárias e socialistas, esse companheiro novato do Poço Fundo esclarece aos trabalhadores rurais sobre os direitos trabalhistas que já os assistiam e eles desconheciam.

Felipe é uma das poucas personagens em *O patrão* (2013b) que representa um sujeito que entende seu papel social, fugindo dos padrões socioeconômicos (de submissão e passividade por ser pobre) estabelecidos em uma sociedade notoriamente marcada pelo patriarcalismo, abrindo uma fissura na ordem instituída e desestabilizando a hierarquia patriarcal. Em *Os Magros* (2014a), Sarará é o único trabalhador rural a questionar sobre as condições de trabalho e exploração. Na passagem abaixo, pondera ainda sobre a propriedade privada e o lucro, ao comentar sobre o suicídio de Inácio:

– Um pobre pai de família fazer uma desgraça dessa por causa de meia dúzia de quilos de cacau. Tudo isso está errado. Dário¹⁷ é que tinha razão, no dia que todo trabalhador se juntar não haverá mais dessas coisas. Nós vamos buscar o nosso... E nós que plantamos, colhemos e secamos recebemos menos de cem cruzeiros. É ou não furto?
 – Pensando bem... ponderou um agregado novato.
 – Furto... E se eles roubam da gente, nós também temos o direito de tirar deles. E se todos nós tirássemos, de uma só vez, eu queria ver feio nem bonito. A fazenda é de um e nós somos muitos [...] (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 141).

¹⁷ Acredita-se que houve um erro de digitação, pois Sarará se refere a Mário, militante marxista (ver a p. 107 de *Os Magros*).

No entanto, diferentemente de Sarará, que apenas questionava, Felipe propunha aos outros trabalhadores rurais uma estratégia de resistência aos mandos e desmandos dos coronéis, mostrando-lhes que poderiam mudar as suas condições sociais, enquanto sujeitos de direito. Embora detentor de uma linguagem mais apurada, Felipe adaptou a sua linguagem para que os trabalhadores rurais empregados na fazenda do Sr. Casimiro, inclusive Tomás, pudessem entender que estavam sendo roubados, explorados pelos empregadores rurais, uma vez que estes não cumpriam as leis trabalhistas vigentes:

Agora vinha aquele liga dizer que não era roubo tirar alguma coisa do patrão, se este não pagasse férias, décimo terceiro mês e o tal descanso.
 – Pois é. Quem trabalha tem direito a receber no fim do ano um mês de serviço.
 – Mas sem fazer nada?!
 – Nadinha. É só chegar ao patrão e dizer: Olha, eu quero minha gratificação de Natal [...].
 – Exploração, não. É a Lei do País. Lei que os homens grandes fizeram. (EUCLIDES NETO, 2013b, p. 29).

Essa espécie de "inculturação" de Felipe, adaptando-se à linguagem dos trabalhadores rurais grapiúnas, como estratégia para se fazer entender e convencer, reafirma o conceito de representação proposto por Hall (1997), para o qual a representação liga o significado e a linguagem à cultura. Desse modo, representar é utilizar a língua ou a linguagem para dizer algo significativo sobre algo ou para representar o mundo de forma significativa para outras pessoas.

Seguindo na análise das duas narrativas, ambas exploram as tensões e conflitos que surgiam dessas questões de classe. Sr. Jorge e seu capataz, Sr. Antônio, bem como Sr. Casimiro, representam sujeitos dominadores e opressores em suas relações sociais. No dizer de Almeida (2013), essas relações sociais no setor agropecuarista brasileiro permaneceram imersas em laços tradicionais de produção, de modo a reproduzir relações servis ou semisservis, herdados da colonização.

Isso ocorre em face da dinâmica societária, uma vez que o processo colonizador é fruto de um capital mercantilista que não se desfez de todas as formas feudais europeias e continua nos dias atuais, contaminado por expressões econômicas e sociais da estrutura extrativista e escravista, que resistiam à reestruturação econômica estabelecida no século XVI, em virtude de lhe serem convenientes.

Os proprietários de terra eram homens de padrão socioeconômico elevado, tinham carro de luxo, amante trazida das capitais, palacete na Capital. Seu Jorge era colecionador de joias,

enquanto sua esposa, dona Helena, era gorda e sedentária, cujo passatempo preferido era cuidar da Rose Marie, uma boneca que amava como filha; já o Senhor Casimiro era perspicaz nos negócios agropecuaristas, esperto com advogados e artificioso na busca e apreensão de ladrões de gado na região cacaueteira. Já desconfiado do roubo de Tomás, o patrão esbraveja:

– Cambada de preguiçosos, ladrões. Rua... rua!... E quem quiser procure Sindicato. Tudo para o inferno!

Foi esbregue para todo mundo: de mamando a caducando. Até os meninos ficaram assustados. Tomás abaixou a cabeça e João ouviu aquilo tudo aceitando para si parte das palavras ásperas [...].

– São uns ladrões. Todos querem roubar o que é meu. Isto aqui me parece uma fazenda de viúva. (EUCLIDES NETO, 2013b, p. 67-68).

O excerto acima traduz o pensamento de Rocha-Coutinho (1994), a qual afirma que os sistemas simbólicos e os aparatos conceituais vêm sendo construídos tendo por padrão o homem, bem como têm sido criações masculinas, em razão de os homens deterem as posições de poder e os postos-chave de comando na estrutura social. Para tanto, recorre-se principalmente à linguagem, vez que esta constrói os significados e as práticas sociais. Através da codificação desses significados, a linguagem pode se tornar tanto um mediador das relações interpessoais, quanto uma força de perpetuação dessas relações, codificando e reforçando as diferenças de poder.

A linguagem usada pelo patrão serve, então, como um dos mecanismos usados para reforçar seu poder, a fim de manipular os trabalhadores rurais, levando-os a pensar que as relações desiguais advindas dessa convivência, é algo inevitável, algo natural. Contudo, o trabalhador rural enfrenta o patrão, releva a ameaça de morte e vai à procura do Sindicato dos Trabalhadores em Ipiaú. O patrão pensa em prender Tomás, confiná-lo em uma prisão, entretanto, resolve desmascará-lo para que nenhum outro trabalhador rural fizesse o mesmo. Teria que discipliná-lo, amansá-lo, pois temia a resistência, a luta dos outros trabalhadores, a perda do seu poder disciplinar. Esse poder foi um instrumento relevante na formação do capitalismo:

Trata-se de um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância [...] que supõe mais um sistema minucioso de coerções materiais do que a existência física de um soberano. (FOUCAULT, 2014, p. 291).

Assim, em uma sociedade capitalista cacaueteira, os trabalhadores deveriam ser manipulados, tornando-se “corpos dóceis”, para que houvesse a manutenção do sistema. A

busca de Januário pelo sindicato também ameaçava o poder estabelecido pelo patrão, uma vez que era o único mecanismo que poderia assegurar à classe trabalhadora os direitos conquistados pela Consolidação das Leis Trabalhistas e, dessa forma, seus líderes deviam ser eliminados.

Conforme argumenta Rocha (2008), baseando-se em Andrada (2005), os coronéis representavam as elites locais da região sul cacaueira, no final do século XIX e início do século XX, e tinham como função manter a ordem no interior da sociedade, sendo, portanto, um elemento de equilíbrio na sociedade. Tinham muita força pela posição econômica e pela liderança que exerciam junto a outros fazendeiros, ou devido à tradição de sua família ou de sua esposa. Em *O Patrão*, o fazendeiro Francisco aconselha o Sr. Casimiro: “– Se você quer gente boa lá de casa mando um para fazer um festejo... Vem trabalhar de vaqueiro aqui, puxa uma discussão num fundo de manga e empacota ele para o inferno. É num fechar e abrir de olho.” (EUCLIDES NETO, 2013b, p. 51).

É nesse clima de tensão e violência que as narrativas acontecem. A partir do décimo segundo capítulo de *O Patrão*, o narrador surpreende o leitor ao descrever minuciosamente a tocaia¹⁸ armada por Tomás para matar seu patrão, rompendo com a representação social do trabalhador rural submisso e passivo. Ainda no dizer de Minayo (2000), as representações sociais possuem núcleos positivos de transformação e resistência na forma de conceber a realidade. Nesse sentido, devem ser analisadas de modo crítico já que correspondem às situações reais de vida.

Euclides Neto traz em seus textos ficcionais, de forma crítica, a visão de mundo do grupo social que domina e daquele que é dominado, expressando os conflitos e contradições presentes nas condições em que foram engendradas. Assim, explora de modo perspicaz os “elementos tanto da dominação como da resistência, tanto das contradições e conflitos como do conformismo.” (MINAYO, 2000, p. 109).

Retomando, pois, a tocaia armada pelo trabalhador, o tiro era para ser fatal, no entanto, acaba por vazar os olhos do Sr. Casimiro, que cai do cavalo e rasteja pela mata fechada durante três dias, temendo que seu inimigo viesse finalizar o serviço. Gradativamente, à medida que o fazendeiro, com os seus olhos vazados, tateia a terra, embrenhando-se cada vez mais no matagal, o leitor é levado a penetrar também na narrativa tão bem construída e a mergulhar nas angústias do patrão e do trabalhador.

Ironicamente, a mata cerrada que representava parte de seu poderio econômico, mil hectares em mato, dos quais muito se orgulhava e conservava sem repartir ao menos com

¹⁸ Muito utilizado na linguagem da região cacaueira para designar emboscada; cilada; armadilha; espreita ao inimigo ou caça.

aqueles que precisavam para construir seus casebres, tragava-o cada vez mais, não possibilitando a sua saída daquela situação de cegueira e sofrimento físico e, sobretudo, psicológico.

A morte lenta e purgativa é como se fosse o tempo que o autor intenta dar ao proprietário para se arrepender de toda a exploração que cometeu durante a sua vida (CÉSAR, 2003). O leitor pode entender que serviria também como punição que o autor não dera a Sr. Jorge, em *Os Magros*, por ter roubado as terras do pai de João e tê-lo assassinado. Grande era o seu sofrimento:

Senhor Casimiro já não se mantinha de pé. Arrastava-se. Em cada mato topava um inimigo. Naquelas terras boas de capim, o penão nascia a cada passo. E tocar-lhe o caule, o coco ou a folha seca caída na terra não era melhor que pisar em brasa viva. Nas veredas abertas pelos carreiros nasciam os calumbis¹⁹ afiados em pequenos podões. Uma vez atingida a pele assemelhava-se a anzóis [...]. Naquela escuridão, a mata se povoava de luís-cacheiros que soltavam as agulhas amarelas. Aquelas armas roliças tinham pontas escuras que, uma vez na carne da vítima, iam entrando, entrando, furando, vivas, que nenhum alicate as arrancariam [...]. Naquelas carnes abertas, sangrentas, empapadas, as agulhas de fogo não encontrariam dificuldades, viajando pelos músculos. Achando o caminho livre, certamente iriam até topassem um osso (EUCLIDES NETO, 2013b, p. 82).

Garantido o suspense ficcional, o narrador em 3^a (terceira) pessoa cede lugar, apenas no penúltimo capítulo, ao narrador em 1^a (primeira) pessoa, trânsito rentável na medida em que está relacionado ao objetivo do autor de fazer a personagem, representativa dos poderosos coronéis baianos, refletir e repensar sobre as suas ações violentas no processo de acumulação do capital e do exercício do poder, reconhecendo a sua máxima culpa. Traz, assim, as memórias dos fatos significativos e ressignificados em lembranças marcantes do Sr. Casimiro, numa espécie de reconhecimento e arrependimento do seu próprio orgulho, dos seus erros, motivos que o levaram a uma morte que o purificaria de suas atitudes egoístas em vida.

Já adentrando a terceira obra, *Machombongo* (2014b), percebe-se que a mesma também aborda algumas representações que são compartilhadas pelo grupo social dominante, presentes nas falas de Dr. Esequiel. Este era advogado do coronel Rogaciano, desprovido de valores morais, cuja ganância o fez pensar numa experiência genética e pragmática, em formar um grupo de trabalhadores braçais, por meio do cruzamento de sujeitos advindos da família dos Pindaibas, tribo de pequena estatura, subjugada a trabalhos pesados, analfabetos e muito fortes.

¹⁹ Mato cheio de espinhos encontrado nas roças.

Dr. Esequiel, para manter a pureza da raça e preservar o tipo que era capaz de ir à roça e trabalhar numa longa jornada, sem questionar absolutamente nada, percebe o grupo como pessoas destituídas de capacidade intelectual, contudo, de extrema força para exercerem trabalhos pesados nas roças de cacau: “— Aí está um tipo bom de serviço: baixo, grosso, forte, peitaca de boi de arrasto.” (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 52).

Por sinal, o aspecto “raça”, que vem a ser um dos vieses que norteiam este estudo e será mais detidamente abordado na seção 4, superou o determinismo biológico, que classifica os grupos em brancos, negros, amarelos e indígenas, alcançando aspectos sociopolíticos, culturais, identitários e ideológicos no enfoque da dominação e da sujeição (relações de poder), porém mantém a tentativa de hierarquizar os grupos no tecido social, com alguns superiores a outros, a ponto de estes terem sido explorados por aqueles em razão de as desigualdades serem supostamente naturais, o que dava o caráter de legitimidade a essa forma de opressão.

Vale ressaltar, conforme ensina Munanga (2004), que os povos indígenas sequer eram dotados de humanidade para os europeus até o século XVII, pois, segundo a Teologia e a Escritura, que detinham o monopólio da razão e da explicação, era preciso provar que eles eram também descendentes de Adão, mas o próprio mito dos Reis Magos representava apenas as raças semita, branca e negra, permanecendo a indígena uma incógnita, até que os teólogos encontrassem, na própria Escritura, provas de que os indígenas também eram descendentes do Primeiro Homem.

De todo mundo, eis uma “raça” que seguiu com a pecha de inferior, sobretudo mansa, controlável e facilmente manipulável com o passar dos séculos. Desse modo, projetando essa ideia no texto literário, Dr. Esequiel, em suas representações, traz a imagem do trabalhador mais conveniente para si:

Topara o trabalhador ideal para o campo: forte como um burro filho de jega, sóbrio na comida, pois com um fiapo de bucho de boi, três punhados de crueira²⁰ e uns goles de café eram capazes de segurar aqueles músculos de lâminas de trator. Ligada a chave da ordem, podiam ficar lá no mato, nem precisava fiscalização. Nem eles tinham condições de parar. Quando em vez levantavam a vista, conferiam o horário no caminho do sol e baixavam os olhos na enxada, no facão, na estrovenga²¹, enxadeta, machado, panca²². Quase tinham na cachola as horas marcadas, assim como os galos cantavam. [...] Já pensou numa roça feita assim, só de gente destinada ao eito. E calada. Todos os Pindaibas eram gagos, uns mais do que os outros. Alguns surdos-mudos, talvez os melhores.

²⁰ Resíduos da fabricação da farinha de mandioca que, por grossos, não passam na urupema ou peneira; quirera (NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO, versão eletrônica).

²¹ Implemento agrícola: pequena foice de dois gumes (NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO, versão eletrônica).

²² Alavanca de madeira (NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO, versão eletrônica).

[...] Doutor Esequiel conhecia bem os Pindaíbas, porque, certa feita, arrolara um em processo crime, depois de conversar com vários trabalhadores, para saber qual deles teria condições de dizer o que ele pretendia. Quando ouviu dois dos Pindaíbas, impressionou-se com a **burrice**. Evidente que não serviam para nada. Se fossem depor, só responderiam o ensinado. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 54-55, grifo da pesquisadora).

Os Pindaíbas são apresentados como trabalhadores que não serviam para funções que demandassem competência, um pensar crítico ou atividades primorosas. Não eram úteis para exercer a função de vaqueiro, montar burro bravo, adubar cacau. No entanto, sabiam roçar, quebrar pedra, abrir valetão no brejo. O narrador afirma: “carecesse de catilogença²³ para serviço mais fino, não os procurassem. Certo dia, pensaram em botar um Pindaíba no trator de roda. Nem acertou subir ao assento.” (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 53).

Assim, o trecho narrativo se encarrega de explorar as várias imagens relativas ao trabalhador rural e, neste caso em específico, aqueles de origem indígena, remetendo a imagens muito negativas, uma vez que são associados a um ideal de trabalhador rural, como desprovido de conhecimento letrado, incapaz de entendimento e de comunicar-se, privado de habilidades e competências na execução de trabalhos que exijam reflexão ou refinamento, apresentando apenas aptidão em desempenhar trabalhos que requeiram robustidão. Outrossim, “gente bem mandada, humilde, olhos parados de mansidão, braços que não encostavam ao longo do corpo porque os músculos da maçã do peito não deixavam. Ordem ouvida, não sabiam fazer outra coisa. — Vá ali abrir aquele valetão, pela mãe do riacho. Pronto.” (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 53).

Humildes, dóceis e altamente resignados, os Pindaíbas, espécie de comunidade tradicional, aprendiam com os pais e transmitiam aos filhos a maneira peculiar de bater o facão, agarrar a cabaça²⁴ com a mão esquerda e quebrar com a outra. Importa destacar o trabalho infantil no descarçamento do cacau:

(...) E ali duros no serviço, meio lerdos, mas sem parar um pingo de tempo, no rojão. Ninguém precisava botar sentido. Os corpos atarracados, rijos, indo e vindo no bandeiramento²⁵. O menor, com os tocos dos dedinhos roliços, raspava os caroços dos frutos e nem usava proteção de pano para não corroê-los. Os quebradores que segurassem o facão: o menino-tirador não dava nem tempo de sobrar cabaça partida. E, humildes, bem mandados, sem discutir ordens. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 66).

²³ No Dicionareco, registra-se “catilogença”: Que tem estilo, competência. (EUCLIDES NETO, 2013a, p. 48).

²⁴ Fruto adulto do cacaueiro (EUCLIDES NETO, 2013a, p. 46).

²⁵ Juntar as cabaças de cacau em pequenas rumas, que depois são levadas à pilha maior, onde são quebradas e descarçadas (EUCLIDES NETO, 2013a, p. 40).

Desde a rotina árdua de trabalho de homens, mulheres e crianças, o fragmento traça um panorama que demonstra a exposição desses trabalhadores aos riscos ocupacionais na atividade rural, com a ausência de tecnologias de segurança, péssimas condições de alimentação e uso excessivo do corpo. Enfatiza a exploração do trabalho infantil e o comportamento passivo que beira à ignorância, proveniente do processo de “naturalização” da função e papel “pré-destinados” à classe subalterna. O homem, nesse sentido, é reduzido à condição animalesca, cuja virtude está apenas no exercício da energia física, explorada com veemência por outro homem, ambicioso, que aspira ao crescimento econômico por meio da exploração maldosa e indolente da mão de obra barata.

Como já explicitado no início desta seção, segundo Moscovici (2003), não é possível se livrar da influência do caráter convencional das representações sociais, eliminando de vez as ideias preconceituosas nelas presentes. Isso se percebe muito claramente por meio da personagem Dr. Quirino, filho de ex-proprietários de terras de cacau, decadentes, único formado em Medicina, em suas reflexões: “Notava que vinha de uma classe de gente que não podia livrar-se facilmente dos preconceitos.” (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 203). O médico que já havia sido pobre, após o apoio de Rogaciano, consegue adquirir algumas propriedades rurais, no entanto, entra num debate íntimo, ao saber que alguns posseiros estavam invadindo todas as terras do rio Una, onde mantinha uma das suas fazendas de criar, a Diadema.

Em meio aos conflitos internos entre ceder suas terras, colocando em prática o seu lado humano em ajudar os humildes ou resistir aos trabalhadores rurais para não voltar aos tempos de penúria, o médico medita sobre representações sociais dessa classe, trazidas por seus descendentes e que ainda permaneciam vivas em sua memória:

(...) Contra eles, desde a infância, aprendera a colocar-se. O pai continuava patrão. Não se conformava na queda. Compensava esta, falando daquela **gente bruta, sem princípios, preguiçosos**. Fazia planos, enganando-se, tentando vender a imagem da recuperação social. Aquelas atitudes e conversas de-não-ter-fim geraram no filho o horror escondido aos homens da enxada, conquanto sempre lutasse contra isso. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 204, grifo da pesquisadora).

Percebe-se nesse excerto a visão da classe dominante, permeada por preconceitos, ao enxergar os dominados, como gente preguiçosa, tolos, sem princípios e causadores da decadência social do patrão. Este, além de carrasco, explorador e violento, desvela a imagem do homem esperto, inteligente, sagaz, bom de negociação. Tais representações sociais estão veiculadas nas narrativas euclidianas de um modo geral, conforme se vem comprovando neste debate.

Em *Os Magros* (2014a), Sr. Antônio berra: “— Cambada de **preguiçosos!** Precisa completar uma estufada e vocês (a cambada estava ali presente) só quebram cem caixas.” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 158, grifo da pesquisadora). Em *O Patrão* (2013b), o narrador expõe: “Tomás sabia da esperteza do patrão, da sua fama de sagacidade. De como desenrolava complicações em negócios, já tendo dado bolos em advogados. Se ele era assim com os sabidos da cidade quanto mais para descobrir furtos de vaqueiros **bobocas.**” (EUCLIDES NETO, 2013b, p. 35, grifo da pesquisadora).

Em *Machombongo* (2014b), Euclides Neto constrói várias personagens, ativistas comunistas, que se empregam na fazenda do Sr. Rogaciano, a fim de alertar a classe trabalhadora do processo de exploração social por que passam no sistema latifundiário. O proprietário da fazenda e deputado, diante das denúncias recebidas por militares sobre a invasão de comunistas na região e mediante notícias que circulavam a respeito da invasão de posseiros e apropriação de terras em várias localidades, começa a desconfiar dos trabalhadores empregados em suas diversas fazendas, observando-os atentamente e propondo aos mesmos o cumprimento de funções que somente trabalhadores rurais seriam capazes de exercer sem dificuldades.

É importante destacar que todo o desenvolvimento da narrativa acaba por enfatizar o próprio processo de construção simbólica, ideológica e mental partilhada na interação social e o modo como as representações sociais passam a fazer parte do imaginário coletivo. A partir da estratégia usada pelo autor na criação das personagens, fica evidente esse processo, tendo em vista que no texto ficcional, as personagens comunistas tiveram que apreender elementos da cultura dos camponeses, a linguagem popular do povo, modos, costumes, maneira de se comportar e atitudes, a fim de representá-los da forma mais convincente possível e conseguir enganar o poderoso e cruel coronel.

Utilizando-se dessa estratégia, o escritor e as personagens conseguem o intento de burlar a esperteza e a sagacidade do coronel, bem como atrai o leitor em cada capítulo da narrativa. Assim como Rogaciano investiga as personagens num processo de dúvida constante, o leitor se vê na incerteza e se inquieta em querer saber se de fato as personagens eram trabalhadores ou comunistas.

A linguagem é um dos elementos importantes no processo de representação social, pois, por meio dela, o indivíduo interage com o grupo, comunicando e partilhando ideias, costumes e valores. Desse modo, assim como Felipe, personagem que em *O Patrão* (2013b) adaptou a sua linguagem à linguagem do povo da roça, no sentido de fazê-los entender sobre os direitos trabalhistas, *Machombongo* (2014b) traz também uma personagem que se utiliza da linguagem

clara para conscientizar os trabalhadores rurais a respeito da sobrecarga de trabalho que o patrão impunha cujo nome não aparece na narrativa, descrito apenas como “um camarada”.

O falante, rapaz de 23 anos, cara de menino, não entendia como tanta gente se submetia aos mandos e desmandos do coronel Rogaciano, sendo roubados, sem questionamentos e se submetendo a morar na fazenda sem procurar outro lugar, onde pudessem ter melhores condições de trabalho. Era “um camarada que falava limpo, agradando, dizendo que precisavam união. Já que não podiam pegar o serviço às sete da manhã, para deixar às quatro da tarde, que começassem chegando mais tarde, cozinhando galo²⁶ durante o trabalho” (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 55).

Essa, portanto, é mais uma personagem criada pelo autor, cuja representação social difere daquela compartilhada socialmente, tratando-se de um sujeito político que discute formas de luta e resistência. Percebe-se aqui, mais uma vez, o intuito social do enunciador em delatar o processo de desigualdade social, enfatizando a luta dos trabalhadores rurais em defesa das conquistas nas lutas camponesas. Em *Machombongo* (2014b), a voz do trabalhador rural se torna mais forte, no contexto da fala dessa personagem, o “camarada” que questiona severamente a situação de subalternidade:

Na roça, o trabalhador conversava para mais de dez, todos parados. Os podões em posição de sentido também ouviam a prosa. Falava-se do quilo de carne que custava mais que um dia de serviço. Que daqui a pouco a carne seria tempero em panela de pobre [...] Onde já se viu trabalhador não ter direito a férias, gratificação de Natal e salário mínimo? Ali, todo bichinho andava com o rabo entre as traseiras, mulas de carga, sem vontade nem vergonha. Raras fazendas pagavam os direitos do trabalhador. E todos precisavam exigir fosse de quem fosse. Até os padres, a irmã Consuelo nem se fala, ensinavam isso. Direito sagrado do homem. Ninguém podia tirar. Os ouvintes viravam a cabeça, concordavam, mas se lembravam do deputado como homem que mandou matar o cigano, deu fim a dois eleitores que foram contra na eleição, consumara os dias do vizinho, o fazendeiro Albertino, assassinado no coração de Rio Novo, para quem desejasse ver. [...] Se fosse um só, dois ou dez, o deputado podia até fazer um estrupício; mas se todos se levantassem e fossem à Justiça do Trabalho, queria ver. (EUCLIDES NETO, 2014b p. 51).

Ademais, é fundamental salientar que a linguagem usada pelo trabalhador rural das roças de cacau se trata de uma linguagem popular, que não atende às normas gramaticais da linguagem culta, no entanto, é bastante rica em termos regionais. Em um dos momentos da narrativa em que Rogaciano desconfia de Zacarias, trabalhador rural contratado para executar

²⁶ Fazer corpo mole, trabalhar vagarosamente, com preguiça (EUCLIDES NETO, 2013a, p. 52).

o serviço da faxina na casa-sede, vê-se que a personagem utiliza da linguagem popular, própria do universo rural:

- Você sabe ler, Zacarias?
- Meu coroné, sei não. Quem me dera.
- Se aqui houvesse escola você queria aprender?
- E tempo?
- À noite.
- Bom, aí ia briquitar²⁷ pra vê se coromeno²⁸ aprendia assiná o nome.
- Mas outro dia vi você com a revista na mão.
- Nem me alembro mais.
- Não se lembra?
- Não, meu coroné.
- Você tava lendo.
- Só se reparava figura.
- Como assim?
- Figura de cavalo, boi, que é do meu apreccio. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 168).

Infere-se do excerto supracitado que Zacarias, ao representar um trabalhador rural, lança mão da linguagem popular, utilizando-se de expressões peculiares, tais como *briquitar*, *coromeno*, *alembro*, e pronuncia as palavras levando em conta a variedade fonética regional. Além disso, enfatiza que não sabe ler e que, portanto, era analfabeto. Naturalmente, a pergunta do patrão traz subjacente a ideia de representação social de que um trabalhador rural deva ser analfabeto, e, assim, destituído de conhecimentos necessários à sua emancipação sociopolítica, o que garantia a sua manutenção no poder.

Como se vê, tanto o coronel quanto Zacarias se utilizam de mecanismos geradores das representações sociais: a ancoragem e a objetivação. Aquele, na busca de tornar o sujeito não familiar, neste caso Zacarias, o “comunista”, em um sujeito familiar, “o trabalhador”, classifica-o e compara-o a um arquétipo, ancorando-se num conjunto de traços, características e comportamentos comuns à classe camponesa, no sentido de comprovar sua identidade, assimilando as imagens dadas pelo processo de objetivação. Enquanto esse, na tentativa de se aproximar ou coincidir com o protótipo de trabalhador rural e enganar o patrão, seleciona características mais representativas desse sujeito, com o destaque para a linguagem, atitudes e comportamentos, trazendo à tona as imagens mentais e concretizando-as.

Moscovici (2003) argumenta que há dois processos geradores das representações sociais, a **ancoragem** e a **objetivação**, mecanismos que se baseiam na memória e em

²⁷ Pelejar; trabalhar; lidar. Termo usado também nas regiões de Minas Gerais e São Paulo. (NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO, versão eletrônica).

²⁸ Pelo menos.

conclusões passadas. O primeiro busca ancorar ideias estranhas, reduzindo-as a categorias e imagens comuns, colocando-as em um contexto familiar. Já o segundo busca objetivá-las, ou seja, transformar algo abstrato em algo quase concreto, a partir de um processo de transferência do que está na mente em algo que exista concretamente no mundo físico. Na visão de Moscovici (2003),

Esses mecanismos transformam o não familiar em familiar, primeiramente transferindo-o a nossa própria esfera particular, onde nós somos capazes de compará-lo e interpretá-lo; e depois, reproduzindo-os entre as coisas que nós podemos ver e tocar, e, conseqüentemente, controlar. (MOSCOCIVI, 2003, p. 61).

Quanto à ancoragem, refere-se à classificação e nomeação das coisas. Estas, quando não são classificadas ou nomeadas, são consideradas estranhas, inexistentes e, assim, vistas como ameaçadoras. Normalmente, as pessoas costumam resistir e se distanciar, quando não são capazes de avaliar algo, de descrevê-lo para si ou para outrem. Nesse sentido, para o psicólogo, o primeiro passo a ser dado para superar essas resistências ou distanciamento, é colocar o objeto ou a pessoa em uma categoria definida, rotulando-o com um nome conhecido, classificando-o. Classificar algo, no entendimento de Moscovici (2003),

Significa que nós o confinamos a um conjunto de comportamentos e regras que estipulam o que é, ou não é, permitido, em relação a todos os indivíduos pertencentes a essa classe. Quando classificamos uma pessoa como marxista, diabo marinho ou leitor do *The Times*, nós o confinamos a um conjunto de limites linguísticos, espaciais e comportamentais e a certos hábitos. (MOSCOVICI, 2003, p. 63).

Nesse sentido, categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas presentes na memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele. De modo geral, as classificações são realizadas a partir de uma comparação das pessoas a um arquétipo que normalmente é aceito como representante de uma determinada classe. Assim, o sujeito é definido por meio da aproximação ou da coincidência com seu protótipo. Ao se classificar coisas não familiares, compara-se o objeto ou o sujeito, buscando percebê-lo como normal ou anormal, definindo-o como conforme ou divergente da norma.

No que diz respeito à objetivação, é considerada um processo mais atuante que a ancoragem, pois une a ideia de não familiaridade à realidade, tornando-se a essência da realidade. De início, a objetivação é percebida como um universo puramente intelectual e remoto, no entanto, torna-se física e acessível. Assim, “objetivar é descobrir a qualidade icônica

de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem. Comparar é já representar, encher o que está naturalmente vazio, com substância.” (MOSCOVICI, 2003, p. 71-72).

Nesse processo, ainda na visão do autor, a imagem do conceito deixa de ser um signo e passa a ser a réplica da realidade, um simulacro. Assim, a noção da qual ela proveio, perde o caráter abstrato, arbitrário e passa a adquirir uma existência física, independente. Sendo assim, a objetivação é o momento em que as noções abstratas se transformam em algo concreto, em que as ideias se cristalizam e se tornam objetivas, denominada por Moscovici (2003) como “face figurativa”.

Importa destacar que tanto a objetivação quanto a ancoragem são processos que ocorrem em momentos simultâneos, inter-relacionam-se e dão sentido à representação social. Esta é influenciada pelo meio em que foi cristalizada, do mesmo modo que também o influencia, pois passa a fazer parte do ponto de partida, trazendo uma nova visão de mundo ou interpretação dessa realidade.

Em outro momento, Rogaciano, ainda muito desconfiado, resolve testar novamente Zacarias, fazendo-o montar um burro esbravejado, atividade comum no contexto cultural rural e inerente ao trabalhador rural. Na visão do patrão, Zacarias era uma boboca, jeitoso, humilde, bem mandado, traços característicos e ideais de um trabalhador rural, porém precisava ter certeza disso, razão pela qual buscou observar a forma de ele montar um burro. Zacarias, embora receoso, precisava mostrar que não era um comunista, assim, afugentou o medo e acabou cumprindo com a missão a ele solicitada.

Vencendo triunfante a mula, além de dar prova cabal ao coronel de sua “identidade”, passou a ser valorizado: “Rogaciano pensava, agora, em aproveitá-lo nos outros serviços. Mais um homem de **coragem, duro, valente**, capaz de um tudo. Bofe no pé da goela. Aquele, dos **bons**. Há muito tempo não via polista montar brabo assim.” (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 112, grifo da pesquisadora). Esse trecho é um dos poucos que traz uma representação social, embora pelo viés do dominador, atrelada a uma imagem positiva do trabalhador como um sujeito corajoso e esforçado.

O escritor cria também a personagem Arnaldo, comunista que se passa como trabalhador rural, o qual se emprega na fazenda de Rogaciano como tratorista. No processo de representação, Arnaldo observa outro trabalhador rural, o Zezão, e reconhece que precisava aprender mais do universo desse sujeito, de sua identidade, de sua cultura para representá-lo de modo mais apropriado e convincente. Nesse sentido, aponta ao leitor imagens positivas do trabalhador rural, ao perceber

Com que rapidez Zezão acendia o fogo, juntava os tições apagados, tirava lascas na madeira, quase fiapos, juntava-as em feixes e tocava o fósforo. Delicadamente, na combuca da mão, dedos leves, sobrepunha outras lascas mais fornidas, depois, como quem afogava tudo sob mais lenha, aguardava um pouco. Fumaçava forte. Daí a instante, estalava a fagulha, mais outra, chama pequenina até virar labareda. Pegado o fogo. E, ele, besta, se batendo, ensopando com querosene, soprando, fungando, lacrimejando, espirrando, a coisa pingando das ventas, vencido. Precisava aprender bastante, para ser um bom trabalhador de roça. Careci saber usar a enxadeta. Foram cavar a valeta da construção e nada de bater certo, dentro da linha armada pelo mestre. Ouvira Zezão sair à porta, pela manhã, cedinho e dizer “Oh! Diabo, a raposa passou aqui essa noite, ói a catinga”. Na roça ele disse: “Aqui tem bicho-do-chão tá feçando”. Fedor de sariguê, até ele, Arnaldo já aprendera, ensinado por Zezão. De gambá, Zezão conhecia à légua. Precisava aprender um bando, andava cru. Outro que tinha muito que ensinar era Zacarias: montava burro, pegava animal velhado, carreava no arrasto. Deram-lhe o cavador para acertar a vala e outro desastre! Na hora de botar cangalha na mula, também não soube. Por um triz, o próprio dono da fazenda não percebeu sua estupidez, quando mandara lascas lenha e nada, tendo o machado entrado na terra e não no toro. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 201).

Entende-se que, ao explorar imagens positivas de Zezão, Euclides contesta um regime racializado de representação, desconstruindo estereótipos e valorizando aspectos culturais específicos do mundo rural. O camponês passa a ser visto como um sujeito sagaz e inteligente, ao deter conhecimentos sobre meios de sobrevivência, a natureza, o trabalho na roça, que eram importantes e facilitavam seu dia a dia de luta e trabalho.

Hall (1997) questiona se pode um regime dominante de representação ser desafiado, contestado e mudado e ainda quais as contraestratégias que podem trazer à subversão o processo de representação. Na discussão acerca desses questionamentos e buscando saber quais estratégias efetivas poderiam reverter os modos negativos de representar a diferença racial em estratégias positivas, o autor aponta para o caráter deslizante e escorregadio do significado. Desse modo, deixa claro que, a partir de um processo de “transcodificação”, termo cunhado por Bakhtin e Voloshinov, pode-se tomar um significado existente e reapropriá-lo, formando novos significados.

Uma das estratégias que podem ser usadas para contestar o regime racializado de representação, a seu ver, é reforçar o alcance de imagens “positivas” do povo, da vida e da cultura negra pelo imaginário “negativo” que domina a representação popular. Nesse sentido, se inverte a posição binária e se privilegia o termo subordinado, ao se ler o negativo como positivo, como exemplifica com a frase “Negro é bonito”.

Toma-se, aqui, de modo analógico, o processo de racialização do sujeito trabalhador/a rural, ou melhor, de discriminação desse sujeito, rompendo com os significados negativos a

eles impostos, como demonstrado através de Euclides Neto, quando reforça, através de sua narrativa, a imagem de que o “trabalhador rural é inteligente” num regime dominante de representação que o esteriotipa como “burro” e “ignorante”. Contudo, para Hall (1997), esse tipo de estratégia apenas contribui para novas formas de representação, pois, não há de fato um deslocamento do sentido negativo, pois “as binárias ficam no lugar, os significados continuam sendo fabricados por elas.” (HALL, 1997, p. 13).

Apesar de não conseguir de fato romper com as representações sociais negativas, o autor traz novas possibilidades de representação, ampliando as imagens, significando e ressignificando esse sujeito social que, embora tenha sido importante no processo de formação cultural e econômica da região cacauceira, há muito vem sendo excluído e alijado dessa sociedade. Destarte, as narrativas, “se construídas na e pela linguagem, portam visões sociais de mundo e a partir delas é sempre possível perceber relações de poder, tensionamentos culturais, disputas de sentido.” (CARVALHO, 2013, p. 53). As convicções marxistas e socialistas do escritor marcaram a sua vida política e literária, razão pela qual sua literatura valoriza tipos humanos, a exemplo das personagens criadas pelo escritor, representantes de minorias.

Em *Os Magros* (2014a), na figura do agregado João, representa a má sorte do homem supostamente livre, muito mais oprimido, indefeso e incapaz de reagir, uma vez que possui uma consciência subordinada, pois faz e aceita, sem questionar, as atividades e funções subalternas. Acompanhando as mudanças sócio-históricas no mundo, no Brasil e na Bahia, quanto à participação mais ativa dos camponeses em lutas por direitos trabalhistas e de apropriação de terras, que se dá nas décadas de 1970 e 1980, n'*O Patrão* (2013b), após dezessete anos da produção do primeiro livro, Euclides Neto traz uma representação social diferente da proposta em *Os Magros*, explorando a imagem de agregados que resistem às imposições da classe dominante, agindo e reagindo ao sujeito opressor, estabelecendo um contraponto entre as duas obras, no entanto, o viés ideológico do escritor permanece forte e similar nas duas formas de representar.

Já em *Machombongo* (2014b), Euclides Neto — após vinte e cinco anos da produção do primeiro livro aqui analisado e apenas oito anos da produção do segundo — constrói um rico painel de personagens que, de forma bem prática e criativa, dizem das representações sociais do sujeito trabalhador rural, no entanto, busca também intervir nessas representações, rasurando-as por meio de uma contraestratégia ao reverter estereótipos a eles impingidos.

Portanto, por meio das narrativas supracitadas, Euclides Neto imprime a marca de sua subjetividade ao representar a saga da gente que povoou e povoa a região cacauceira do sul da

Bahia, evidenciando os jogos do poder, as tensões pela terra. Eis a sua grande contribuição no “trabalho das representações sociais”. Construídas a partir do imaginário do próprio escritor e com base no imaginário coletivo da região cacauceira, ficcionalizam um povo oprimido que, vivendo à margem da sociedade, busca lutar contra a exploração dos fazendeiros de cacau e pecuaristas. Sarará, Tomás, Felipe, Januário, Zacarias e outras personagens “comunistas” impõem, ainda que timidamente, certa resistência aos padrões sociais estabelecidos em uma sociedade notoriamente marcada pelo patriarcalismo, desestabilizando a hierarquia patriarcal, simbolizada pela figura hegemônica do patrão.

I.2 A linguagem popular do trabalhador rural: oralidade, discurso e poder

“Porque as palavras não são a realidade, mas uma fresta iluminada: representam!” (MINAYO, 2000, p. 110).

As representações sociais das trabalhadoras e trabalhadores rurais, até aqui discutidas, trazem imagens construídas sobre sujeitos sociais inseridos numa realidade social específica, a da região cacauzeira sul-baiana do século XX. É importante compreender que “o ser humano” se torna sujeito no “social”. Um social que se apresenta como um “espaço de relações” (HONÓRIO, 2008, p. 79). Discutiu-se no primeiro tópico essas representações, explorando-as a partir da perspectiva do autor sul-baiano Euclides Neto, o qual, por meio do seu olhar crítico, enxerga o outro para além das visões estereotipadas, em suas relações sociais pautadas no exercício do poder.

Mostrou-se, ainda, como a sociedade cacauzeira, durante o século XX, acompanhando as mudanças globais, foi marcada por diversas rupturas no campo social e econômico, no que diz respeito aos avanços e retrocessos da classe camponesa. Nesse sentido, valorizou-se a concepção de sociedade concebida como um corpo social heterogêneo em transformação, em movimento, uma vez que está sempre em relação. Assim, considera-se que as sociedades se definem pela relação, do mesmo modo que os sujeitos que as constituem e se constituem nela (ORLANDI, 2004).

No esteio dessa reflexão, retoma-se e aprofunda-se neste tópico a concepção das representações sociais, enfatizando sua mediação privilegiada — a **linguagem**, aqui concebida como forma de conhecimento e de interação social. Moscovici (2003) deixa claro em suas discussões que:

(...) não há representações sociais sem linguagem, do mesmo modo que sem elas não há sociedade. O lugar do linguístico na análise das representações sociais, não pode, por conseguinte, ser evitado: as palavras não são a tradução direta das ideias, do mesmo modo que os discursos não são nunca as reflexões imediatas das posições sociais. (MOSCOVICI, 2003, p. 219).

Assim, na visão do psicólogo, as representações sociais são concebidas como fenômenos cujos aspectos salientes são conhecidos pelos sujeitos sociais e cuja elaboração pode-se perceber por meio de sua circulação que se dá pelo discurso, seu vetor principal. Tal é a complexidade desses fenômenos inscritos em um “referencial de um pensamento preexistente” (MOSCOVICI, 2003, p. 216) e dependentes dos sistemas de crença que se ancoram em valores, tradições e imagens do mundo. Nesse sentido, são, acima de tudo, o objeto

de um permanente trabalho social que ocorre no e por meio do discurso, de modo que cada representação pode ser reincorporada dentro de modelos explicativos que são familiares e aceitáveis.

Moscovici (2003) argumenta que:

Representar significa, a uma vez e ao mesmo tempo, trazer presentes as coisas ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e da integridade normativa do grupo. É, portanto, muito importante que isso se dê de forma comunicativa e difusiva, pois não há outros meios, com exceção do discurso e dos sentidos que ele contém, pelos quais as pessoas e os grupos sejam capazes de se orientar e se adaptar a tais coisas. (MOSCOVICI, 2003, p. 216).

Diante dos argumentos, fica evidente o caráter relevante da linguagem na construção simbólica dessas representações quer seja dos grupos sociais dominantes quer seja dos grupos sociais dominados. Nesse sentido, vale pensar a linguagem como

(...) fruto da vivência das contradições que permeiam o dia a dia dos grupos sociais e sua expressão marca o entendimento deles com seus pares, seus contrários e com as instituições. Na verdade, a realidade vivida é também representada e através dela os atores sociais se movem, constroem sua vida e explicam-na mediante seu estoque de conhecimentos. (MINAYO, 2000, p. 108-109).

Consoante Minayo (2000), embora a linguagem traduza um pensamento fragmentário e se limite a certos aspectos da experiência de vida, muitas vezes contraditória, ainda assim possui graus de clareza e de nitidez em relação à realidade. Sublinha-se neste estudo o pensamento da socióloga e pesquisadora brasileira, ao destacar a linguagem como elemento fundamental e intermediador das representações sociais, uma vez que está presente nas vivências dos grupos sociais, evidenciando a interação entre os pares, como também as contradições entre os mesmos e ainda com as instituições sociais. É indiscutível entender que a própria realidade também se forja pelos atores sociais, na medida em que constroem e reconstróem sua vida, elucidando-a por meio dos conhecimentos acumulados.

Resguardada esta relação intrínseca entre linguagem e representação, retoma-se a discussão teórica do crítico cultural jamaicano Stuart Hall (1997) que entende a representação cultural como construção de sentidos através da linguagem. Para o pensador jamaicano, as práticas de representação são um dos processos-chave e complexos do “circuito cultural”, uma vez que inter-relaciona o sentido à linguagem e à cultura. Defende o enfoque construcionista da representação como uma perspectiva que tem impactado significativamente os Estudos

Culturais nos anos recentes. Assim, define: “Representação é a produção de sentidos dos conceitos em nossas mentes mediante a linguagem. É o vínculo entre os conceitos e a linguagem o que nos capacita para referirmos seja ao mundo “real” dos objetos, gente ou eventos, ou ainda aos mundos imaginários dos objetos, gentes ou eventos fictícios” (HALL, 1997, p. 4, tradução da pesquisadora)²⁹.

Afirma que há dois sistemas de representação, dois processos implicados: o sistema de **representações mentais**, mediante o qual os objetos, eventos e gente se correlacionam com os conceitos mentais que se tem. Assim, o sentido depende do sistema de conceitos e imagens formadas nos pensamentos que podem estar por ou “representar” o mundo, dando capacidade ao sujeito de se referir a coisas que estão dentro ou fora da sua cabeça. Esse sistema de representação, no entanto, não é tão simples como parece e não consiste em conceitos individuais, mas em diferentes formas de organizar, agrupar, classificar conceitos e de se estabelecer relações complexas entre eles.

Hall (1997) entende que “O sentido depende da relação entre as coisas no mundo — gente, objetos e eventos, reais ou fictícios — e o sistema conceitual que pode operar como representações mentais dos mesmos.”³⁰ (p. 05, tradução da pesquisadora). Embora os sujeitos sociais tenham mapas conceituais diferentes, únicos e interpretativos da realidade cultural e do mundo, contudo só são capazes de se comunicarem porque compartilham de maneira ampla esses mapas conceituais e por interpretarem o mundo e lhes dá sentido aproximadamente do mesmo modo. É nessa perspectiva que se entende o fato de as pessoas afirmarem que pertencem a “uma mesma cultura”, uma vez que interpretam o mundo de maneira semelhante, construindo uma cultura compartilhada de sentidos e um mundo social em que se habita conjuntamente.

No entanto, não é suficiente apenas compartilhar mapas conceituais, pois é necessário ser capaz de representar ou intercambiar sentidos e conceitos, o que só pode ser feito por meio de uma **linguagem compartilhada**. Esse é, portanto, o segundo sistema de representação implicado no processo global de construir sentido. O mapa conceitual compartilhado deve ser traduzido em uma linguagem comum, de modo que haja correlação dos conceitos e ideias a certas palavras escritas, sons ou imagens visuais, os signos portadores de sentidos. “Estes signos estão por ou representam os conceitos e as relações conceituais entre eles que se leva na cabeça

²⁹ Representación es la producción de sentido de los conceptos en nuestras mentes mediante el lenguaje. Es el vínculo entre los conceptos y el lenguaje el que nos capacita para referirmos sea al mundo ‘real’ de los objetos, gente o evento, o aun a los mundos imaginarios de los objetos, gente y eventos fictícios. (texto original)

³⁰ el sentido depende de la relación entre las cosas en el mundo — gente, objetos y eventos, reales o fictícios — y el sistema conceptual, que puede operar como representaciones mentales de los mismos. (texto original)

e seu conjunto constitui o que se chama de sistemas de sentido de nossa cultura.”³¹ (HALL, 1997, p. 5, tradução da pesquisadora).

Euclides Neto, em suas narrativas, põe em evidência a linguagem híbrida, peculiar e espontânea dos (as) trabalhadores (as) rurais sul-baianos, utilizada como ferramenta de comunicação cotidiana que constrói a própria representação desse grupo social. Essa linguagem é permeada por expressões consideradas, na maioria das vezes, como inadequadas em diversas ocasiões e contextos, por não estarem de acordo com a norma culta, sendo rechaçadas, em vez de serem valorizadas em sua riqueza e diversidade.

Importa saber que no Brasil,

(...) as variantes utilizadas por falantes “incultos”, de classe socioeconômica pouco favorecida ou da zona rural são excluídos da escola, da administração, dos meios de comunicação; variantes regionais desprestigiadas, como a caipira ou a nordestina, são segregadas, isto é, admitidas no espaço delas, mas não devem ser misturadas com os usos prestigiados, do rádio ou da televisão; ou mais frequentemente, as variantes de menos prestígio são assimiladas às de mais prestígio (ensina-se, por exemplo, na escola, o uso das classes dominantes ou o de regiões “em que se fala melhor” (BARROS, 2008, p. 72, grifos do autor).

Cabe pontuar ainda que o português do Brasil nasceu de uma variação linguística do português da Europa, mesclada com os idiomas indígenas locais e africanos, após o tráfico negreiro; e que, ao longo dos anos, foi ganhando sua própria condição linguística, tornando-se, assim, uma língua reconhecidamente brasileira. Nesse sentido, não houve, de fato, uma homogeneidade, de sorte que o aspecto híbrido se tornou sua principal característica, na medida em que sofreu influências lexicais e culturais de diversas outras línguas em diferentes regiões do País.

Desse modo, vale salientar que o português europeu acabou se conservando nas regiões litorâneas brasileiras, uma vez que aí se situavam os grandes centros de colonização, devido ao intercâmbio comercial e cultural com a metrópole, embora apresentasse alguns traços linguísticos distintos, ao passo que o vernáculo rural, por estarem afastados do litoral, acabaram se distanciando da norma lusitana, sofrendo influência dos falares indígenas e africanos, hibridizando-se.

A produção literária de Euclides Neto, como um todo, é impregnada de processos de hibridação cultural, sobretudo na linguagem, posto que o palavrado dos trabalhadores das roças de cacau e de gado é uma das formas de falar que é praticada na região cacauceira, sob a

³¹ Estos signos están por, o representan los conceptos y las relaciones conceptuales entre ellos que portamos en nuestras cabezas y su conjunto constituye lo que llamamos sistemas de sentido de nuestra cultura. (texto original)

influência das mesclas interculturais entre as matrizes básicas formadas por portugueses, indígenas e escravos negros, em constante contato com a zona urbana, além de receber a contribuição de imigrantes internos (sujeitos advindos das regiões fumageira e açucareira na Bahia e também de outras regiões do país, especialmente, os sergipanos) e externos (europeus e árabes, sobretudo, os libaneses).

Ademais, como uma variação distante da norma tradicional, o palavreado grapiúna está associado a uma comunidade que não conta com prestígio social, cujos indivíduos se situam, muitas vezes, na linha da miséria e apresentam baixa escolaridade. No entanto, a linguagem das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais apresenta uma riqueza linguística sem tamanho, a ponto de ser considerada um importante constitutivo da identidade cultural grapiúna, bem como pode ser considerada como elemento importante de representação social na obra euclidiana, conforme já explicitado no ponto 1.1 desta tese.

De acordo com o crítico baiano Jorge de Souza Araújo (2008), a linguagem narrativa de Euclides se caracteriza pela oralidade extraída da fala do povo simples do interior, assim, há de se evidenciar a força da escrita de Euclides Neto, ao lançar mão em seus textos ficcionais da variante linguística pertencente à zona rural sul-baiana, especialmente, na fala das personagens e com menor destaque na fala do narrador. A escrita euclidiana evidencia a sua escolha ideológica pela diversidade cultural e linguística, opondo-se a uma visão preconceituosa e intolerante em relação à linguagem popular, concebida como menor, inferior, inculta, assim como o sujeito que a utiliza.

Euclides Neto compartilha da ideologia das diferenças culturais, a qual preconiza que não se pode considerar língua melhor ou pior, língua superior ou inferior, num país onde a diversidade linguística é evidente, do mesmo modo que os usos variados da língua não podem ser hierarquizados, uma vez que não há uso linguístico melhor ou pior que outro. Isso posto, nas narrativas euclidianas, percebe-se a presença constante do palavreado do trabalhador rural, de modo que o escritor demonstra a capacidade do povo em utilizar a língua de modo variado e adequado ao contexto, de acordo com as diferentes situações e práticas sociais.

No *Dicionareco das roças de cacau e arredores* (2013a), por exemplo, o escritor, ao compilar as palavras utilizadas pelo sujeito falante, a trabalhadora e o trabalhador rural, contribui sobremaneira para a valorização da cultura, da língua, dos costumes, da identidade, da diferença e das representações sociais desse povo. Importa salientar que:

(...) a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a

partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem-formados. (BAKHTIN, 2014, p. 42).

São esses fios ideológicos, fundamentais tecedores das palavras, que estão presentes no *Dicionareco das roças de cacau e arredores*, considerado um dicionário ideológico, uma vez que cada palavra que o compõe e seus verbetes se relacionam intimamente à posição ideológica do seu autor e da comunidade que representa, com a qual se identifica.

Euclides Neto, em seus “agradecimentos e desculpas, texto introdutório dessa obra, se autodenomina: “sou um mateiro que, nasceram os dentes, perdeu-os, ganhou-os de novo e tornou a perdê-los nas roças de cacau”, e ainda “sou da mata, pois, carregando no couro, na cara, roupa, nos hábitos todos os sinônimos de capiau, matuto, caatingueiro (nasci num lugar chamado Jenipapo, encosto de mata de cipó) caipira, tabaréu, caititu.” (EUCLIDES NETO, 2013a, p. 23).

Identificando-se, pois, com os matutos das roças de cacau, por meio de suas experiências e vivências no contexto rural, o autor se autorrepresenta como homem simples e da terra, reconstrói a representação social desse povo, por meio do resgate da linguagem popular e peculiar da civilização cacauera sul-baiana, bem como de sua cultura em tempos pós-modernos.

Conforme Simões (2013), mais que um pequeno dicionário regional ou um mero glossário dos falares do cacau do sul da Bahia, o *Dicionareco das roças de cacau e arredores* (2013a) é a representação de um povo, de uma cultura. Nesse sentido, “é dicionário, por sua organização em verbetes; e, acrescentando a objetivos estritamente linguísticos, é texto cultural em sua essência.” (SIMÕES, 2013, p. 9).

Para a estudiosa da Literatura da Região do Cacau, os termos peculiares que integram o “dicionário” estão enraizados na historicidade e ultrapassam o significado, pois além de esclarecer os sentidos das palavras, representam momentos, vivências, fazeres, sons, ritmos e danças. Além disso, argumenta que Euclides Neto lança mão de suas lembranças e vivências, buscando reunir esses termos da linguagem do cacau, a fim de que não fossem esquecidos os traços grapiúnas, uma vez que os meios de comunicação, a tecnologia, a globalização contribuem para retirar as marcas locais, o que contribui para o processo de desidentificação cultural. Reconhece, então, que “a sua intenção declarada é não permitir esquecer uma linguagem e, com ela, a cultura de uma nação.” (SIMÕES, 2013, p. 13).

Quanto às narrativas ora analisadas nesta tese, percebe-se que as representações sociais das trabalhadoras e trabalhadores rurais se constroem, fundamentalmente, por meio da linguagem popular presente nos diálogos das personagens e em muitos dos trechos narrativos. Enfatiza-se, então, a importância de *O Dicionareco das roças de cacau e arredores* (2013a) para a compreensão do falar popular do cacau e, sem sombra de dúvida, dessas representações socioculturais repensadas pelo autor em diferentes momentos históricos.

O capítulo 7 da obra *Os Magros* (2014a) narra a ida de João à feira para comprar um remédio para o filho caçula que estava doente e adquirir alguns alimentos para matar a fome dos seus. Após muita “pechincha”, na linguagem do narrador, acaba comprando um quilo de fato seco, branco de sal, todo retorcido e “enfusado”, farinha e o remédio que custara quinze cruzeiros. Ao retornar para casa, Isabel o interroga: “— Oh! que demora. Estou para dar uma **ôra** de fome. Trouxe a **meizinha**? — Trouxe, quase o dinheiro não dá.” (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 32, grifo da pesquisadora).

Nessa pequena passagem do texto, tanto o narrador quanto as personagens utilizam a variedade linguística popular, lançando mão de termos peculiares da região nordeste. O termo “pechinchar”, de uso comum e muito utilizado ainda nos dias de hoje, de acordo com o Dicionário Eletrônico Houaiss (2001), significa “pedir abatimento no preço de; barganhar”. Quanto ao termo “enfusado”, vocábulo menos usual, é definido nesse dicionário como um regionalismo da Bahia e remete a uma “mercadoria que não tem saída”.

Já no diálogo entre João e Isabel, a personagem usa a expressão “ôra de fome”, muito utilizada pelo trabalhador e trabalhadora rural e que, de acordo com o *Dicionareco das Roças de Cacau e Arredores* (2013a), “ôra” ou “ura” significa “desmaio; síncope”. Enquanto o termo “meizinha” é definido pelo Houaiss (2001) como um termo também regional usado no Nordeste do Brasil e tem por definição “mezinha”, “remédio caseiro”, verbete também encontrado no dicionário informal virtual.

Em termos de curiosidade, é bom explicar ao leitor que embora o dicionário informal, disponível na internet e usado nesta pesquisa como referente cultural de sentido, não possua uma autoria definida e nesse sentido, seu conteúdo pode ser colocado em dúvida, foi de significativa importância para o contexto desta pesquisa, pois traz o significado de várias palavras usadas informalmente no cotidiano das pessoas.

Utilizado como fonte de significados para se entender os termos linguísticos informais usados pelo trabalhador rural, fez-se produtivo consultá-lo, uma vez que Euclides Neto explora em suas narrativas um vocabulário informal, cujos significados algumas das vezes só puderam ser encontrados nesse instrumento de pesquisa on-line, elaborado por vários internautas.

Justifica-se o uso desse dicionário também por entender que, embora seja possível colocar em dúvida a “veracidade” das informações, pela ausência de certa responsabilidade autoral, traz significados coerentes e de relevância cultural, sendo pertinente reconhecer e valorizar a sua produção.

No excerto abaixo, retirado de *O Patrão* (2013b), capítulo 8, Sr. Casimiro, Tomás e João, ambos vaqueiros, conversam sobre a qualidade do pasto e do gado que será vendido a Sr. Francisco, boiadeiro³² interessado na aquisição dos animais. Aqui, o leitor encontra também o palavreado grapiúna constituído por formas lexicais específicas e pertencentes ao contexto da pecuária. Sr. Casimiro afirma:

- Bom dia, os meninos. A boiada está **embarrigada**.
- Também naquele **colonião**, comem de cabeça levantada — justificou Tomás.
- A manga está boa?
- Depois do fogo de outubro, o capim voou. Não ficou aceiro, **encruado**, nada. Tudo é capim, parece cana.
- Boiadão! Vinte arrobas na **cabeceira**.
- A passar... xeretou João.
- E...
- É gado **nelorado**, já se vê. Quando a gente pensa que tem dezoito, dá vinte e duas arrobas. Toda ela tem sangue nelore. (EUCLIDES NETO, 2013b, p. 4, grifos da pesquisadora).

De acordo com o Houaiss (2001), o termo “embarrigado” é um termo regional brasileiro de uso informal e tem como significado “que está prenhe, grávido”. Já a palavra “colonião” se refere a um “capim-da-colônia” (*paspalum densum*). Complementando esse verbete, conforme o dicionário informal virtual, “é uma espécie de capim perene advindo da África”, portanto, que tem uma considerável durabilidade e garante por um bom tempo a boa alimentação do gado.

O termo “encruado”, também de uso comum no falar regional brasileiro, diz do capim que “não chegou a queimar inteiramente”, conforme o Houaiss (2001). No dicionário informal virtual, é “algo que está parado, não anda”, assim, retomando ao trecho em destaque, o capim, após a queimada, processo que era muito utilizado nos sistemas de produção agropecuária, apesar de causar um grande desequilíbrio ambiental, rejuvenesceu, ou seja, não “encruou”. Quanto ao termo “cabeceira”, segundo o *Dicionareco das roças de cacau e arredores*

³² Proprietário e/ou administrador de fazenda de gado vacum (Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa, 2001).

(EUCLIDES NETO, 2013a, p. 46), é “a melhor parte de um gado”, já gado “nelorado”, consoante o Houaiss (2001), diz-se de certa raça de gado zebu.

No capítulo 10 desse romance, percebe-se outros termos que também se relacionam ao contexto agropecuário. Sr. Casimiro, ao fazer negócio com Sr. Francisco, tenta convencê-lo da qualidade do gado que estava prestes a vender: “— [...] a boiada está meio fina, sem comer e beber. Mas boa que está doida. Gado **erado**, capado tudo depois da **destoca**. Tem **catoeiro** de vinte e cinco arrobas.” (EUCLIDES NETO, 2013b, p. 45, grifos da pesquisadora).

Ao consultar o Houaiss (2001), tem-se “erado” como o “que se tornou apropriado para reprodução ou para corte (diz-se de animal); diz-se de boi gordo, pronto para o corte.”. No *Dicionareco das roças de cacau e arredores* (EUCLIDES NETO, 2013a, p. 42), encontra-se o significado de “boiada destocada”, que remete à troca de animais de pasto precário para pasto farto. Enquanto “catoeiro”, na página 48, refere-se a “boi erado, sem castrar”.

Assim, compreender as palavras, as enunciações e os sentidos a eles impingidos nas narrativas, é seguramente necessário para se compreender o contexto histórico e sociocultural representados nas narrativas, uma vez que “o *centro* organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo.” (BAKHTIN, 2014, p. 125).

Esses são apenas alguns poucos exemplos que ilustram a abrangente presença da linguagem peculiar rural nos textos ficcionais do autor sul-baiano. Seguindo nessa análise do léxico regional e de seus significados contextualizados e relevantes para se entender a cultura representada nas obras aqui analisadas, afirma-se, após um estudo comparativo e minucioso entre as obras, que no texto ficcional *A enxada e a mulher que venceu seu próprio destino* (2014c) há um maior destaque para a utilização do falar rural grapiúna, até mesmo com a transcrição fonética desse falar constituído por “transgressões” às normas gramaticais da linguagem padrão.

Nesse sentido, reafirma-se que o autor valoriza o linguajar rural e simples do povo grapiúna, colocando-se avesso ao preconceito cultural e linguístico, como já discutido nesse estudo. Para Bagno (2007, p. 41), em sua obra *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*, “do mesmo modo como existe o preconceito contra a fala de determinadas classes sociais, também existe o preconceito contra a fala característica de certas regiões. É um verdadeiro acinte aos direitos humanos.” E ainda:

(...) qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico,

“errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente”, e não é raro a gente ouvir que “isso não é português”. (BAGNO, 2007, p. 38, grifos do autor).

Na visão do linguista e escritor brasileiro, há um preconceito notório quanto à região do Nordeste, tendo em vista que é considerada por muitos como “atrasada”, “pobre”, “subdesenvolvida”, do mesmo modo às pessoas que nasceram nessa região, bem como sua língua, que não atende às normas da linguagem padrão, assim sendo, são desvalorizadas e repudiadas. A seu ver, o preconceito linguístico ainda está firme e forte no contexto da sociedade brasileira e subvertê-lo só será possível

(...) quando houver uma transformação radical do tipo de sociedade em que estamos inseridos, que é uma sociedade que, para existir, precisa da discriminação de tudo o que é diferente, da exclusão da maioria em benefício de uma pequena minoria, da existência de mecanismos de controle, dominação e marginalização. (BAGNO, 2007, p. 127).

Assim como Bagno (2009), Euclides Neto, por meio das representações sociais mediadas pela linguagem oral da nação grapiúna, propõe subverter o preconceito linguístico e social, repensando as variedades linguísticas como modos de falar que, embora não estejam de acordo com a norma padrão, são tão justos, bons e corretos quanto aqueles que elas acolhem. Valoriza, assim, o português brasileiro e seu falante, legitimando-os em suas narrativas, assim como fizeram autores brasileiros consagrados como José de Alencar, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Carlos Drummond de Andrade, dentre outros, na busca de contribuir para uma sociedade menos excludente.

Retomando, pois, a análise das narrativas, percebe-se na obra *A Enxada e a mulher que venceu seu próprio destino* (2014c), por meio dos diálogos das personagens e na fala do narrador em menor escala, o rico e vasto registro em variante linguística da fala do povo. Albertina, após ganhar um pedaço de terra doado por Sr. Manduca, proprietário humano e bondoso, resolve não abandonar o pedaço de cascalho em que primeiro morou e onde encontrou alimento para si e para seus filhos, quando foi escorraçada da cidade de Jequié. A personagem-heróina expõe aos seus:

— Não vamo abandona esse lugá. Enquanto faz o roçado novo, vamo coiando o qui fô **safrejando**. Também continuamo a morá aqui, onde tivemos muita sorte, inté que pareça o que comê lá em riba. **Ocês**, minina, tomá conta das **prantação**. Eu, Apolinário e João, nosso lugá é lá, na terra nova, todo dia. Agora vô buscá as ferramenta que seu Manduca tamém me deu.
— Mãe, já truva. Espera pra amenhã. Ocê passô o dia quase todo fora. Apolinário, cedo, vai.

— Tá bem, mas vai logo hoje. A noite é clara. Só precisa tê cuidado com os cachorro que é valente. E nós, que vamo ficá, trançamo estera. Vocês todos têm que aprender a arte. Eстера, abano e bassoura. Adispois que tivé uma porção feita, é pra vendê. Tiramo uma parte pra nós e o resto você, Juquinha, já com oito ano, e jeito de ome feito, fica aí, na beira da estrada, **ofereceno** a quem passa. Sim, ia me **esqueceno**, vô caprichá em u'as vassoura e abano pra seu Manduca. Ome muito fidargo, sem **fidunça**.

— Nas hora vaga, mãe, eu vô faze umas gaiola pra vendê. No dia que não fô pra roça, pego uns passarim. Não se alembra lá na feira de Jequié? Cansei de vê a troca de um fio de passopreto por um quilo de açúcar ou de farinha. **Isturdia**, quando a gente tava **cavano** tatu, você me ensino u'a porção de coisa. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 31, grifos da pesquisadora).

Como se nota no excerto supracitado, a linguagem do trabalhador e da trabalhadora rural está repleta de formas nominais e verbais que, segundo a gramática normativa, ferem aos princípios de concordância verbal e nominal; uso “incorreto” da forma nominal do verbo, o gerúndio, com a eliminação da consoante “d”; a não pronúncia da consoante “r” nos finais dos verbos, dentre outros aspectos. No entanto, a transcrição fonética do autor, resulta de sua inquietação em valorizar a identidade linguística do sujeito-falante rural, não se preocupando se a mesma infringe ou não as normas gramaticais do português tido como padrão.

Esse, muito claramente, não é o seu objetivo, mas mostrar a diversidade cultural e linguística do povo grapiúna. O “povo da roça gosta do palavreado. Se campeia um termo para expressar a ideia e não topa, inventa, entorta o que já ouviu em alguma parte e solta-o. Ele quer conversar, mostrar-se escopeteiro.”³³ (EUCLIDES NETO, 2013a, p. 27).

O termo “safrejando”, por exemplo, usado por Albertina, trata-se de um neologismo, advindo do verbo “safrejar” que, segundo o Houaiss (2001), é um regionalismo brasileiro que significa “explorar um engenho, plantando, colhendo e fabricando açúcar e aguardente”; “ocês” trata-se de um regionalismo brasileiro e cabo-verdiano (DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS, 2001) e, acrescente-se, é uma expressão popular, variação do pronome “vocês”, espécie de economia linguística, o que demonstra que a língua é um fenômeno vivo, dinâmico que sofre variações históricas, geográficas e sociais. Percebe-se, por exemplo, em textos literários contemporâneos o mesmo vocábulo grafado como “cês”, variação regional mineira, como se vê no verso retirado do poema *O sotaque das Mineiras*, de Carlos Drummond de Andrade: “Aqui se diz: 'tchau pro cê', 'tchau pro cês”.

Com relação ao termo “prantação”, há de se considerar os esclarecimentos do linguista Bagno (2007), ao argumentar que há uma visão estigmatizada dos fenômenos da língua com

³³ A palavra está escrita no *Dicionareco das roças de cacau e arredores* (2013) de modo diferenciado, o que faz pensar que houve um erro de digitação no texto. Escupeteiro: falante, conversador; tomador de cena (EUCLIDES NETO, 2013a, p. 59).

relação à transformação do L em R nos fenômenos consonantais, na qual está implícita o julgamento de “atraso mental” impingido aos sujeitos que pronunciam desse modo. Para o autor, trata-se, na verdade, de formas advindas do português padrão que tinham em sua origem um L bem nítido que se transformou em R, muito usado nos textos de Camões, portanto, formas arcaicas latinas. Sendo assim, o autor grapiúna cita em seus textos ficcionais várias formas arcaicas utilizadas pela gente sul-baiana, tais como exempro (exemplo), frauta (flauta), fruita (fruta), sembrante (semblante), entre outros, rompendo, portanto, com esses estigmas linguísticos.

O termo “fidunça”, encontrado na página 62 do *Dicionareco das roças de cacau e arredores* (2013a), destacado do excerto narrativo, refere-se a “orgulho, vaidade, metido a sebo”. Já a expressão “isturdia” tem por significado “há poucos dias atrás” ou “outro dia”, de acordo com o dicionário virtual informal. Nesse sentido, fica bem claro que cada agrupamento humano tem sua própria linguagem, suas expressões e traços linguísticos. Exprime, assim, os atos de criação do sujeito falante, seus sentimentos, sua vivência, sua cultura.

É perceptível que a análise dos termos e expressões presentes nos enunciados literários acima destacados poderia se tornar um estudo linguístico bastante pertinente e mais aprofundado acerca dos falares regionais, no entanto, é preciso ressaltar que o foco deste estudo é ampliar a análise linguística, pensando a linguagem utilizada nos textos ficcionais como elemento de representação social e cultural. Nesse sentido, ela é tomada como um produto cultural e histórico, formado de acordo com a comunidade que o utiliza em seus diversos contextos, que variam em razão das necessidades e experiências da vida em sociedade.

Assim como o *Dicionareco das roças de cacau e arredores* (2013a), a linguagem presente nos textos ficcionais é repleta de arcaísmos, hibridismos, neologismos e metáforas construídos pela inventividade do falante grapiúna no processo de interação social. Destaca-se aqui as metáforas e os neologismos — que, em grande parte, provêm das metáforas — uma vez que muito da riqueza estética da escrita literária euclidiana é oriunda da beleza dessas construções metafóricas e inovadoras, fruto da oralidade do povo grapiúna e das mesclas interculturais.

Para Lakoff e Jonhson (2002), as metáforas estão infiltradas na vida cotidiana, não somente na linguagem, como também no pensamento e na ação, de modo que o sistema conceitual ordinário dos indivíduos é metafórico por natureza. Nesse sentido, os conceitos que estruturam os pensamentos não são meras questões do intelecto, pois estruturam, sobretudo, o modo como os sujeitos percebem o mundo, a maneira como se comportam e o modo como se relacionam com as outras pessoas, de acordo com suas experiências física e cultural.

A título de elucidação desse aspecto, pode-se notar em alguns trechos retirados das narrativas aqui em estudo, ricas metáforas que estruturam a maneira de perceber, pensar e agir do/a trabalhador/a rural grapiúna. O primeiro exemplo, selecionado do livro *Os magros*, está na fala de João que, após um duro dia de trabalho e sem ter com o que se alimentar, reflete: “— Vida dura, meu Deus. **Vida de cachorro**. Estou mais magro. Parece que os meninos estão aniquilando. Tudo magro. **Você, Isabel, está uma cazumba**³⁴. **Esse menino termina virando assombração mesmo**. Só tem osso.” (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 28, grifos da pesquisadora).

O narrador compartilha do mesmo universo conceitual ao descrever Isabel: “Enquanto a roupa quarava, a mulher chegou-se ao marido. Tinha as mãos encolhidas, finas, ossudas. [...] **O rosto estava cavado, sem carne, terroso como barro de telha.**” (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 147, grifo da pesquisadora). A percepção de ambos, personagem e narrador, e, de modo implícito, a do autor, remete à construção simbólica que representa uma sociedade cacauera sul-baiana, em que os indivíduos, sujeitos subalternos, esqueléticos e sujos, sofrem, sobremaneira, uma vida desumana, penosa e infeliz, destituídos das mínimas condições de sobrevivência.

Nessa esteira, é essencial entender que o uso de metáforas pode realçar ou cobrir certos aspectos daquilo que representam. Na visão de Fairclough (2001), ao significar algo por meio de uma metáfora e não de outra, está se construindo uma realidade de uma maneira específica e não de outra, o que indica filiação a um modo característico de representar aspectos do mundo e de identificá-los, é o que faz Euclides Neto, de modo apropriado, por meio de seus textos e suas personagens.

O segundo exemplo, retirado do livro *O Patrão*, realça o universo da zona rural e está presente na fala do narrador que descreve, metafórica e inventivamente, o cotidiano dos animais no curral, momento em que João, um dos vaqueiros que trabalhavam para Sr. Casimiro, chega para cumprir com suas obrigações diárias:

No curral é que a bezerrada ia aos poucos **abrindo a sinfonia do protesto** com a chegada de João, que levava baldes de cinquenta litros, o copo em forma de cone. À presença do vaqueiro, as vacas **bateram palmas moles** que iam caindo no chão feito **bolos crus**. Sobre eles **cascatas fumegantes** de urina escorriam desfazendo-os, transformando-os em ligeiras **enxurradas verdes** de capim digerido (EUCLIDES NETO, 2013b, p. 66, grifos da pesquisadora).

³⁴ Carniça (EUCLIDES NETO, 2013a, p. 49).

Percebe-se que as metáforas construídas enriquecem o texto literário, à medida que o autor lança mão da linguagem figurada e plurissignificativa, transformando momentos simples, em que os animais expõem seus excrementos, em riquezas literárias. A seguir, será usado o mesmo trecho do livro *Machombongo* (2014b) que foi usado na p. 69; no entanto, com o objetivo de apresentar o uso da metáfora para a construção da realidade excludente em que viviam os trabalhadores/as rurais:

Na roça, o trabalhador conversava para mais de dez, todos parados. Os podões em posição de sentido também ouviam a prosa. Falava-se do quilo da carne que custava mais que um dia de serviço. Que daqui a pouco a carne seria **tempero em panela de pobre**. Até a **excomungada farinha** andava pela hora da morte. Ninguém podia viver daquele jeito. Que ninguém na fazenda tinha coragem de pedir aumento. Todos uns xeretas, **bois de arrasto, puxados pela venta** (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 51, grifos da pesquisadora).

A partir do trecho acima analisado, concorda-se com Araújo (2014), ao afirmar que cada frase dessa obra literária é um invento, com catadupa de metáforas e imagens surpreendentes a escorrer por toda a narrativa. Destarte, os neologismos presentes em suas obras ficcionais corroboram essa inventividade, alicerçada na capacidade criativa que o/a trabalhador/a desenvolve quando não encontra termo próprio para expressar determinada ideia, derivando-o de outro já existente.

Na concepção bakhtiniana (2014), a língua vive e evolui na comunicação verbal concreta, sendo assim, a criação de novas palavras e de novas construções lexicais e suas funções sociais são tão naturais à língua quanto as construções que deixam de ser usadas pelos falantes. Em se tratando dos neologismos, será apresentado ao leitor um quadro geral com seus significados, tendo como base os contextos narrativos das obras selecionadas para este estudo. Os neologismos surgem principalmente por metáforas que, conforme Euclides Neto, são criadas pelo povo, o trabalhador rural, o vaqueiro.

Assim, pode-se encontrar termos interessantes e inovadores em vários trechos narrativos. Em *Os Magros* (EUCLIDES NETO, 2014a), vê-se, entre vários, os neologismos em destaque: “D. Helena se **batonizou**” (p. 47), derivado do substantivo batom, significa “passar batom”; “Os quatro fugitivos **entocaiaram-se**” (p. 54), derivado do verbo entocar: “enfiado em toca”, conforme Houaiss (2001); “A cachorra **modorrava**” (p. 55), derivado do substantivo modorra: “desejo irresistível de dormir, ainda que não provocado por doença”, de acordo com o Houaiss (2001); Em *O Patrão* (EUCLIDES NETO, 2013b), “**paridorezinhos** das bezerras” (p. 67) vem do substantivo paridor, que, conforme o *Dicionareco das roças de cacau e*

arredores (EUCLIDES NETO, 2013a), refere-se à “vulva”; “**mijadores** das crias machos” (p. 67), derivado do verbo mijar, uso informal do verbo “urinar”, conforme o Houaiss (2001), contudo, no contexto narrativo, por processo de analogia, refere-se ao órgão sexual do animal por onde expele a urina; “**cinzava** tudo” (p. 69), derivado do substantivo cinza que foi transformado no verbo cinzar e por metáfora, de acordo com o Houaiss (2001), refere-se a “tornar (-se) cinza; acinzentar (-se). Metaforicamente, no contexto literário, refere-se ao dia que cinzava os boqueirões³⁵, logo, diz de um dia que “escurecia” ao adentrar o terreno).

Já em *Machombongo* (EUCLIDES NETO, 2014b), pode-se encontrar ainda: “o suor **encachoeirava** o rosto” (p. 47), derivado do adjetivo “encachoeirado”, regionalismo brasileiro que, conforme o Houaiss (2001), significa “que tem aspecto de ou lembra cachoeira” e por metáfora, refere-se ao “modo como o suor caía abundantemente na face, semelhante à cachoeira”); “uns meninos do deputado **buçando** barba” (p. 79), derivado de “buçar”. Conforme o *Dicionareço das roças de cacau e arredores* (EUCLIDES NETO, 2013a), “buçar barba” significa os primeiros sinais de pelos no rosto dos adolescentes; e “**rufiando**” (p. 79), derivado do substantivo rufião e por metáfora, conforme o Houaiss (2001), “rufião” é um regionalismo usado no Sul do Brasil e diz respeito ao “indivíduo que está sempre a fazer conquistas amorosas; conquistador, namorador”. Nesse sentido, “rufiando” refere-se aos “meninos que estão despertando para a conquista de mulheres”.

Além dos neologismos aqui citados e discutidos, existem inúmeros outros ricamente contextualizados em diversas obras do escritor. Desse modo, faz ver que: “É o talento, é a mágica do escritor, que, em muitas páginas, nos transmite prosa-poesia, ritmada na beleza às vezes rude, mas sempre cantante, de termos tipicamente regionais, locais, que se destacam com peculiar ressonância no falar do autêntico matuto” (ARAÚJO, 2014, p. 345).

I.2.1 Gênero da Literatura Oral “Provérbios” na narrativa *Os Magros*: discurso e ideologia

Valendo-se do que se vem discutindo acerca da linguagem própria do/a trabalhador/a rural, é importante destacar que o autor explora também as manifestações culturais orais em sua vasta obra, ao utilizar de orações, casos, mitos, provérbios. Entende-se, nesse sentido, que a linguagem se manifesta na sociedade por meio de vários gêneros. Contudo, selecionou-se

³⁵ Regionalismo baiano, refere-se a terreno próprio para o cultivo do cacau (Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa, 2001).

apenas o gênero textual “provérbio”, usado na literatura oral e presente na narrativa *Os Magros* (2014a) para um estudo pormenorizado.

Os provérbios, lidos e interpretados nesta análise, são concebidos como práticas linguístico-discursivas, inseridas em um contexto histórico-social específico, o da região cacaueira sul-baiana, vinculados a formações ideológicas e identitárias dos sujeitos sociais que os utilizam, bem como estabelecendo sentidos a partir do contexto narrativo em que estão inseridos.

Antes, porém, necessário se faz discutir sobre a complexidade que envolve a presença do texto oral no fenômeno literário escrito. “O texto oral, etimologicamente carregando o peso de um paradoxo, permaneceu por muito tempo fora do enfoque teórico dos estudos literários, cuja tradição tem privilegiado a escritura como única fonte teorizadora do texto artístico” (ALCOFORADO, 2008, p. 110). Contrapondo-se a essa realidade, Zumthor (2007), estudioso da literatura medieval, resgata o estatuto do texto literário oral, ressaltando a sua natureza, cujos aspectos de literariedade se associam à voz e aos aspectos translinguísticos da comunicação dando ênfase ao ritmo, às sonoridades, à performance, ao corpo e ao espaço.

Considera-se rica a contribuição de Zumthor, no intuito de se perceber que a literatura oral, a qual era associada à poesia e à elite burguesa, desvalorizando a tradição popular, revestida de conotações depreciativas, tem o seu lugar, contemporaneamente, na literatura escrita. E, assim, importa destacar que o autor de *Os Magros*, ao lançar mão dos provérbios em seu texto escrito, possibilita entender que existe uma inter-relação necessária entre oralidade e escrita, uma vez que “a primeira designa a base subjetiva da segunda.” (ZUMTHOR, 2007, p. 13).

Embora, conforme o autor, o texto escrito possibilite uma leitura solitária e puramente visual, o que marca o grau performancial mais fraco da leitura, bem próximo do zero. Por outro lado, “a performance dá ao conhecimento do ouvinte-espectador uma situação de enunciação. A escrita tende a dissimulá-la, mas, na medida do seu prazer, o leitor se empenha em restituí-la. A ‘compreensão’ passa por esse esforço.” (ZUMTHOR, 2007, p. 70-71).

Ressalta-se que a literatura, como “uma das manifestações culturais da existência do homem” (ZUMTHOR, 2007, p. 46), é um espaço em que se registram e se propagam ideias que fundamentam um período histórico ou a cosmovisão de um autor. No caso singular da Literatura da Região do Cacau, como já explicitado anteriormente, os escritores partem da realidade específica da civilização cacaueira sul-baiana e a ficcionalizam, tomando o cacau, mas não apenas ele, como referente do imaginário e fato vivo de um momento histórico.

Dessa perspectiva, é que se pensa no gênero da literatura oral “provérbios” na compreensão da narrativa euclidiana, levando em consideração outro contexto, que não o medieval, mas o do século XX da região cacaueira, guardando as especificidades desse gênero no romance regionalista. Isso porque os “provérbios ou ditados populares” são expressões utilizadas na linguagem popular, isto é, são frases ou sentenças curtas que encerram um ensinamento, uma reflexão, conhecimentos comuns sobre a vida e passados de forma anônima de geração em geração.

Criados desde os tempos remotos até os dias atuais, esses provérbios são utilizados como formas universais vinculadas aos valores morais. Além disso, são fáceis de memorizar e de transmitir por serem expressões curtas. Fazem parte da cultura popular, do repertório linguístico das civilizações, principalmente rurais e caracterizam a identidade de uma determinada região.

Conforme Motta e Salgado (2011), os estudos da linguagem têm considerado os provérbios como pontos de relativa “cristalização” da língua e assim fazem parte do léxico de uma comunidade de falantes. Nesse sentido, seriam considerados fórmulas, ou seja, síntese alcançada pela história da língua, em que um elemento polilexical seria levado a funcionar como um item do léxico.

No entanto, numa perspectiva discursiva de tradição francesa, deslocam essa discussão, argumentando que, embora essa síntese linguística supunha um território delimitado, suas fronteiras são a todo tempo ameaçadas, pois

Todo dizer é um movimento e, quando cristalizado, faz-se nó de uma rede – não um ponto final, não um ponto isolado, mas ponto nevrálgico, lugar estratégico na dinâmica histórica que o institui e salienta. E tal “saliência” tem a ver com as polêmicas em foco numa dada comunidade discursiva, com as crenças que as sustentam, com os discursos que as alimentam e que podem transformá-las. (MOTTA; SALGADO, 2011, s/p).

Sendo assim, percebe-se que, embora os provérbios sejam considerados expressões “cristalizadas”, podem sofrer mudanças em decorrência do movimento peculiar e dinâmico da linguagem e das alterações nas crenças e discursos que as alimentam. Como se vê, é numa rede de “disputas” em que estão inseridas as fórmulas discursivas, as quais fazem parte de toda e qualquer comunidade discursiva. Nesse caso, explora-se o uso dessas fórmulas, levando em consideração a comunidade cacaueira sul-baiana, ficcionalizada nas narrativas do autor sul-baiano.

É nesse sentido que o escritor tem uma intenção clara e funcional ao utilizar em seus textos ficcionais a linguagem oral desses sujeitos sociais, no sentido de resgatar e reconstruir a linguagem e a memória de um povo, contribuindo, assim, para a construção identitária desse grupo social, como o fez no *Dicionareco das roças de cacau e arredores* (2013a). Como bom “matuto grapiúna”, como se autodenomina em seu *Dicionareco*, Euclides Neto tem a exata noção da influência da oralidade na cultura popular das roças de cacau sul-baianas, sobretudo na formação de uma literatura rica e peculiar.

Isso posto, é preciso pensar os provérbios a partir de uma perspectiva culturalista e discursiva, ou seja, analisando-os como “construções discursivas que se materializam em determinados contextos de uso da língua numa relação intersubjetiva entre os seus pares não opostos, criando, desta forma, um espaço de identidade” (OLIVEIRA, 2011, p. 39).

Os provérbios populares, retirados da obra *Os Magros* (2014a): “*Deus dá o frio conforme o cobertor*” (p. 17), “*O que Deus faz está bem feito*” (p. 68), “*Cada um bota o chapéu onde o braço alcança*” (p. 133), sintetizam e revelam a posição ideológica de sujeitos sociais que se mantêm em condição de aceitação e de resignação mediante as intempéries da vida, advindas principalmente das suas condições de subalternos e oprimidos.

João e Isabel, personagens criados por Euclides, para forjar a representação de trabalhadores rurais que se mantêm submissos ao mando e desmando dos detentores da terra e do cacau e dos seus prepostos — nesse aspecto, rever o item 1.1 desta tese —, trazem subjacentes aos seus discursos uma alusão ao sistema de poder que ainda se faz presente nos dias contemporâneos nas sociedades capitalistas e que negam a possibilidade de ascensão social para aqueles que não detêm o meio de produção econômica.

Ainda na visão de Oliveira (2011), as formações discursivas ou fórmulas discursivas estão diretamente relacionadas às formações ideológicas, uma vez que os discursos são instâncias de materialização das ideologias. O provérbio “*Mas quem nasce pra cachorro morre na cinza*” (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 108), dito por Sarará a João, quando este narra melancolicamente sobre o pedaço de terra que seu pai possuía e fora tomado à força pelo pai do seu atual patrão, o que contribuiu para a sua atual situação de extrema pobreza, marca uma ideologia presente numa sociedade em que a realidade socioeconômica produz uma distribuição desigual de renda e com isso, as disparidades existentes entre as classes sociais.

Uma grande parte dessa sociedade, representada nessa obra pelos trabalhadores das roças de cacau, sustenta a classe mais alta com sua força de trabalho, entretanto, não se veem em condições de mobilidade social, e, de certo modo, aceita a condição de subalternidade de maneira obstinada. Assim, a identidade estabelecida entre os trabalhadores rurais diz de uma

identidade monolítica, fixa, em que há a prevalência de um discurso único e sujeito às relações de poder.

Outro provérbio que conflui com esse pensamento é “*O rico é pelo rico. Cada um puxa a brasa para sua sardinha*” (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 109), dito por Mário. Este era trabalhador rural vindo do sul do país e que sabia ler e escrever. Conhecedor das leis trabalhistas e da mais-valia, afirma que a situação de exploração só seria modificada caso o Governo fosse composto por gente pobre, do contrário, sendo representados pela elite social, seus interesses e necessidades jamais estariam em pauta.

Por fim, os provérbios “*A gente leva o ouro, mas deixa o couro*” (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 116) e “*Aqui filho chora e mãe não ouve*” (EUCLIDES NETO, 2014a, p.118), bastante conhecidos popularmente, pronunciados no momento em que João e demais trabalhadores da fazenda “Fartura” trabalham nus debaixo de chuva, revelam que os mesmos reconhecem a situação de subalternidade na qual convivem, levados à condição de bicho, a mais desumana possível, no entanto, trazem uma autoimagem isenta de mudança e de negociação.

Os provérbios acima citados corroboram a visão de Correia (1993), ao afirmar que esse gênero se articula com momentos variados da vida de trabalho, de atividade ou de lazer da comunidade. Na visão do autor, os gêneros da literatura oral tradicional se dividem em macroconjuntos, segundo as naturezas: lírica, narrativo-dramática e dramática das composições, o que o aproxima da classificação clássica de gêneros. Inclui, assim, os provérbios no subconjunto das práticas de caráter prático-utilitário, como práticas de sabedoria, as quais “visam objetivos práticos-utilitários – são pequenas, mas densas mensagens em que se registram seculares conclusões de conhecimento teórico sobre a existência ou, mais concretamente; indicações de caráter meteorológico” (CORREIA, 1993, p. 66).

“*É mais fácil galinha nascer com dentes e boi voar*” (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 107), “*Aranha come do que tece*” (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 124), “*Quando o gato sai, o rato passeia em cima da mesa*” (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 147), provérbios contextualizados em momentos diversos na obra *Os Magros*, assim como os outros já discutidos anteriormente, apresentam características que os fazem diferentes de outros gêneros da oralidade: a brevidade, a agudeza e por serem fonte de prazer.

Para “Mãe Stella” (2010), estudiosa dos provérbios tradicionais da cultura oral africana, a **Brevidade** dos provérbios facilita o registro e memorização da verdade embutida neles; a **Agudeza**, tendo em vista que possibilitam uma crítica da vida, usando uma dose de ironia, que facilita a reflexão sobre o tema criticado; **Fontes de Prazer**, na medida em que produzem

prazer, não só pela agudeza, mas também por possibilitar o registro e fixação de uma sábia mensagem, tendo a energia mental economizada.

Destaca-se que Euclides Neto explora a linguagem da gente simples grapiúna, como principal ferramenta de criação e construto de identidade, partindo daquilo que considerou no texto, como a sabedoria popular, além de possibilitar ao leitor a análise crítica e reflexiva sobre a cultura da região cacauceira representada em sua obra, ao passo que os provérbios presentes na linguagem oral do povo grapiúna, ora analisados como fórmulas discursivas e ideológicas utilizadas pelo escritor em sua narrativa, possibilitam perceber uma identidade que, nesse texto literário em específico, revela-se ainda monolítica e hegemônica.

Além disso, o autor explora ricamente o modo como a linguagem pode ser usada no contexto comunicacional não somente para expressar ideias, pensamentos, mas também para persuadir. O primeiro exemplo disso é mostrado por meio da personagem de *Os Magros* (2014a), o “agente da Companhia de Seguros Sul América” que vai à casa de Dona Helena para tentar convencê-la e fazê-la adquirir um seguro de vida para sua filha, a “boneca-filha” Rose Marie. O diálogo abaixo, retirado do vigésimo oitavo capítulo, revela o poder da linguagem persuasiva:

- Olha, minha senhora, nada como o seguro. Hoje tudo bem, a senhora com saúde, seu marido e depois... Depois tudo pode mudar. O futuro é incerto, nada mais duvidoso que os dias vindouros. E o seguro é certo. É a melhor economia. A senhora não está vendo assim... Tenho passado em todas as casas e em todas eu faço seguro. Aqui mesmo, a vizinha, fez uma apólice de duzentos mil cruzeiros para o filhinho [...].
- A fazendeira sentia certa inveja da vizinha que possuía um filhinho de verdade. Mas a Rose satisfazia plenamente. A prova é que até o agente de seguros ali estava [...].
- A senhora não vai deixar de fazer o seguro. Sei que se trata de gente fina, que sabe o seu valor. Pessoas como a senhora dispensam até propaganda. Procuram-nos [...].
- Só? Julguei que a senhora iria fazer um seguro de quinhentos ou um milhão. Olhe bem, madame, o futuro é incerto.
- Mas para começar. Depois faremos mais. Além de tudo, a Rose é assegurada na Previdência.
- Ora, madame, Previdência... Nenhuma dá vantagens e segurança tanto como a Sul América. Nenhuma.
- Então cem mil.
- Duzentos, madame. Sua filha merece muito mais.
- Isto é... (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 101-103).

E, assim, ao apresentar argumentos vários, o agente destituiu a Senhora até de procurar saber da opinião do marido sobre a aquisição do seguro, além de levá-la a adquirir uma apólice num valor mais alto do que ela, certamente, achava necessário. A fazendeira, que depositava

em sua boneca a força e a vontade de ser uma mãe zelosa e responsável, acabou adquirindo o seguro como forma de garantir à filha os estudos. Tal qual o agente da seguradora, a outra personagem que também usa da força da linguagem para convencer, é o “marreteiro” da Ilha dos Ratos³⁶. Conforme o Houaiss (2001), “marreteiro” é um vocábulo regional, usado informalmente na Região Nordeste do Brasil e se refere “àquele que faz trapagens; trapaceiro; vigarista”. O objetivo era persuadir o coronel a comprar um carro, para tanto, não poupava esforços:

- O carro é esse, Bidu?
- Ora, coronel, isso é carro para o senhor?!
- O fazendeiro ficou satisfeito com a resposta e insistiu:
- Mas este carro é do ano.
- Sim, mas não é superluxo. É carro de viagem, de operário americano. O senhor sabe que o Chevrolet não é linha. Agora o senhor vai ver o que é beleza [...].
- Aqui está, coronel. Foi a coisa mais bonita que já vi neste mundo. Zero-quilômetro. Oitenta metros de rodado para dizer a verdade: do cais para aqui. Um sonho [...].
- Está cheirando a novo. É um caso de polícia.
- Qual é o preço, Bidu?
- Ora, coronel, com o senhor se acerta tudo. Gostou?... É só dizer.
- Bom... todo mundo gosta — disse ele com o risozinho de interesse.
- Então o carro é seu. As condições nós acertamos. O senhor é quem ordena [...].
- Já disse que o senhor é quem fala. Isso é carro para o senhor. Super luxo. Carro de banqueiro de Nova Iorque. Aqui não tem nenhum igual. É o único. Chrysler... só o nome dispensa comentários (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 121-122).

No excerto supracitado, percebe-se claramente o desejo do marreteiro em convencer o coronel de sua “verdade” em relação ao objeto a ser vendido. Importa defender que

(...) persuadir, antes de mais nada, é sinônimo de submeter, daí sua vertente autoritária. Quem persuade leva o outro à aceitação de uma dada ideia. É aquele irônico conselho que está embutido na própria etimologia da palavra: per + suadere = aconselhar. Essa exortação possui um conteúdo que deseja ser verdadeiro: alguém “aconselha” outra pessoa acerca da procedência daquilo que está sendo enunciado. (CITELLI, 2002, p. 13, grifo do autor).

Nesse sentido, em ambos trechos, depreende-se que o ato de persuadir não deve ser entendido como engano, manobra, vinculando-o ao papel social do sujeito falante, como

³⁶ De acordo com a narrativa *Os Magros* (2014a, p. 120), “era um trecho de cem metros da rua do comércio, ao pé de casarões antigos, arborizada com mungubeiras, sob as quais ficavam dezenas de carros para negócio: desde o último modelo de luxo ao rabo quente mais fuçado. Ali se comprava cacau, café, gado, casas, terrenos” [...].

normalmente se concebe, em seu sentido pejorativo, mas como o resultado de certa organização do discurso que o constitui como verdadeiro para o outro (CITELLI, 2002).

É claro que, subjacente aos discursos persuasivos do agente de seguros e do marreteiro, há implícita uma ideologia que representa o sujeito dominador, proprietário de terras, como aquele que se deixa levar pela vaidade e pelo consumo. Tanto Dona Helena quanto o Sr. Jorge se sentiram envaidecidos em poder mostrar para a sociedade as suas novas conquistas materiais, símbolos de status social, de modo que não houve uma preocupação maior quanto à real necessidade da aquisição dos produtos oferecidos.

Convém elucidar que, para a compreensão das noções de discurso, tomou-se por base teórica os estudos de Mikhail Bakhtin (2014), levando-se em consideração que os discursos presentes nas narrativas euclidianas são vistos dentro do contexto social no qual foram produzidos. O filósofo soviético se refere ao campo das representações sociais por meio da valorização da fala como expressão das condições da existência, assim, considera a palavra como fenômeno ideológico por excelência e o modo mais puro e sensível de relação social (MINAYO, 2000).

Bakhtin (2014) destaca o caráter dialógico da palavra (discurso), contrapondo-se ao caráter monológico ou individual da mesma. A seu ver, a palavra implica a expressão de um em relação ao outro, razão pela qual é orientada socialmente e se constitui da interação entre interlocutores. Nesse sentido, o autor define o caráter histórico e social da fala como um campo de expressão das relações e das lutas sociais que sofre os efeitos da luta e serve de instrumento e de material para a sua comunicação. E ainda argumenta que cada época e grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação, que é inteiramente determinada pelas relações de produção e pela estrutura sociopolítica.

Argumenta Bakhtin (2014, p. 14),

A palavra é a arena onde se confrontam aos valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema: comunidade semiótica e classe social não se recobrem. A comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder, etc.

O pensamento de Bakhtin esclarece a relação intrínseca entre a linguagem e as relações conflituosas de adaptação à dominação e/ou resistência social. Tal aspecto está evidente nas narrativas euclidianas, uma vez que exploram as relações conflitantes entre dominadores e

dominados que se dão, essencialmente, pela linguagem. Para os Estudos Críticos do Discurso, o processo de “dominação” se dá pelo “abuso de poder social por um grupo social” (DIJK, 2015, p. 15). Os textos ficcionais representam o “abuso de poder social” dos coronéis, capatazes, administradores de fazendas, como se vê no excerto:

- Que diacho é que esse povo anda inquieto, reclamando, seu Cacheado?
- Nada, deputado, é porque a fazenda paga cem cruzeiros e por aí já estão pagando cento e vinte.
- Vai despachando, botando pra fora. Para o diabo, os exigentes. Gente injusta, se faz tudo e continua chorando. Parece gato: quanto mais a boca cheia, mais mia. Parece que nessa fazenda tem cabeça de jegue enterrada. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 162).

Na visão do coronel Rogaciano, o fato de os trabalhadores rurais reclamarem de seus direitos trabalhistas, como o aumento salarial, é justificativa plausível para a demissão dos mesmos. Esse discurso expressa, confirma e reproduz o abuso de poder exercido pela minoria dominante nas relações de produção capitalista e patriarcal que se desenvolveram ao longo do século XX na sociedade cacauieira sul-baiana, em que o subalterno deveria se adaptar à situação de exclusão socioeconômica. Em favor dos grupos dominados, por sua escolha ideológica e política, aspecto aprofundado na seção anterior, é que Euclides explora veementemente no discurso literário de *O Machombongo* (2014b), o discurso comunista, a fim de romper com o abuso de poder, na busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

No capítulo 73 dessa obra, a personagem Carlos, um camarada vindo do Rio de Janeiro para organizar o partido dos operários na Bahia, usa da linguagem para questionar a realidade excludente, propondo a socialização de terras e de oportunidades de trabalho para todos:

Não era um nervoso entusiasta, mas falava com tal convicção que, ao término da palestra, já o partido agasalhava-se no poder. O tema predileto era o drama do camponês: todo homem do campo tinha direito a um pedaço de terra como seu, fazendo parte da sua própria personalidade, assim como um instrumento de trabalho. Se todos os trabalhadores de roça se juntassem, seria fácil a socialização da terra. [...] Quando lhe passaram a palavra, parecia candidato à cátedra de universidade em dia de prova oral. Lá veio marxismo, Engels, manifesto comunista, Inglaterra, Lenine, Mao Tsé Tung, Piao, traíra e outros peixes. Um especialista. [...] o camarada Carlos, muito objetivo naquelas assembléias do interior, deixava que cada orador exercitasse as energias acumuladas, orientava, chamava a atenção para o trabalho de base, junto aos operários rurais. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 234-235).

Assim, empenhadas pelo discurso comunista-socialista, as obras literárias em estudo nesta tese, representam a visão ideológica do autor que empresta as suas personagens o poder

da palavra arguta, afiada como um facão. Nesse sentido, o seu discurso está atrelado às questões ideológicas, e, como bem explicita Bakhtin, “o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc.” (BAKHTIN, 2014, p. 128).

Portanto, além de possibilitar ao leitor enxergar, por meio do seu olhar engajado, as várias representações sociais que rasuram estereótipos sociais ainda presentes no universo sociocultural atual principalmente do povo nordestino, Euclides Neto, explora a linguagem, elemento que intermedeia essa representação social. Nesse sentido, extrai a fala do subalterno do contexto social e histórico da região cacauzeira sul-baiana, explorando a oralidade, composta por metáforas, neologismos, provérbios, dentre outros aspectos.

Ao destacar a linguagem popular desse sujeito social, o autor parece subverter o preconceito linguístico que discrimina o operário rural não só por sua fala, mas também por meio da anulação de seu discurso, sua voz, sua identidade. O escritor, por meio do seu discurso literário, crítico e atual, denuncia relações sociais pautadas no abuso do poder, revelando que a literatura é capaz de desenvolver no homem sua parcela de humanidade, na medida em que o possibilita se abrir à percepção do “outro”, discriminado e excluído injustamente por uma minoria que controla os discursos na sociedade.

II - EUCLIDES NETO: REPRESENTAÇÃO, MEMÓRIAS E HISTÓRIAS

“A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 2008, p. 471).

A presente seção dá seguimento à discussão acerca das representações dos trabalhadores/trabalhadoras rurais, foco deste estudo, analisando de modo contundente os aspectos memória e história nas quatro obras *corpus* deste estudo, entendendo-os como elementos que as contextualizam e contribuem para a produção de sentidos socioculturais acerca desses sujeitos sociais.

À luz dos Estudos Culturais, a discussão se desenvolve tomando por base os conceitos teóricos sobre a memória individual e a memória coletiva, a história tradicional e a história genealógica, e ainda sobre conceitos-chave da teoria marxista, os quais são operacionalizados e contextualizados nas narrativas de ficção.

Composto por duas seções bem definidas e atreladas, apresenta no primeiro tópico uma análise teórico-crítico-analítica das obras *Os magros* (2014a) e *O patrão* (2013b), quanto à representação dos elementos mnemônicos e históricos, re-construídos por Euclides Neto no seu “trabalho literário” que parte do presente para o passado e apresenta uma possibilidade de leitura subjetiva para os fatos que ocorreram na história do Brasil e da Bahia, essencialmente, dos movimentos sociais dos trabalhadores e camponeses na época da Ditadura Militar.

Aborda os limites tênues entre literatura e história, entendendo que a narração, embora seja um texto ficcional, está atrelada ao contexto histórico em que está inserida, o qual também é composto por elementos mnemônicos, havendo uma inter-relação entre ambos. Nesse sentido, enfatiza-se que Euclides Neto buscou representar o real, explorando as questões de classe, de exclusão social, de violência, partindo do contexto sociopolítico e cultural desumano e cruel no nordeste brasileiro, resgatado por suas memórias e reflexões no tempo presente.

Deixa claro ainda que as narrativas em estudo recontam a história do país e da civilização cacaueira sul-baiana numa perspectiva genealógica, em que são representadas as lutas e conflitos entre as classes abastadas e subalternas. O autor se utiliza criativamente de categorias do pensamento marxista, a fim de denunciar a vida dos sujeitos nos campos brasileiros inseridos em processos de alienação, em que se extrai a mais-valia e com ela a dignidade do homem.

Emprestando as suas reminiscências às personagens construídas, o autor apresenta distintas representações em que os sujeitos, embora de forma isolada, colocam-se em posição

contra-hegemônica, influenciados pelos movimentos sociais e operário-sindical, de viés marxista. Contribui, assim, com a possibilidade de se repensar esse “outro”, suas memórias e histórias silenciadas pela classe hegemônica, problematizando o lugar que esse sujeito ocupou e ainda ocupa na história da nação e da região, tendo em vista que

(...) a escrita é sempre um questionamento, porque a imagem que aparece sempre como um problema, uma necessidade de olhar mais a fundo no personagem ou na situação, olhar por debaixo de seu preconceito que, na maioria das vezes, é também o nosso preconceito, para tentar enxergar o que há além. Trata-se de duvidar, de romper com o que se veio pensando, para conhecer num sentido profundo. (ANDRUETTO, 2012, p. 68).

Nessa linha de ruptura com o que se vem pensando acerca dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, na construção simbólica do seu papel na cultura nordestina, é que Euclides Neto caminha, dado que se mostrou também na segunda seção, com o estudo da subversão desses sentidos no processo de representação literária e social nas narrativas euclidianas.

Tomando por base o lastro teórico discutido na subseção 3.1, a segunda subseção analisa as narrativas *Machombongo* (2014b) e *A enxada e a mulher que venceu seu próprio destino* (2014c), levando em consideração, de modo mais detalhado, o contexto histórico sul-baiano que integra as representações dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais no contexto ditatorial e pós-ditadura. Explora os elementos históricos que estão presentes tanto na memória individual como na memória coletiva do autor e também no discurso político, evidenciando as ações militaristas da Ação Popular vinculadas às lutas das Ligas Camponesas no estado e na região.

Após estudo detalhado acerca desses elementos históricos presentes nas narrativas analisadas, em que se mostra a influência das ideias de esquerda nos movimentos sociais brasileiros; na formação do movimento de revolução que se tentou organizar na Bahia e no Pará e ainda a denúncia das técnicas de tortura usadas pelos militares para inibir as ações dos quadros no Nordeste, estará evidente que a narrativa de Euclides Neto integra o chamado “romance de denúncia”.

Ainda nesta seção, o leitor poderá perceber referências históricas que dizem da migração dos nordestinos para outras regiões em busca de melhores condições de vida; a ocupação violenta das terras grapiúnas pelos grandes proprietários e coronéis do cacau; o mandonismo e o compadrio desses sujeitos na sociedade; a crise da lavoura cacaueira com a chegada da vassoura de bruxa; a efetivação da reforma agrária; dentre outros.

Por fim, ficará claro que ao denunciar as condições de miséria, sofrimento e exploração em que vivem os trabalhadores rurais no sul da Bahia, muitos militantes e também em outros

campos brasileiros, o autor faz de sua literatura um instrumento mnemônico contra o esquecimento definitivo daqueles que estiveram por muito tempo à margem da sociedade hegemônica e, desse modo, de sua história oficial.

II.1 - Memórias e histórias representadas em *Os Magros e O Patrão*

Diante do que se discutiu na primeira seção desta tese, é possível enfatizar que as narrativas ora em estudo se pautam nas memórias individuais e coletivas de Euclides Neto, contemporâneo de circunstâncias regionais ocorridas na história sul-baiana, do Brasil e do mundo, valendo-se do que muito vivenciou e ouviu contar nas suas conversas com a gente simples do município de Ipiaú e arredores, além da sua vivência política e social.

Pode-se perceber que o escritor baiano parece assumir, subjacente em seus textos, uma crítica à história por trás do silenciamento da voz daqueles que estão à margem da sociedade capitalista cacaueteira e também brasileira. É, dessa forma, um literato que não se manteve alheio às questões políticas e sociais que teceram a história do Brasil e da região cacaueteira, marcadas profundamente por lutas e dominações entre diferentes estratos da sociedade.

Assim, compreende-se a literatura na relação com a história como um recorrente testemunho de seu tempo, e, portanto, um documento de memória cultural. Nesse sentido, é necessário discutir os limites tênues existentes entre essas duas maneiras de narrar e compreender a complexidade da realidade.

Defende-se, neste estudo, que ambas são formas de conhecimento ou discursos acerca do mundo, cujas fronteiras precisam ser diluídas, no sentido de relativizar os binarismos verdade/ficção, bem como realidade/não realidade, ciência ou arte. Convém mencionar que “literatura e história são narrativas que têm o real como referente para confirmá-lo ou negá-lo, construindo sobre ele toda uma outra versão ou ainda para ultrapassá-lo. Como narrativas, são representações que se referem à vida e que a explicam.” (PESAVENTO, 2006, p. 14).

Ainda seguindo o raciocínio de Pesavento (2006), cabe pensar que, na contemporaneidade, os historiadores trabalham com o imaginário e discutem não só o uso da literatura como acesso privilegiado ao passado, como enfatizam a discussão do próprio caráter da história como uma forma de literatura, isto é, como narrativa portadora de ficção. Na visão da autora, o historiador não cria personagens nem fatos, contudo, descobre-os, de modo a fazê-lo ressurgir de sua invisibilidade, além de mediatizar mundos, relacionando escrita e leitura. A historiadora enriquece a discussão ao afirmar que

Na reconfiguração de um tempo – nem passado nem presente, mas tempo histórico reconstruído pela narrativa –, face à impossibilidade de repetir a experiência do vivido, os historiadores elaboram versões. Versões plausíveis, possíveis, aproximadas, daquilo que teria se passado um dia. O historiador atinge, pois, a verossimilhança, não a veracidade. Ora, o verossímil não é a verdade, mas algo que com ela se aparenta. O verossímil é o provável, o que

poderia ter sido e que é tomado como tal. Passível de aceitação, portanto. (PESAVENTO, 2006, p. 16).

Nesse sentido, não há por parte do historiador uma busca incansável por uma verdade única, absoluta e intocável. Busca representar a temporalidade passada, construindo uma possibilidade de acontecimento, num tempo em que não esteve presente e que reconfigura por meio da narrativa, fazendo com que o leitor possa, por meio do pensamento, ver e ler essa realidade passada.

Para o crítico literário Luiz Costa Lima (1989), o historiador intenta organizar o que resta do passado, designando-o como presente ou a partir de documentos, em um todo, numa ordem distinta do imaginário. Pesavento (2006), contudo, aponta que a narrativa histórica mobiliza os recursos da imaginação, uma vez que

Para construir a sua representação sobre o passado a partir das fontes ou rastros, o caminho do historiador é montado através de estratégias que se aproximam das dos escritores de ficção, através de escolhas, seleções, organização de tramas, decifração de enredo, uso e escolha de palavras e conceitos. (PESAVENTO, 2006, p. 18).

Não se trata de ficção no sentido lato da palavra, mas de uma ficção controlada, tendo em vista que a tarefa de historiador está de certo modo limitada ao âmbito do arquivo, no trato das fontes. Estas são entendidas não como o que ocorreu, mas como os rastros deixados para se chegar ao que ocorreu. Esses rastros ou traços são restos, marcas de historicidade como também representações de algo que teve lugar no passado.

Outrossim, a liberdade de criação, de ficcionalidade do historiador, está atrelada e limitada ao seu ofício em atingir o real acontecido, uma verdade possível, aproximada do real tanto quanto lhe for consentido. E ainda a ficção na história é controlada pelas estratégias de argumentação, isto é, a retórica e pelos rigores do método, quais sejam testagem, comparação e cruzamento, utilizados na busca da reconstituição de uma temporalidade que se passou fora da vivência.

Diante do que se vem discutindo acerca das fronteiras tênues entre os discursos histórico e literário, concorda-se com Lima (1989), quando enfatiza que o fato pode ser considerado como histórico ou ficcional, a depender de quem o selecione, quer seja um historiador ou um ficcionista. Em tese, pode-se compreender que toda narrativa tem uma intenção. Nesse sentido, sendo um fato verossímil ou não, a narrativa busca a representação da memória e ainda tenta explicitar determinado problema, criando encadeamentos, seja do ponto de vista histórico ou ficcional, conjecturando os aspectos ideológicos nos quais está inserida.

Concorda-se, portanto, com a perspectiva teórica de valorização do texto literário, sem, contudo, negligenciar o valor da dimensão histórica e contextual em que o mesmo se insere. Trata-se de compreender a literatura pelo viés interdisciplinar e interdiscursivo proposto pelos Estudos Culturais, e, desse modo, como um discurso que se amplia na relação com outros discursos, quais sejam, histórico, sociológico, filosófico, mnemônico, dentre outros.

Do ponto de vista histórico, Euclides Neto publicou seu terceiro livro *Os Magros* (2014a) num período que antecede o golpe civil-militar de 1964, época marcada por grandes efervescências política e cultural no Brasil. Nesse período, a sociedade brasileira elegeu os candidatos Jânio Quadros e João Goulart (Jango), representantes de partidos políticos opostos, compondo a chapa “JAN-JAN” para presidirem o país (ARAÚJO; SILVA; SANTOS, 2013).

Essa composição política foi temporária, posto que, entre os anos de 1961 e 1964, o país teve dois presidentes eleitos e um interino: Jânio Quadros, eleito em 1960, renunciou em 1961 (governou durante menos de 7 meses); Ranieri Mazzilli ficou de agosto até setembro de 1961 como interino, pois o vice-presidente, João Goulart, que deveria assumir após a renúncia de Jânio, estava na China, além do fato de que, desde ali, os militares já se opuseram a que ele assumisse.

Parafrazeando Araújo, Silva e Santos (2013), enfatiza-se que a renúncia de Jânio Quadros modificou o cenário político brasileiro, uma vez que a Constituição vigente garantia a posse do vice João Goulart, candidato que representava o legado getulista e a força do trabalhismo na cultura política do Brasil.

Diante do impasse criado pelo veto militar, alguns ministros do governo, militares, o Congresso Nacional e João Goulart articularam a mudança de regime presidencialista para parlamentarista. Desse modo, Jango assumiu a presidência em 7 de setembro de 1961 e, em 1963, um plebiscito popular foi responsável por restaurar o regime presidencialista no país. Nesse sentido, a posse do então vice-presidente alcançada pela Campanha da Legalidade proporciona maior participação dos grupos nacionalistas e de esquerda, os quais propuseram várias reformas estruturais, entre elas, a fiscal, a administrativa, a universitária e, sobretudo, a reforma agrária.

A época em que João Goulart esteve no poder foi marcada por intensas lutas políticas e sociais. As Ligas Camponesas, bem como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ainda o bloco parlamentar Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o movimento sindical organizado pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), as organizações dos subalternos das Forças Armadas e os estudantes representados pela União Nacional dos Estudantes (UNE) formaram uma frente de luta na busca de reformas de base. Assim, foi considerado

(...) um período de intensa politização da sociedade. O clima de radicalização política, de confrontos e debates propiciou uma ampla participação da sociedade na discussão pública de propostas de mudanças e reformas. Foi um período de intensa atividade política e de uma ampla discussão em torno dos diferentes projetos para o país. (ARAÚJO; SILVA; SANTOS, 2013, p. 12).

Destacam-se, nesse contexto, as lutas das Ligas Camponesas, organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e lideradas pelo advogado Francisco Julião, no Nordeste rural, em prol da reforma agrária. Surgidas em meados dos anos 50, foram formadas por trabalhadores rurais que buscavam combater a exploração e a situação desumana em que viviam nos canaviais, massacrados por usineiros e senhores de engenho do estado de Pernambuco e de toda a região do Nordeste, incluindo a Bahia. A luta era em prol da ampliação da legislação trabalhista para que os trabalhadores das usinas e dos engenhos pudessem ter garantidos seus direitos.

No entanto, apesar da intensa participação política dos partidos de esquerda e grupos nacionalistas no cenário brasileiro, por outro lado, as direitas civis anunciavam que as reformas de base objetivavam “comunizar” o país; o Congresso Nacional – de maioria conservadora e composto, em grande parte, por representantes dos latifundiários – opunha-se a aprovar o projeto de reforma agrária sem indenizações aos proprietários; as esquerdas exigiam imediatamente as reformas, sem acordos ou recuos, deixando de ser aliadas e passando a ser radicais contestadoras; os militares golpistas se articularam para destituir o presidente, o que ocorreu em março de 1964, quando João Goulart foi deposto por um golpe civil-militar.

Conforme as historiadoras Araújo, Silva e Santos (2013), o golpe não deve ser considerado apenas como militar, algo que se convencionou na história, uma vez que recebeu o apoio de setores conservadores da classe média e da burguesia industrial ligada ao capital externo, portanto, da sociedade civil que temia o recrudescimento de medidas nacionalistas e progressistas de Goulart.

Após o golpe, instaura-se no país o longo período da Ditadura que durou por mais de vinte anos, em que os dissidentes sofreram perseguições, censuras, prisões, torturas, levados, em muitos casos, à morte. Nesse ínterim, embora as Ligas Camponesas estivessem politicamente fortalecidas, extrapolando a questão agrária, com o golpe militar, acabaram sendo exterminadas, “sua organização foi destroçada, seus líderes foram presos, torturados, exilados e mortos, alguns deles pelos próprios fazendeiros e usineiros.” (JESUS, 2011, p. 10).

No entanto, a luta pela posse da terra não cessou e a determinação dos camponeses que integravam essa organização permaneceu, formando um novo movimento em luta pela terra,

no início dos anos 80, quando o regime militar começa a decair, dando origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Foi, então, num momento de transição entre ditadura e democracia que Euclides Neto lança seu quarto livro *O Patrão*, editado em 1978.

Ressalta-se que os livros literários aqui analisados remetem a um contexto histórico sul-baiano — a ser aprofundado no tópico a seguir — que sofreu influência direta desses movimentos sociais ocorridos no Brasil e na Bahia entre as décadas de 60 e 80, o que motivou à muitos dos trabalhadores rurais nas roças de cacau, embora de modo acanhado, à luta pela terra e à conquista de direitos trabalhistas no latifúndio. Nesse contexto, o clima de violência esteve muito presente nos conflitos entre proprietários das fazendas de cacau, trabalhadores rurais e sindicalistas, os quais eram perseguidos e assassinados brutalmente, fatos que Euclides Neto rememora veementemente em suas narrativas de denúncia social.

Os fatos históricos acima citados estão intimamente relacionados ao processo de reconstrução da memória dos fatos que se dá pela forma peculiar de ver, interpretar e narrar os momentos marcantes desse passado, partindo do presente crítico do autor, tendo em vista que suas narrativas partem de suas experiências e vivências e remetem à memória de uma geração, de um grupo social e, desse modo, a sua memória individual está estreitamente relacionada à memória coletiva de uma sociedade.

Nesse sentido, constata-se que Euclides Neto lança um olhar próprio sobre a realidade da região cacauzeira sul-baiana, em que a história é apresentada sob a perspectiva dos trabalhadores rurais, muitas vezes oprimidos, subalternizados, possibilitando uma espécie de “contra-história”. Entende-se que o autor, por meio de sua literatura, contextualizada em uma época e espaço específicos, coloca o trabalhador rural em cena, o que oportuniza ao leitor pensar esse “outro”, representado simbolicamente e, por muito tempo silenciado pelas forças hegemônicas, num levante marcado pela resistência.

Da análise dos livros *Os magros* (2014a) e *O Patrão* (2013b), considerando aspectos memoriais e históricos, depreende-se que tais obras são como uma rememoração e não conservação do passado, partindo do presente observado de uma maneira crítica por Euclides Neto, uma vez que reinventa fatos passados de experiências observadas e vivenciadas na Região Cacaueira do Sul da Bahia, levando em consideração as consequências socioeconômicas e culturais desses fatos no presente. Para tanto, urde as suas narrativas estabelecendo uma relação entre o indivíduo, o tempo-espaço e o contexto socioeconômico, cultural e histórico, reconhecendo também a prevalência da sua memória individual e coletiva.

Dessa forma, recorre-se à conceituação de *memória individual*, fenômeno próprio da pessoa, e de *memória coletiva*, fenômeno social construído de forma coletiva e sujeito a

constantes transformações, formulada pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945) em sua obra *A memória coletiva* (2006). Nesse sentido, destaca-se que o indivíduo carrega em si mesmo a lembrança, porém é no contato e interação com os outros indivíduos que as lembranças são construídas, pois as lembranças individuais estão impregnadas das lembranças daqueles que o cercam.

Halbwachs (2006) amplia a discussão apresentando a distinção e as relações entre *memória coletiva* e *memória histórica*. Afirma que a memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no tempo e no espaço e se apoia na história vivida, e não na história aprendida, sendo a história entendida não como “uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo o que faz com que um período se distinga dos outros, do qual os livros e as narrativas em geral nos apresentam apenas um quadro muito esquemático e incompleto.” (HALBWACHS, 2006, p. 79), até porque a história não é todo o passado, muito menos representa tudo que resta dele. Na visão do sociólogo,

(...) a memória coletiva não se confunde com a história e que a expressão *memória histórica* não é muito feliz, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto. A história é a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens. No entanto, lidos nos livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são selecionados, comparados e classificados segundo necessidades ou regras que não se impunham aos círculos dos homens que por muito tempo foram seu repositório vivo. Em geral a história só começa no ponto em que termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto subsiste uma lembrança, é inútil fixá-la por escrito ou pura e simplesmente fixá-la. (HALBWACHS, 2006, p. 100-101).

Depreende-se, então, que diz respeito a uma minoria a história que deseja examinar os detalhes dos fatos, bem como se extrai muito pouco da história que pretende conservar a imagem do passado de acordo com os interesses das sociedades. Enquanto isso, a memória coletiva se distingue por não ser artificial, retendo do passado apenas “o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém.” (HALBWACHS, 2006, p. 102).

Corroborando o pensamento de Halbwachs, o historiador francês Pierre Nora (1931), em seu texto *Entre memória e história: a problemática dos lugares* (1981), argumenta que memória e história não são sinônimos, uma se opõe à outra. A seu ver, a memória é vida, carregada por grupos vivos, assim está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, susceptível de revitalizações. Já a história é a reconstrução sempre problemática daquilo que não existe mais.

O historiador argumenta ainda que a memória é afetiva e mágica, não se acomoda a detalhes que a confortam; alimenta-se de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as cenas, censura ou projeções. A história, por ser laicizante e uma operação intelectual, necessita de análise e discurso crítico; enquanto a memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica.

Para Nora (1981), a história trabalha um criticismo destrutor da memória espontânea, destruindo-a e repelindo-a, razão pela qual a história é a deslegitimação do passado vivido. Sem dúvida, um criticismo generalizado conserva museus, medalhas e monumentos, isto é, o arsenal necessário ao seu próprio trabalho, mas os esvazia daquilo que os fazem lugares de memória. Segundo o autor, a memória transformada em história é vivida como um dever; deixa de ser espontânea, psicológica. Deixa também de ser social, coletiva, globalizante.

Projetando essas primeiras noções de memória e história na análise de *Os Magros e O Patrão*, é possível perceber que as narrativas se pautam nas reminiscências individuais e coletivas de Euclides Neto, contemporâneo de circunstâncias nacionais e regionais ocorridas na história brasileira e sul-baiana, como a disputa pela terra, as tensões pelo poder, a conquista dos direitos dos trabalhadores rurais grapiúnas e brasileiros, valendo-se do que muito ouviu contar nas suas conversas com essa gente simples e das suas vivências enquanto político e advogado, numa crítica à história ordenada, racionalizante e teologizante.

Segundo Ricoeur (2007), é a partir de uma análise sutil da experiência individual de pertencer a um grupo, bem como na base do ensino recebido dos outros, que a memória individual toma posse de si mesma, ao passo que é essencialmente no caminho da recordação e do reconhecimento, considerados os dois maiores fenômenos mnemônicos da tipologia da lembrança, que o sujeito se depara com a memória dos outros. Dessa forma, o testemunho não será considerado enquanto feito por alguém para outro, senão quando recebido de outro pelo sujeito, a título de informação do passado.

Já Halbwachs (2006) ressalva que a memória coletiva se amplia a partir dos laços de convivências sociais, quais sejam, familiares, escolares, profissionais. Nesse sentido, entretém a memória dos seus membros, e, vivendo no interior do grupo, sofre as vicissitudes da evolução de cada um, como também está sujeita a sua interação. Contudo, a seu ver, ainda que se deva à memória coletiva, é o sujeito que recorda, pois é ele quem memoriza e que retém objetos que lhe são significativos, por meio das camadas do passado a que tem acesso, inserido num tesouro comum.

Sendo assim, um dos traços marcantes nas memórias de Euclides Neto, ressaltado na biografia elaborada por Lília Souza (2013), que convém resgatar neste debate, é sua relação com a natureza, com a terra. Para a jornalista, o autor

desde tenra idade desenvolveu essa relação extremamente forte com o mundo telúrico. “Sou da mata, pois, carregando no couro, na cara, na roupa, nos hábitos todos os sinônimos de capiau, matuto, caatingueiro (nasci num lugar chamado Jenipapo, encosto de mata-de-cipó), caipira, tabaréu, caititu”, descreveu.

Euclides costumava repetir que não podia viver sem a terra, não à toa sonhava com um país em que a reforma agrária pudesse ser uma realidade. E esse sentimento nasceu desde a infância, que apesar de humilde foi farta em afetos. Euclides se considerava “mole para afetos e rogos”. Ressaltou tal traço em um de seus escritos: “Fui criado no mimo do maior carinho. Família modesta, tirada a pobre: dono de burros de tropas, bodegueiro, lavrador. Meus pais, contudo, cobriam-me de afetos”. De madrugada, acompanhava o pai para tirar leite da única vaca que a família possuía. (SOUZA, 2013, p. 49-50).

Nesse sentido, partindo de sua memória individual e afetiva, de suas vivências no meio rural, por ser filho, neto e bisneto de lavradores, também de suas memórias como criador de cabras, agricultor, da sua ligação extremosa e ideológica com a partilha da “terra”, Euclides Neto explora em sua narrativa ficcional alguns sentidos para esse signo, o qual é tomado em diversas conotações: como alimento para os desvalidos, como é o caso dos filhos de João que, temporariamente, sem ter o que comer, sentem na terra o sabor, o cheiro e o gosto que nutrem a ânsia e o saciam; símbolo de morte, de decadência, uma vez que as crianças que dela se alimentava, tornavam-se adubo para os pés de cacau; bem como principal objeto de desejo, símbolo de exploração e de injustiça social.

Personificada, a terra

apressada levaria todos os meninos para que as raízes gulosas salivassem com os aguaceiros das noites escuras. A terra não tinha paciência.

Por isso João comentava:

– Quando meu pai tinha um pedaço de Terra, tomaram à força. Agora, a sina triste dá terra, mas pra menino comer, ficar opado³⁷, fazendo assombração.

E Sarará completava:

–Da terra, pobre só tem direito de trabalhar para os outros. Se trabalha, labuta até morrer. Se come, morre também. Deus só faz a terra para os ricos. (EUCLIDES NETO, 2014a, 130, grifo da pesquisadora).

³⁷ Que se opou; que se tornou, que está inchado, volumoso, dilatado (Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa, 2001).

A tomada da terra pela força, como se deu com o pai de João, remonta ao que se dava nas lutas sangrentas pela terra no contexto da região cacauceira e no nordeste brasileiro. Sabe-se que nesse contexto poucos detinham o maior número de propriedades rurais, muitas vezes conquistadas através do medo e do terror provocados aos despossuídos ou a outros coronéis, uma vez que aqueles mais violentos contratavam capatazes, a fim de fazer o serviço sujo e garantir-lhes a posse do pedaço de chão a qualquer custo.

Muito dessa violência e usura por parte dos proprietários se percebe na passagem do texto ficcional em que Isabel, que já plantava verduras para ajudar minimizar a fome da família, desejou ampliar a roça, plantando também outras raízes e frutas, contudo, o gerente cortou a sua vontade, afirmando rispidamente:

– Não senhora. Aqui ninguém faz roça a não ser para a fazenda. Proibição de cima. E o doutor Jorge bem que tem suas razões. Vocês plantam dez pés de mandioca, uma bananeira e quando querem sair pedem o preço de uma usina. Não senhora! Já estamos cansados de pagar espojeiro³⁸ por uma fortuna. O ano passado mesmo pagamos quatro mil cruzeiros por uma roça. Um absurdo! Não valia nem dois. Vinte ou trinta pés de cacau em cima da terra. Aqui ninguém faz roça. É ordem.

A mulher lembrou-se que a roça de quatro mil cruzeiros produziu só no primeiro corte, nove caixas, o que representava mais de onze arrobas. Só naquela primeira colheita pagou o preço. E quem plantou foi posto fora da fazenda porque era exigente, queria pelo seu trabalho o que não valia!

Isabel teve que se contentar com os metros do oitão, dentro daquele cercadinho de nada. Assim mesmo ninguém via, e os cacauceiros ainda não tinham vindo com seus galhos usurários de espaço.

– Tanta terra que a fazenda tem, hein João, comentava às vezes. – Mais de mil hectares. Terra que nem ladrão acaba. Um mundo. E não dão nem uma nesga de terra para plantar umas brugunças³⁹. Tanta terra boa, tanta capoeira perdida. (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 86).

Como se percebe, o patrão não reconhecia o valor adequado da roça plantada, outro costume da época, tendo em vista que o empresário rural na busca incessante de aumentar seu poder aquisitivo, pagava bem menos do valor merecido pelo trabalho prestado no cultivo do cacau, despedindo o empregado e ficando com o lucro proveniente do seu suor e do seu trabalho. A terra, que era para ser um bem comum, partilhado para todos igualmente, pertencia à classe dominante, símbolo da desigualdade socioeconômica brasileira. Isabel reconhece essa desigualdade ao perceber, tristemente, que havia uma grande quantidade de terra

³⁸ [...] Pequena roça de comestíveis (EUCLIDES NETO, 2013a, p. 59).

³⁹ Objetos desarrumados, sem valor, teréns de casa. Por analogia, no contexto da frase, refere-se às plantas, frutas, raízes sem valor (EUCLIDES NETO, 2013a, p. 43).

inutilizada, bastava que possuísse um pequeno pedaço de terra para que pudesse viver com a família, comprar o mais necessário, andar vestido e se alimentar todos os dias.

O professor-pesquisador Martins (2011), ao comparar os escritores baianos Jorge Amado (1912-2001), Adonias Filho (1915-1990) e Euclides Neto (1925-2000), destaca o “telurismo” como um ponto comum entre ambos, citando as respectivas obras *Cacau* (1932), *Corpo Vivo* (1962) e *Os Magros* (1961), como três narrativas longas que tematizam e mimetizam a terra do cacau, o Sul (sudoeste) da Bahia. A seu ver, cada um desses autores, no entanto, apresenta estilo próprio, uma vez que cada um deles apresentam mundivivências distintas. Concorde-se que há, de fato, uma aproximação ideológica e intertextual quanto à temática da terra entre os três, sobretudo entre Euclides Neto e Jorge Amado na medida em que ambos, de militância marxista, mostram-se solidários ao homem da terra, aos sem-terra, denunciando as injustiças no sistema latifundiário.

Embora se aproximem quanto à exploração ideológica da temática terra, concorda-se com o crítico literário ao afirmar que

O telurismo de Euclides Neto difere, é certo, do de Jorge Amado e do de Adonias Filho. Em que medida? Na medida em que a maneira dada à matéria não é carregadamente lírica, “folha prolixa”, como a do romancista de **Terras do Sem Fim**; tampouco é trágica, elíptica, como a do romancista de **Corpo Vivo**. Deste modo, poderíamos dizer que **Os magros** estariam no meio termo. Isso é isto: a ficção euclidiana, empenhadíssima, nem por isso prescinde da linguagem e da montagem literárias em nome da mensagem ideológico-político-partidária. Neste sentido, o telurismo de Euclides Neto lembra, principalmente em **Os magros**, o de Graciliano Ramos (1898-1953), sua inegável e grande influência. (MARTINS, 2011, s/p, grifos da pesquisadora).

Assim, diante da observação de Martins (2011), salienta-se que há um maior nível de aproximação estilística e ideológica de Euclides Neto com o autor alagoano, já que ambos possuem escrita engajada, forte e sem lisura, expoentes do denominado *romance da terra*, que vigorou na década de 1930, e se preocupam em denunciar as mazelas sofridas pelo povo nordestino, espoliado e oprimido pelo poderio econômico dos sujeitos dominantes.

Ainda que não seja o foco desta pesquisa estabelecer um estudo comparativo entre o autor baiano e o alagoano, é relevante destacar a influência deste na escrita de Euclides Neto, uma vez que o autor leu as obras do mestre Graciliano Ramos, autor que conheceu pessoalmente. Desse modo, é necessário destacar o estudo comparativo e pertinente realizado por Mateus (2013) entre *Vidas Secas* (1975) e *Os Magros* (2007), em que a estudiosa se propõe a identificar elementos que aproximam os autores esteticamente e ideologicamente, bem como

elementos semelhantes no compósito narrativo das obras, através dos trânsitos dos protagonistas Fabiano e João.

Nessa perspectiva, ressalta-se, conforme a sua visão, que há

certa influência social na práxis política e literária dos romancistas, através das relações que se estabelecem entre o texto literário e as condições que legitimam a sua existência e a laboração de sua conjuntura através de um discurso que, no caso de Graciliano Ramos e Euclides Neto, é mais que um depoimento humano. (MATEUS, 2013, p. 17).

De acordo com a observação destacada acima, há duas características comuns ao discurso desses autores: a relação intrínseca ideológica e política na fatura da obra e a reflexão dramática sobre suas regiões. Dessa forma, muito relevantes são as aproximações apresentadas pela autora acerca do compósito narrativo das obras *Vidas Secas* (1975) e *Os Magros* (2007), já que uma das características comuns aos dois é o telurismo. A autora, assim, concorda com Martins (2011), ao argumentar que “é clara a relação dependente e afetiva de Fabiano com a terra salvadora, mesmo terra ingrata, alheia. Uma espécie de telurismo, que aproxima Graciliano Ramos e Euclides Neto, e tantos retirantes representados pelos protagonistas João e Fabiano.” (MATEUS, 2013, p. 70).

É certo que Mateus (2013), de modo fluido e com uma escrita muito clara, vai desvelando aos leitores uma leitura comparada astuta acerca dos dois literatos regionais. Assim, contribui para ampliar a fortuna crítica dos autores, ao afirmar que, embora advindos de regiões diferentes⁴⁰, ambos

utilizam as palavras para além de sua função técnica, como um modo de contar a saga do cacau e a do retirante fugindo da vida seca, coesos com a lógica imanente à criação, com a realidade social e com o complexo de valores nos quais se situa o ato criador. E ambos os autores viajam no tempo de forma descontínua, posicionando os fatos, os protagonistas e seus feitos num movimento dinâmico, num crescendo de acontecimentos que formam o quadro de lembranças que compõem o processo histórico de seus lugares, com magros e vidas secas a esperarem por um pedaço de terra ou um lugarzinho em seu seio quente, uma tigela de feijão cheiroso, ou um facão... (MATEUS, 2013, p. 139).

Dessa maneira, pode-se afirmar que a memória coletiva grapiúna é reconstruída também por meio das reminiscências das personagens, criadas em um determinado tempo e espaço, e que representam circunstâncias regionais ocorridas na história sul-baiana. Em *Os Magros*

⁴⁰Graciliano Ramos, do sertão de Alagoas e Euclides Neto, parte litorânea do interior baiano, denominado por geógrafos como Vale do Jequiriçá.

(2014a), as personagens Isabel e João, por meio de suas lembranças, exploram as inquietações e desditas vividas nas roças de cacau, como se percebe nos excertos já destacados e nos trechos que serão analisados a seguir.

No capítulo 23, após ter sido proibida de ampliar o seu plantio em um pedaço maior de terra, Isabel se recorda, por intermédio do narrador, do tempo em que conheceu João e resolveram trabalhar todos os dias, de sol a sol, para plantar cacau numa roça de meia:

Não se recordava daquele contrato que fizera depois que veio para a companhia de João? Derrubaram a mata, ficaram molhando numa palhoça pior do que aquela, comiam caça e folhas. Labutavam todos os dias. Não havia domingo nem dia santo. Nada. Nem sabiam os dias. Até com a lua trabalhavam. O cacau nasceu bonito, roxo, as folhas cresceram logo. O milho abriu-se em espigas, a mandioca ficou aquela grandeza [...]. Ainda lembrava que fora aquele cacauero, junto à pedra grande, que botara a primeira flor, com pouco mais de dois anos. Terrenão! À noite se comentou a flor do cacauero. Fizeram-se os planos. “Para o ano, na outra safra, vamos melhorar de vida” (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 87, grifo do autor).

Com o trabalho dignificante, ambos pensavam em construir uma estufinha e melhorar as condições de vida, poderiam ter roupa, remédios, carne fresca todos os sábados, um cavalo ou um jegue para levar a carga e uma espingarda boa. João chegou a sonhar com uma flor enorme, carregada de frutos maduros, vermelhos, cheios de dinheiro e de carne de boi. “Nunca mais passaria fome. Mas o sonho foi desaparecendo, a flor alva e bonita ficou preta, suja de lama e desapareceu” (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 87). A felicidade de ambos durou pouco, uma vez que o fazendeiro apareceu, mostrou interesse pelo plantio, exigindo o dinheiro fornecido. João não conseguia trabalhar ao mesmo tempo na sua roça e na do patrão para quitar as suas dívidas, era desumano. A alegria e a paixão por plantar deu lugar ao desânimo, ao sofrimento.

O contexto sócio-histórico e cultural, que se vislumbra no discurso reflexivo do narrador e nas lembranças das personagens acima, mostra como o autor soube representar o real, ao explorar as questões de classe presentes no contexto social caótico e desigual nas roças de cacau, urdido e resgatado pela memória e reflexões no presente.

Uma narrativa que se vale da história numa perspectiva tradicional, sem dúvida, não abordaria os conflitos, as contradições entre classes, sequer protagonizaria o trabalhador rural, sujeito marginal dessa história. Em contrapartida, funcionaria como meio de propagar as ideias de dominação e exploração das classes subalternas, garantindo à classe hegemônica seu lugar de comando na hierarquia social. Assim, para além de uma concepção tradicional da história, enfatiza-se a história na sua acepção genealógica, proposta por Nietzsche e retomada por Michel

Foucault em seu texto *Nietzsche, a genealogia e a história* (1995). Para o filósofo francês, a genealogia tem uma tarefa indispensável de marcar a singularidade dos acontecimentos:

Daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se; marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos; apreender seu retorno não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram [...]. (FOUCAULT, 1995, p.15).

Dessa maneira, o pensador tece uma crítica à história ordenada, a qual unifica todos os elementos em uma cadeia, a partir de uma visão lógica do seu desenvolvimento. Nessa esteira, a ideia de genealogia corrobora a ideia de confrontação de poder, de lugar de tensão, de ruptura, de lutas, gerando assim, controle, disciplina, leis e constituições.

Foucault (1995) critica uma história que acontece na calma, ocultando as lutas, as confrontações, a violência e que retrata apenas os momentos gloriosos, eliminando as tensões, os momentos de dissonância. A história, numa visão genealógica, é “efetiva”, sendo distinta da “história dos historiadores”, pois não se apoia em nenhuma constância, “reintroduz o descontínuo em nosso próprio ser”, não teme ser um saber perspectivo. Nesse sentido, “olha de um determinado ângulo, com o propósito deliberado de apreciar, de dizer sim ou não, de seguir todos os traços do veneno, de encontrar o melhor antídoto”. “[...] é um olhar que sabe tanto de onde olha quanto o que olha.” (FOUCAULT, 1995, p. 27; 30).

Retornando, pois, ao objeto de estudo, percebe-se que Euclides Neto, em seus textos ficcionais, traz um olhar singular, uma versão que propõe ver a história sob a perspectiva dos trabalhadores rurais oprimidos que se submetem ou respondem às injustiças do latifúndio. No dizer de César (2003), o autor tece uma crítica à história política brasileira ocorrida nas décadas de 1930 a 1960, em que vários governos sucessivos não põem em pauta a situação do camponês e a sua condição subumana no campo brasileiro. Assim, o pesquisador afirma

É como se Euclides Neto, na luta pela justiça social, quisesse apontar o descaso para com o homem do campo dos vários governos, que se sucederam à publicação do segundo romance de Jorge Amado⁴¹. Do Estado Novo de Getúlio Vargas, a Jânio Quadros, passando também por Eurico Gaspar Dutra, novamente Getúlio e Juscelino Kubitschek.

⁴¹ O pesquisador identifica na obra euclidiana um diálogo intertextual entre *Os Magros* (1961) e *Cacau* (1933), de Jorge Amado, e *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos, uma vez que ambos representam a temática social nordestina dos anos 30.

Tantos governos! Tantas promessas! E o mesmo estado de abandono das camadas rurais da população. Nada mudou na vida dos agregados do cacau, os fazendeiros ficaram mais ricos, os miseráveis nada perderam, porque nada tinham a perder, a não ser a esperança; muitos sucumbiram, de bala ou fome, na luta desigual (CESAR, 2003, p.).

Em *Os Magros* (2014a), Euclides Neto, imbuído do desejo de denunciar as relações de classe pautadas no abuso de poder, inerentes ao modo de produção capitalista, traz à tona o pensamento marxista. Ao que se percebe, o autor não busca “conceber o pensamento de Marx como uma doutrina acabada cujos conceitos fundamentais e articulações bastaria mostrar, mas, ao contrário, como um jogo de contradições, que não cessam de se deslocar para tentar ‘pensar a vida’ (ainda uma palavra de ordem hegeliana) em toda a sua complexidade.” (COLLIN, 2010, p. 12).

O autor, através do texto, demonstra estar convidando o leitor a enxergar a situação desumana vivida pela classe trabalhadora rural, representada nessa obra por João, Isabel e seus filhos, simbolizando a vida sofrida do nordestino, explorado por um sistema capitalista brasileiro excludente. Na acepção de César (2003), à medida que Euclides Neto escreve a história dessa família, intenciona

(...) passar a limpo as mazelas de um Brasil agrário, em busca de um desenvolvimento econômico e social que jamais poderá vir com a fome e a exclusão de milhões de filhos do solo de uma pátria que, a despeito do hino ufanista, quase nunca é mãe gentil, pelo menos na ficção do escritor grapiúna. (CÉSAR, 2003, p. 90).

Nessa esteira, a narrativa euclidiana, contextualizada numa época em que a desigualdade social é gritante entre as classes sociais, traz claramente algumas categorias do pensamento marxista, a fim de representar, “pensar” a vida dos sujeitos subalternos imersos em processos de alienação, em que se arranca a mais-valia e com ela a força vivífica do trabalho e a dignidade humana. No dizer de Mehring (2003, p. 18),

(...) o trabalho adicional, que o trabalhador dá a mais, depois de haver trabalhado o tempo necessário para cobrir seu salário, constitui a fonte da mais-valia, que incrementa o capital. O trabalho não pago ao trabalhador vai para os bolsos de todos os membros ociosos da sociedade.

O modo capitalista de produção na região cacaueira cria constantemente a miséria do trabalhador, uma vez que este é obrigado a vender a sua força de trabalho em prol da aquisição

de mantimentos e de instrumentos de trabalho, a fim de continuar trabalhando e procriar novos proletários. Diz o narrador:

O salário de João mal dava para adquirir aquelas mercadorias. Na semana em que tinha trabalhado todos os dias fazia cento e vinte e cinco cruzeiros. Espremia aí dentro suas precisões. Não fosse a necessidade de comprar um facão, tudo ia se arrumando. Mas o objeto indispensável custava, com a bainha, cento e vinte cruzeiros. Dinheiro de uma semana. E como adquiri-lo?, perguntava a si mesmo João, ao dirigir-se para a roça. Já estava com o seu gasto, imprestável, fino como uma língua de teiú. A bainha andava protegida com embiras⁴² no bocal e na ponta. E já na semana passada o gerente lhe dissera:

– João hoje tem serviço de roçagem, mas como seu facão é mesmo que nada, não há serviço para você.

– Senhor Antônio, tenha paciência, não me deixe perder um dia...

– Mas com esse facão você não faz nada, homem. Por que não compra outro?

– Vou comprar... mas a questão é que a comida está pela hora da morte e não tenho podido. Nem roupa tenho comprado. A casa cheia de menino... O senhor quer me adiantar um dinheiro para comprar o facão? (EUCLIDES NETO, 2014a, 21-22).

Infere-se desse excerto a situação precária em que vivia o trabalhador rural, com baixos salários, a ponto de não poder adquirir seu próprio instrumento de trabalho, tampouco satisfazer as suas necessidades fundamentais. Percebe-se, ainda, a situação de alienação desse trabalhador, tendo em vista que

O trabalhador “livre”, portanto, vende sua própria pele, para “ser curtido”. Ele se aliena nessa relação de aparência contratual, sem dúvida no sentido filosófico hegeliano, mas também no sentido jurídico mais comum. [...] A relação salarial é uma relação de alienação, visto que a potência pessoal do trabalhador é transformada aí em potência objetiva do capital: sua potência, portanto, pertence agora a outro e se torna potência do outro, inclusive contra ele mesmo (COLLIN, 2010, p. 138).

Sendo assim, é muito clara a denúncia social do escritor ao sistema capitalista tão perverso, uma vez que para converter o dinheiro em capital, aquele que possui o dinheiro precisa encontrar trabalhadores livres em dois sentidos, ou seja, dispor livremente de sua força de trabalho, na condição de mercadoria e também não possuir outra mercadoria para vender, estando, desse modo, despossuídos de todos os instrumentos que lhes possibilitem trabalhar por conta própria (MEHRING, 2003).

⁴² Cipó usado para amarrar (MINIAURÉLIO, versão eletrônica).

Nessa esteira, Euclides denuncia a fome insaciável do capitalista pela mais-valia, ao mostrar a falta de apoio do gerente, representante do proprietário, detentor dos meios de produção, da terra e até da vida daqueles que ali moravam, o qual se mostra indiferente à sina de João e de sua família. A condição de extrema miséria e pobreza se estende a seus filhos que comiam terra na angústia da fome e aos animais com os quais conviviam:

Aprígio, criança opada, esverdeada mesmo, modorrava no oitão, deitado na terra que os aguaceiros da noite tinham umedecido [...]. Sereia dava aula de anatomia óssea, bamboleando os quartos chochos, como se o vento a empurrasse. Comia porcaria nas coiraneiras.

[...] Aprígio saiu com a mão no rosto, soluçando. Não podia resistir à terra. Queria comê-la. Sempre era assim. Demorava duas ou três horas naquela pasmoreira. Em seguida, olhava de soslaio para um lado, para outro e zás o torrãozinho na boca. Corria, então, como se tivesse cometido um crime, para um lugar escondido, uma moita fechada. E saboreava a terra, calmamente, salivando cada parte, devagarinho, satisfazendo-se. (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 80-81).

Outra passagem muito forte que retrata a situação de miserabilidade do trabalhador rural, de sua exploração, de uma realidade em que os direitos trabalhistas como licença saúde, férias e aposentadoria não se concretizam, refere-se ao trecho em que o fazendeiro antropomorfiza os animais e zoomorfiza os trabalhadores, processo pelo qual o leitor percebe a permanente intenção do autor em revelar a condição de decadência humana do subalterno. Sr. Jorge afirma: “– Aqueles dois burros estão aposentados. Foram do meu pai. Não fazem mais nada. Questão de humanidade. Os bichos também precisam descansar... trabalharam a vida toda.” (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 129).

Levado à condição inferior a dos animais, João amargava a sua existência, invejando a sorte dos bichos:

João, de cá, inveja a sorte dos bichos. Depois de velhos, já cansados, imprestáveis, tiveram a recompensa. Tinham água e comida fartas. Descanso absoluto, tempo de sobra para ficar modorrando⁴³ à sombra das árvores. Intimamente olhou sua vida. Pensou se por acaso ficasse doente, que não pudesse mais andar. O que seria dele? E dos filhos? E quando chegasse a velhice teria que ficar como o velho Vicente, coitado, que aparecia contando histórias de quando tudo aquilo fora mata e ele abrira com seus braços. A lembrança trouxera-lhe certa amargura. Somente os burros eram felizes. Podiam até ser aleijados, docas, caducos. (EUCLIDES NETO, 2014a, 130).

⁴³Derivado do verbo amodorrar, significa causar ou deixar-se cair em modorra, em sonolência (Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa, 2001).

Mais uma vez se enfatiza que a narrativa euclidiana vai sendo construída a partir das memórias das personagens. Neste caso, João rememora e conta ao leitor o modo como Seu Vicente desbravou as terras grapiúnas com o seu suor e sangue, e, no entanto, com a velhice, não obteve valorização do seu trabalho árduo. Restou-lhe apenas narrar os traços de um passado marcado pela luta e submissão; narrativas que recontam uma história genealógica de massacres e conflitos nos latifúndios nordestinos e da região cacauceira, à luz do pensamento marxista do autor que se alinha à luta anti-imperialista, opondo-se também ao sistema latifundiário “semifeudal”.

Esse sistema de exploração da mão de obra permaneceu por muito tempo na região cacauceira, uma vez que o coronel que detinha a posse de terra, bem como os meios e instrumentos de produção, aliados a seus gerentes e capatazes, escravizavam o trabalhador rural e controlavam todos os aspectos da vida desses sujeitos.

João e os demais trabalhadores da fazenda Fartura eram explorados, escravizados, trabalhavam em péssimas condições, levados ao mais extremo aniquilamento pessoal e social, como se denota no trecho abaixo em que, após longos dias de chuva na fazenda, já esgotados e esfomeados, tinham que trabalhar à margem do ribeirão cheio, com águas até a cintura. Muitos trabalhavam doentes, com febre, como João que até não tivera vontade de ir trabalhar, no entanto, precisava comprar o facão. É notória a condenação do autor a um sistema que, para assegurar maior poderio econômico aos ricos, explora cruelmente o ser humano.

Com o objetivo de assegurar a produção do cacau, Sr. Antônio, ao observar o cansaço e a lentidão dos trabalhadores que se movimentavam com dificuldade, resolve dispor aos mesmos alguns goles de cachaça. Desse modo, os trabalhadores se reanimaram e voltaram a trabalhar, afugentando o frio e a malemolência. No entanto, já no meio da tarde, as forças faltaram, deixando-os mais cansados que antes. Novamente, o gerente distribuiu a cachaça, mas a reação já não se deu com a mesma intensidade. O autor pinta, portanto, um quadro carregado de sofrimento e de profunda angústia:

João tinha as feições abatidas, qualquer coisa de bruto e idiota saía de seus olhos parados, rasos como uma poça. As roupas, molhadas, prendiam-se ao corpo, esfriando-o mais. Não era possível fazer um cigarro. A mortalha esfarelara e o fósforo não riscava. No fim do dia, com as bebidas sucessivas, à medida que os corpos fraquejavam, ele e os companheiros estavam aniquilados, pareciam ter saído de uma grande doença ou de um martírio atroz. Mais magros, flácidos e indolentes. Arrastavam os pés como sonâmbulos. O casebre esperava-os cheios de sofrimento. Sendo sexta-feira, somente os solteiros teriam um pouco de farinha. (EUCLIDES NETO, 2014 a, p. 119).

Enfraquecido pelo desgaste físico e ainda pela fome dilacerada, João volta para casa onde divide com toda sua família um único ovo da galinha Bordada. Logo após, tomaram um chá amargo de folhas de laranja para enfrentar a longa noite. No entanto, embora tenha sido tão desumanamente explorado pelo capataz, levado a doar as últimas energias braçais em prol do enriquecimento do patrão, João, no íntimo, estava satisfeito, pois

(...) a fome cortava-lhe por dentro, porém tinha ganhado um pedaço do facão. Com toda aquela umidade que vinha do chão, e parecia descer da cobertura de palha, e mais o cansaço que esmagava os nervos, sentia qualquer coisa de felicidade. Era como se fosse uma pequena luz, morna e clara, na escuridão do seu ser. (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 119).

Nesse excerto, há uma remontagem acerca da falta de consciência da mais-valia, tendo em vista que o agregado não consegue perceber o excedente do valor de trabalho que acabou sendo “roubado” pelo patrão e, embora violentamente massacrado, ainda se sentiu feliz. Os subalternos, como se vê no excerto narrativo, demonstram o que Gramsci, citado por Gruppi (2000), denomina como “ausência de uma concepção consciente e crítica”, problemática crucial nas relações socioculturais e econômicas hegemônicas. João, assim como seus companheiros, são obrigados a desempenhar as atividades laborais em circunstâncias extremamente cruéis, aceitando, sem questionar ao superior sobre as condições inumanas de trabalho, a remuneração injusta, demonstrando uma personalidade subordinada.

Como já discutido na segunda seção desta tese, as narrativas euclidianas possibilitam questionar os processos de constituição da hegemonia cultural na região cacaueira sul-baiana que se deu de forma cruel e violenta. Entende-se, desse modo, que os proprietários de terra, coronéis, patrões ou seus encarregados, exercem sobre os subalternos uma liderança cultural, política e ideológica, a qual se dá de modo brutal, imposta pelo abuso de poder.

Além de mostrar a falta de consciência crítica do trabalhador rural em vários momentos de *Os Magros* (2014a) acerca do processo da mais-valia, enfatizando a alienação dos mesmos quanto ao seu papel na cultura da região, o autor possibilita ao leitor, por outro lado, o reconhecimento da visão capitalista da classe hegemônica, que enxerga nos trabalhadores e trabalhadoras rurais um povo inferior, com o qual não se deve gastar energias, tampouco investir financeiramente para a melhoria das condições de existência. E se assim o fizer, o objetivo primordial é garantir apenas a maior produção, melhor emprego da mão de obra escrava.

No capítulo 28, as personagens Sr. Jorge e Dona Helena também são responsáveis por representar essa visão da classe hegemônica, indiferente à sina triste daqueles que sustentam o

seu status sociocultural e econômico. Dr. Jorge conversa com a esposa sobre a possibilidade de construir casas para os trabalhadores:

– Aquela gente – disse ele como se pensasse alto e não desse importância à mulher – não podia viver naqueles casebres imundos. Precisamos dar-lhes melhores condições para que produzam mais. Se possível, irei distribuir sapatos a todos.

Dona Helena saiu do seu indiferentismo e ponderou:

– Não adianta. Esse povo não agradece nada. Se pudesse roubava tudo... Não viu o caso do estufeiro, o ano passado: roubar uma arroba de cacau. Isso, o que sabemos. E o que se passa por lá que ninguém vê. Quando eu era menina, trabalhador ia madrugada para a roça, só voltava de noite. Aquilo, sim, é que era trabalho, quando um dia valia dinheiro, mas hoje... (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 99).

O intuito do Sr. Jorge nada tem a ver com o humanismo marxista que Euclides Neto defende em *Os Magros* (2014a) e nas obras ficcionais que compõem a “tetralogia dos excluídos”. Essa personagem representa o lado podre, desumano e cruel do patrão, que, na busca incessante em aumentar o seu poderio, não enxerga “o outro”, demasiadamente aniquilado. Sr. Jorge pensa em reformar algumas casas dos trabalhadores, em criar uma escola, contratar uma professora, no entanto, o seu intuito era impressionar o presidente do Instituto do Cacau⁴⁴, a fim de conseguir um bom auxílio para uma estrada de rodagem e alcançar bons êxitos na comercialização do cacau. A mulher pondera:

– Eu achava melhor empregar o dinheiro em outras coisas. Se fosse eu botava mais um roçado de cacau ou comprava um apartamento para aluguel. Do que adianta gastar dinheiro com aquele povo? Nada. Não rende nada. Continua no mesmo ou pior.

[...]

– Vou pensar, se o presidente do Instituto resolver não ir, deixo de fazer as obras. Preciso é de estufas, sede e barcaças boas. Isto temos. (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 100).

De acordo com o trecho supracitado, mais uma vez se percebe a crítica contumaz do autor à avareza da classe dominante, tendo em vista que Dona Helena preferia adquirir mais propriedades a investir nos indivíduos responsáveis por garantir sua boa colheita. As mudanças propostas pelo fazendeiro estavam muito longe de contemplar reais melhorias da qualidade de

⁴⁴Criado em 1931, em Salvador (BA), com o objetivo de alavancar a situação econômica da Bahia, possibilitando aos agricultores assessoria técnica para o cultivo e comercialização do cacau, como também empréstimo para investimento possibilitado pelo BANE (Banco do Estado da Bahia). Com a chegada da vassoura de bruxa e a decadência do cacau na década de 80, o Instituto (edifício) é desativado e, hoje, é um lugar de memória, o Museu do Cacau, onde também se encontram a sede do SAC (Serviço de Atendimento ao Cidadão), da Direc (Diretoria Regional de Educação e Cultura) e o Restaurante Prato do Povo, dentre outros.

vida para o trabalhador rural, oferecendo-lhe melhores moradias ou uma melhor condição educacional; seriam realizadas com o intuito exclusivo de burlar as reais condições de moradia da fazenda, e, aparentemente, mostrar que se preocupava com as necessidades diversas da população trabalhadora, bem como forjar o bom trato com a propriedade, a fim de conseguir favores políticos e econômicos.

Outra personagem indiferente à sorte dos fracos e que representa a classe hegemônica no contexto das roças de cacau, é o Sr. Josias, proprietário do estabelecimento comercial, vulgarmente conhecido como “venda”. Geralmente, os encarregados, gerentes, agregados, vaqueiros e demais trabalhadores rurais costumam comprar alimentos, instrumentos de trabalho, utensílios para suprir suas necessidades básicas nesse tipo de comércio em que o proprietário exerce monopólio na venda dos produtos.

De volta à narrativa, destaca-se a passagem em que João junta uma quantia de cento e cinquenta cruzeiros e retorna à venda para adquirir o tão indispensável facão. Ao chegar ao local, João pede o facão que havia separado, no entanto, não encontrara em meio ao molho de facões o já separado e sonhado instrumento, assim o caixeiro argumenta que embora ele tenha separado, ali havia vários empregados e, além disso, João demorara muito para aparecer, de modo que o preço havia subido. Já angustiado, João clama ao vendedor, muito humildemente, por piedade:

- Mas moço, tenha dó. Só trouxe os cento e cinquenta.
- Isso aqui não é meu, amigo. Pertence ao seu Josias. Sou empregado. Senhor Josias, que rabiscava contas na sobreloja, saiu, verificou a insignificância do freguês e sentenciou:
- Não perca tempo. Quer por duzentos e vinte?... Se não quer, pronto. Desocupa. Só querem pechinchar.
- **Meu amo...**
- Nada, vocês nunca estão satisfeitos... Antigamente recebiam três cruzeiros por dia. Hoje têm vinte e cinco cruzeiros... Nada... Quer ou não quer?
- Se eu só tenho cento e cinquenta?
- Então pronto.
- E para o caixeiro:
- Guarde os facões...
- Espera aí, homem.
- Se o senhor não pode comprar... Nem roupa tem pra vestir.
- É está certo... (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 156, grifo da pesquisadora).

João parece se colocar como servo, implorando ao proprietário, exaltando-o ao chamá-lo de “amo”; já não sabia mais como pedir, precisava mesmo era daquele facão, com o qual teria o mínimo de condição para sustentar a família. Sendo assim, submete-se à condição de

escravo. Embora tenha se dirigido ao seu superior tão humildemente, foi massacrado e humilhado, tachado de “insatisfeito”, perante o ínfimo aumento das diárias trabalhistas. Muito presente nesse diálogo está o tom irônico da escrita euclidiana na fala de Sr. Josias, a qual desperta no leitor um misto de ódio e compaixão, ao perceber que a remuneração de João, pelo contrário, não era justa e suficiente para que se vestisse e pudesse pagar pelo objeto de sustento.

Como se vê, por meio de sua literatura de denúncia, Euclides Neto vai tecendo a história grapiúna com fios de memória marcados pelas contradições e lutas de classe na região cacauieira sul-baiana, cujo desbravamento e progresso se deram por meio de processos injustos e deploráveis de exploração social. Dessa forma, o autor constrói e reconstrói não só os momentos gloriosos e pacíficos da formação da região, contudo, e mais fortemente, identifica as relações desiguais e conflituosas de poder que deram origem aos valores, às crenças e ideias que circundavam e, de certo modo, ainda existem na memória coletiva dessa sociedade.

Em *Os Magros* (2014a), o autor dá voz à personagem Sarará para falar aos outros da mais-valia, como já discutido na segunda seção. Por intermédio de Mário, militante marxista vindo do Sul do Brasil, Sarará adquiriu conhecimentos sobre o processo de exploração da mão de obra dos camponeses e seguia com a conscientização dos mesmos, divulgando o doutrinário do companheiro. Vê-se, nesse episódio, uma forte referência ao contexto histórico e sociopolítico do país marcado pelas lutas dos militantes operários nas fábricas paulistas que buscavam melhores condições salariais e de vida. Observa-se que Mário viera de São Paulo, sabia ler e escrever, portanto, era conhecedor de seus direitos, consciente e engajado na luta de classe.

Sará ensina aos demais que os ricos roubavam o trabalho dos pobres e, portanto, todos deviam ter o direito de roubar o cacau. Insuflado pelas ideias marxistas do colega, o trabalhador anuncia:

– Que, se nosso serviço vale cinquenta cruzeiros, o patrão só paga vinte e cinco. Portanto o patrão roubou vinte e cinco. Portanto a gente podia apanhar esses vinte e cinco que o patrão nos roubou.

– É...

– Isso não é roubo. É defesa. Mário era o nome dele. Ainda dizia que se o rico tem o direito de roubar da gente nós também podíamos fazer o mesmo com ele.

– Nós precisamos é da ajuda do governo. Isso sim.

– **Mas só teremos a ajuda quando o governo for da gente pobre, igual a nós. O rico é pelo rico. Cada um puxa a brasa para sua sardinha** (EUCLIDES NETO, 2014a, p. 109, grifo da pesquisadora).

No trecho em destaque, a crítica de Euclides Neto se dirige ao governo do país e do Estado, cujas metas políticas não alcançavam a população mais carente. De ideologia socialista, deixa subentendido que a contra-hegemonia só poderia ocorrer à medida que o povo assumisse o espaço político, ideológico e econômico na sociedade, corroborando com o que Gramsci denominou de “hegemonia do proletariado”. Nesse viés, César declara que

Sará é a exceção que sinaliza para uma futura consciência de classe. Ele questiona a propriedade e os lucros auferidos pelos patrões e questionamentos já está dando o primeiro passo, tímido, demorado, mas ainda assim, um pequeno avanço para a transformação futura. É nesse futuro, que o autor de *Os Magros* aposta, como uma porteira aberta à esperança. (CÉSAR, 2003, p. 113).

Já adentrando a narrativa *O Patrão* (2013b), a personagem Tomás, assim como Sarará de *Os Magros* (2014a) representa, por meio de suas atitudes, uma posição contra-hegemônica isolada, tendo em vista que o vaqueiro resolve roubar do patrão algumas vacas gabarrentas, e, na iminência de ver seu furto descoberto, resolve matá-lo. Tomás protesta as condições precárias de sobrevivência, enfrentando o dominador, numa atitude de violência.

Mateus (2013) afirma que essa obra destoa de *Os Magros* (2014a), quanto aos ingredientes que denunciam as condições sub-humanas dos agregados, empregados e demais identidades que passeiam às voltas da terra do cacau nesses romances. Com base nas discussões de Araújo (2008), a autora afirma que *O Patrão* (2013b) apresenta relações trabalhistas e a remuneração um pouco melhores, aponta ainda, que a mudança da cultura do cacau para o pastoreio de gado, é também um elemento de inovação.

Araújo (2008) deixa claro em seu estudo crítico acerca do romance baiano do século XX que Euclides Neto, numa linha de investimento e disfarce, faz em *O Patrão* (1978), o que ele mesmo denominou de um “tolo depoimento de acontecidos”. Para o crítico literário, nessa obra, alguns direitos trabalhistas já são percebidos, como a possibilidade de pagamento de férias, dentre outros. No entanto, “o regime de servidão, se não chega ao absolutismo feudal tratado em romances anteriores (*Berimbau* e *Os Magros*), ainda se mantém, disfarçado em dissimulações e desmandos”. (ARAÚJO, 2008, p. 166).

Nesse sentido, a narrativa explora as tensões e conflitos que surgiam, uma vez que os detentores das terras, do cacau, do gado; os patrões das diversas regiões cacaeiras circunvizinhas não reconheciam os direitos garantidos pelos Sindicatos. Mostram-se incomodados “ante as lentas conquistas sociais de seus empregados e a defesa subterrânea dos direitos dos trabalhadores, pelos ativistas político-sindicalistas.” (CÉSAR, 2003, p. 134). Senhor

Casimiro confirma: “Uma descarração. Furto, isto sim, ladrões. Dia de feriado não trabalhar, ficar em casa dormindo ou no Poço Fundo, tomando cachaça, ganhando. Semvergonhice, isto sim. Pior do que roubar.” (EUCLIDES NETO, 2013b, p. 26).

Contraopondo esse discurso hegemônico, o companheiro novato de Poço Fundo, Felipe, um ativista de esquerda no campo, ao conscientizar os demais trabalhadores, argumenta:

- Não é furto, não. Garanto a você.
- Mas o patrão não é dono da terra?
- Mas a terra sem o trabalho não dá nada.
- Sim, mas o trabalho que o vaqueiro dá é muito mais valioso que o preço recebido. Depois, estou falando daquilo que a lei manda pagar e o patrão não paga, como já disse. A não ser que vocês fizessem reclamação à Justiça. (EUCLIDES NETO, 2013b, p.31).

Influenciado pelas ideias revolucionárias de Felipe, mas ainda reticente, Tomás desejava uma vida mais digna para si e para a sua família. Precisava ganhar mais para poder suprir as suas necessidades básicas. Assim, já vinha vendendo as vacas gabarrentas de seu patrão há mais de dois anos, o que trazia momentos felizes e de satisfação para os seus:

A vida em casa andava mais alegre. Comida a semana toda [...]. Nada devia nas bodegas. E até o diabo de um rádio comprara. Se falar no relógio de pulso que usou um dia e quando foi laçar o garrote lavrado o peste se esbagaçou todo [...]. Os meninos ficaram mais corados, as meninas tinham engordado, botando forma de moça. Riam. Fizeram vestidos novos para o São João e tudo. (EUCLIDES NETO, 2013b, p. 35).

Percebe-se que Tomás almejava superar as condições subumanas, por isso o consumo decorrente daquele dinheiro representava uma maneira de se rebelar contra a situação de aniquilamento social. Nesse sentido, “o consumo pode falar e fala nos setores populares de suas justas aspirações a uma vida mais digna. Nem toda busca de ascensão social é arrivismo; ela pode ser também uma forma de protesto e expressão de certos direitos elementares” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 292). No entanto, apesar da felicidade proporcionada aos seus, Tomás estava infeliz e se corroía em saber que seria desmoralizado perante toda a comunidade, ao ser desmascarado pelo seu patrão.

Senhor Casimiro começa a desconfiar de Tomás, no entanto, preferiu investigá-lo cautelosamente. Percebeu claramente as suas mudanças, ficava trêmulo e mastigava as palavras em gestos nervosos. Muito esperto, o patrão resolveu ir até a casa do vaqueiro, encontrando por lá vários indícios de que estava sendo roubado, pois havia comida à vontade, sela nova, máquina de costura nova, até rádio ligado sem parar. Assim,

[...] não perdia um sinal daquela transformação toda. Já possuía a certeza, mas pretendia investigar, já agora, até aonde chegava o furto. Teve vontade de chamar o soldado Anjo e meter o homem no xilindró. Como precisava ainda dele, surgiu outra ideia: primeiro iria limpar a fazenda de todo morador. Quando precisasse de gente para roçar manga, fazer cercas ou aceiros, chamaria o pessoal do Poço Fundo. Assim evitaria a inconveniência de ter agregado, de consertar as casas (pensava mesmo em derrubar todas) pois que as leis trabalhistas estavam complicando tudo. Em Salvador, via os amigos em luta com os operários das fábricas. Em breve chegariam ao interior. Era só ver o que a Justiça do Trabalho andava fazendo. Até Sindicato já havia, Se não fosse aquela medida enérgica de dar fim no presidente, o negócio ainda estaria pior. (EUCLIDES NETO, 2013b, p. 44).

Infere-se a partir do excerto acima que a narrativa traz como pano de fundo uma forte crítica à sociedade cacauera sul-baiana, vista de modo analógico neste estudo, semelhante às *sociedades disciplinares*, as quais organizam os grandes meios de confinamento, cujo apogeu se deu no início do século XX, conforme argumenta Foucault, citado por Deleuze (1992). A prisão, a fábrica, o sindicato – atrelado ao Estado – exemplificam claramente alguns meios de confinamento cujo objetivo principal é estabelecer um corpo coeso, unir as pessoas para se pode exercer o poder disciplinar. “Foucault analisou muito bem o projeto ideal dos meios de confinamento, visível especialmente na fábrica: concentrar; distribuir no espaço; ordenar no tempo; compor no espaço-tempo uma força produtiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares.” (DELEUZE, 1992, p. 219).

O patrão intentava prender Tomás. Nesse sentido, a prisão serviria como um meio de confinamento, cujo objetivo primordial seria disciplinar e submeter o trabalhador a seu jugo. No entanto, resolve desmoralizá-lo frente aos outros trabalhadores para que nenhum outro ousasse cometer o mesmo ato de resistência ao seu poder disciplinar. O sindicato, na narrativa, também ameaça seu poder, pois não representa um sindicato de pelegos⁴⁵, uma vez que assegurava à classe trabalhadora os direitos conquistados pela Consolidação das Leis Trabalhistas e, dessa forma, seus líderes deviam ser eliminados.

Araújo (2003) completa essa análise ao afirmar que “o coronel armava arapucas para desmoralizar o trabalhador, convencido dos códigos senhoriais contra leis trabalhistas e sindicais, mandando matar revéis e líderes em conseqüências dos direitos.” (ARAÚJO, 2008, p. 166). Euclides Neto, então, ao representar de modo expressivo o sujeito trabalhador nordestino, rural, brasileiro, fomenta discussões acerca das questões sociopolíticas e econômicas que envolvem

⁴⁵ Originalmente, significa a manta que se coloca entre o cavalo e a sela de montar, passou a ser utilizada para classificar os dirigentes sindicais que ficavam amortecendo os choques entre os patrões e o cavalo que, no caso, era a própria classe trabalhadora.

o mundo do trabalho, contextualizadas no cenário do país na segunda metade do século XX. Assim, importa repensar as conquistas e a resistência do operário e o papel do sindicalismo na Ditadura Militar.

Na visão do sociólogo Santana (2008), o movimento sindical, nos anos 50, liderado por militantes comunistas e trabalhistas, obteve bastante êxito na organização e mobilização dos trabalhadores, de modo que essa classe apresentou forte participação na sociedade e na política nacional. Contudo, a seu ver,

Após mais de uma década desse intenso crescimento e atividade, toda a estrutura organizacional dos trabalhadores brasileiros, na base e na cúpula, foi duramente atingida pelo golpe civil-militar de 1964, o qual tinha como uma das suas justificativas exatamente impedir a implantação de uma “república sindicalista” no país (SANTANA, 2008, p. 279, grifo do autor).

Nesse sentido, o regime tenta impor certos limites aos avanços dos trabalhadores, ao que propunha se discutir e garantir, por exemplo, nos encontros nacionais de metalúrgicos, no encontro da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria) e na CONTEC (Confederação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito). No entanto, o movimento operário-sindical, após sucessivos ataques, manteve-se firme por meio do trabalho silencioso e organizado entre os diversos grupos em vários setores.

Articulados e às vezes não com a luta sindical, o autor destaca alguns movimentos sociais que surgem na década de 70, abrindo caminhos para a redemocratização do país: de estudantes, de mulheres, de bairros e contra a carestia, os quais engrossam a luta pela democracia nesse período e tem nos trabalhadores um sólido sustentáculo.

Para o sociólogo, embora os militares tentassem de todas as formas limitar e redefinir as ações sindicais mais progressistas, estratégia bem sucedida em alguns momentos, não conseguiu imobilizar essas ações por completo, pois “a luta dos trabalhadores, apesar das claras dificuldades, de uma forma ou de outra, não cessou um só momento, não dando tréguas aos patrões e aos militares.” (SANTANA, 2008, p. 307).

Partindo desse contexto histórico geral das lutas dos operários nas fábricas (dos anos 50 a 70), que está atrelado ao contexto específico da região cacaueteira no que diz respeito às lutas sindicais trabalhistas na zona rural, o narrador, em *O Patrão* (2013b), expressa a incredulidade de Tomás quanto à eficácia do Sindicato e da Justiça do Trabalho, ao ser insuflado por Felipe a dar uma queixa do patrão:

Tomás não acreditava muito naquela Justiça e no Sindicato. Sabia que o encarregado da Associação de Ipiaú tomara porrada a mando de um fazendeiro. E como tivesse voltado para reorganizar os trabalhadores, recebera um tiro pelas costas, que o deixara no banco do Rio das Contas, feito morto. Por último, os fazendeiros – Padre Flávio à frente – se uniram e numa marcha de valentes foram ao casebre do dito e não deixaram, tampa sobre panela. Cama, máquina de escrever, escrivaninha, viraram pedacinhos de coisas. Até as telhas ficaram em cacos. Nem a mulher de barriga-na-boca escapou. E o tal correu para nunca mais voltar. Nem tempo de apanhar a camisa teve. Para encurtar a história, apareceu um sujeito do tamanho dele, da cor dele, com a cara e as mãos queimadas de mistura com pneu de carro. Até hoje a polícia não descobriu nada. (EUCLIDES NETO, 2013b, p. 25-26).

O excerto acima representa a violência exercida pelos detentores do poder na região contra aqueles que buscavam garantir as conquistas trabalhistas, de modo que os subalternos temendo represálias se submetiam às precárias condições de trabalho. Na acepção de César (2003), nesta cena fica evidente a posição do autor em defesa dos perseguidos, isto porque, ironicamente, considera o bando que se uniu para destruir a residência do sindicalista como “marcha de valentes”, a enfrentar uma mulher grávida, incapaz da menor reação. Além disso, o padre também está ao lado dos agressores e lidera o truculento grupo.

Tomás, desacreditado das instituições que deveriam lhe garantir os direitos trabalhistas e proteção contra os desmandos do proprietário e influenciado pelas ideias marxistas difundidas por Felipe, demonstra força e coragem ao enfrentá-lo violentamente, contudo, o fato de não ter conseguido matar o patrão de uma só vez o consumia. Já não conseguia dormir, refletia sobre várias possibilidades de acabar com o sofrimento, pensou em terminar o serviço, lembrou que se assim o fizesse, não seria ele o acusado, mas Januário, outro vaqueiro que já havia discutido fortemente com Sr. Casimiro. Januário é outra personagem em *O Patrão* que se opõe ao discurso proposto pelo dominador.

Apesar de aparecer muito pouco na narrativa, marca-a com sua célebre frase dita ao Sr. Casimiro, após uma severa discussão, encontrada em vários trechos do romance: “O risco que corre ao pau corre ao machado.” (EUCLIDES NETO, 2013b, p. 51; 57; 86). Tomás, então, começa a refletir que

Todo mundo acreditaria. Depois, quando o homem aparecesse morto, iriam saber que fora aquele vaqueiro Januário [...] Batera boca mais de uma hora. Em seguida ele disse que tinha o Sindicato para defendê-lo, o que deu na resposta:

– Pois vai ao Sindicato. Vai. Por causa de Sindicato é que já tem gente debaixo da terra.

Januário não rastejou:

– O risco que corre ao pau corre ao machado. (EUCLIDES NETO, 2013b, p. 57).

Apesar disso, a sua angústia crescia cada vez que voltava ao matagal e via que o homem ainda estava vivo, não conseguindo apagar das suas memórias “a lembrança do patrão baleado, grunhindo, gemendo, cego, pela mata adentro [...]” (EUCLIDES NETO, 2013b, p. 62). Segundo Paul Ricoeur (2007), não há nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, passou-se antes que se declare a lembrança dela. Dessa forma, Tomás, absorto em suas memórias, “quase não notava a presença da mulher. Mergulhava em outro mundo como se estivesse atrás de uma parede de arrependimento e lembrança do Senhor Casimiro.” (EUCLIDES NETO, 2013b, p. 66).

Ademais, há momentos em que também se arrepende do feito: “Ah! Se não fosse a grande vergonha. Ainda poderia apanhar o corpo errante e levá-lo ao médico. Iria disparado. Nem que morresse depois da carreira. Nem que chegasse em Ipiaú, botando os bofes pela boca, que fosse preso, confessasse tudo e o matassem.” (EUCLIDES NETO, 2013b, p. 72).

Destarte, o narrador descreve com detalhes bem elaborados, a partir do décimo segundo capítulo e praticamente até o final do texto, de modo intercalado, os conflitos interiores de cada personagem em meio as suas lembranças. Senhor Casimiro, já sem noção de tempo e lugar, em meio aos tormentos e delírios, rememora várias passagens de sua vida, tentando descobrir quem teria feito aquilo com ele.

Tomás volta pela terceira vez para ver se o baleado estava morto, ao passo que os urubus já anunciavam a morte iminente, incitados pelo mau cheiro de carniça. No entanto, para a surpresa dele e do leitor, Senhor Casimiro, enrolado em si mesmo, procurava se proteger dos bichos que o ameaçavam. Ao ver que seu patrão ainda estava vivo, numa atitude de arrependimento, resolve ajudá-lo: “Estava disposto a tudo, a morrer no cubículo da cadeia que o Prefeito fez para prender ladrão, ficaria amarrado no largo do Poço Fundo, mas levaria Senhor Casimiro para casa ainda com vida.” (EUCLIDES NETO, 2013b, p. 85).

Mesmo com a chegada de um cachorro desmoralizado, que corria manga à procura de carniça de gado, o que simbolizava caçador por perto, o trabalhador queria mesmo era se livrar daquele tormento: “Melhor que fosse alguém para prendê-lo, livrá-lo daquela agonia, que espremesse logo o panarício⁴⁶.” (EUCLIDES NETO, 2013b, p. 85). A narrativa chega ao ápice deixando o leitor em suspense, sem saber se com a chegada do segundo cachorro, um cachorro

⁴⁶ Uma inflamação dolorosa que se desenvolve na ponta dos dedos ou na raiz das unhas, causada pelo estreptococo. Também conhecida como unheiro (DICIONÁRIO INFORMAL). No contexto frasal, usado em sentido metafórico, significa “livrar-se daquela agonia, daquela dor; daquilo que o incomodava”.

de opinião, reconhecido por Tomás como o cachorro do Evangelista, o vaqueiro teria ou não sido descoberto.

Já o patrão, em meio aos desvarios e inquietações existenciais, expressa numa narrativa mnemônica suas angústias e remorsos, conforme trecho já citado na página 39 e aqui transcrito novamente para possibilitar mais conforto ao leitor da tese:

Foi ele, o Januário! Foi o caneco de leite novo que vi dando ao cachorro. Briguei. Xinguei ele. Depois ele disse que era leite novo, não prestava, por isso dava ao cachorro. Briguei. Xinguei. Desmoralizei ele!

Foi Tomás, a vaca gabarrenta, não valia nada, estou morrendo, sofro uma nuvem na cabeça, não sei, foi o leite novo que deu ao cachorro, a vaca gabarrenta, senão eu ficava vivo; morri porque briguei por causa do leite do cachorro, por causa da vaca gabarrenta, do leite novo, leite podre do cachorro, Januário me matou, xinguei Januário, ofendi, jurei dar fim Januário, o leite não prestava vender, vaca doente, milhares hectares gordos, a casa de Salvador, quatro carros na garagem, tudo perdi por causa do leite podre, misturado com sangue, deu cachorro, se não fosse leite novo, vaca gabarrenta, não morria, agora pode dar leite cachorro, pode vender vaca gabarrenta ao açougueiro Ipiaú para comprar máquina de pé, vestir meninas peito duro furando vestido, pode. Pode alegria cachorro lambe-lambendo leite grosso de sangue de novilha primeira cria. Ah! Se pudesse não brigar mais, voltar tudo. Foi Januário, Tomás.

Fui eu. (EUCLIDES NETO, 2013b, p. 86).

Como se nota, nessa passagem em primeira pessoa, espécie de ato de contrição, o patrão confessa ao leitor sua culpa, lembrando cada atitude egoísta em vida. No dizer de César,

o autor levou o fazendeiro a expiar seus erros, a considerar que toda a sua riqueza [...], de nada valia na hora última e crucial da morte. O faz ver que ele recebera o castigo por humilhar e maltratar seus empregados. Fosse mais justo, um pouco equânime na distribuição da riqueza, menos mesquinho e ganancioso, não estaria às portas de uma morte inglória, sozinho, ferido, na mata, feito bicho! (CÉSAR, 2003, p. 132).

Observa-se aqui que o autor parece projetar suas vivências rememoradas e reconstruídas nas personagens que criou, exercitando como escritor e político sul-baiano, o seu socialismo engajado, voltado às questões fundiárias da região cacauzeira, fazendo emergir as vozes silenciadas das classes trabalhadoras. Nesse sentido, as narrativas retratam a crise por que passa a sociedade disciplinar cacauzeira, cujo poder esteve atrelado por muito tempo aos detentores do “fruto de ouro” – moeda principal nas terras do cacau – das terras, da produção, os quais usavam da violência para controlar os “indisciplinados”.

Portanto, percebe-se que o autor baiano, a partir de sua memória individual vinculada à coletiva, ambas reconstruídas nos textos ficcionais, traz a possibilidade de uma contra-história

ao se contrapor à homogeneidade proposta pelos discursos hegemônicos, a exemplo do discurso etnocêntrico. Noutras palavras, em seu texto ficcional, pretende o reconhecimento das culturas minoritárias, a dos excluídos. Mostra, assim, uma nova perspectiva de se repensar as margens, uma acuidade no olhar para aqueles que foram silenciados por muito tempo em uma sociedade extremamente marcada pela opressão da classe dominante, representada pelos coronéis, patrões e seus pares. Isto porque

(...) tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e ainda dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2008, p. 422).

Avesso a essa manipulação, Euclides Neto traz um olhar perspectivo que relê a história da sociedade cacauera sul-baiana, como uma das histórias possíveis (tema que será aprofundado na seção seguinte), a sua memória coletiva, pondo em crise a disciplina, o centro, a soberania, o controle exercido por aqueles que detinham o poder na terra do “fruto de ouro”. É um olhar que traz à tona uma memória reconstruída e reconstrutora de uma história que se propõe efetiva, genealógica, “com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus furores secretos, suas grandes agitações febris [...]” (FOUCAULT, 1995, p. 20), cuja função primordial é tornar possíveis os caminhos para a libertação do homem.

II.2 - O contexto histórico sul-baiano representado nas narrativas *Machombongo e A enxada e a mulher que venceu seu próprio destino*

*“Este é tempo de divisas, tempo de gente cortada...
É tempo de meio silêncio, de boca gelada e murmúrio,
palavra indireta, aviso na esquina.”*
(DRUMMOND DE ANDRADE)

*“Só os estúpidos resistiam contra a evidência dos movimentos
sociais.”*
(EUCLIDES NETO, 2014b, p. 208).

“A esperança não envelheceu.” (EUCLIDES NETO).

Valendo-se da discussão teórica que se estabeleceu no tópico anterior acerca das concepções de memória e história, entende-se que há uma relação dicotômica entre esses dois aspectos, crendo que um registro não deve apagar o outro. Ainda no entendimento de Seligmann-Silva (2003, p. 63), “a tarefa da memória deve ser compartilhada tanto em termos na memória individual e coletiva como também pelo registro (acadêmico) da historiografia.” No seu trabalho de re-presentação ou de apresentação do passado enquanto construção a partir do presente como propõe Benjamin e Halbwachs, retomados por Seligmann-Silva, Euclides Neto seleciona, recorta, rememora individual e coletivamente os traços do passado de lutas na região cacauera sul-baiana.

Contudo, não pretende se apropriar integralmente desse passado, uma vez que não se propõe à retomada linear da história, cuja tarefa aprisionaria e diminuiria as outras perspectivas, os outros lugares de história. Os textos ficcionais ora analisados, de sua autoria, registram uma memória que se alimenta de uma história fragmentada, calcada em sua experiência pessoal e comunitária e como já bem argumentado na seção anterior, alimenta-se de uma história descontínua, genealógica, efetiva, capaz de evidenciar outras histórias como a que se propõe analisar nesta seção.

Ressalta Seligmann-Silva (2003, p. 70),

(...) tanto para Benjamin como para Halbwachs, o preceito historicista da restituição e representação total do passado deve ser posto de lado. Graças ao conceito de memória, eles trabalham não no campo da re-presentação, mas sim da *apresentação* enquanto construção a partir do *presente*.

Assim, partindo do presente, o escritor apresenta as vicissitudes que sofrem as personagens, à medida que o processo socioeconômico nacional influencia a vida grapiúna,

individual e coletiva. Desse modo, na dinâmica do relembrar, os sinais exteriores instigam o homem, o qual reconstitui referências concretas de acontecimentos da vida pública ou privada, de modo que os conflitos e lutas dos movimentos sociais que se deram na Região, sob a influência do pensamento marxista-socialista, formam o esteio de suas lembranças.

As obras *Machombongo* (2014b) e *A enxada e a mulher que venceu seu próprio destino* (2014c), foram editadas respectivamente em 1986 e em 1996, separadas cronologicamente por uma década. Como já explicitado no introito desta tese, em se tratando do primeiro texto narrativo, embora tenha sido editado numa época que caminha para o fim da ditadura, o cenário político e o contexto mnemônico e histórico ficcionalizados continuam atrelados à ditadura militar. Nesse sentido, necessário se faz, em prol da compreensão da produção de sentidos no texto, retomar suas ligações fundamentais com a história do país e do estado e, nesta seção, retomam-se as lutas de oposição ao regime militar, enfatizando, sobretudo, aquelas que ocorreram no contexto rural baiano.

No tópico anterior, enfatizou-se o contexto ditatorial brasileiro, destacando as lutas travadas pelas Ligas Camponesas a favor da reforma agrária e da constituição de direitos trabalhistas, a fim de contribuir para a igualdade social no campo brasileiro, principalmente na região do Nordeste, elementos históricos que alimentaram a memória individual e a coletiva do escritor sul-baiano.

Cabe aqui retomar as ações militaristas da Ação Popular, representadas por Euclides Neto em seu *Machombongo* e cuja origem se deu com a Juventude Universitária Católica (JUC) que, a partir de 1960, após assumir uma postura mais crítica diante da realidade política, econômica e social do país, distancia-se do seu primeiro intento de formação conservadora e clerical no sistema educacional brasileiro.

Dos conflitos advindos da sua relação com a Igreja Católica, houve a necessidade de se organizar outro instrumento político, o que deu início ao processo de formação da Ação Popular. Santana (2009) argumenta que foi aprovado em Salvador, em 1963, no I Congresso de Ação Popular, o seu “documento base” que discorre em sua introdução sobre a marca do humanismo cristão e o socialismo revolucionário, teoria que embasa todo o documento.

Com o intuito de fazer parte das organizações de vanguarda da revolução brasileira, a organização amplia suas bases que eram primariamente estudantis, entrelaçando-se a movimentos operários e camponeses, passando a participar de trabalho com as Ligas Camponesas, do MEB, da Superintendência para Reforma Agrária (SUPRA), por meio do qual conseguiu ter um contato maior com a zona rural (LIMA; ARANTES, 1984 *apud* SANTANA,

2009), e assim, passou a fazer parte da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG).

No entanto, com o golpe de 1964, conforme Santana (2009), as atividades desenvolvidas pela organização foram interrompidas pela nova ordem política e social, foram suspensos então o trabalho com a Educação Popular, baseado no método Paulo Freire, a conscientização que se dava pelo MEB, a fundação de sindicatos, uma vez que proporcionavam a conscientização crítica das massas, a organização e a mobilização dos operários.

No contexto baiano, “os militares se apressaram em neutralizar as cidades de Vitória da Conquista, Ipiaú e Feira de Santana, que eram chefiadas por partidários de João Goulart e poderiam se tornar possíveis focos de resistência.” (SANTANA, 2009, p. 155). Ao que se percebe, não houve nesses municípios um enfrentamento que de fato pudesse desarticular os militares, pois as ações se davam em municípios isolados, como no caso de Feira de Santana. Conforme a pesquisa da autora, as tentativas de mobilizar e reorganizar os trabalhadores rurais que se deram pelo prefeito dessa cidade, ocorreram sem planejamento e desarticuladas.

Almeida (2014), em seu artigo sobre a Frente de Mobilização Popular (FMP), emancipações e movimentos sociais no Sul da Bahia, destaca a influência e atuação das Ligas Camponesas na Bahia, com o destaque para as cidades de Ilhéus e Itabuna, a partir da sua valiosa análise de informações veiculadas em alguns jornais da região, os quais intensificaram o discurso anticomunista, causando medo à população e principalmente aos grandes detentores de cacau nas terras da região cacaeira.

Para a autora, no período que antecedeu ao golpe militar, o periódico de Itabuna *Diário de Itabuna* e o ilheense *Diário da Tarde* atemorizavam a todos com matérias sensacionalistas e de tom pejorativo sobre a possível existência de indivíduos participantes das ligas precedentes de Pernambuco na região que projetavam a reforma social-agrária, a exemplo da matéria intitulada “Boatos sobre ligas camponesas, versões de que tinham incendiado o Sul da Bahia”, do *Diário da Tarde*. Isto se dava tendo em vista que os detentores dos veículos de informação, em nível regional e estadual, eram membros das elites herdeiras de latifundiários, contrários à reforma agrária preconizada por grupos do campo de esquerda.

No entanto, apesar das tentativas de boicotar e silenciar os movimentos sociais na Bahia por meio do discurso midiático anticomunista, segundo Almeida (2014), pode-se evidenciar a receptividade das ideias de esquerda na região pela formação de áreas estratégicas na Bahia pela Ação Popular, como também a presença da organização e a formação do Grupo dos Onze em Ilhéus e Ubatã, dos camponeses em Mucuri, no Sul da Bahia, o progresso da fazenda do povo em Ipiaú, as atividades do Núcleo Popular de Cultura (NPC), em Ubaitaba, a Frente da

Mobilização Popular em Una, a Frente Nacionalista de Ilhéus, de modo que a região se tornou muito visada pela VI Região Militar na Bahia.

Sendo assim,

Estas frentes eram setores comprometidos com as lutas sociais e populares, sem, no entanto serem “comunistas” [...] Estes grupos acreditavam que a aproximação com o governo João Goulart resolveria a necessidade de investimentos na esfera pública de forma que os populares ganhariam novos espaços de poder.

Percebe-se, desta forma, como o interior baiano se tornou ponto estratégico para atuação do campo da esquerda, assim como após março de 1964 ele também se tornou alvo de intensa repressão política e militar por parte das autoridades. (ALMEIDA, 2014, p. 225).

Com a consumação do golpe, houve muitas perseguições políticas, de modo que muitos militantes deixaram a Ação Popular, outros se tornaram clandestinos e alguns tiveram que deixar o país. Nesse ínterim, Euclides Neto também foi perseguido e preso pelos militares, como já citado na primeira parte deste estudo, acusado de comunista, após ter concretizado, como prefeito de Ipiaú (1963-1967), o projeto socialista “Fazenda do Povo”, que “compreendia área de apenas 167 hectares, hoje um bairro da sede municipal – desapropriada por Euclides e distribuída em minúsculos lotes para os despossuídos de terras na rica zona do cacau. Além das casas, a área receberia escola, igreja, feira livre” (ESTRELA, 2010, p. 5).

Apesar de ser uma propriedade pequena, essa iniciativa possibilitou junto à Comissão Executiva de Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) que algumas famílias de trabalhadores rurais tivessem a oportunidade de plantar hortaliças, cultivar frutas e até mesmo cacau, garantindo parte do sustento familiar, com direito ao Crédito oficial do Banco do Brasil. À época, o prefeito ofertou vacas prenhes, alevinos, fez pocilgas, com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições de vida da população carente, instrumentalizando-a para a criação, produção diversa e no desenvolvimento da agricultura familiar. Pode-se afirmar que

a gestão democrática e solidária, visionária e modernizadora do jovem prefeito (tinha 38 anos de idade quando assumiu a prefeitura de Ipiaú) executava projetos ousados e nunca executados por outros gestores, como a construção de escolas, abertura de ruas e estradas, o saneamento básico (criando redes de esgotos), a Fundação Hospitalar, a escola para menores, um parque de exposição custeado com verbas doadas pelos fazendeiros locais, um ginásio rural; a construção de casas populares, além de fundação do Bairro Democrático e da Roça do Povo. Junto com essas obras, Euclides Neto investiu em campanhas como a da erradicação da febre aftosa, investiu na merenda escolar de qualidade, incentivando o consumo de produtos cultivados na região. Na educação, provocou uma das mais significativas e corajosas transformações de inclusão social ao proibir o uso de calçados nas escolas,

numa tentativa de minimizar o constrangimento de crianças que não tinham nenhum calçado para usar, tanto em casa, eventos, quanto na escola. Contrariando uma portaria baixada pela Secretaria da Educação proibindo a entrada de alunos descalços nas escolas – fato de que ele só tomaria conhecimento em visita a esse Órgão, após baixar a portaria – revela que o sentimento de solidarização (o humano) com os desafortunados guia as ações do político Euclides Neto. (MATEUS, 2013, p. 36-37).

Assim, tendo em vista que a sua administração era voltada para a população necessitada e seus projetos sociais buscavam melhorar essa situação, o prefeito ganhou notoriedade nacional e Ipiaú acabou sendo escolhido pelo governo federal como “Município Modelo na Bahia”. Tais empreendimentos acabariam chamando a atenção dos militares. Vê-se muito claramente que a sua atuação política, numa época em que a ditadura cerceava e punia toda tentativa de confronto e resistência, demonstra força e a determinação de um prefeito/literato que aliava as suas convicções teóricas às práticas sociais humanistas e fraternas.

Conforme César (2003), nesse período, o autor grapiúna teve seu mandato cassado, os projetos sociais encerrados — além da “Fazenda do Povo”, construiu o Ginásio Agrícola de Educação —, foi acusado de subversão e enquadrado na Lei de Segurança Nacional, sendo obrigado a responder a Inquérito Policial Militar (IPM) que se estendeu até 1965, ano em que foi arquivado por ausência de provas⁴⁷.

Como se pode notar, tanto as experiências privadas da vida do escritor quanto as sociopolíticas são consideradas sinais exteriores e servem como estímulos para que suas lembranças aflorem, constituindo o seu núcleo temporal, podendo acontecer em qualquer âmbito, quer seja individual, local, quer seja comunitário, regional, nacional ou mundial. Isso porque, como bem sinaliza Halbwachs (2006), há um vínculo íntimo entre memória individual e coletiva, tendo em vista que as duas espécies de memória se interpenetram. Para o sociólogo, a primeira é auxiliada pela segunda, haja vista que a história do indivíduo pertence à história em geral. Enquanto a memória individual se refere a um passado mais contínuo e denso da pessoa, a memória coletiva representa um passado mais resumido, assumindo um caráter mais extenso.

Assim, situado o escritor nesse contexto histórico e mnemônico, entendendo que ele foi um “homem do seu tempo”, importa retomar as dificuldades e estratégias elaboradas pela Ação Popular na conjuntura sociopolítica brasileira e baiana para o enfrentamento da ditadura, fatos rememorados em seu *Machombongo*, como se verá logo abaixo. Embora tivessem alcançado

⁴⁷ Dada a relevância desses aspectos na vida do autor, os quais mostram o seu envolvimento no contexto histórico, político e social de sua região e país, houve a necessidade de frisá-los, embora já tenham sido sinalizados no início da pesquisa.

muito êxito no movimento estudantil, elegendo sucessivos presidentes da UNE, com a repressão, a organização não conseguiu retomar seus trabalhos com as frentes camponesas e dos trabalhadores rurais — muitos foram demitidos, presos e outros fugiram para outras regiões em busca de emprego — assim, buscaram redefinir as influências teóricas e ações práticas, aderindo ao marxismo.

A partir de 1965, a organização aponta para a necessidade de luta armada revolucionária com a influência do foquismo, por meio do documento intitulado “Resolução Política” e aponta “como caminho para a revolução socialista a luta insurrecional e como estratégia adotada a guerra de guerrilhas” (SANTANA, 2009, p. 159). Após o preparo teórico com o estudo de textos organizados pelo Comando Nacional que definiram a base ideológica da AP, na visão de Oliveira Júnior (2000), citado por Santana (2009), foi dado início a várias ações militares, com o destaque para o atentado ao Aeroporto dos Guararapes, em Recife, a expropriação de um banco no interior de Alagoas e tentativa de sabotagem do processo eleitoral na Bahia, com a explosão de uma bomba no fórum Ruy Barbosa.

No entanto, devido ao fracasso do atentado à bomba contra o General Costa e Silva em 1966, em que o alvo não foi atingido, morrendo duas pessoas inocentes, deixando várias pessoas feridas, houve uma reavaliação da relação da organização com Cuba, passando a se aproximar do maoísmo, após sérias discussões acerca das características da sociedade brasileira, debates e rachas no interior da AP, ocorre a expulsão de vários militantes foquistas. Nesse sentido,

(...) esse episódio afastou a AP do caminho das ações armadas que foi seguido por grande parte da esquerda brasileira como a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), dentre outros. Tanto que, a AP participou ativamente da I Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) que tinha como objetivo articular as forças revolucionárias de toda a América Latina. (GORENDER, 2003 *apud* SANTANA, 2009, p. 160).

Sendo assim, a AP se aproximou das estratégias revolucionárias desenvolvidas na China, na Revolução Cultural, preparando a guerra popular no Brasil, por meio da integração dos militantes à produção, os quais deveriam superar os limites de classe por meio do trabalho produtivo no campo e nas fábricas, mantendo o contato com a massa, a fim de garantir a concretização do trabalho político e transformar a condição socioeconômica do proletariado.

Na visão de Santana (2009), “as primeiras experiências da integração partiram de São Paulo e da Bahia no segundo semestre de 1967. Sua prática continuou sendo aplicada com intensidade em 1968 e 1969, começando a ser desarticulada em meados de 1970 no estado da

Bahia” (SANTANA, 2009, p. 164), conforme depoimentos que a mesma recolheu e analisou em sua pesquisa.

Com o intuito de se colocar em prática a integração junto às massas, foi desenvolvida uma Pesquisa de Áreas Estratégicas (PAE), a partir da qual foram escolhidas as bases de apoio ou prioritárias, considerando os aspectos econômicos, sociais, políticos e geográficos, para onde seriam enviados os militantes. Na Bahia, foram escolhidas cidades como Panelinha, Camacã, Eunápolis, Itabuna, Ilhéus e algumas cidades da Chapada Diamantina para onde os militantes foram mandados.

O objetivo era inserir os mesmos nas áreas rurais com o intuito de participar da vida cotidiana dos trabalhadores, passando a conhecer mais de perto os problemas sociais e econômicos dos mesmos e a partir daí conscientizar as massas, “visando mostrar aos camponeses a dominação ideológica e a exploração econômica às quais estavam submetidos e as formas como eles poderiam lutar contra os opressores.” (SANTANA, 2009, p. 165).

Era um trabalho árduo em que os militantes tentavam descobrir outras lideranças no campo que pudessem contribuir com a organização. No entanto, esse recrutamento não foi atingido pelos integrantes à produção na Bahia, uma vez que não conseguiram passar mais que três meses realizando o trabalho político nas zonas rurais, devido a não adaptação aos trabalhos naquela área, como também devido às perseguições sofridas pela repressão.

A partir da adoção do maoísmo pela AP, esta passa a se aproximar e iniciar um trabalho junto ao PC do B em 1969, tendo em vista que esse partido era o correspondente oficial do Partido Comunista Chinês no Brasil. No entanto, houve muitas lutas internas e com isso reformulações teóricas e práticas, reavaliação das estratégias usadas pela organização, quando da análise crítica do movimento de integração, devido às prisões de militantes integrados à produção.

Sendo assim, embora houvesse um embate interno no grupo, uma vez que alguns eram contrários a fusão do movimento com o Partido, em 1973, com a aprovação dessa adesão pela maioria, a AP recebeu uma nova denominação Ação Popular Marxista Leninista do Brasil (APML). Desse modo, a minoria contrária foi expulsa e a APML acabou por se incorporar de fato ao Partido Comunista do Brasil, reconhecendo-o como autêntico partido de vanguarda do proletariado (SANTANA, 2009).

O PC do B, após ruptura com o PCB, devido a sua não adoção às práticas de guerrilha, ou seja, da aplicação da violência nos atos de resistência ao regime, passa a se dedicar entre 1966 e 1972, à implantação de quadros no sul do Pará, procedimento que resultou na “Guerrilha

do Araguaia”, em que ocorreram inúmeros choques, prisões, torturas e execuções que se estenderam até o final de 1974.

Como se vê, o contexto da ditadura está atrelado ao ressurgimento de várias catástrofes. Ao discutir a relação entre literatura e catástrofe, Franco (2003) retoma uma frase de Theodor W. Adorno bastante conhecida que diz: “escrever poesia após Auschwitz é um ato de barbárie.⁴⁸” No entanto, propõe que essa frase não seja entendida de modo literal, uma vez que diante dos momentos de barbáries sociais, toda arte ou obra literária enfrenta todo desconforto, visto que como manifestação espiritual, intelectual, regida pelo princípio de estilização artística, não pode desconhecer o horror e o sofrimento experimentado pelas vítimas do nazismo nos campos de concentração. Em sua reflexão, observa:

(...) as obras de arte participam da sociedade e, nessa medida, da barbárie, pois esta não foi ainda superada: uma sociedade que permitiu o aniquilamento planejado de multidões afeta, como uma mancha indelével, toda configuração estética e converte em escárnio a obra que finge não ouvir o grito de horror dos massacrados. Essa situação desconfortável da literatura de nossa época exige dela dois aspectos fundamentais: a de lutar contra nosso esquecimento e contra o recalque, isto é, lutar contra a repetição da catástrofe por meio da rememoração do acontecido. (FRANCO, 2003, p. 352).

A seu ver, a observação de Adorno parece conter uma exigência de que a arte deve auxiliar os homens a lembrar do que as gerações passadas foram capazes para, assim, evitar efetivamente que a catástrofe possa eclodir novamente. Sendo assim, a arte pode ser entendida como uma forma de resistência e compreende uma dimensão ética, enquanto manifestação de indignação severa diante do horror. Por outro lado, Franco (2003) salienta que a arte pode até resistir à lógica embrutecedora da sociedade, no entanto, não consegue eliminá-la, de modo que a ameaça de que a catástrofe volte a ocorrer é real, o que coloca a arte em uma condição desconfortável, reforçando essa posição permanentemente.

Na sua visão, essa “objetiva impotência” da arte se tornou manifesta como, por exemplo, com o aparecimento das ditaduras militares nos países da América Latina, como Chile, Argentina e Brasil, as quais contribuíram para o ressurgimento de novas catástrofes que implicaram em políticas de extermínio premeditado de contingente de opositores, em massacre dos humilhados, supressão dos direitos civis, em tortura sistemática contra vítimas indefesas, em repressão e censura indiscriminada.

⁴⁸Frase retirada do ensaio escrito pelo filósofo alemão em 1949, após o fim da guerra.

Todavia, a produção cultural literária, opondo-se à versão oficial desses acontecimentos que tenta ofuscar as atrocidades cometidas, conforme Franco (2003), pode reagir de diversos modos, a exemplo dos romances da década de 70, após a abertura política ocorrida no governo militarista, dentre eles, o romance-reportagem, o romance de denúncia, o romance de resistência. Os primeiros têm em comum o fato de resultarem do fim da censura e almejam a denúncia da violência e as atrocidades cometidas pelos militares e relatar os acontecimentos políticos da década olvidados pela história oficial.

Quanto ao romance de resistência, também surgido após o início da política de abertura, inova estética e tematicamente, recorrendo ao uso da montagem, da fragmentação, aos múltiplos pontos de vista narrativos, narrando a contrapelo a história política pós-1968, analisando de modo detalhado os vários aspectos dessa história, bem como representando esse universo reprimido ou recalcado (FRANCO, 2003).

Assim, em se tratando da narrativa de Euclides Neto, embora datada da década de 1980, pode-se afirmar que está inserida na categoria do “romance de denúncia”, de acordo com a acepção apresentada por Franco (2003), tendo em vista que busca denunciar a violenta repressão ocorrida na década de 1960, as práticas de tortura e perseguição aos prisioneiros políticos, mostrando ainda a impossibilidade da prática da revolução, devido ao fracasso dos projetos do movimento de esquerda no Brasil e na Bahia.

Partindo desse contexto histórico de profundos embates entre a esquerda e os militares no Brasil e na Bahia, Euclides Neto constrói o compósito narrativo em que o

atrabiliário e anticomunista ferrenho, Rogaciano vê seu prestígio político crescer com o golpe militar de 1964, ao qual adere no primeiro momento. Acobertado por um advogado corrupto e por políticos interessados nos milhares de votos que controla, no Sul da Bahia, próximo à Serra do Machombongo, Rogaciano Boca Rica [...] amplia, pouco a pouco, seus domínios de senhor feudal. Ao lado do coronel, os protagonistas da luta de classes no campo: camponeses sem terra, ativistas de esquerda e integrantes das Comunidades Eclesiais de Base, o braço político da Igreja Católica progressista, agindo na zona rural.

Personagens reais, como o deputado federal, pelo PC do B, Haroldo Lima, sob o cognome de Arnaldo, referências históricas como os ativistas “que vinham do movimento estudantil que clareavam as mentes para o socialismo e amargavam os sofrimentos pelos quais passaram os companheiros mais arrojados, preparadores da luta armada”⁴⁹ e a menção a vultos do socialismo como Engels, Marx, Mao Tsé-Tung e Fidel Castro se misturam nesse painel histórico e político, *Machombongo*. (CÉSAR, 2003, p. 61-62).

⁴⁹ Citação encontrada na obra *Machombongo* (2014b), na p. 205.

Como bem identifica o estudioso de “O Romance dos Excluídos” nesse pequeno excerto, há inúmeros elementos textuais e ficcionais que representam o contexto histórico em que se deu a formação marxista-socialista pelos militantes do PC do B na Bahia junto aos trabalhadores rurais e camponeses. Euclides Neto amplia e enriquece a sua produção literária, ao brindar o leitor com mais uma obra de forte crítica social e política. Nesse texto, assim como nos anteriores aqui analisados, o escritor tematiza as injustiças no latifúndio; o processo de exploração e violência nas terras de cacau; o compadrio baseado na política do interesse; a corrupção e falcaturas dos governantes; a ambição desmedida daqueles que em busca do ter, passa por cima dos valores éticos e morais.

Destarte, o quadro de personagens apresentado na narrativa, bem como suas atitudes, sentimentos e desejos compõem ricamente o cenário humano dessa representação. Uma personagem que merece destaque para a representação do coronel é Rogaciano, já analisada e explorada na segunda seção desta tese, que trata das representações sociais. Assim, para elencar algumas outras personagens que integram esse amplo painel, cita-se o coronel Tibúrcio, sujeito ambicioso que controlava todos ao redor por meio de sua força econômica, exercendo sobre eles domínio e quando não conseguia tal feito, lançava mão da violência. De poder aquisitivo elevado,

ganhava dinheiro que não sabia onde botar. Comprava fazendas, instalara duas raparigas por conta, dava carro novo a cada um dos dez filhos. E dinheiro sobrava. Contratava homens armados só para dizer que os tinha, gastara muito na eleição do deputado Rogaciano, seu amigo. Tudo aquilo não satisfazia plenamente. Faltava alguma coisa. Pensou em ser deputado, mas temeu o confronto com o amigo. Insinuou a candidatura a prefeito. Não vingou. E lucro entrando. Deu para emprestar dinheiro a juros. Lá vêm mais lucros. O assassinato do filho permitiu que seu nome aparecesse em bodegas, armazéns de compra, balcões de loja, panacuns⁵⁰ de feira, lugares de pouco som. Pretendia repercussão retumbante, envolvendo gente federal, pois que personagens estaduais já passavam a ser pés-duros. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 38).

Nesse excerto, percebe-se que a ambição do coronel direcionava a sua existência, utilizou-se até da morte do filho, assassinado por um cigano que temia morrer e que apenas se defendeu, para conquistar espaço de destaque na sociedade, pois dependia de “um acontecimento que o colocasse no eixo da região, ele tão importante.” (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 37).

⁵⁰ Panicum: grande cesto alongado, com duas alças de cipó forte (de preferência imbé ou verdadeiro), que se dependura nos paus da cangalha. Serve para carregar mandioca, lenha lascada, mas, sobretudo, cacau mole da roça para os cochos. Do tupi *panacú*. Adonias Filho registra *panacu* (EUCLIDES NETO, 2013a, p. 88).

Embora o coronel soubesse que o filho andava metido com várias situações desregradas, trazendo tristeza à família, pois era sempre levado à polícia, violento, metido em botequins e bregas, desrespeitoso com as mulheres da vida, “guloso da honra de filha alheia” (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 37), até se sentiu aliviado com a morte do filho, no entanto, por orgulho e integridade da família ferida, manda matar dois ciganos que andavam juntos com o assassino, tal fato ficcionalizado representa algo que ocorria muito na região, tendo em vista que “a violência podia ser exercida para objetivos exclusivamente pessoais.” (FALCÓN, 2010, p. 80).

Além disso, a narrativa explora o mandonismo do coronel, ao revelar que o mesmo comprara até o juiz que julgaria o assassino do filho, presenteando-o com um cavalo puro-sangue árabe, quitando também a poupança de um apartamento. Ironicamente, o narrador retrata:

Seu Tibúrcio sentiu que adquiriria o homem da lei, gostoso saber que dinheiro dava para tanto. O juiz era dele, mandava no homem. Não sabia bem explicar, mas saboreava igual emoção quando deixava o troco graúdo à mulatinha do armarinho. Percebeu que a adquiriria, passando-a ao rol dos seus pertences. Quando dava anéis de brilhantes à sua rapariga também ficava feliz, leve, sentindo a compra. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 38).

Como se pode observar, o coronel se utilizava de todas as pessoas como meros objetos e exercia o poder sobre suas vidas, mandando e manipulando as mesmas através do dinheiro. Sob a indicação de Dr. Esequiel, advogado corrupto, consegue trazer do Rio de Janeiro, jurista de destaque que defendia ministros e presidentes, para o julgamento do cigano, além de comprar todos os jurados e juízes presentes no julgamento. Mais uma vez se nota o sarcasmo mordente na voz do narrador:

E os juízes de fato não tinham por que recusar dádivas partidas do âmago da alma do pai que pretendia condenar aos grilhões da lei o matador do seu caçula. O cigano Jacob, jovem e inocente, que cutilou⁵¹ a cabeça do desafeto porque este investira de revólver e faca, pensando em desencarná-lo antes da hora, no frege-mosca⁵² de Maria de São Pedro, precisava ser exemplado. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 39).

O cigano foi condenado injustamente a vinte e nove anos de reclusão e mais dois anos de medida de segurança, enquanto os jurados comemoravam a vitória com churrasco, bebida, banda e festa que se estendeu pelo final de semana até a segunda-feira. Nota-se aqui a prática

⁵¹ Regionalismo brasileiro, “acutilar”: ferir com cutelo (DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2001).

⁵² No *Dicionareco*, registrou-se “freje-mosca”: Briga em porta de venda. Dança em pequeno cabaré. (EUCLIDES NETO, 2013a, p. 63).

do autoritarismo exercida pelos poderosos coronéis do cacau; o jogo de interesses em que as pessoas se deixam ser usadas, passando por cima da integridade e da justiça social, muitas vezes por medo de sofrer alguma penalidade.

O compadrio, ou seja, a proteção injusta, o favorecimento a certos sujeitos e a alguns setores sociais está muito presente nesse contexto da sociedade cacauzeira sul-baiana, questão bem evidenciada e representada na narrativa que está vinculada, principalmente, à política e aos sujeitos que gozavam de reconhecimento público por exercerem profissões da elite. Quanto a esse aspecto, tem-se que

uma relação de compadrio com algum potentado era elemento de segurança e estabilidade para qualquer um. A demonstração de reconhecimento, fidelidade e simpatia ressaltava o escopo de um quadro (instável, mas ímpar) determinado de coesão social. Liras musicais, times de futebol, organização de quermesses e concursos, órgãos de assistência social e religiosa, todas as atividades socioculturais mesclavam-se de partidarismo dado o indispensável aval do poder coronelístico, materializado em ajuda financeira, na divulgação dos eventos pela imprensa (situacionista ou oposicionista) e nas facilidades de toda ordem concedidas aos suplicantes pelos chefes políticos e seus substitutos. (FALCÓN, 2010, p. 80).

Além do exemplo citado acima que corrobora a citação de Gustavo Falcón, pode-se extrair do texto muitos outros. O caso que chama a atenção do leitor é do Dr. Quirino, médico de hábitos simples da sua mata-de-cipó, temperamento lerdo, humilde, casa simples, de roupas desbotadas, sapato único e dedicado aos doentes da comunidade Rio-novense, desapegado do dinheiro, casado com D. Julita que, pelo contrário, não gostava de ser pobre e incentivava o marido a se aliar ao coronel/deputado Rogaciano, no intuito de conseguir determinados cargos e melhorar de vida.

De acordo com a narrativa, embora ele soubesse que poderia obter mais segurança e estabilidade, o médico não queria se comprometer com o deputado que, a seu ver, era um homem violento, adúltero, político corrupto. Sobre política, ao conversar com o coronel que pedia seu apoio nas urnas, Sr. Quirino afirma: “Política faz nojo, deputado... a demagogia, os políticos enganando o povo. A corrupção desenfreada.” (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 48).

Quirino sabia que “os bacharéis sabiam que por intermédio do agente comprador de cacau viriam os bons clientes, as questões gordas, os inventários cevados. Intimidade com Rogaciano: consultório e escritórios cheios.” (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 48). Contudo, temia a intimidade com o coronel, pois

temia-o. Sabia que, amarrado em suas peias, ficaria sem condições de agir livremente. Assim aconteceu com doutor Campos da Aiquara, doutor Temistócles de Jequié e mais meia dúzia de médicos que, a troca de cargos e votos, viviam laçados na política dele. Todos colhiam vantagens das nomeações, chefias. Tudo a custa de muita submissão. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 50).

Embora consciente de seus valores morais e comprometido com sua ética profissional e política, Quirino, após várias investidas de Rogaciano, que o convidou para batizar o filho e logo depois tentou convencê-lo de que conseguiria um cargo no Instituto Federal, vendo-se inutilizado por problemas de saúde e prevendo o sofrimento da família, foi obrigado a aceitar os favores do coronel, que o nomeou como médico do Posto de Saúde, comprou-lhe uma fazenda e, em troca, receberia o tão necessário apoio na candidatura do prefeito sucessor, indicação de Rogaciano, além do seu apoio na eleição deste para permanecer no cargo. Desanimou-se enormemente por ter se vendido,

(...) encontrava-se envergonhado, fraco, vencido. Não fora capaz de resistir. Tanto criticara os que receberam favores do homem. Quantas vezes em campanha política dissera que colegas se vendiam a ele? [...] Batera-se para que a sociedade lutasse contra aquele que preparava festas a fim de adular políticos da capital, levando até moças para dançarem nuas. E agora, ele, doutor Quirino, encurralado [...] Onde estavam seus ideais de uma medicina de sacerdócio, de pesquisar doenças endêmicas no meio rural? (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 68).

Comumente, nesse contexto, muitas pessoas se vendiam e se rendiam ao poder do coronel que, de modo inescrupuloso, se aproveitava das fragilidades econômicas e emocionais dos sujeitos, para ampliar as fortunas e ter seus anseios satisfeitos. Esse poder centralizador entra em crise, à medida que a própria região cacauieira sul-baiana, sofrendo influências dos movimentos sociais em outras regiões e por todo o Brasil, apresenta conflitos entre classes sociais relacionados à posse da terra no período em que João Goulart foi Presidente, como se percebe no excerto: “Pelos fazendas vizinhas, andava um sujeito inquietando os agregados, contando casos de operários de São Paulo, que faziam greve, reclamavam os direitos nas barbas do patrão.” (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 71).

E ainda:

Bem verdade que o Brasil todo vivia conturbado, a gatinha reclamando, pretendendo engrossar o cangote, os sargentos e cabos das forças armadas faltando com a disciplina. Até os soldados. Diziam que o Presidente da República protegia os desordeiros. Houve caso de invasão de fazendas [...].

Até o deputado Cardoso andava dizendo que são os novos tempos, justiça social... que é assim mesmo (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 71-72).

Por outro lado, o onipotente coronel da narrativa euclidiana, Sr. Rogaciano, cujo prestígio se ampliou com o golpe de 64, não receava perder seu lugar de domínio perante a sociedade rio-novense, jamais pensou na possibilidade de ser levado à Justiça do Trabalho por algum dos seus trabalhadores, sequer enganado por militantes, empregados em sua fazenda, embora tivesse ouvido falar que estudantes e também universitários se metiam pelas fazendas próximas passando-se por trabalhador de roça para ensinar comunismo. Assim, rompendo com este poder centralizador e hegemônico, o escritor traz personagens marxistas, como padres e a irmã Consuelo para conscientizar os sujeitos subalternos dos seus direitos trabalhistas, como salário mínimo, direito a férias e gratificação de Natal.

Na segunda seção deste estudo, já foi citado que o autor soube tornar mais forte a voz dos trabalhadores rurais neste seu *Machombongo*, principalmente, ao compor algumas personagens militantes, representantes dos anseios e da luta daquele povo oprimido e explorado. Enriquece seu universal ficcional trazendo, entre eles, os camaradas Zacarias, que se empregou como faxineiro na casa-sede de Rogaciano; Deoclécia, esposa de Zacarias, lavadeira da família; Arnaldo, cuja função era a de tratorista na fazenda e pistoleiro; Zé da Silva, trabalhador que busca a Justiça do Trabalho e é perseguido pelos capatazes do coronel, amásio de Rosilda, agregada da fazenda; dentre outros de menos destaque na narrativa.

Desse modo, compondo cuidadosamente cada personagem supracitada, o escritor revela as lutas e torturas por que passaram os quadros⁵³ enviados à região, na tentativa de uma formação guerrilheira, fato que o leitor só passa a entender com a leitura vigilante da narrativa. Nesse sentido, o romance traz como pano de fundo os combates travados nos campos baianos, considerando a necessidade do rompimento com a exploração da classe trabalhadora pelos latifundiários, remetendo às ações de integração à produção na Bahia, como propôs a Ação Popular.

A proposta da organização e do PC do B era selecionar militantes de vários lugares e transformá-los em moradores e trabalhadores rurais para conhecer de perto as necessidades da comunidade e fazer com que as autoridades não suspeitassem do projeto político-social, pois

inseridos no trabalho, os militantes começavam a participar da vida e dos problemas sociais e econômicos das massas. Partindo dessas questões

⁵³ Entende-se por “quadro” de uma organização, o militante que está mais preparado profissionalmente e qualitativamente, o quadro de direção ou militante em tempo integral, conforme define Souza (2009).

concretas, iniciaram um trabalho de conscientização política das massas, visando mostrar aos camponeses a dominação ideológica e a exploração econômica às quais estavam submetidos e as formas como eles poderiam lutar contra os opressores. (SANTANA, 2009, p. 165).

Há, portanto, uma relação intrínseca com a prática da Ação Popular na Bahia, na medida em que as personagens construídas se engajaram no universo rural, buscaram apreender as funções desempenhadas pelos trabalhadores, sua linguagem, costumes e cultura, a fim de forma cautelosa, organizar a revolução no campo que se deu de modo sofrido e violento. Muito semelhante ocorreu na “Guerrilha do Araguaia”, no Pará, também sob a orientação da Ação Popular e do PC do B, como bem pontua Guerra (2009), ao afirmar que era preciso se adaptar ao ritmo do local por ser muito diferente da vida urbana.

Além disso, uma boa parte dos militantes que se preparavam para os embates eram estudantes universitários ou formados que saíam de uma vida mais organizada na zona urbana para enfrentar as dificuldades no campo. Necessário se fazia, também, preparar-se teoricamente, ler e discutir textos que retratassem as lutas de classe, guerra de guerrilhas e temas afins, optando pela luta armada como forma de combate à repressão.

Nesse ponto, Santana (2009) complementa ao afirmar que entre os textos lidos pela Ação Popular, a fim de preparar o Educador Político na militância, estavam incluídos textos de Marx, Lênin, Mao Tsé Tung, num programa de estudo bem estruturado, além dos textos construídos pela própria Organização e de outras organizações. Argumenta ainda que para ser considerado um bom guerrilheiro, deveria se manter distante daquilo que prejudicasse sua militância, desvincular-se de tudo, inclusive da família e, sobretudo, trabalhar em equipe.

Pode-se verificar no texto ficcional, e, muito claramente, no excerto abaixo, forte referência acerca dessa formação militarista, no momento em que Rogaciano começa a desconfiar das saídas de Zacarias, corriqueiras, à noite, como também o jeito artístico e sensível da esposa Deoclécia, que reproduzia nos quaradouros, com as peças de roupas, quadros de pintura, a exemplo do quadro de Mira Schender⁵⁴. Pondera o coronel:

Mais de uma vez o jornal publicara que, em Itabuna, pegaram uma trabalhadora rural de chinela e vestido de chita, com a mala-vagabunda de papelão. Mala bendita, aquela. Abrira-se pelo trinco ordinário e das entranhas saltaram os panfletos impressos, carreando as palavras de ordem aos trabalhadores das fazendas [...]. A televisão mostrou os rádios apreendidos dos padres (Oh! cambada de sacanas) que andavam metendo coisas na cabeça dos operários e camponeses, como eles chamavam. Por ali não havia camponês, mas havia contratista, morador, macaqueiro, agregado, trabalhador de roças,

⁵⁴ Artista plástica suíça radicada no Brasil.

que camponês é nome estrangeiro. Mesmo assim, só podia ser, para envenenar o povinho ordeiro das fazendas. Se em Itabuna existia a praga, com o exército, ali nas barbas, em Ilhéus, quanto mais no Rio Novo, terra de comunista, prefeito comunista, com a Justiça do Trabalho, pintando e bordando. Bem verdade que o padre Agamenon era seu amigo, jogavam cartas juntos, pediam dinheiro emprestado e não pagava, bebiam quase no mesmo copo. Mas outros padres metiam-se na descarração. O jornal, ainda, contava que a polícia federal desmontara aparelho de subversivos terroristas, fantasiados de roceiros, quando, na realidade, eram engenheiros, advogados e médicos recém-formados, pertencentes à chamada Ação Popular, agora formando o partido do PC do B. Gente desgraçada. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 114).

Muitos dos que iam militar em outros lugares tinham curso superior, alguns incompleto e usavam o conhecimento para dar assistência aos moradores como fazer parto, ensinar cuidados de higiene, reduzir o índice de mortalidade, dar remédios. Na narrativa, Deoclécia levanta a suspeita também de Dr. Quirino, pois o mesmo percebe que a mesma agia cautelosamente na Fazenda Ronco d'Água, fazia partos, tinha amizade das mulheres da fazenda, curava-lhes as feridas, aplicava-lhes injeções e ensinava, com seu jeito manso, remédios caseiros para doenças comuns na região, semelhante aos militantes.

Como se percebe, o escritor se utiliza de suas memórias como sujeito político que viu, viveu e se engajou numa época marcada por revoltas armadas no meio rural e mudanças sociopolíticas no Brasil, arquitetando um espaço narrativo de resistência, com a criação de um corpo plural de personagens e de um cenário de guerrilha. De volta à narrativa, observa-se que o espaço usado pelos militantes para se reunir estava bem próximo, no fundo da fazenda de Rogaciano, na roça do Rancho Novo, onde Rosilda, também militante, tinha uma casa simples. Sob o altar de Nossa Senhora da Conceição em sua casa, reuniam-se para discutir textos, trazer notícias sobre os camaradas, planejar as ações. Numa dessas reuniões, Lima narra as torturas por que passaram os amigos:

Prenderam todos. Mataram Jorge. Ele era magro, fraco, rosto espinhento de menino. Amarraram-no de cabeça para baixo. Bateram nele de pau, cadeira, chutes. Abusaram. Imaginaram que resistiria para delatar os outros. Ficaram ainda mais raivosos, ainda, quando o tiraram da corda. Encontraram um corpo entirçado: um morto que nem para apanhar, servia mais. Suas ideias é que voaram pelas janelas, ganharam as ruas, entraram nas fábricas e nas fazendas. Jorge Gonçalves, engenheiro elétrico, orador da turma, alto funcionário público, salário de príncipe. Deixou tudo. O conforto de casa, o bem-bom da família e da terra da Bahia. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 142).

A tortura foi uma técnica muito utilizada na época da ditadura como meio de levar o sujeito, tido como “subversivo”, a contar aos militares onde se encontravam para organizar as práticas de resistência ao regime, além de obrigá-los a delatar os companheiros. Essa prática

criminal foi por muito tempo levada ao esquecimento pela história oficial, pois, sob a ideologia da segurança nacional, camuflava-se toda a violência que era utilizada pelo aparelho repressor do Estado. A ditadura militar, considerada um regime violento, deixou muitas marcas na sociedade, na medida em que lançou mão de várias formas de repressão e de intimidação, desde a censura aos meios de comunicação, a prisões, torturas, exílios, assassinatos premeditados, na tentativa de resguardar e manter os militares no exercício de poder.

Apoiando-se em Ricoeur (2007), em sua discussão sobre o esquecimento, tem-se que é a esse tesouro que se recorre quando se tem o prazer de lembrar do que, certa vez, viu, ouviu, experimentou, aprendeu, adquiriu. Para o filósofo, de modo paradoxal, o esquecimento pode estar tão estreitamente confundido com a memória, que pode ser considerado como uma de suas condições. Contudo, para esse foco da discussão, importa destacar, sobretudo, à luz de suas acepções, que o esquecimento pode ser considerado em certos aspectos uma distorção da memória, quando este se trata de um esquecimento definitivo, atribuível a um apagamento de rastros, vivido como uma ameaça. A seu ver: “é contra esse tipo de esquecimento que fazemos trabalhar a memória, a fim de retardar seu curso, e até mesmo imobilizá-lo.” (RICOEUR, 2007, p. 435).

Na contramão desse esquecimento definitivo, Euclides Neto propõe relembrar os heróis invisibilizados – posseiros (as), trabalhadores (as) rurais, camponeses (as) – mortos injustamente, quando, na verdade, o que almejavam era a tão sonhada Paz, concebida na perspectiva marxista de luta de classe. Leia-se no texto narrativo: “Paz não é humilhação, assentimento da fome, da miséria, da alienação da personalidade humana. PAZ também é defesa dos direitos, organização, fibra. Quem quer a paz prepara-se para conquistá-la.” (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 196).

É nesse sentido de “Guerra pela Paz” que o escritor conclama os leitores para avistar as duras perdas e sofrimento por que tiveram que passar os sujeitos imbuídos do senso de justiça e igualdade, na busca dos seus direitos. Continua o narrador: “Paz Social que viesse depois, com as barriguinhas cheias, as caminhas rebuçadas de palha que fosse, a escolinha dos meninos. Não podia haver Paz social ao lado do medo e da exploração do homem pelo outro.” (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 196).

Cria-se o cenário de revolução na narrativa, à medida que vários trabalhadores rurais, posseiros, de diversas propriedades rurais em Rio Novo e arredores, passam a questionar e lutar buscando melhores condições de trabalho, a invadir terras, influenciados pela conscientização dos comunistas por meio do rádio, jornais de esquerda, panfletos e militantes vindos de São Paulo e de Manaus que já tinha 54 delegacias sindicais em luta. Nesse sentido, posseiros,

liderados por Manecão – que teve sua casa de palha incendiada por grileiros –, apoiado pelo padre, três vereadores, duas advogadas do sindicato e um prefeito, invadem terras do município de Una. Fugindo da perseguição militar, os posseiros invadiram a mata, refugiando-se nas grutas da Serra do Machombongo.

Essa serra, cujo nome também intitula a obra analisada, é elemento de destaque na narrativa, pois figura como um espaço de resistência, possui uma aura de proteção divina e de acolhimento aos despossuídos. É um lugar que garante a subsistência e possui uma geografia propícia ao refúgio,

(...) cheia de dobras, buracos, rochas, capões de matos, água pura, caça, acesso impossível, mucugês⁵⁵ farturentos, onças-pintadas, sumutumbas sem fim, fantasmas dos que atravessaram as guerras das Lavras Diamantinas, ajudariam a briga. Quem a subisse e bem a conhecesse estaria invultado aos olhos dos homens. Chamassem os aviões, os helicópteros, os praças gordos dos quartéis para desencavar os posseiros! Só atravessar o rio Una, água na canela, e seria absorvido na esponja de mil mistérios. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 207).

E ainda:

A serra chamando, ensinando a guerra [...]. No Araguaia, fácil. Andavam por onde entendiam, estenderam campo de pouso, cortaram estradas na selva, navegaram os rios papudos. Ali, nos gerais, pela nação do Machombongo, não seria fácil pegar sombras nos invultados de mil tocas, locas, brongos, grunas. Só os homens de unhas de mocó marinhavam as lapas e despenhadeiros [...]. A serra pertencia aos fracos. De ponta a ponta deitava-se mais perto do céu. Deus a enfeitava de jaziras, sempre-vivas, botão-íris. Agasalhavam-se, ali, os bichos fugidos dos incêndios das terras do colonião. Agora, iria entrincheirar os homens. Os gordos dos quartéis teriam medo da jaracuçu, da onça, das almas penadas nas travessias, do frio navalhando os nervos. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 283).

Para se juntar a esses posseiros, chegavam à região caminhões de gente, entre homens, mulheres, meninos, velhos e aleijados no intuito de ir à luta pela terra e já a dividia sem o consentimento de ninguém, haja vista que muitos dos proprietários se encontravam na capital baiana. Além disso, padres das paróquias distantes eram convocados para enviar os fiéis à grande colônia fundada pelo líder, às margens do Rio Una, com a proteção da Serra.

A organização política e social dos posseiros com a ajuda da igreja e do partido político, com o apoio do Presidente da República, traz mais uma vez forte relação intertextual com a Ação Popular na Bahia com o seu trabalho de base junto aos operários, camponeses e

⁵⁵ Fruto com gosto delicioso, encontrado na Chapada Diamantina. (DICIONÁRIO INFORMAL).

trabalhadores. Por outro lado, vê-se claramente referência à formação de guerrilha, semelhante a do Araguaia, também em outras regiões do Brasil, como bem expõe a passagem narrativa:

A notícia viajada na capital é que centenas de homens armados, instruídos pelos comunistas pretendiam gerar uma nova guerrilha do Araguaia, onde cinco dúzias de militantes da cidade, estreantes na luta e bobocas no mato, inquietaram todas as forças armadas, levando para a Amazônia vinte mil homens das três armas e tirando o sono dos que ficaram nos quartéis. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 280).

Há, ainda, no texto ficcional, uma alusão a Guerra de Canudos: “Dr. Quirino lembrava-se de Canudos, da onda de almas em busca do Messias, doador de um pedaço do céu. A promessa, agora, feita por vários messias, dava, de saída, um naco de chão.” (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 209). Sem dúvida, a partir dessas relações intertextuais, cabe pensar uma aproximação temática, ideológica e política entre os autores brasileiros Euclides da Cunha e Euclides Neto que buscaram denunciar o estado de pobreza e opressão em que viviam os subalternos em épocas e regiões diferentes na Bahia.

Seguindo a linha de raciocínio de César (2003), o escritor carioca é considerado um autor que denunciou o maior genocídio do século XIX, no Nordeste, e pôde observar em Canudos não uma ameaça ao regime, mas o extermínio de uma população sedenta por terra, pão e liberdade. O escritor sul-baiano, além de enxergar as divisões de classe e as injustiças do latifúndio na região cacauieira, soube perceber e denunciar o direito orgânico do faminto em apascentar a sua fome.

Pode-se acrescentar a essa análise que o escritor baiano se atentou em ver e representar também a luta armada desses excluídos, sob a influência de movimentos sociais; a resistência aos militares e o processo de luta e embates violentos. Sem dúvida, como bem propõe o crítico da obra euclidiana, há diferenças abissais em estilo e audiência entre os autores, contudo, ambos se unem historicamente na denúncia da opressão pela fome e pela miséria no Nordeste.

Prosseguindo na análise do texto literário, valoriza-se o estilo inventivo do escritor sul-baiano que arquitetou o jogo de representações muito bem elaborado e só revelado ao leitor nos capítulos derradeiros de sua composição narrativa, aspecto também aprofundado na segunda seção. Nesses capítulos, o escritor desvenda as verdadeiras identidades das personagens. O leitor, assim como o coronel, vê desmanchado todo o cerco dos comunistas, com a chegada dos militares à fazenda Ronco d'Água.

Até então, o narrador deixava pistas e insinuações de que se dava uma formação militarista às barbas do perigoso, inescrupuloso e anticomunista Rogaciano. Com a chegada da

polícia federal, vieram as revelações: Gabriel Santo, nome verdadeiro de Zacarias, engenheiro, amigo de Marinalva e não esposo; Marinalva, nome de Deoclécia, médica e pintora; Haroldo Lima, nome de Arnaldo, fundador da Ação Popular na Bahia e engenheiro elétrico; José da Silva, não foi revelada a profissão; Carminha, nome verdadeiro de Rosilda, advogada.

Considerado uma crônica da ditadura de 1964 no campo brasileiro por César (2003), *Machombongo* (2014b) retrata o clima de opressão, perseguição e morte que também ocorria nas grandes cidades pelo aparelho policial do regime. Ao fim da obra, não se sabe para onde foram levados os comunistas presos – previsível para quem conhece as histórias de horror dos porões da ditadura militar, conforme César (2003).

Por outro lado, o fim trágico dado ao coronel Rogaciano, que morreu após os oficiais recusarem o seu pedido de dar cabo aos ativistas de esquerda ali descobertos, mostra mais uma vez a escolha de Euclides Neto em punir o coronel pelas mortes e atos de violência e tirania. Assim, faz padecer em angústias e delírio o culpado pela morte de Zé da Silva, trabalhador morto após receber murros e chutes do patrão ao solicitar que assinasse a carteira de trabalho; pela demissão injusta e tomada das terras de Cretêncio, lavrador; pela morte do cigano cuja mulher era objeto de desejo do coronel; a tocaia armada para prender Zé da Silva, trabalhador que o denuncia à Junta do Trabalho; pela tentativa de assassinato contra o filho bastardo, entre muitas outras atrocidades.

O escritor condena Rogaciano à morte, como fizera com o impávido coronel de *O patrão* (2013b), contudo, a derrocada do primeiro, tendo em vista o contexto histórico e sociopolítico sul-baiano em que a obra se insere,

representa também a gradual perda de prestígio de uma velha classe de políticos que apoiaram o golpe militar, desde a primeira hora, e foram substituídos pelos arrivistas de ocasião, dos quais muitos comandam ainda os destinos da Nação. Rogaciano Boca Rica personifica os coronéis sem patente que perderam o poder para os generais cinco estrelas. (CÉSAR, 2003, p. 76).

Quanto à personagem Quirino, o escritor lhe concede a oportunidade de remissão por ter se vendido ao coronel, levado pela ambição da mulher. O médico temia perder suas terras na revolução que estava prestes a acontecer. Percebia as necessidades dos trabalhadores rurais, ao mesmo tempo tinha medo de ter que trabalhar duro, de voltar às condições precárias de vida. Assim, após séria crise de consciência, toma coragem, abre mão de suas propriedades e desprovido de seus bens materiais, exila-se na Serra do Machombongo, longe da ganância, do egoísmo e da exploração. A personagem traz a própria voz do escritor ao se colocar a favor de

que a propriedade deva ser coletiva e a organização da sociedade deva se dar sem o separatismo das classes sociais. Quirino e Euclides Neto, ambos numa só voz, propõe o humanismo socialista em que é

(...) proibido ter. Meu não existe. Nem o teu. Nem a mulher é do homem. Nem o homem da mulher. Muito menos a terra [...]. Nunca o homem amarrar a terra, as árvores, as pedras, os rios, as flores, no arame farpado do é meu. A lapa é do tempo que a deu para nós todos. Só o tempo é dono: o mabaço do esquecimento. Pode a água vagalumar... a colhedora abrir a leira... a fogopagô colorir o silêncio: fogopagô⁵⁶... fogo-pagô... fogo-pagô... e depois armar a trempe. Tudo é consentinado⁵⁷. Não pode a cerca, o limite, o é meu, pecado nascido depois. Proibido ter. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 293).

Escolhem, de certo modo, o grande retorno à emancipação de tudo que impede a convivência igualitária e solidária entre os homens, no dizer de Bogo (2008). Para o autor, o socialismo é o começo desse retorno, em nova dimensão e qualidade, daquilo que foi o comunismo no princípio da humanização, como explica o materialismo histórico ao descrever os modos de produção na história. Embora haja enorme diferença entre as sociedades nos tempos remotos e as atuais, no entanto, “a convivência, a solidariedade, a gratuidade, a honestidade, a atitude de respeito perante a vida continuam sendo referências em vigor.” (VIGO, 2008, p. 22).

Nesse sentido, a narrativa ora analisada, estruturada em capítulos bem encadeados, alimentada pelas memórias individuais e coletivas do escritor e assentada na sua ideologia socialista, traz, sobretudo, sua visão crítica da história, diante do golpe militar e da ditadura instaurada no país, propondo a revolução em que as maiorias devem se mobilizar contra a minoria capitalista.

Em seu texto ficcional, não fica evidente a luta e o extermínio dos militantes, como de fato ocorreu na Guerrilha do Araguaia, contudo, do ponto de vista histórico, sabe-se da tragédia que ocorreu com aqueles que se colocaram na linha de frente nas três campanhas de enfrentamento aos militares. Conforme Guerra (2006), não há uma versão oficial (do governo e das forças armadas) sobre o que ocorreu no Araguaia, a seu ver, existe uma forte tentativa de se apagar da memória e da história esse episódio de luta que tinha o ideal de mudanças concretas em vários âmbitos na sociedade.

⁵⁶ Nome onomatopéico dado na zona rural à ave columbiforme da família *columbidae*, também chamada de rola-pedrês, rolinha-cascavel, dentre outros.

⁵⁷ Decidido (EUCLIDES NETO, 2013a, p. 51).

No entanto, quanto a isso, Seligmann-Silva (2003, p. 77) adverte: “Se é verdade que no campo da memória atua a seleção dos momentos do passado e não o seu total arquivamento, ou seja, a memória só existe ao lado do esquecimento” e, neste ponto, dialoga com Ricoeur (2007). Por outro lado, “cabe ao historiador – assim como individualmente a cada um de nós – não negar ou denegar os fatos do passado, mesmo os mais catastróficos.” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 77).

Para o crítico literário, o historiador, assim como o “catador de trapos”, imagem retirada de Benjamin, deve salvar os cacos do passado sem diferenciar os mais valiosos daqueles que aparentemente não tenham valor, tendo em vista que, “a felicidade do catador-colecionador advém de sua capacidade de reordenação salvadora desses materiais abandonados pela humanidade carregada pelo “progresso” no seu caminhar cego.” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 77).

Sendo assim, a ficção euclidiana desempenha um importante papel ao contribuir para que não haja um esquecimento definitivo não somente das próprias marcas indeléveis advindas das duras experiências do escritor nessa ocasião, já que foi preso, tachado de comunista, subversivo, por suas investidas políticas enquanto prefeito de Ipiaú, como também dá a ideia de reconstrução de uma memória das lutas armadas e flagelantes daqueles que acreditaram na liberdade, na democracia, por meio da resistência. Além disso, deixa entrever que apesar das tentativas da esquerda em retirar os sujeitos subalternos das condições sub-humanas e de opressão em que se encontravam, pouco se conseguiu mudar na realidade dos mesmos, uma vez que as organizações não tinham estrutura e preparo suficiente para enfrentar o regime, sendo exterminadas, a exemplo do que ocorreu na Guerrilha do Araguaia e na Guerra de Canudos.

Ao reconstruir a memória daqueles que se mobilizaram socialmente em busca de tempos melhores no sul da Bahia, o escritor valoriza o sujeito trabalhador e trabalhadora rural que em suas diversas funções – podador, barcaceiro, vaqueiro, estufeiro, colhedor, tropeiro, tirador de leite, vaqueiro, militante – contribuíram para a formação histórica, cultural e econômica da região cacauera, embora tivessem sido escravizados e injustiçados, vivendo por muito tempo sob a tirania dos coronéis de cacau e quiçá ainda vivem, de certo modo.

Euclides Neto, em sua obra *A enxada e a mulher que venceu seu próprio destino* (2014c), ressalta a presença da mulher, trabalhadora rural, sujeito invisibilizado na história oficial da região cacauera, na figura de Albertina. Faz-se mister destacar que as relações de gênero, classe e raça, numa perspectiva interseccional, representadas nessa obra e que possibilitam uma análise pertinente quanto ao papel da mulher numa sociedade extremamente

patriarcal e sexista, serão estudadas na próxima seção desta tese, complementando o quadro de representações sociais que considerou até aqui a linguagem, a cultura, a história e a memória como elementos de representação social e literária.

O ponto importante na análise literária de *A enxada e a mulher que venceu seu próprio destino* (2014c) nesta seção, assim como foi feito na análise teórico-crítica de *Machombongo* (2014b), é mostrar como o escritor sul-baiano soube representar o contexto histórico sul-baiano em suas obras ficcionais aliado às representações sociais dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais já discutidas e apresentadas na segunda seção deste estudo. Pontuou-se até aqui, de modo enfático, que a narrativa está atrelada ao contexto histórico e sociocultural da sociedade que representa, sendo assim, explora fatos e acontecimentos exteriores ao discurso, reconstruídos por meio das memórias do escritor, do narrador e das personagens criadas.

Nessa obra, que remete às décadas de 1980/1990, o escritor traz de modo emblemático a situação de aniquilamento do trabalhador/a rural que, em busca de condições de melhoria de vida, sai do campo para a cidade, num processo de êxodo rural, tendo em vista que as fazendas de cacau entraram em crise, gerando desemprego para a classe subalterna. Foi o que ocorreu com Albertina e os seus filhos que, tangidos pela falta de oportunidade no campo, foram obrigados a procurar emprego na cidade de Jequié e no sudeste do País.

De acordo com o Diário de Itabuna, de 8 de julho de 1983, citado por Glória (2014), sendo a cacauicultura o principal setor empregador da agricultura na região sul da Bahia, a década de 1980 apresentou um crescente desemprego no meio rural. Na visão da autora, muitos trabalhadores rurais migraram para outras localidades devido ao desemprego e/ou à exploração dos cacauicultores, do trabalho duro e dos baixos salários. Isso porque

A cacauicultura não teve bons momentos na década de 80, oscilando nas estatísticas da produção baiana. Os anos de 1981, 82 e 83 a produção cacauera apresentou uma queda de 51,5% para 32,3% na produção agrícola baiana. Em 1984, se recuperou um pouco, chegando a 45,3%, no entanto em 85/86/87 retornou a queda, chegando a 28,6%. Em 1988, atingiu 37%, e no ano posterior 89, caiu 16%. Ano em que foram encontrados os primeiros cacauais atingidos pela vassoura-de-bruxa. A expansão da doença levou a descendente escala na década de 90.

Mesmo antes da infecção das lavouras pela vassoura-de-bruxa, a produção cacauera oscilava entre quedas e pequenas recuperações. Atribui-se tal oscilação ao preço do mercado internacional, como também a alguns fatores climáticos: ora chuvas incessantes, ora estiagem. Além de outras doenças, como a podridão parda. (GLÓRIA, 2014, p. 269).

Ainda no seu entendimento, os fazendeiros encontravam vários motivos para explicar as demissões de trabalhadores rurais e os baixos salários, dentre os quais cita os reajustes

salariais, crises com o baixo valor do cacau no mercado, doenças e intempéries climáticas. Contudo, pondera que mesmo antes da década de 1980, os trabalhadores conviviam com a exploração dos grandes proprietários rurais e estes enxergaram na migração uma oportunidade de melhorar de vida.

A migração de Albertina para a cidade de Jequié lhe trouxe severas frustrações, haja vista que ao procurar trabalhos domésticos era despedida constantemente, por não se adaptar aos serviços finos, além de ter sido enxotada pela patroa por ter quebrado um vaso chinês, como já citado no início da segunda seção. Outro exemplo marcante está no trecho que narra a sua procura insistente por um emprego de gari na prefeitura da cidade. Entrou na fila da espera por vários dias, foi humilhada pelo funcionário que observou descaradamente os seus seios fartos por não ter amamentado o caçula e disse abertamente para os que ali estavam que ela deveria ter escondido a cria. Após longo cansaço e desmoralização, Albertina foi convocada, no entanto, seu trabalho durou apenas uma semana, pois a prefeitura abriu um concurso para os contratados, do qual ela foi severamente excluída, uma vez que não possuía nenhum grau de escolaridade.

Diz o narrador:

Como responder perguntas, quando não sabia ler, nem fazer um O com taboca. Veio o resultado. Último lugar das reprovadas. Nova tristeza. Nada explicaram. Não passava de um resto de carne podre, que nem se podia aproveitar. Tinha mesmo que ser jogada fora. Nem seus trajes recomendavam qualquer colocação. Quando a pedia, e descobriam a ninhada de filhos, aí é que, simplesmente davam uma xícara de farinha ou um pão mofado. Os mais delicados pediam licença para bater a porta. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 23).

Assim, Albertina, desempregada e com experiência apenas voltada para o trabalho rural, vivia com seus filhos em estado de mendicância e de anulação social. Os filhos Apolinário e João roubavam para satisfazer a fome, chegaram a ter as mãos machucadas e os olhos inchados diante da retaliação policial. Fica evidente a crítica do escritor ao processo de desigualdade social por que passavam os trabalhadores/as rurais na zona cacauzeira, os quais não encontravam na cidade as oportunidades para mudar de vida e, assim, vivendo em condição de miserabilidade, eram explorados constantemente pela mão de obra barata, subordinando-se ora ao proprietário da roça ora da casa citadina.

Desse modo, a cidade e a rua representam espaços que expulsam e anulam a identidade dos indivíduos oprimidos, uma vez que para eles reserva a tristeza, a fome, a miséria, a humilhação, a violência física e simbólica. Nesse espaço, as relações sociais se pautam pelo

poder exercido de modo inescrupuloso por aqueles que abusam cruelmente do sujeito dominado. Contrapondo a essa realidade crua e de sofrimento, Albertina que não suportava mais a fome e a cidade, teve a possibilidade de voltar às suas origens, de modo que o campo se mostrou como espaço de inclusão social, de renovação e de identificação.

Dr. Quirino, personagem de *Machombongo*, já no final da narrativa, aposta em sua força de trabalho e resolve viver de acordo com a sua convicção ideológica humanista e socialista, propõe-se a trabalhar honestamente a fim de ajudar os mais necessitados, abrindo mão das propriedades e bens materiais que não lhe traziam felicidade. A ideologia humanista presente nessa personagem e que de modo geral permeia a escrita literária de Euclides Neto, mais uma vez encontra sustentação na personagem Albertina que, embora destituída de condições econômicas e de meios de produção, utilizando-se de sua força de trabalho, determinação e sabedoria, reconstrói o seu destino como bem explicita o subtítulo da obra, com a colaboração de seus rebentos, de forma solidária e humana.

Albertina tinha no trabalho o seu lema e em Santa Tereza⁵⁸ sua proteção e força. Assim, passava dia e noite plantando feijão, milho e outros num pequeno pedaço de terra na cascalheira para tentar suprir as necessidades básicas, ensinando aos seus a arte de plantar, colher e o artesanato, além de contribuir para a formação ética e moral. Trabalhava com alegria por longas horas, de modo que

No primeiro despertar de um galo madrugador, bem longe, aninhou-se junto aos filhos. Braços doendo, aquela dorzinha boa do cansaço no briquitar com a terra. Sentia tanta felicidade que ria na semiescuridão, quase sem poder dormir. Um cordão de lua entrava pela cumeeira, alumando molemente o cômodo. Caiu no sono. Ao clarear, já estava na lida, alongando a roça, beirando a cerca de arame farpado que evitava o acesso das criações dos fazendeiros ao leito da estrada. Morava ali há duas semanas. A comida não era mais somente umbu. A sorte a acompanhava. Perto, empinava-se um morro onde assistiam os mocós. Armou cinco pedras. Lembrava-se bem de como fazê-lo. Cortou o gancho, tirou uma cordinha de croá, e, num pedacinho de pau, amarrou o pincho (tinha gente que chamava de pinguelo, mas, como era nome indecente, não iria dizer um nome feio desse). Estava feito o cambão. Encontrou as rochas. Tinham que ser chatas, com peso suficiente para, caindo sobre a presa, não deixá-la escapulir. Tudo foi preparado no capricho de quem conhecia a arte. Concluídos os preparativos, inclinou a pedra, apoiou o cambão no gancho, por detrás do qual passou o pincho, que, por sua vez, encontrou a vareta da isca, já armada pela outra varinha, que também se apoiava na forquilha e ia até a base da pedra. As iscas foram de várias frutas no mato. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 25).

⁵⁸Considerada pela Igreja Católica, mestra de oração e excelente pedagoga no caminho da espiritualidade, protetora dos professores.

A mulher labutava junto com os filhos na lida com a terra e na produção artesanal de esteiras, vassouras e outros utensílios. Os meninos que foram presos e espancados, como forma de aprendizado, eram os que mais trabalhavam, uma vez que davam várias viagens para buscar esterco de gado e de cabras na fazenda vizinha, o qual serviria de estrume para o plantio de hortaliças. Assim,

A lavradora criara a terra com o seu trabalho. Pediria as mudas onde dormira a última noite, quando arribara de Jequié. Gente da roça não as nega. Dava prazer a plantação da família arranchada. O dono das terras, dos dois lados da rodagem, passava num carrão bonito, sem ligar para aquela petralhada ocupando a área imprestável da cascalheira e o terreno ao longo do arame, fora dos seus domínios. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 26).

Depreende-se, desses excertos, a distância existente entre as classes dominante e dominada e o processo de exclusão social sofrido por estes que, à margem da sociedade, na tentativa de sobreviver num contexto extremamente discriminatório e difícil, contentavam-se com “pouco”. O que restava para a família de Albertina era o cascalho, um pedaço de terra que sequer os donos tinham interesse, no entanto, para a família de famintos e miseráveis, a pequena área, cultivada e adubada com sangue e suor, simbolizava o recomeço de uma vida mais digna e feliz e, assim, a própria reconstrução identitária e humana.

Semelhante à prática de agricultura familiar, a trabalhadora junto aos filhos e com o apoio do proprietário da fazenda Sr. Manduca, que em agradecimento por ela ter achado uma onça exterminadora da sua criação de cabras, cedeu um pedaço de terra e alguns instrumentos de trabalho, consegue plantar, colher, tirar mel, caçar, tecer, matar onça, ofícios que ensinou cuidadosamente para a sua cria. Interessa destacar que a agricultura familiar no Brasil é extremamente diversificada, isto porque inclui tanto famílias que vivem e exploram minifúndios em condições de extrema pobreza, a exemplo da família de Albertina, como produtores inseridos no moderno agronegócio que objetivam gerar renda superior a que define a linha da pobreza (BUAINAIN, 2006).

O trabalho solidário e a fartura se fazem presentes na nova rotina do clã em seu minifúndio:

João e Januário saíram a caçar. Os demais cutucavam a roça. Limpavam, chegavam terra ao gurutuba, arrancavam mato de mão onde a enxada não devia ir. Comida não faltava mais: faturão. No moquém, um pedaço do quarto de veado e mais uma banda de mocó; uma cabeça pelo gargalo de mel; cocada de miolo de cabeça-de-frade; fruta de mandacaru, mamão-de-veado,

articum⁵⁹, aleijão, jabuticaba, guabiraba, sem falarem umbu. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 34).

E no trabalho artesanal, a família permanece unida e em cooperação:

Albertina cobrou as palmas de licurioba para as esteiras. Já estavam dependuradas no terreiro. As que tinham murchado foram trazidas para a frente da morada. Todos começaram a trançar esteiras. Albertina ensinando a fazer chapéus. Os ajudantes trabalhavam com as mãos, mas levantavam a vista, olhando a mãe, que ia formando com habilidade a sua prenda.

— Do jeito que vai, daqui uns dia tamo bem remediado. Todo mundo trabaiano. Esses chapéu, estera e bassoura vamo mostrá aos que passa. Já temo bem uns vinte litro de mé. Vou procurá u’as garrafa pra ficá bonito [...] (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 35).

A narrativa, em vários momentos, enfatiza o trabalho solidário desempenhado por todos os membros da família e o papel da matriarca em ensiná-los de modo alegre e firme, a lidar com a caatinga, extraindo dela o que há de melhor, bem como ensinando o manejo com a terra e a se livrar dos perigos e ameaças próprias do lugar. Assim, estava “a roça farta, as criações rendendo. Os meninos trabalhando. Os mais novos já ajudando nas esteiras e vassouras. As meninas fiavam, teciam e costuravam para todos, quando não estavam no serviço mais pesado.” (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 91).

O gesto de seu Manduca, conforme César (2003), em acolher a família de Albertina, permitindo-a que se apossasse de um pedaço inexplorado da sua fazenda, simboliza a concordância com a implantação da reforma agrária, luta que o escritor travou por toda sua vida e também defendeu no livro *Trilhas da Reforma Agrária* (2014d), obra que relata as experiências do político e escritor no contato direto com os trabalhadores rurais, suas angústias e anseios. No seu entendimento,

a familiaridade de Euclides Neto com os problemas do campo, seu livre trânsito entre os trabalhadores e as associações e sindicatos de trabalhadores rurais e, sobretudo, a famosa experiência da *Fazenda do Povo*, levou o governador da Bahia, Waldir Pires (1987-1989), a convidar o escritor para dirigir a primeira Secretaria de Reforma Agrária do Brasil. (CÉSAR, 2003, p. 17-18).

⁵⁹ Corruptela de *araticum*, árvore que ocorre no Brasil, com frutos comestíveis, também apreciados pelos animais (EUCLIDES NETO, 2013a, p. 37).

No período de dois anos e meio, à frente dessa secretaria, César (2003) pontua que Euclides Neto colocou em prática as suas convicções ideológicas socialistas, valorizando o trabalhador rural, sendo responsável pelo maior assentamento de trabalhadores rurais na Bahia, em Angical, oeste do estado. Na visão do literato, “as terras e terras e terras e terras se perdiam, abandonadas.” (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 24). Desse modo, a iniciativa do proprietário (Seu Manduca) traz de modo implícito em seu texto ficcional, um aconselhamento aos latifundiários da zona cacauceira à partilha da terra, a fim de promover a justiça social no campo.

Em seu *Trilhas da Reforma Agrária* (2014d), o escritor traz onze mandamentos da Reforma Agrária, espécie de conjunto de leis a serem seguidas pelos grandes latifundiários na Bahia e no Brasil, a fim de que sejam garantidos aos trabalhadores/as e camponeses/as, direitos imprescindíveis na luta e conquista por uma gleba de terra. Embora a citação seja longa, faz-se necessária tendo em vista a excelente contribuição do político/literato que buscou colocar em prática os seus anseios sociopolíticos e ainda conclamar toda a sociedade brasileira para o verdadeiro sentido social da Reforma. Eis seus mandamentos:

1. Prioridade absoluta para a comida, o emprego e a morada. Levar em conta que a preferência de quem mora próximo ao mar ou a rios piscosos é a pesca e não a lavoura.
2. Selecionar bem o assentado: pela sua história de vida e prova de que ainda quer trabalhar na roça.
3. Escolher terras viáveis para a agricultura. Nas regiões muito secas, não esquecer a possibilidade de pequena irrigação, inclusive com água do subsolo.
4. Fazer obras seguras, mas simples, baratas, para assentar o maior número possível de famílias. Nunca prometer muitas ajudas financeiras, até mesmo como meio de selecionar o verdadeiro lavrador, que é pouco exigente. Jamais estimular o consumismo. As escolas devem ensinar o amor à terra e nunca ao êxodo rural.
5. Os doutores precisam ouvir o assentado, sem violentar a sabedoria milenar deles. Sobretudo nos planejamentos. Muitas vezes os letrados sabem menos que os analfabetos. Só aplicar técnicas quando exaustivamente comprovadas naquelas condições de tradição, solo, clima, água, comercialização. Tendo a humildade de absorver a ciência prática que não aprenderam nos livros;
6. Envolver toda a comunidade, sem esquecer o prefeito, vereadores, clubes de serviço, religiosos, associações, sindicatos. Organizar cooperativas nas áreas reformadas, que devem se ligar a uma central.
7. Ter consciência de que quem invade é o poderoso, o grileiro urbano ou rural, visando só ao lucro. Os sem-terra ocupam, em estado de necessidade ou porque encontram o imóvel abandonado. É o único trabalhador que arrisca a vida e a da família para conseguir emprego.
8. Pregar que a Reforma Agrária é uma necessidade para todos: comércio, porque tem mais o que comprar e vender; indústria, porque tem mais matéria-prima e consumidor; banco, que terá mais depósito e cliente a quem emprestar. Além, sobretudo, de ser justiça social.

9. Entender que o parceiro é um lavrador como qualquer outro, dentro de um contexto econômico, sujeito a todas as dificuldades pelas quais passam os produtores rurais, inclusive os grandes. Portanto, não se deve esperar milagre.

10. Cobrar dos intérpretes das leis a aplicação do art. 5º da Lei de Introdução do Código Civil (O Juiz ao julgar atenderá aos fins sociais e bem comum); e do art. 5º da Constituição de 1988, incisos XXII (que admite a propriedade) e o XXIII (cumprindo a função social).

11. O trabalhador rural sempre tem razão, mesmo quando, aparentemente, não a tem: pelo passado de injustiças que seus antepassados sofreram e ele próprio. (EUCLIDES NETO, 2014d, p. 17-18).

Sendo assim, o escritor sul-baiano ficcionaliza uma realidade social mais justa e democrática, colocando em prática, utopicamente, parte desses mandamentos na obra *A enxada e a mulher que venceu seu próprio destino*, tendo em vista que é dada à Albertina a oportunidade de possuir os próprios instrumentos de trabalho, a terra e as sementes, doados pelo fazendeiro e pela população amiga.

Essa obra aborda claramente a possibilidade de uma experiência socialista e humana, à medida que a partilha com os despossuídos, traz-lhes a oportunidade de ascensão social. Fica evidente, também, uma forte condenação ao modo capitalista de produção que busca excluir e alienar esses sujeitos, demonstrado pela resistência de Albertina em não se deixar vender aos comerciantes vindos da cidade, ao oferecerem uma soma em dinheiro para comprar todo o seu artesanato e levá-los para a cidade, garantindo-lhes escola e melhores condições de vida.

Albertina, que tinha a sua liberdade de trabalhar honestamente, criar e garantir uma vida digna à família e de ser solidária aos vizinhos, vê nessa iniciativa uma ofensa. Voltar para a cidade seria para ela um retrocesso, isto porque trazia nas memórias muitas experiências sofredoras e negativas vividas nesse espaço, como por exemplo, a perda dos filhos mais velhos que foram perseguidos e presos pela polícia e a prostituição de suas filhas, devido à necessidade material. A personagem parece carregar em suas atitudes certa resistência ao processo de alienação e ao monopólio capitalista. Albertina argumenta de modo seguro e consciente:

— Nosso negócio num é só dinheiro. Aqui é o que menos vale. Damo valô ao que plantamo e comemo e podemo servi, o resto é sujejo. [...]

— Qué sabe de um fim de conversa: meta o dinheiro de ocês na bunda, que má falado digo. [...]

— Mas, mãe, se vende a uma pessoa só, dá menos trabaio, a gente fica livre, pode inté puxá no preço. Ainda mais no pega.

— E fica preso a eles, entendeu? Perde a freguesia. Aí, na hora que entender bota o preço da vontade deles e seremo obrigado a vendê. Adispois meu fio, o bom mermo, é servi a todo mundo. E todo mundo sabe que se tem o que vende. Se percura hoje e não encontra, se percura amenhã pela mesma forma, se perde a freguesia. E num confie em gente da cidade. É uns sabidão. [...] O céu é aqui, fio, o mio é aqui. Já apanhamo demais. Adispois, vamo todos

aprendê u'a coisa: num se deve diminuí o trabaio pur nada, praque bom mermo é trabaiaí. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 98).

Há, portanto, a presença de uma valorização da produção agrícola familiar, da experiência socialista de reforma agrária, da valorização do trabalho rural, em contraposição ao capitalismo excludente presente na zona urbana que empurra para o desemprego e para a decadência física, moral e humana. Foi o que ocorreu com o filho de Dona Mocinha, Júlio, e Procópio, filho de Albertina. O primeiro sai do interior, como fizeram muitos nordestinos, e vai para São Paulo perseguindo o desejo de conseguir um trabalho de carteira assinada que pudesse lhe garantir melhores condições de vida. Já o segundo, acabou chegando à capital, fugido da polícia, após fazer parte de um grupo de assaltantes de carro e ter levado um tiro na perna. Embora em circunstâncias diferentes, ambos tinham o mesmo ideal de conseguir trabalho, melhor remuneração, uma vez que fugiam do desemprego na zona rural e das péssimas condições de vida.

Glória (2014) relembra, do ponto de vista histórico, que entre as décadas de 1940 e 1960, a Bahia foi um dos estados nordestinos que emitiram trabalhadores para compor a mão de obra paulista⁶⁰. Nesse sentido, João Souza, autor também referenciado por ela, ressalta que muitos nordestinos que chegaram nessa capital eram originários do campo e tinham experiências apenas com o trabalho rural, assim, com pouca qualificação, eram cooptados por empregos temporários. O escritor retrata ainda as experiências de luta por moradias de migrantes em São Paulo, ressaltando que alguns se empregaram em metalúrgicas.

Júlio representa essa geração de nordestinos que migraram da Bahia para São Paulo também nas décadas seguintes, em busca de trabalho e que ao chegarem à capital se deparavam com empregos temporários ou até mesmo o desemprego proveniente da substituição do homem pela máquina, bem como com o preconceito racial e social ao interiorano. É evidente que não se pode sobreviver no campo sem emprego, como afirma Romeiro (2002). Para o autor, além do desemprego, a falta de qualidade de vida são fatores que expulsam o sujeito do campo. Afirma ainda que,

(...)nas cidades, a qualidade de vida da população favelada e subempregada pode ser, apesar de tudo, superior a do campo, onde o camponês, além do trabalho duro de sol a sol, tem que enfrentar sozinho a violência e cupidez da maioria dos grandes proprietários de terra, a falta de assistência médica, de escola para filhos, etc. (ROMEIRO, 2002, p. 127).

⁶⁰ A autora toma por base os dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2003).

Logo, foi em busca de melhores condições de vida que Júlio se dirige fervorosamente à capital paulista. Ao chegar, deslumbra-se com as “luzes, carros, ruídos, casas da altura das nuvens.” (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 101). No entanto, não encontra o principal, trabalho. Sua tia o encaminha para Ribeirão Preto, afirmando que somente lá encontraria casa, comida e trabalho pesado, outra decepção “tinham inventado uma máquina de cortar cana. Não fichavam mais ninguém. Ao contrário, dispensavam milhares de trabalhadores.” (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 101).

Com pouco dinheiro e com sede foi enxotado pelo dono do bar onde fora pedir água: “— É gente perigosa. Está olhando para vir roubar depois”. Assim, “concluiu angustiado: nem água de beber se acha nesse mundão de meu Deus. Ainda me chamaram de ladrão.” (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 102). Sendo assim, sem conseguir falar com Gaspar, caminhoneiro que sempre viajava à Bahia e com o qual acordou de que se houvesse necessidade o ligaria, restou-lhe a rua sofrida da grande capital e o sentimento de desilusão e abandono. Estava sujo, faminto e desiludido, há dias se virando com comida de lixo e sem com quem conversar, quando recebeu a ajuda de uma freira que o levou para o Albergue Noturno, onde conheceu Procópio, filho desaparecido de Albertina.

Nota-se, desse modo, uma possível intenção do escritor de evidenciar a fragilidade do nordestino ao chegar às grandes capitais brasileiras, onde sofriam todo o tipo de violência, desde a violência moral, física até a violência simbólica. Esses sujeitos eram brutalmente esmagados pelo sistema capitalista que lhes reservavam a fome, a miséria e a decadência. Muitos voltavam para as regiões de origem desmotivados e desesperançosos, considerando-se inaptos, incapazes e inúteis à sociedade e ao núcleo familiar.

Na narrativa, entretanto, Procópio tem esperança de voltar para a roça, reencontrar Albertina e os seus irmãos, pois traz em suas memórias as narrativas da matriarca sobre a fartura da fazenda dos avós, dos sacos de milho e de feijão, sonhava, assim, em ter também um pedaço de chão e uma vida mais calma, livrando-se daquele pesadelo e das noites assustadas pela possibilidade de ser preso e até assassinado a qualquer momento. Desse modo, o escritor evidencia o campo como espaço de reconstrução e renovação do homem e da mulher do campo, por meio do contato com a terra e o trabalho árduo, desconstruindo a visão de que a cidade poderia ser capaz de “salvar” o homem de sua condição de aniquilamento.

Além disso, mais uma vez, a temática da terra, ou seja, do “telurismo” euclidiano se faz presente nessa obra e está atrelada à luta e à ocupação violenta que se deu no universo baiano, muito semelhante ao que se mostrou no romance *Os magros*. Os pais de Albertina perderam a terra que fora adquirida por um fazendeiro a um preço muito baixo (o que era comum na região,

pois os grandes latifundiários obrigavam os pequenos proprietários a venderem as suas terras por valores baixos, ameaçando-os de morte), enquanto os pais de João também perderam um pedaço de terra que fora tomado à força por Seu Jerônimo. O trabalhador lamenta tristemente e rememora:

Recordava-se do dia em que foi passada a escritura. De como seu pai ficara aniquilado depois. Da choradeira. Do dia da muda: sua mãe arrumando os breguessos, chorando, pedindo paciência, e os agregados do senhor Jerônimo já com a bagagem dentro de casa como se empurrassem. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 107).

Do mesmo modo ocorre com Seu Custódio, esposo de Dona Mocinha, em *A Enxada*, cujas terras em Serra do Ramalho, próximas à divisa de Minas Gerais, foram tomadas violentamente, assim, rememora Dona Mocinha, ao contar o caso para Albertina:

[...] Pena que meu marido tenha necessidade de saí de lá adispois que assucedeu um assucedido com ele.

— Como assim?

— Nada de perigoso. Foi expurso da posse, com tudo que tinha dentro: da casa, roça, mangueiro, criação. Uns goiano chegaro lá dizem que a terra era deles. Foi aquele estrupício. Depois, por muito favor, boto nossa bagage num caminhão e deixô em Guanambi. Meu marido fico injuriado. Vortô lá e fez aquela lazeira cum o home que lhe deu u'a surra cum vergaio de boi. Tudo isso Custódio não qué que eu conte pra ninguém. Portanto, fica entre nós, que já somo amiga. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 64).

Essas passagens ficcionais, sem sombra de dúvida, representam o processo de luta pela posse da terra e ocupação no Sul da Bahia, deixando nítido o modo inescrupuloso e grotesco com que se davam essas apropriações pelos coronéis feudais e/ou latifundiários. Rocha (2008), ao analisar a literatura que ficcionaliza a saga do cacau na região grapiúna, interpretando algumas obras de Jorge Amado, Adonias Filho e poemas do cordelista Minelvino da Silva e do poeta Cyro de Mattos, argumenta que por meio de suas obras, emerge-se do regional para o universal, visto que

(...) a cobiça, o ódio, o amor, a força, a fragilidade, são atributos presentes na saga de ocupação do território e organização do espaço geográfico de diversas partes do mundo, como ocorreu desde a disputa por áreas de caça e pesca pelos primitivos habitantes deste planeta, até passar pela conquista da terra americana pelos europeus ou pela posse de áreas que contêm riquezas minerais, como é o caso do ouro e do petróleo. Não seria diferente com a ocupação e o desmatamento de áreas do Sul da Bahia para o cultivo do cacauero, ainda mais que era considerada a *árvore dos frutos de ouro* [...] (ROCHA, 2008, p. 162).

A *Enxada* se refere à onda de violência desse processo de ocupação (presente também nas obras anteriores aqui analisadas) que se inicia na segunda metade do século XIX e se estende ao longo do século XX, período em que se definiu a região cacauceira (ROCHA, 2008). Entretanto, o escritor explora não mais o auge dessa região, mas o seu empobrecimento e decadência com a chegada da vassoura de bruxa, praga que atingiu muitas propriedades, dizimando os pés de cacau, ao deformar os ramos e apodrecer os frutos. Para a geógrafa,

a cultura desse produto passou por fases de produtividade elevada, altos preços internacionais, mas também chegou ao fundo do poço, com crises cíclicas de baixa produtividade devido às intempéries climáticas, às pragas, como a podridão parda, culminando, no final da década de 1980, com a vassoura-de-bruxa. (ROCHA, 2008, p. 162).

Ainda consoante à pesquisadora, nesse período a região se viu de frente a mais uma crise que afetaria as lavouras de cacau, causada pela irregularidade e competitividade dos preços devido à enfermidade, o que ocasionou o desemprego de muitos trabalhadores rurais; imenso êxodo rural; degradação dos recursos naturais renováveis; desvalorização do patrimônio e empobrecimento da população regional.

Outrossim, devido a essa crise cujo auge se deu no final da década de 90, o endividamento dos cacauicultores cresceu de modo considerável, de forma que muitos deles entraram em desespero e buscaram vender as suas propriedades, antes que o prejuízo se tornasse maior; outros chegaram à falência, ao desespero e à morte. Rocha (2008) expõe que o sentimento dos cacauicultores e da população de modo geral foi traduzido de modo dramático nas palavras de um dos componentes da *lista da discussão do cacau*⁶¹:

Uma catástrofe com proporções inimagináveis [...] Este crime empurrou para o abismo do desespero e da miséria cacauicultores e mais de dois milhões de vidas humanas [...] Quando a lavoura é ferida, o povo sofre e chora suas dores. Antes do aparecimento da vassoura-de-bruxa, cidades como Itabuna, Camacan, Ilhéus e demais municípios que compõem a grande região cacauceira, viviam momentos de excessivo desenvolvimento [...] o comércio era pujante e o mercado de serviços prosperava, com geração de emprego e renda [...] A fonte secou com o terrorismo biológico da vassoura-de-bruxa e o pandemônio se instalou, trazendo consigo o sentimento de desencanto, desesperança e desespero. (ROCHA, 2008, p. 122).

⁶¹Lista de discussão acerca dos problemas relativos à região cacauceira, coordenada pelo professor da Unicamp, Doutor Gonçalo Guimarães Pereira, do Departamento de Genética e Evolução (Laboratório de Genômica e Expressão), em agosto de 2005 (cacau-1@listas.unicamp.br) (ROCHA, 2008).

O contexto de decadência socioeconômica desencadeador desses sentimentos negativos que envolveram os produtores de cacau na região, especialmente, os de Ipiaú e cidades circunvizinhas, salta da realidade para o espaço narrativo euclidiano. Ao representar tal aspecto, Euclides Neto se utiliza da personagem Sr. Manduca que, após ajudar Albertina, doando-lhe um pedaço de terra inutilizada, resolve vendê-la outra parte em que se encontrava a antiga Fazenda Sorte Bela, que pertencera aos avós da mulher.

O proprietário desmotivado com a crise que abalava a região e pelo desinteresse dos seus familiares, resolve vender toda a sua fazenda e como o novo proprietário não dera muito valor à parte em que Albertina morava com seus filhos, Sr. Manduca, de modo benévolo, resolve negociar com a mesma a venda das terras abandonadas por ele e desvalorizadas pelo novo comprador, aceitando em troca parte do gado, cabras, carneiros e porcos apartados. O homem justifica a sua decisão:

— Bem, isso é um caso particular. Meus filhos nem aqui botam os pés. Minha mulher também. Que fico fazendo com esse mundão de terra sem dar lucro? As fazendas de cacau, a vassoura de bruxa acabou. Procurei comprador e só achei a troco de carro usado, terreno ou casa na rua de Ipiaú, que vale menos ainda. O sol matou metade das roças. Fiquei pobre, pobre. Estou viajando de ônibus. A renda de tudo não paga as despesas. Já vendi o carro para enterrar nesses matos. Se for fazer as contas, a situação da senhora é melhor que a minha. Pelo menos, tem dinheiro, tem gado e criações. Estou reduzido a poucas reses e débito no banco. E nenhum dos meus filhos, quanto mais genros, querendo me ajudar. Ficam na rua jogando perna. Botei nos estudos, gastei um dinheirão, até que fizeram o ginásio. Agora, pensam que são doutores e andam atrás de emprego importante, sem saber fazer nada. Essa fazenda comprei pra eles, pensando que dariam pra alguma coisa. Terra hoje é pra quem tem coragem de botar a enxada no chão. Já estou ficando velho, no fim da vida. E os bancos todo dia me apertam. Quando comprei isso, fiz casa-sede boa, pensando que vinham morar aqui [...] (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 155-156).

Ao que parece, o fazendeiro acaba se vendo sem perspectivas, uma vez que não encontra apoio sequer de sua família para tentar tocar em frente a sua propriedade, além disso, fica profundamente desanimado, pois endividado com empréstimos bancários não consegue vislumbrar soluções para a plantação de cacau dizimada pela cruel doença e ainda castigada pelo clima, tampouco a possibilidade de desenvolver a atividade pecuarista como forma de driblar a crise da monocultura. Pode-se depreender desse excerto e também das outras narrativas euclidianas aqui estudadas, que o cacau foi um elemento gerador de muitas alegrias, como também de muito sofrimento.

Corrobora-se, então, a visão de Rocha (2008), que ao estudar o significado desse fruto/signo na percepção regional, afirma que o mesmo

(...) é vilão e é herói, é meio de vida e é meio de morte, traz o progresso e traz o retrocesso, traz a riqueza e traz a miséria. Sempre dual, bom e mau, alegre e triste, salvador e carrasco. Permeia a economia, a sociedade, a política, a literatura, a música, a pintura, a escultura. É um personagem vivo, presente em todos os momentos da vida dos habitantes da região, ricos e pobres; das cidades, grandes, médias ou pequenas; dos políticos, honestos ou corruptos; das preces, pedindo por uma colheita farta e por bons preços; das lavouras mecanizadas ou das buraras. O cacau, e tudo o que ele significa, é, inequivocamente, um *visgo* que está impregnado na pele, na alma e no cotidiano. (ROCHA, 2008, p. 237).

Paralelamente a essa reconstrução histórica de uma região que viveu crises cíclicas do considerado “fruto de ouro”, Euclides Neto rememora e representa ricamente outros aspectos que a ela se entrelaça. Sendo assim, reitera-se nessa análise os achados críticos de César (2003), ao considerar *Machombongo* como uma crônica da ditadura no campo e *A enxada e a mulher que venceu seu próprio destino* como uma fábula agrária, tendo em vista que se percebe claramente o desejo utópico do escritor em

(...) ver um dia, um mundo melhor no campo. Dir-se-ia que Euclides Neto gostaria de ser um provedor, encarregado de distribuir, com equanimidade, os benefícios do campo: a terra, o trabalho e o grão. Tal um fabulista, o Euclides Neto de *a Enxada* acredita na utopia possível e sabe que a fábula não tem compromisso com a verdade, como uma reportagem de jornal, nem com a verossimilhança, como o romance; porque a fábula é o jornalismo dos poetas e dos visionários. (CÉSAR, 2003, p. 58-59).

Mais ainda, o escritor que rememora o contexto histórico das lutas pela terra na Bahia e no Brasil, referenciando os movimentos sociais nascidos das Ações Populares na Bahia e no Brasil, das Ligas Camponesas que desembocaram na formação do MST – Movimento dos Sem Terra em seu *Machombongo*, como já citado nesta discussão, traz nesta obra da década de 90, a representação de um período marcado pela desigualdade social advinda do processo de industrialização, da exploração capitalista e desumana no meio rural.

Essa “fábula rural” caminha para a possibilidade de um fio de esperança, demonstrando uma vocação por parte do escritor, na luta por mudanças estruturais no país e na região sul-baiana, a fim de garantir à população camponesa a reconstrução de sua própria história, libertando-o de sua condição subalternizada e da anulação sociopolítica e cultural, com a

possibilidade de um Brasil de fato “democrático”, cuja reforma agrária se torne efetiva e sólida. Romeiro (2002) lembra bem que:

(...) desde a abolição da escravatura, o Brasil perdeu várias oportunidades de resolver sua questão agrária, garantindo amplo acesso à terra para a população rural. Infelizmente, as elites dominantes, tradicionalmente piratas e irresponsáveis, sempre conseguiram bloquear as tentativas de solução propostas por uma minoria lúcida e responsável, que percebia claramente as consequências a longo prazo da brutal concentração dos recursos fundiários nas mãos de uma ínfima minoria de proprietários “devoradores de terra e de gente”. Essas consequências são vividas hoje, de forma dramática, principalmente pelas populações das grandes regiões metropolitanas, sob a forma do caos urbano, num país de 80 milhões (2/3 da população) de desdentados, subnutridos e semianalfabetos. (ROMEIRO, 2002, p. 126).

Nesse sentido, embora os dados acima citados tenham sido registrados há algum tempo, observa-se que não estão ultrapassados, uma vez que mesmo com o processo de redemocratização da sociedade brasileira, na questão agrária, as conquistas ainda têm sido muito lentas e difíceis, pode-se considerar que Euclides Neto denuncia uma realidade de exclusão social ainda bastante presente no país.

Além disso, denuncia, de modo geral, em suas produções literárias, a institucionalização pelo governo das relações de poder entre trabalhadores rurais e proprietários de terra, questões muito evidentes na contemporaneidade, “haja vista as modernas relações empregatícias ainda pautadas na exploração, sujeição, subalternidade e miséria sócio-humana” (MATEUS, 2013, p. 40), possibilitando, desse modo, que outras histórias que perpassam a história oficial e por esta negada, sejam desveladas.

III - RELAÇÕES DE GÊNERO, CLASSE, RURALIDADE E PODER REPRESENTADAS EM OBRAS EUCLIDIANAS

*É o povo se organizando
Por direitos e igualdades
Com orgulho conquistando
Cada dia a liberdade
A luta é ter compromisso
Com o sonho de liberdade
Um projeto sustentado
Pelo interior e cidade*

(trecho da Música da Agricultura Familiar)

Esta última seção dá continuidade às discussões acerca das representações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais grapiúnas, fio condutor que amarra todos os capítulos desse estudo, no entanto, aqui se destaca o papel da mulher em sua relação social com o homem e outras mulheres da região cacauzeira sul-baiana. Nesse sentido, busca identificar nos textos ficcionais o jogo de representações que relevam traços significativos da mulher grapiúna, nas vivências da trabalhadora rural.

Além dos estudos de teoria voltados para a cultura e a representação social, dos aspectos da memória e da história já aprofundados nos capítulos anteriores, nesta seção, outros campos temáticos e teóricos relacionados aos estudos de gênero, classe, raça, ruralidade e poder, tomados pelo viés da interseccionalidade, são trabalhados de modo sistemático nas obras *Machombongo* (2014b) e *A enxada e a mulher que venceu seu próprio destino* (2014c).

Neste capítulo, busca-se entender, ainda, a relação que se estabelece entre essas categorias e a ruralidade, esta considerada, também, como uma categoria relevante para a promoção das desigualdades de gênero nos compósitos narrativos supramencionados. Desse modo, esses conceitos se constituem operadores teóricos que possibilitam um olhar mais aguçado e crítico para os textos quanto ao papel da mulher/homem trabalhador (a) rural na região cacauzeira sul-baiana.

Nos estudos acerca das questões de gênero, fica evidente a relevância de se pensar outras categorias que se amarram a elas, considerando que não se podem analisar as relações de gênero, apenas por esse único viés, tendo em vista que o estudo tornar-se-ia reduzido a uma forma essencialista de se enxergar o sujeito no contexto de suas relações socioculturais.

Nesse aspecto, as discussões acerca do papel da mulher e do homem trabalhador/trabalhadora rural possibilitam enxergar diversas formas sexuais de injustiça análogas e emaranhadas com outras formas, as quais dizem respeito às categorias raça, etnia e

religião (KERNER, 2012). Além disso, refere-se também às categorias de classe, poder e ruralidade, entendendo que todas essas formas de opressão não podem ser consideradas hierarquicamente, já que as mesmas se influenciam mutuamente (COLLINS, 2000).

Ainda nesse sentido, a sessão aborda a contribuição das discussões teóricas apontadas pelas feministas marxistas sobre o sistema patriarcal, considerando que o sistema sexo-gênero é tomado como construção sociocultural, assim como um aparato semiótico ou um sistema de representação e de autorrepresentação, nesse sentido, constrói significados acerca dos sujeitos dentro da sociedade.

Nas sociedades patriarcais marcadas pelo sexismo, o masculino é mais valorizado do que o feminino, desse modo, são firmadas relações desiguais de poder e de prestígio, o que provoca um processo de estereotipação, em que certos grupos culturais e sociais são vistos de modo simplificado e inferiorizado, como é o caso do homem e mais ainda da mulher trabalhadora rural na região cacaueteira sul-baiana.

Desse modo, nessa seção, por meio de uma análise teórico-crítica dos textos ficcionais, busca-se compreender se a literatura euclidiana funciona como um instrumento que reforça ou não os lugares estereotipados e assinalados ao gênero feminino na sociedade patriarcal grapiúna. Para tanto, apresenta um debate profícuo acerca de aspectos da ruralidade, concebendo-a como modo de vida, costumes, identidade de um determinado grupo, situado em um espaço e tempo singulares.

Essa parte da tese está escrita de modo a levar o leitor a entender as diversas representações da mulher trabalhadora rural nas obras euclidianas, em sua relação com seus pares e também com os administradores, fazendeiros, coronéis, pecuaristas, com os quais mantinham relações de poder assimétricas. Desse modo, considera-se que o gênero e a ruralidade são categorias que não podem e não devem, assim como as demais salientadas, ser estudadas de forma isolada.

Por fim, busca-se entender as concepções foucaultianas de poder e a análise do mesmo nos espaços rurais, a diversidade de relações opressoras, de resistência e agência, em que nem sempre existe a dominação masculina sobre a feminina de modo totalizante em tempos e espaços de ruralidade específicos, essas relações podem ser desconstruídas e rasuradas, de modo que a mulher passa a exercer um papel discursivo relevante e poder de resistência, como se verá discutido no tópico a seguir.

III.1 - Representações das mulheres trabalhadoras rurais em *Machombongo e A enxada e a mulher que venceu o seu próprio destino*: rasuras da subalternidade

É importante lembrar que as representações sociais, numa abordagem psicossociológica, voltam-se ao processo de construção do pensamento social. Nesse estudo, de modo interdisciplinar, esse conceito, bastante discutido na II seção, é utilizado como operador de análise das representações dos homens e mulheres trabalhadoras rurais na sociedade grapiúna, presentes nas obras euclidianas. Nesse sentido, busca-se estudar e compreender a concepção de mundo que os indivíduos ou grupos utilizam no seu cotidiano, integrando e relacionando esse sistema representacional ao contexto sócio-histórico circundante (JOVCHELOVITCH, 2003 *apud* BONFIM; MENDONÇA, 2015, p. 122-123), a partir da voz do autor sul-baiano.

Ainda nesse sentido, Jodelet (2001 *apud* BONFIM; MENDONÇA, 2015, p. 123) explica que as representações sociais são fenômenos complexos sempre acionados na vida social. “Nelas estão envolvidos elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, opiniões e imagens, formando uma totalidade significativa, responsável por nortear e organizar as condutas, as transformações e as comunicações sociais”.

Busca-se pensar essas representações, considerando, sobretudo, a interação entre as relações de poder e categorias como classe, gênero, raça e ruralidade em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais/institucionais. Assim, entende-se a partir da perspectiva teórica sobre interseccionalidade, que as formas sexuais de injustiça são análogas e também entrelaçadas com outras formas de injustiça, relacionadas à raça, etnia e religião (KERNER, 2012). Para a autora, “racismo e sexismo são fenômenos complexos e não estáticos que diferem de acordo com o contexto.” (KERNER, 2012, p. 49).

Crenshaw (2015) define a interseccionalidade como uma sensibilidade analítica, uma forma de pensar identidade e a sua relação com o poder. A seu ver, esse conceito tem sido o estandarte que tem feito inúmeras exigências pelo processo de inclusão, no entanto, um termo isolado não pode fazer mais do que as pessoas que têm o poder de exigir. Na perspectiva interseccional, os processos de exclusão social, vulnerabilidade e dominação-exploração por que passam as mulheres de cor refletem relações de racismo, sexismo, opressão de classes, dentre outras.

Essa visão também é corroborada por Collins (2000), segundo a qual, nas sociedades marcadas pelo racismo e sexismo, existe uma matriz de dominação que se caracteriza por opressões que se intersectam. Desse modo, um modelo de “soma” de opressões, comumente

acionado para afirmar que mulheres negras sofrem dupla ou tripla discriminação, é incapaz de compreender estas interconexões entre formas distintas de opressão que se sobrepõem e se influenciam mutuamente. É preciso entender que gênero, raça e classe social são sistemas distintos de opressão subjacentes a uma única estrutura de dominação. Além disso, argumenta que uma mera comparação entre sistemas de opressão é contraproducente, pois corre-se o risco de hierarquizar formas de opressão que são, em última análise, completamente imbricadas umas às outras (COLLINS, 2000).

Assim, tem-se que a interseccionalidade

é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Busca-se entender, a partir dessa perspectiva teórico-metodológica, como se dá o processo de dominação e opressão das mulheres trabalhadoras rurais na sociedade grapiúna, considerando esses fenômenos instáveis e complexos e a inter-relação com a categoria ruralidade. Corrobora-se, nesta análise, o pensamento do pesquisador Cristiano Rodrigues (2013), que, após estudo aprofundado sobre a recepção e a difusão do conceito de interseccionalidade no Brasil e sua influência sobre o pensamento feminista negro no país, entende que o mesmo estimula o pensamento complexo, evitando a produção de novos essencialismos, fornecendo um campo aberto de novas possibilidades de pesquisa.

Quanto às representações de gênero, é tomado o conceito pelo viés proposto pelas Ciências Sociais como já explicitado desde o registro inicial dessa tese. Nesse sentido, consideram-se as relações entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens, cujas relações sociais são construídas a partir das suas diferenças. Além disso, dependem do contexto histórico e de outras circunstâncias da vida social, em que o homem e a mulher vivenciam seus papéis, muitas vezes marcados pelas desigualdades.

Como já posto nessa discussão, entende-se que existe em cada cultura um sistema de gênero, simbólico ou de significações, que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais. Tomando por base as discussões de Lauretis (1994), entende-se que embora os significados possam variar de cultura para cultura, qualquer sistema de sexo-gênero está sempre relacionado a fatores políticos e econômicos de cada sociedade.

Entretanto, nas sociedades marcadas pelo sexismo, o masculino tem mais valor do que o feminino, estabelecendo uma relação desigual de poder e de prestígio, incorrendo-se quase sempre no estereótipo, entendido como fórmulas simplificadas pelas quais certos grupos culturais e sociais são descritos. Desse modo, a representação hegemônica da mulher está centrada nos interesses patriarcais, em que se recorre aos estereótipos, podendo a literatura, também, funcionar como um instrumento que reforça os lugares assinalados ao gênero feminino (CAMPOS, 2009).

A representação da mulher trabalhadora rural grapiúna, cuja identidade se funda em três eixos (mulher, trabalhadora, rural), acaba por ser uma identidade subordinada. Entretanto, é uma identidade que busca uma insubordinação, por meio de elementos de resistência, para que os estereótipos sejam desfeitos ou, ao menos, minimizados, sobretudo quando a própria trabalhadora rural rompe, através da prática política, com o sistema simbólico que compõe a sua imagem estereotipada (FARIAS, 2001).

Interessa repensar a categoria gênero, problematizando-a, uma vez que se deve levar em conta as especificidades biossociais no espaço da região cacauzeira sul-baiana e no tempo, nesse caso, no século XX, especificamente, na década de 1980 - 1990. Muitas das representações de gênero ficcionalizadas nas obras estudadas são forjadas com base nas diferenças sexuais que propõe uma distribuição desigual de poder, autoridade e prestígio entre os sujeitos sociais, de acordo com o sexo.

Desse modo,

(...) os sistemas sociais que fundamentam o poder que os homens exercem sobre as mulheres foram denominados ‘patriarcais’, ou seja, a ordem do pai, simbolizada pelo pênis, o aparelho genital que define, ao nascer, o status, as possibilidades que terá uma criança ao nascer. E isto sem levar em conta as potencialidades de cada uma, pois feminino, no patriarcado, é sinônimo de ‘inferior’. Afirmam e qualificam esta ‘diferença’ para justificar o controle e a dominação que os homens exercem sobre as mulheres ‘naturalmente’. (SWAIN, 2011, p. 2, grifos da autora).

Essa concepção de sociedade patriarcal, baseada na ideia de “diferença”, está inter-relacionada a um “referente”, uma vez que, conforme Swain (2011), é necessário um modelo para se comparar, diferenciando-se. Vê-se que o referente geral na sociedade patriarcal grapiúna é o homem, branco, heterossexual, de classe econômica superior, representado pelo coronel e administradores das roças de cacau e pecuária. No “Nordeste, em especial na Bahia, a grande maioria dos municípios permanece sujeita às estruturas oligárquicas do poder, prevalecendo ainda a lei do coronel.” (COSTA, 1998, p. 13). Estes são vistos como superiores e se servem

desse lugar de supremacia e poder, a fim de regular, domesticar, ordenar a conduta, o comportamento e impor limites às mulheres.

Na obra *Machombongo* (2014b), cujo enredo já foi citado no introito desta tese e será retomado didaticamente mais uma vez na página 184, pode-se evidenciar muito claramente o desenho de uma sociedade patriarcal em que o coronel Rogaciano, representante desse modelo de homem, branco, heterossexual e detentor de propriedades e poderes em vários âmbitos, exerce violência de gênero, como se percebe no excerto abaixo em que o coronel ouviu dizer que algumas moças militantes comunistas se infiltravam nas roças de cacau, passavam em residir em casas de família, misturando-se com as descaroçadeiras de cacau:

Ali! se uma puta dessa aparecesse! Taí... seria melhor. Se fosse nova e bonita, daria uma festa com uma rapaziada rufiã em cima dela. Assim, como se faz galinha gorda, botaria a moleca numa sala grande, chamaria vinte garrotes escolhidos a dedo, dos mais fortes, e soltaria ela nua no meio deles. Quem fosse mais forte poderia fazer o almoço! Ah! Se pegasse! (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 70).

A partir da citação acima, tem-se a impressão de que o coronel, ao se sentir ameaçado pela presença daquelas mulheres em suas propriedades, pensa em lançar mão da violência sexual, a fim de puní-las de modo o mais frio e violento possível, jogando-as no meio de uma roda, para que fossem estupradas por vários homens, a fim de pagar pela traição aos proprietários e fazendeiros da região. Fica subentendido que o homem toma a mulher como objeto, como alimento a ser digerido e que deve ser punida por tentar resistir ao poder do patrão. A violência de gênero, para o homem, era algo muito comum, tendo em vista que

O par de coisa gostosa era conseguir mulher difícil, cobiçada. Melhor, ainda, se fêmea de outro. Tomá-la. A muque, de preferência. Mas, alegria mesmo, de sentir-se umedecido como terra de brejo, da boca, ali estava. Aquilo, sim, deixava-o leve, transbordante, todo mundo em casa via no seu Rogaciano uma claridade azul em torno de sua cabeça. Brincava com as empregadas, bulia com as banhas traseiras do pé de fogão, puxava a primeira mulher que encontrava no corredor, lá para o quarto, e não escondia as florações dos ruídos. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 97).

Sendo assim, percebe-se no trecho literário, uma desigualdade social gritante entre o homem branco, detentor de poder, e as mulheres submissas, subalternizadas e inferiorizadas, sujeitos usados pelo coronel para satisfazer seus delírios e desejos inescrupulosos. Notam-se no decorrer da narrativa vários momentos em que a violência se faz muito presente nas relações

patriarcais vivenciadas pelo homem com outros homens e, sobretudo, com as mulheres, assim, infere-se que as relações de gênero estão interseccionadas às questões de classe.

Nesse ponto, importa retomar que, na visão de Marx, a classe social é uma força motriz da história, usada para explicar as desigualdades sociais no processo produtivo capitalista, o que gera a luta de classes. Nesse sentido, a classe social identifica o lugar do sujeito social a partir do processo produtivo, que envolve a força de trabalho e o capital, construído pelo referencial exclusivamente masculino.

Como já se sabe e vem se discutindo no decorrer desse estudo, as lutas de classe nas roças de cacau é uma temática bastante evidenciada nas obras euclidianas. Nesse sentido, pode-se afirmar, de acordo com as pesquisas realizadas por críticos voltados para a Literatura da Região do Cacau já citados aqui, que a denúncia do processo de exclusão social, das desigualdades sociais e das lutas de classe, é um traço marcante e presente em sua literatura do oprimido.

Seguindo com a análise da obra *Machombongo* (2014b), percebe-se mais uma vez a ação violenta do coronel, dessa vez, contra o pedido de um trabalhador rural para ter a sua carteira de trabalho assinada:

— Pedia que vosmecê assinasse minha carteira. Se puder... se não... é a mesma coisa.

A explosão do ódio do deputado não dava tempo de alguém correr. Não deu naquele dia. Primeiro ficou vermelho de fogo. Depois empalideceu na tapioca. Por fim... já a bofetada derrubava Zé da Noite do último degrau na quina do passeio da frente da casa.

Zacarias correu a pegar o homem. Ouviu o urro:

— Deixa... É esse.

O fazendeiro arrastava a montanha de gordura escada abaixo. E aos coices e pisadelas, tentava esmagar a cabeça do estufeiro. Este, já fora de si, estrebuchando, jofrando sangue, cabeça desgovernada. Cacheado correu do curral. Os vaqueiros também. Dois homens de confiança que estavam sentados na porta da avenida chegaram logo.

— Leva e dá fim. E agora.

A mulher de Zé da Noite já o encontrou sendo arrastado para longe. Os cinco filhos olhava aflitos. Os meninos, um de braço, outro na saia nada percebiam. Só fizeram chorar desconsolados. Os outros, sem choro, não entendiam direito o que faziam com o pai.

Zacarias pasmou. Os olhos tremiam. Os músculos do rosto em tétano. Jamais imaginara que alguém fosse capaz de tanta violência. Ficara impotente. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 173).

Esse trecho em destaque, retirado da “Tetralogia dos Excluídos” aqui analisada, mais uma vez reitera o que demonstra ser uma preocupação por parte do escritor em trazer à tona

uma crítica às relações violentas e de opressão que se davam nas terras cacaveiras num sistema capitalista excludente, aspecto que também já foi evidenciado nesse estudo. A reação do patrão, novamente muito violenta e cruel, demonstra a falta de respeito, a desumanidade do patrão ao assassinar o empregado pelo fato de ele solicitar que fossem assegurados os seus direitos como trabalhador rural em sua propriedade.

No que diz respeito à opressão feminina, para Costa (1998), a primeira tentativa de se tentar explicitar as causas da condição de opressão da mulher nas sociedades modernas, foi feita por Karl Marx e Frederic Engels, os quais se opõem a uma visão biologizante e naturalizada dessa condição de subalternidade. Para os filósofos, não é o fato de ser mulher que a coloca em posição de discriminação, mas o resultado de todo um processo histórico relacionado ao desenvolvimento das forças produtivas e como consequência deste, a própria evolução do núcleo familiar.

Ainda segundo Engels (1974), citado por Costa (1998), foi com a eclosão da pecuária e da agricultura e com a formação social de excedentes que se tornou possível o surgimento da propriedade privada. Nesse sentido, para o marxismo clássico, a opressão feminina surge da propriedade privada, em que cabe ao homem o papel de procurar alimentos, detendo os instrumentos de trabalho e o acúmulo de riquezas e à mulher, responsável pelo trabalho doméstico, sendo excluída dessa acumulação e relegada ao papel de instrumento de reprodução dentro da família.

Contudo, essa concepção marxista tem sido criticada pelas feministas, historiadores, sociólogos e também pelos estudiosos da perspectiva marxista de análise social por vários problemas que apresenta. No dizer de Costa (1998), uma das primeiras críticas é vincular o papel de subalternidade da mulher à questão da propriedade privada, uma vez que alguns antropólogos perceberam que mesmo em sociedades socialistas ou primitivas, em que não há uma estrutura classista baseada na propriedade privada, existem situações de dominação masculina e opressora.

Outra crítica se faz à afirmação de Engels sobre a existência de um matriarcado como sistema familiar universal e sempre anterior ao patriarcado, refutada por estudos etnográficos posteriores em comunidades primitivas, em que não encontraram nenhuma forma de matriarcado, com exceção da sociedade iroquesa que se aproxima desse sistema, no entanto, a mulher ainda não ocupa posição de liderança. Cita ainda a crítica feminista à divisão natural do trabalho apresentada por Marx e Engels, em que a divisão do trabalho no núcleo familiar se dá através do ato sexual e da procriação.

Nesse sentido, o trabalho doméstico é visto como “natural”, inerente à condição feminina e não como resultado das relações sociais de produção. Desse ponto de vista, enxerga a mulher apenas como vítima, assim como o proletariado, da divisão classista de trabalho, de modo que não diferencia a divisão sexual do trabalho, tampouco a definição sexual dos papéis, entendendo que a revolução socialista traria a liberação da mulher, ao se apoderar dos meios de produção.

Foi a partir dessas limitações e entendendo que a teoria marxista não explicava a totalidade das implicações referentes às questões feministas na sociedade moderna que as feministas socialistas propuseram pensar as brechas deixadas por Marx e Engels, explorando a questão da produção e da reprodução na perspectiva do modo de produção (COSTA, 1998). Considera-se aqui muito pertinente para se compreender as representações das mulheres na obra euclidiana, as contribuições das feministas socialistas que buscam pensar a subordinação da mulher, recuperando a teoria do patriarcado inserido em uma determinada estrutura econômica.

Na visão de Swain (2000), o patriarcado fundamenta o sistema sexo/gênero e está na engrenagem que produz o humano em seres sexuados, divididos em dois. A linha que divide esses seres está na reprodução que define a mulher de modo ambíguo, ao mesmo tempo exaltada e marcada na maternidade. Exaltada no sentido de dar à luz os seres humanos, contudo delimitada por esta função. Nesse sentido, a pesquisadora questiona em que ordem de evidências a procriação foi instituída como marco que separa os seres e os classifica de maneira hierarquizada. No seu entendimento, a história do Ocidente apaga a multiplicidade e a pluralidade do humano, por meio de uma “política de esquecimento”, uma vez que naturaliza as relações e funções atribuídas a mulheres e homens, recriando-as.

Desse modo, a divisão binária da sociedade tomando por base os sexos se torna “evidência” e a sua imposição não é questionada, enquanto valor distintivo, tendo em vista que é considerada natural. A autora discute a maternidade enquanto representação da “verdadeira mulher”, na qual cria um corpo feminino cujas funções biológicas se tornam um destino. A seu ver, a reprodução, enquanto traço biológico, adquire uma significação importante, que desenha o feminino na rede das significações sociais. Considera a reprodução como “um dos signos e uma das marcas que criam as mulheres e o feminino em um sistema de poder e de hierarquia, subordinando-as ao masculino.” (SWAIN, 2000, p. 50).

Mediante o exposto, observa-se que o gênero representa não um indivíduo em si, mas uma relação social; representa um indivíduo por meio de uma classe que, na visão de Marx, corroborada pela autora, é “um grupo de pessoas unidas por determinantes e interesses sociais – incluindo, especialmente, a ideologia – que não são nem livremente escolhidos nem

arbitrariamente determinados.” (LAURETIS, 1994, p. 211). A autora ainda argumenta que o gênero é (uma) representação, contudo, tem implicações concretas sociais e/ou subjetivas na vida material das pessoas. Afirma que a representação do gênero é a sua construção, e, nesse sentido, deixa claro que toda a arte e a cultura erudita ocidental são um registro da história dessa construção. Essa construção vem se realizando hoje no mesmo ritmo de tempos remotos, não somente em espaços mais comuns como na mídia, escolas, tribunais, dentre outros, como também, na academia, na comunidade intelectual, nas teorias radicais, no feminismo.

Assim, após essa breve discussão teórica sobre gênero e classe, propõe se pensar a ruralidade, considerando as pesquisas atuais realizadas na Europa. Importa destacar que esta pesquisa parte de um posicionamento ético-político, considerando a heterogeneidade e a diversidade, como também a peculiaridade do contexto local da região do cacau. De acordo com Gomes, Nogueira e Toneli (2016), os estudos sobre ruralidade partem do (re) conhecimento dos contextos rurais em suas especificidades, de modo a compreender como ali se produzem as condições e os modos de vida das mulheres. Num levantamento realizado pelas autoras a respeito do crescente interesse de publicações acadêmicas sobre ruralidade relacionada a gênero, verifica-se que a maioria das produções é dos últimos quatro anos, o que dá a dimensão da contemporaneidade do tema.

Desse modo, a ruralidade aqui é entendida em sua concepção formal, ou seja, referindo-se, sem qualquer distinção conceitual, à zona rural, ao modo de vida, aos costumes, à identidade de um grupo social que está localizado em um espaço e um contexto histórico específicos, entendendo-a como “uma sociabilidade que é pertinente ao mundo rural, com relações internas específicas e diversas do modo de viver urbano.” (KARAM, 2004, p. 306).

Já na visão de Durán (1998), a distinção entre os termos ruralidade e rural não constituem uma questão e, mais do que isso, deve ser mesmo ignorada, na medida em se investiga uma multiplicidade de aspectos socioculturais, econômicos e ecológicos. O autor argumenta que

es una palabra polisémica y no específica que sugiere una considerable diversidad de imágenes cuando es mencionada [...] Ruralidad es una construcción social contextualizada...

Como cualquier otra construcción social, la ruralidad tiene una naturaleza reflexiva; es decir, es el resultado de acciones (o está condicionada por ellas) de sujetos humanos que tienen la capacidad de interiorizar, debatir o reflexionar acerca de las circunstancias y requerimientos socioculturales que en cada situación espacio-temporal se les presentan. La naturaleza reflexiva de la ruralidad se manifiesta en su capacidad para adoptar los influjos de las acciones socioeconómicas endógenas o exógenas que interfieren sobre ella y para adaptarse a los efectos de esas acciones. (DURÁN, 1998, p. 76-77).

Dessa forma, propõe-se estudar a ruralidade como uma construção social, de natureza reflexiva e singular, compreendendo-a como um conceito que se intersecciona com as questões de gênero, classe e raça na sociedade cultural grapiúna representada nos textos narrativos de Euclides Neto. Nesse sentido, corrobora-se o que propõe Karam (2004), quando afirma que a ruralidade deve ser conhecida nos seus termos e não referida “à cidade, como sua periferia espacial precária, dela dependendo política, econômica e socialmente.” (WANDERLEY, 1998 *apud* KARAM, 2004, p. 307).

Na perspectiva de Karam (2004), a relação entre o rural e o urbano na contemporaneidade é tensionada a partir de uma concepção que considera o urbano como um *locus* privilegiado da realização do que é moderno e do que é o progresso, enquanto o rural é visto de modo negativo como *locus* do que é tradicional, do atrasado. Nessa mesma linha de raciocínio, Bell e Osti (2010) apontam que nos estudos rurais, por muito tempo, se pensou o rural como algo estável, considerado como um “reino” de laços tradicionais de família, comunidade, lugar e etnia, em contraste com os status alcançados pela vida urbana. Ainda assim, considerado um espaço com pouca mobilidade social, resistente à inovação, onde a população adotava tardiamente as mudanças ou era “retardatária”.

Sobre a ruralidade, Durán (1998), em seu estudo sobre velhas e novas imagens da ruralidade, aponta que, durante muito tempo, os estudos dominantes na Europa a percebiam como uma manifestação de uma sociedade sumida no atraso, com uma economia agrária de mera auto-subsistência. A ruralidade era percebida como a expressão de um mundo tradicional pré-industrial e culturalmente atrasado, o qual tinha que ser superado pela industrialização, modernização e urbanização de toda a sociedade. Do mesmo modo, a ruralidade, nas teorias clássicas desenvolvidas por Marx, Conte e Spencer era menosprezada, uma vez que era considerada como “el escenario de unas formas de vida y de producción incultas, arcaicas e ineficaces.” (DURÁN, 1998, p. 78).

Segundo o sociólogo espanhol, de modo bastante resumido, frente a essa imagem da ruralidade como um âmbito rural inculto, marginal e subdesenvolvido, dominante na Europa, nos Estados Unidos prevaleceram atitudes que defenderam a integridade das características da vida rural. Isso se deveu à grande extensão e fortaleza da sociedade rural daquele país, o que explicou as fortes raízes que nela experimentou o populismo no final do século XIX entre proprietários e trabalhadores agrícolas (IANNI, 1975 *apud* Durán, 1998, p. 79). Nesse sentido,

La retórica y la ideología de este populismo mostraban una pretensión de conservar las que se consideraban como saludables cualidades de la sociedad rural contra la debilitación que introducían en ella fuerzas sociales extrañas. Su finalidad era impedir la desintegración de las comunidades campesinas y el deterioro del modo tradicional de vida agrario, así como preservar una identidad rural autónoma (NEWBY; SEVILLA-GUZMÁN, 1983 *apud* DURÁN, 1998, p. 79).

As idealizações dessa ruralidade, característica do populismo agrário, eram manifestadas pelo enfoque do contínuo rural-urbano que esteve em vigor nos Estados Unidos até os anos 60 do século XX. Esse enfoque foi durante o tempo em que permaneceu em vigor o mais importante para as investigações feitas pela sociologia rural nesse período. Após a segunda guerra, esse pensamento teórico foi se tornando desacreditado pouco a pouco, posto definitivamente em entredito pelas investigações de Pahl (citado pelo autor), o qual conseguiu demonstrar que longe de existir um contínuo entre o rural e o urbano podem ser encontradas relações sociais de ambos tipos nas mesmas localidades. Nesse sentido, entende que a ruralidade se manifesta ou anseia se manifestar em espaços urbanos da mesma forma que se urbaniza socioculturalmente cada vez mais a sociedade rural.

Relacionadas às sociedades globalizadas de hoje, sua perspectiva de análise fundamentam as teorias de modernização, as quais também consideravam a ruralidade como um estado social e economicamente atrasado que era necessário superar, isto é, modernizar. Como se nota, as teorias de modernização assim como a teoria do contínuo rural-urbano também caíram no erro de identificar uns determinados traços sociais como um âmbito social específico. As dicotomias dessas teorias acabaram por dificultar a compreensão da dialética de mútua intercomunicação e interinfluência entre a ruralidade e o urbano manifestada em qualquer processo de mudança social rural.

Em contraste com a teoria do contínuo rural-urbano e as teorias da modernização que tinham uma visão dicotômica da mudança social, as perspectivas críticas da modernização concebiam um trânsito como um processo dialético, na qual se manifesta a inter-relação, a interinfluência e a interdependência da ruralidade e o urbano-industrial, assim como a posição assimétrica e subordinada da primeira com relação à segunda. Sendo assim, tais perspectivas seguiam considerando pejorativamente a ruralidade como símbolo do atraso e o inculto, conforme argumenta Loring (1992 *apud* DURÁN, 1998, p. 83).

Do ponto de vista de uma cronologia do pensamento sociológico sobre a ruralidade, Durán (1998) propõe que os enfoques supracitados tinham em comum, portanto, uma visão etnocêntrica, unilateral do processo histórico, o qual era concebido como um contínuo

progresso para com a sociedade urbano-industrial, cujo paradigma europeu ocidental era considerado uma culminação do processo civilizador. Essa ideia de progresso esteve presente em quase todos os clássicos do pensamento sociológico e de certo modo continuou legitimando a maioria dos desenvolvimentos teóricos posteriores da Sociologia rural.

Com a crescente globalização, esse ponto de vista se reverte, de modo que alguns urbanos tratam de encontrar na ruralidade âmbitos socioespaciais idôneos para a realização de sua identidade individual e coletiva em um mundo cada vez mais globalizado, imprevisível e incompreensível. Nesse sentido, fica claro que a ruralidade dá lugar às ruralidades, haja vista que alguns grupos ou indivíduos passam a concebê-la como construções sociais que tendem a simbolizar distintas alternativas a suas insatisfações e aspirações vitais. Assim, a ruralidade parece contribuir com a melhor adaptação funcional desses sujeitos que, de certo modo, encontram na ruralidade uma via de evasão, uma terapia ocasional para suportar melhor as tediosas rotinas de sua hiper-racionalizada e planejada cotidianidade urbana.

Dentre as contribuições teóricas relevantes para este foco do trabalho acerca da inter-relação entre gênero e ruralidade, destacam as ideias de Lya Bryant e Barbara Pini, para as quais os estudos rurais e as análises de significados da ruralidade em grande parte surgiram na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos com o contexto australiano. A seu ver, os estudos no campo das ciências sociais rurais evidenciam um crescente interesse em inclusão, pertença e alteridade no campo das ciências sociais rurais e apresentam estudos plurais acerca da temática, trazendo em seu livro *Gender and Rurality* (2011) vários artigos que discutem essas categorias, relacionando-as interseccionalmente às categorias indigeneidade, etnia, classe, heterossexualidade, deficiência e envelhecimento, os quais refletem as especificidades de cada contexto.

Em seu estudo, as feministas desfazem e examinam o gênero e a ruralidade usando dados obtidos predominantemente de mulheres e homens agricultores australianos para afirmar que “gênero e ruralidade não podem ser examinados isoladamente de outros locais sociais” (BRYANT; PINI, 2010, p. 1). Para essa análise, destacam o exame do poder nos espaços rurais e a diversidade e multiplicidade de opressões, resistência e agência, rejeitando alegações totalizantes sobre a dominação masculina e subordinação feminina.

Em vez disso, procuram compreender e desafiar como em tempos particulares e espaços específicos, as desigualdades são produzidas e contrastadas entre mulheres e homens e, ainda, entre grupos de mulheres e homens. Envolvem, desse modo, “a noção teórica feminista de interseccionalidade como um meio de conceituar e dar voz à heterogeneidade nas vidas de homens e mulheres rurais.” (BRYANT; PINI, 2010, p. 1).

Tomando por base a análise do texto ficcional mais uma vez, corrobora-se a teoria acima no que diz respeito ao exame do poder nos espaços rurais da região sul-baiana e a diversidade e multiplicidade de opressões numa relação interseccional. Em *Machombongo* (2014b), as personagens Dr. Quirino e Exupério, proprietários de fazendas, refletem acerca da possibilidade de uma revolução social nas terras do cacau, repensando os aspectos socioeconômicos que estão subjacentes às múltiplas formas de opressão:

Nossos governos amaciam a vida do trabalhador, distribuindo o cafuné das assistências, loterias ilusórias, salários enganadores e não há discurso no qual não se ponha a massa em ponto de destaque, dando-lhe a confortante sensação de que é respeitada, temida e considerada. Não, compadre, não teremos uma revolução sangrenta e radical. Haverá, sim, uma penca de revoluçõeszinhas, pequenas invasões toleradas, mais protestos, amortecendo o estouro, enquanto os controladores do poder demarcam as linhas até onde a rebelião poderá ir, abrindo o dreno.

— Mas a fome não é uma humilhação?

— De certo. A humilhação, contudo, que leva à luta é a que fere os brios do povo, da família, da moral constituída, dos seus preconceitos, enfim, o imo de sua alma. **A grande classe martirizada — os magros e sujos — vêm de uma tradição de humilhações e massacres: a escravatura negra, a submissão indígena, a consciência de que sempre havia um senhor dono das riquezas, das mulheres e até das glórias do céu.** Acomodamo-nos, sempre, ao pior. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 219, grifo da pesquisadora).

Como se percebe no excerto acima, e, em especial, no trecho em destaque, há uma contextualização socioeconômica e cultural acerca da problemática do trabalhador rural, evidenciando um controle exercido por um poder que emana da classe abastada sobre os subalternizados. Esse poder exercido pelo “dono das riquezas e até das glórias do céu” é um poder que controla, extermina e escraviza os negros, índios, mulheres e homens.

Nessa discussão acerca das relações de gênero e ruralidade, as pesquisadoras Bryant e Pini (2010), ao se comprometerem com uma pesquisa social emancipatória, conceituam o gênero como um processo social que é, portanto, relacional, dinâmico e sociopoliticamente específico, em oposição a sua visão como uma entidade fixa, estável e binária relacionada aos corpos biológicos de "homens" e "mulheres".

Quando se volta a atenção para o fato de que, cada vez mais, a literatura sobre “o que é rural” se torna complexa e multifacetada, levantando questões pertinentes, tal como se o rural realmente existe, para quem e como? Seria uma representação artificial nos dualismos populares, como já citado nesse estudo, uma simples oposição entre rural e urbano? O idílico *versus* o retrógrado? Assim, a partir dessas reflexões as autoras trazem a discussão de Paul Cloke (2006 *apud* BRYANT; PINI, 2010), o qual identifica três abordagens importantes

teóricas sobre o conceito de ruralidade, quais sejam, funcional; economia política; construção social.

De modo bastante resumido, a primeira abordagem enfatiza o uso da terra e pequenos povoados onde há uma forte relação entre construções e paisagens, bem como indivíduos possuidores de identidades coesas. Baseiam-se nas concepções teóricas clássicas da ruralidade que pressupõem que uma comunidade rural é uma comunidade agricultora e que as identidades das pessoas que vivem em lugares rurais são essencialmente homogêneas, especificamente, homens de classe média e brancos (PHILO, 1992 *apud* BRYANT; PINI, 2010). Quanto à segunda, enfatiza as diferentes relações de lugares dentro das nações e globalmente.

Alguns teóricos que discutem essa abordagem apontam que os economistas políticos interessados na ruralidade se concentram na estruturação da produção agrícola, na sua relação com o consumo e no seu impacto com as relações rurais; já outros pesquisadores dos estudos rurais, usando a Teoria Ator-Rede (TAR⁶²), traçaram as redes humanas e naturais envolvidas na produção, comercialização, vendas e consumo de alimentos. As perspectivas da TAR levaram a questionar sobre a focalidade em excesso na escala local, com os estudiosos começando a questionar o conceito de “rural”.

Em relação à terceira abordagem, o construcionismo social (CLOKE, 2006 *apud* BRYANT; PINI, 2010), foca nos significados negociados, contestados e vividos da ruralidade, particularmente nos significados idilizados e nas interconexões entre construções de ruralidade e natureza. A seu ver, a geógrafa Doreen Massey (1987,1984 *apud* BRYANT; PINI, 2010) tem estudos relevantes quanto às perspectivas construcionistas sociais na ruralidade, argumentando que os espaços estão sujeitos à dinâmica global sem perderem a particularidade do lugar.

Nesse sentido, esse tipo de abordagem fornece uma análise espacial que distingue e enfatiza a fluidez e o hibridismo de espaço e lugar, e suas relações com o tempo (MASSEY, 1994). Assim, ela argumenta que qualquer tentativa de definir lugar, “estabelecer fronteiras, assegurar a identidade dos lugares, pode, neste sentido, ser vista como tentativas de estabilizar o significado de envelopes particulares de espaço-tempo’.” (MASSEY 1994, p. 5 *apud* BRYANT; PINI, 2010, p. 5, grifos das autoras). Enfatiza que o espaço deve ser sempre pensado num tempo, contudo, o tempo não pode ser visto numa dimensão absoluta e considera, ainda, que os espaços são “relações sociais distendidas”. Traz, portanto, uma concepção mais ampla de espaço e da perspectiva construcionista social, vinculando o conceito de espaço ao de idílio rural que atribui significado a “lugar”.

⁶² Do original em inglês “Actor-Network Theory”.

Nesse tipo de abordagem, a ruralidade pode ser considerada como um conceito dinâmico, socialmente construído, que se refere ao idílio rural. As autoras identificam quatro temas-chaves a partir da literatura sobre o tema das construções socioculturais da ruralidade. Quanto ao primeiro, alguns autores argumentam que há algumas imagens, valores e noções ligados à ruralidade, os quais dizem da centralidade da natureza, coesão da humanidade, harmonia, segurança que se associam ao rural sugerindo que o campo seja um lugar “intocado pelas ásperas influências da vida urbana.” (HALFACREE, 1993 *apud* BRYANT; PINI, 2010, p. 6).

Também foi visto como um espaço socialmente construído como “retrógrado”, “maçante” e “tradicional”, na visão de Cruickshank (2009), Jentsch e Shucksmith (2004 *apud* BRYANT; PINI, 2010). Na concepção dessas autoras, baseadas em Bell (1997; 2000), Campbell e Kraack (1998), Horton (2008), Short (2006) e Woodward (1998; 2000), esses significados e emoções dominantes são associados à ruralidade e foram transmitidos por vários meios, dentre eles a ficção, a poesia, a arte, a música, propagandas, histórias infantis, filmes.

Uma segunda dimensão-chave do idílio rural se refere ao mesmo como algo que se está mudando, num contexto específico, embora algumas características como a beleza e a pureza se associem ainda à noção de ruralidade. Essas, conforme Bell (2006 *apud* BRYANT; PINI, 2010), não são estáticas, tampouco fixas. Nesse sentido, noções mais contemporâneas de ruralidade incluem discursos e práticas de preservação do campo para consumo, recreação, estilos de vida saudáveis e aventura, principalmente por habitantes de classe média (BOCOCK, 1993; DURUZ, 1999; LASH E URRY, 1994; MIELE, 2006; TONTS, 2005), dentre outros aspectos discutidos pela autora.

Um terceiro tema é que o idílio rural é um ponto crítico para que se defina quem está incluído e quem está excluído dos espaços rurais. Short (2006, p. 133 *apud* BRYANT; PINI, 2010, p. 6), argumenta que o idílio rural “somente adquire significado através da consciência e contradistinção entre um suposto ‘outro’ que não é idílico”. Os que se inserem nas (re)construções hegemônicas da ruralidade são os autênticos protagonistas da vida rural; os que não se encaixam são marginais, pois são vistos como omissos e ilegítimos.

Pini e outros (2010), nessa discussão, abordam a agricultura como marcador de inclusão e de exclusão nas comunidades rurais australianas. Ao examinarem as correlações entre agricultura e ruralidade, os pesquisadores observaram as formas como os educadores percebem de forma discriminatória como aqueles que são da agricultura e aqueles que não são. Há uma distinção entre os jovens cujas famílias estavam envolvidas na agricultura, descritos como crianças “do campo”, o que não ocorre com os jovens cujas famílias são envolvidas na

mineração. Assim, os educadores utilizam uma série de descritores emocionais, distinguindo os alunos, de modo que

(...) a agricultura e, portanto, "as crianças do campo" são trabalhadoras, presas a valores tradicionais, possuem bons modos e humildade. Enquanto as crianças "da mineração" são negativamente vistas como apáticas e abertamente apegadas a bens materiais e de consumo. Assim, a este respeito disso, alunos de origem agrícola são construídos como emblemáticos da noção do campo australiano idealizado, enquanto os estudantes provenientes da mineração são vistos como contrários a tais construções. (BRYANT; PINI, 2010, p. 7).

Nesse contexto rural, o qual apresenta aspectos bem específicos, há um processo de desigualdade e exclusão social que ocorre no interior da própria classe trabalhadora em contextos do interior australiano. Isso se dá devido à relação da ruralidade à agricultura e a construção do sujeito rural como sendo, essencialmente, um homem fazendeiro branco que cultiva produtos agrícolas tradicionais como ovelhas, carne e colheitas.

Após essa síntese acerca das concepções de ruralidade e gênero no âmbito das pesquisas das ciências sociais, pode-se depreender que, apesar da presença de uma visão dicotômica presente por muito tempo nas discussões dos estudos rurais, tem-se que "a modernidade continua a se surpreender com a manutenção, a permanência, da capacidade de transformação e de mudanças que ocorrem no mundo rural." (KAREM, 2004, p. 307).

Desse modo, entende-se a ruralidade como um construto social, a partir de uma perspectiva dinâmica e heterogênea, como já explicitado nessa discussão. Ademais, levando-se em consideração a abordagem construcionista social da ruralidade proposta por Bryant e Pini (2010) e resguardando as devidas diferenças de cultura, entende-se o espaço rural da região cacauera sul-baiana como um espaço em que os atores sociais estão sujeitos à dinâmica global sem perderem a particularidade do lugar.

Karem (2004) argumenta que uma nova perspectiva da emergência de uma nova ruralidade está em curso nas discussões nacionais e internacionais, no sentido de se repensar a importância, as especificidades e as particularidades do mundo rural. Assim, as reflexões na atualidade acabam exigindo que se reconheça o rural, tanto em suas relações com o urbano, quanto em suas relações internas e específicas. Wanderley (2000) afirma que a possibilidade de se discutir as novas ruralidades

(...) supõe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se

vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade). (WANDERLEY, 2000, p. 2 apud KAREM, 2004, p. 309).

Especificamente, na literatura de Euclides Neto, como já se vem discutindo nas seções anteriores desta tese, o espaço rural parece estar sempre disposto a marcar a construção social dos indivíduos nele inserido, uma vez que representa o modo de ser e de viver mediado por uma maneira específica de inserção nos processos sociais e históricos. Nesse sentido, o autor apresenta aspectos de ruralidade, na medida em que representa os trabalhadores e trabalhadoras rurais, modos de ser e viver, costumes, linguagem, em suas relações sociais marcadamente sexistas e patriarcais, em que a mulher trabalhadora rural, em muitos casos, não tem a chance de se ver culturalmente, posto que os sinais de sua experiência direta, que acabam entrando em conflito com a cultura masculina dominante, são negados e reprimidos.

Entende-se que o texto literário, por vezes, reproduz e reforça essas representações da ruralidade e gênero, o modo como cada sociedade entende o mundo, colaborando, assim, com a formação e reafirmação de hábitos e costumes incorporados, e que, por aprendizado, ao longo do tempo e das gerações, parecem “naturais”. Nesse sentido, a naturalização dos costumes influencia a representação das mulheres pelo olhar do autor, conforme o que vê e entende do sexo feminino e da cultura em que está inserido.

Sendo assim, o exercício de análise crítico-literária proposto, leva em consideração que as personagens escolhidas para este estudo desempenham papéis específicos para elas selecionados e representam diferentes tipos de mulher em suas relações sociais com homens e grupos, numa ruralidade peculiar. Busca, então, perceber como essa mulher foi desenhada, entendendo e repensando os sentidos construídos a partir de padrões culturais impostos pela sociedade androcêntrica grapiúna, a partir do olhar de um autor/homem, Euclides Neto, inserido em um contexto rural político-histórico-cultural-patriarcal na década de XX.

Tomando o gênero como relação de pertencimento a uma classe, a uma categoria, a um grupo, serão discutidas as representações da mulher/homem trabalhador (a) rural nas obras euclidianas. No entanto, Bryant e Pini (2010) afirmam o quão escassos ainda são os trabalhos acerca dos estudos de gênero em classe, ainda que evidenciem que a classe é um fenômeno de gênero. A seu ver, gênero e classe são intrinsecamente conectados em espaços rurais.

Apesar dos limites teóricos encontrados, este estudo aborda essas categorias na discussão do papel da mulher trabalhadora rural, analisando personagens femininas na narrativa euclidiana que buscam resistir ou mudar de posição social no espaço em que está inserida.

Assim, a classe se constitui um elemento que se cruza com o gênero “para abrir ou expandir os seus limites, oportunidades de resistência e mudança.” (BRYANT; PINI, 2010, p. 77).

Feitas essas considerações de abordagem teórica que serão expandidas e retomadas na análise das obras, faz-se necessário situar mais uma vez o leitor acerca da narrativa *Machombongo* (2014), um dos *corpus* desta análise. Como já se sabe, ambienta-se na cidade de Rio Novo, atual Ipiaú, também considerada terra natal do autor baiano. Ademais, trata de uma obra bem estruturada, constituída por cento e sete capítulos curtos e apresenta um apreciável testemunho de fatos vivenciados nas terras do cacau; expressão da sensibilidade de um autor que conheceu de perto a realidade social da região, aspectos de ruralidade de um meio sociocultural permeado por conflitos de interesses políticos, econômicos e culturais.

Na visão de Mattos (2014), Euclides Neto é um escritor fiel à problemática social de sua região, no entanto, não se prende a gratuidade de um certo esteticismo regionalista, uma vez que possui estilo vigoroso, impregnado de oralidade e de linguagem recriada, mostrando-se conhecedor da arte, da psicologia de sua gente e da condição de miséria vivida pelas populações abandonadas.

Em *Machombongo* (2014), Euclides Neto demonstra descrever, sob a perspectiva de várias personagens diferentes, representantes de tipos sociais inscritos nessa realidade singular, apresentando um painel amplo e plural. Coronéis, políticos, trabalhadores e trabalhadoras rurais, padres, freiras, homens, mulheres e crianças formam o quadro de personagens marcantes, caracterizados, detalhadamente, com seus anseios, angústias e delírios, além de explorar veementemente as tensões socioeconômicas e culturais, advindas das relações sociais que os envolve numa ruralidade singular.

O romance narra os conflitos que acontecem, em sua grande maioria, na Fazenda Ronco d'Água, na cidade de Rio Novo, de propriedade do coronel Rogaciano Costa Sobrinho, homem temido, viril, violento e assomado, cujo objetivo primordial era conquistar mulheres e obter mais propriedades rurais, e, com isso, o lucro, o prestígio social e vantagens. Conforme Pólvora (2014), crítico literário baiano,

(...) poucas vezes o ficcionismo brasileiro traçou retrato mais perfeito, mais acabado de um coronel, que já existia, com seus desmandos e prepotência, muito antes do golpe militar de 1964, mas que aproveitou o regime de força, durante os anos da longa ditadura, a ponto de se transformar em novo senhor feudal, com supostos poderes sobre o campo, a comarca, a vida dos habitantes. (PÓLVORA, 2014, p. 11-12).

Traçando os aspectos psicológicos, também físicos dessa personagem protagonista destituída de valores morais, o narrador desenha o perfil do fazendeiro de cacau, pecuarista e político, capaz de quaisquer atrocidades, para manter a sua posição econômica na esfera social, garantindo-lhe o poder de mando e desmando da vida daqueles que os cercavam. “O coronel Rogaciano é o retratado machombongo, macho atrabiliário, pai de réguas de filhos legitimados pela sorte e pelo destino, armado de treitas para incorporar novas conquistas de mulheres, terras ou confiscos de direitos.” (ARAÚJO, 2014, s/p).

Já no primeiro capítulo do livro, o leitor se depara com um relato cruel e perverso sobre o abuso de poder, em que a mulher fora usada como objeto de satisfação dos instintos animais masculinos do coronel Rogaciano. Nesse sentido, retoma-se que,

Desde cedo, as mulheres são consideradas mais emocionais que os homens, vulneráveis, delicadas, fracas e dependentes de outras pessoas que as rodeiam, enquanto os homens são estereotipados como sendo mais fortes que as mulheres, pouco sensíveis, capazes de agir mais facilmente em prol dos seus interesses e não dos interesses de terceiros, porém na sociedade patriarcal o comportamento da mulher era no sentido de satisfazer os interesses e vontades de terceiros. (OSÓRIO, 2016, p. 26).

As mulheres são vistas no meio rural como objetos de desejo disponíveis para satisfazerem os desejos do homem, nesse sentido, na relação sexual, o homem é aquele que domina e a mulher será sempre a submissa, a dominada. Nesse aspecto, o texto ficcional de Euclides Neto narra o abuso sexual sofrido por Agripina, que, ainda “meninota, verde pepino, as pernas mais feitas de ossos e tendões de quem muito andava e pouco tinha na lata de farinha: mais seca que enxuta” (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 18), foi utilizada como válvula de escape para satisfazer os desejos sexuais doentios do coronel e do seu gerente.

Disputavam a paternidade do filho de Agripina, como num jogo divertido para saber quem ganharia ou perdia, já antecipando as características físicas da criança. A narrativa memorialística conduz o leitor àquela noite horrenda em que o coronel havia encomendado mulheres, escolhidas a dedo, de diversos lugares, incluindo virgens para a festa que daria aos políticos vindos de Salvador, alguns deputados e o futuro governador da Bahia. A enxurrada naquela noite impossibilitou que as mulheres chegassem para o desespero de Agripina:

Ficava desmoralizado nos seus domínios, onde não caía uma folha de cacau sem sua ordem [...]. Com raiva, o político. Com ira e acesos os instintos de bicho ouvindo os trovões, sentindo o fartum do barro e os relâmpagos sangrando a escuridão. Agripina, fêmea. O boi guzerá, um dia, escapuliu do mangueiro e o que viu de primeira foi uma bezerra de leite. Por mais que a bichinha fugisse, pressentindo o desastre, resultou apanhada no apertado do

canto da cerca. O deputado passou a chave na porta da despensa. Nem grito se ouviu. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 18).

Agripina foi usada violentamente pelo coronel para satisfazer as suas necessidades insanas, o que caracteriza estupro. Na visão de Swain (2011, p. 3), “o estupro usa o sexo para afirmar o poder do masculino; o prazer do estupro, na verdade, é o controle e a dominação”. Ainda segundo a autora, o estupro tem se tornado quase uma instituição, pois é usado como arma de guerra, ocorre em todas as classes sociais e são banalizados, o que o torna quase “normal”.

Após o estupro, Rogaciano domina e manipula o corpo da menina e ainda se queixa, demonstrando asco e nojo diante daquele corpo gosmento e esquálido. Após tê-la usado, oferece-a ao seu gerente, Cacheado, que também se aproveita da situação. Assim, põe em evidência a sua virilidade e superioridade, uma vez que “a virilidade tem que ser validada pelos outros homens, em sua verdade de violência real ou potencial, e atestada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de ‘verdadeiros homens’” (BOURDIEU, 2007, 65, grifo do autor).

A narrativa caminha para um discurso de submissão por parte de Agripina que, durante a gravidez, tornou-se até bonitota⁶³, continuou frequentando a casa-sede como se nada houvesse ocorrido naquela noite escura e sombria. Não há menção por parte do narrador aos sentimentos da menina após o estupro, entretanto, destaca que ficara muda. Essa personagem representa a fragilidade, submissão e passividade de algumas mulheres que não questionam o estado de opressão e aniquilamento, por medo e subserviência aos senhores. Historicamente, tal postura reafirma o poder e a dominação brutal masculina, tornando-as invisibilizadas e sem voz no universo social.

Como se percebe, há uma representação social que identifica em grande parte o homem da região do sul da Bahia à autoridade, à superioridade e ao poder, dando origem à inferiorização das mulheres nesse imaginário patriarcal, sujeitando-as à violência doméstica e sexual. Sendo assim, “qualquer homem se acha no direito de se apropriar de uma ou várias mulheres, nas diferentes instituições ou ações que o possibilitam: casamento, prostituição, estupro.” (SWAIN, 2011, p. 3).

Já era prática de Rogaciano se apropriar de várias mulheres, aproveitando-se do seu prestígio social. De início, importava mulheres raras, a exemplo de uma gringa, depois passou a cobiçar as moças curraleiras⁶⁴, iniciando, assim, a sua vida amorosa:

⁶³ De acordo com o Dicionário Online Português, adj m (bonito+ote) V bonitinho. Fem: bonitota.

⁶⁴ De acordo com o *Dicionário das roças de cacau e arredores* (2013a, p. 52): “Vaca pé-duro. Por analogia, entende-se aqui, curraleira, como moças simples, de classe social baixa”.

Deu partida com a filha da lavadeira. Após, a empregada no armário de Bilu. Mais tarde, Carmosina. E Gracinha. Maria do Carmo. Maria Boa. Largava, quando via a prena cuspingo verde no antojo. Os meninos nascendo feito mosca-varejeira. Somente Helena resistiu aos presentes, oferecimentos e insistências das comadres de Rogaciano. Via nele um homem que poderia ser seu pai. Jamais um namorado, amante ou mesmo esposo. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 23).

Independente de classe social, raça, idade, o deputado via a mulher como objeto de satisfação dos seus desejos sexuais e instintos de macho. A imagem de mulher, como objeto de cobiça e prazer, está presente nas quatro personagens femininas, esposa e amantes do coronel: Helena, Anália, Gertrudes e Matilde. A primeira tentou de tudo para se livrar das “intenções do macho” que não se contentava em perder uma mulher sequer, “sentia até certo medo do homem, poderoso, decidindo a sorte de todos, amedrontando.” (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 23). Resistiu aos cortejos do coronel e a sua barganha, abrindo mão do emprego como secretária que ele lhe oferecera, no entanto, foi obrigada a aceitar, tendo em vista que o deputado franqueou crédito ao seu pai, no intuito de obter seu apoio na conquista da filha.

Ao completar quinze anos, Helena amadurece e passa a entender as verdadeiras intenções do seu patrão e, assim, desiste do emprego, contrariando aos seus pais. Por fim, nega o pedido de casamento feito por Rogaciano, pois estava grávida do namorado e pensou que aquela era uma forma que o patrão teria usado para cobrir o escorrego do funcionário. Porém, não houve jeito para Helena, uma vez que, embora estivesse grávida, e, mesmo tentando resistir aos mandos do coronel, foi obrigada a se casar com aquele que não admitia perder nenhuma batalha, nem abrir mão de ver atendido o seu apetite sexual e de obter a mulher como mais uma propriedade. Para ele, o par de coisa gostosa era conseguir mulher difícil, cobiçada e melhor ainda quando era fêmea de outro, tomada a muque de preferência (EUCLIDES NETO, 2014b). Assim, após um casamento cheio de pompas, estava “a noiva, beleza murcha e assustada com o futuro. Rogaciano ensopando toalhas no contentamento de mais uma vitória.” (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 25).

A segunda, Anália, era amante de Rogaciano, morava em Jequié, em uma casa montada por ele, era velha e tinha seis filhos. A terceira, Gertrudes, “a loura de carnes frescas e cheirosas” (NETO, 2014, p. 28), já morava em sua casa e estava grávida do terceiro filho. A quarta, Matildes, era casada com um cigano e, no seu primeiro contato com o deputado, chama a sua atenção, despertando interesse, principalmente por ter lhe negado vender uma cabeçada de prata que era do seu avô. A sua vontade de posse estava tão entranhada em seu ser que o deputado,

mesmo sabendo que a gajoninha era casada e que mulher de cigano não largava marido, e se largasse o dito matava (EUCLIDES NETO, 2014b), livrou-se do homem, que foi assassinado por Jonas Dedo Leve, seu positivo.

Matilde, viúva e com o irmão preso acusado de ter matado o filho de outro fazendeiro, se viu acuada. Assim como Helena, tentou resistir, mas também não teve êxito, pois o coronel lhe prometeu livrar seu irmão da cadeia, por meio de sua influência política e social. Assim,

[...] Matilde embrabeceu, chegou a zunhar o deputado com garras e dentes. Mas não suportou quando ele a pegou pelo braço, aticou-a sobre a cama e despejou os cento e lasca de banha sobre a formosura dela. Bem verdade que houve muito heroísmo. Nem as jumentas novas escoiceavam tanto, corriam tanto. Fora vencida que nem uma besta. E, como uma besta nova, aceitou o rufião, conformada.

Quando as outras duas mulheres voltaram com os meninos, encontraram mais uma de quarto montado e regalias de rapariga inaugurada. Uma delas, a Anália, pretendeu escandalizar. Não adiantava. O deputado a poria no olho da estrada com os filhos e tudo. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 40).

Essas relações clandestinas mantidas por Rogaciano, o qual se utilizava de mecanismos de poder, tais como influência socioeconômica e o uso da força, corroboram e representam a relação intrínseca entre a prática sexual e o uso do poder na zona rural. Na visão de Foucault (2005), um dos fatores que impulsionam a prática sexual clandestina é sua relação com o poder. Para o filósofo, o prazer e o poder não se anulam, pelo contrário, entrelaçam-se e relançam, por meio de mecanismos complexos e positivos de excitação e incitação.

O excerto acima evidencia também que o poder era exercido apenas pelo homem/macho, o qual mantinha as mulheres em posição de subalternidade. No contexto sociocultural da sociedade baiana, percebe-se que

Historicamente, em geral, as mulheres têm estado do outro lado do exercício do poder, do lado da condição de subalternidade. Não puderam decidir sobre suas vidas, não se construíram como sujeitos, não exerceram ou exercem o poder e não o acumulam, mas o reproduzem, não para elas mesmas, mas para aqueles que de fato o têm controlado sempre. (COSTA, 1998, p. 17).

A partir desse excerto, pode-se retomar o que propõem Bryant e Pini (2010) ao discutir um tema final nos estudos de construções sociais e culturais da ruralidade em relação ao gênero: a sua conexão íntima com as relações de poder e desigualdades. As autoras apresentam os estudos de Jo Little (1986; 1987; 1997), que, usando dados de questionários e entrevistas com mulheres das aldeias rurais inglesas, chamou a atenção ao gênero do idílio rural. Ela argumentou que a posição de subordinação das mulheres na sociedade rural está relacionada ao

fato de que traços constituintes do idílio rural, tais como a ênfase no lar e na comunidade, exercem forte pressão sobre as mulheres para restringi-las a um papel doméstico.

Desse modo, as relações de gênero representadas até o momento neste estudo são análogas à posição da mulher inglesa em suas posições sociais no âmbito do idílio rural, marcadamente sexistas e imbricadas, incontestavelmente, com as questões de classe, raça e ruralidade. Retornando-se à narrativa, percebe-se que as mulheres do padrão representam sujeitos sociais inferiorizados pela condição socioeconômica e de gênero, cujas funções se restringem ao lar. Dentre elas, apenas Helena tinha função no mercado de trabalho, não havendo menção sobre atividades profissionais exercidas pelas outras, as quais dependiam financeiramente do homem, sendo obrigadas a satisfazê-lo na cama, sendo submissas as suas ordens e desejos.

Helena, apesar de ter sido submetida ao casamento arranjado, principalmente, influenciada pelos pais e comadres do coronel, foi a primeira mulher de Rogaciano, casada civilmente e a única que não se submeteu a ficar com ele por interesse. Helena, contrapondo as outras representações sociais, traz a imagem de mulher, de certa forma, transgressora, tendo em vista que não aceitou, como as outras, a convivência com as diversas mulheres que ele possuía, pedindo o divórcio.

Evidencia, assim, a imagem de uma mulher forte e determinada pelo fato de romper com o processo de subordinação ao marido. No entanto, seu divórcio, do modo como aconteceu, mostra também que, num universo capitalista e machista, o homem, destituído de valores morais e éticos, pode levar mais vantagens que a mulher, essencialmente, quando recebe o apoio de outros no processo de sonegação de bens, como foi o caso do coronel, apoiado pelo advogado Dr. Esequiel.

A idealização de mulher, vinculada ao “ser mãe”, como algo maculado e santo, garantindo-lhe a possibilidade de descendência ao varão, está presente em *Machombongo* (2014), especialmente na passagem em que Matilde, a mulher cigana, entra em trabalho de parto. As outras mulheres de Rogaciano, embora não gostassem da cigana, naquele momento, considerado sagrado, mostravam-se preocupadas e ajudavam nas tarefas. Também as fazendeiras que moravam por perto, as mulheres dos agregados e do gerente, queriam contribuir de alguma forma:

Lá do quarto voavam gemidos da cigana, botando o tom fora. Mulheres entravam e saíam. Na cozinha, o capão pedrês, ouveiro pelado de gordo, fervia na panela de barro, chegando a hora de virar pirão de parida [...] Naquela hora, todas elas, sobretudo as mães de família, juntavam-se na assistência, irmanadas na dor de parir. Andava nos semblantes a quentura do nervosismo

e inquietação. Todas pretendiam ajudar, disputando mesmo o trabalho: esquentar água, tratar galinha, lavar roupa, transmitir ordens. Inclusive a mulher do gerente e dos agregados. Era a dor nivelando a humanidadezinha da redondeza. A notícia de que a hora da cigana chegara tropeçou em cada porta, deixando a sede friviano de gente. Até as fazendeiras vizinhas chegavam, esquecidas do mistério que cercava os pecados de Rogaciano, a casa falada dele, deslembadas das recomendações dos maridos que não as queriam ali onde tudo era falta de respeito. Tirava pedaço mulher casada ou moça frequentarem a fazenda Ronco D'Água [...] O parto era sagrado, purificava impurezas, abençoando a quem desse socorro, no culto de ajuda e assistência. O próprio deputado buscara uma Nossa Senhora do Parto de um correligionário de Tesouras. A Santa, na sua beatitude, testemunhava a fé do político na dúzia de velas, das grandes, tamanho de varas, que se derretiam aos pés da cama, bem na entrada do quarto, onde a alfazema noticiava parição de menino. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 46-47).

Depreende-se do excerto acima que a maternidade tinha um significado muito importante para as mulheres, a ponto de esquecerem as próprias diferenças e desavenças entre elas. Importa destacar nesse ponto a importância do parto nos contextos rurais, pois era tomado como um tipo de sabedoria que não se adquiria em escola, mas tratava-se de um saber adquirido por experiência como se vê no dizer de Carneiro (1945, *apud* JOAQUIM, 1985, p. 55):

Os foros de sabedoria nos transe do parto são obtidos, não em escola nem por ensinamento doutrem recebidos, mas pelo facto de terem gerado meia dúzia de cachopos e de haverem assistido aos partos de meia dúzia de vizinhas. O sangue-frio necessário para não se enternecerem com os gritos da parturiente, o jeito maternal para consolar e dar ânimo, a prática culinária dos caldos de galinha e das águas de unto [...].

Vê-se, ainda, que o parto era um ato de ajuda, de troca de serviços, assim, esse trabalho é definido simplesmente, como um cuidado que se dá a alguém, que se dá às outras mulheres, conforme sinaliza Joaquim (1985). De acordo com o texto literário, o parto da esposa cigana de Rogaciano foi feito pelo médico, no entanto, isto ocorreu devido à gravidade da situação, pois a gajoninha já rolava há dois dias, nas mãos das parteiras, sem dar a cria. Normalmente, nos contextos rurais, eram as parteiras, mulheres de fibra e jeitosas em trazer às crianças ao mundo, que aprendiam com a sua própria experiência a tomarem a atitude de ajudar umas as outras nesse processo considerado bastante solidário e íntimo entre as mesmas.

Além disso, o parto está vinculado à religiosidade, uma vez que significa purificação dos pecados, até mesmo os cometidos pelo coronel, que mantinha uma casa com três mulheres e que “moça comia com farinha toda semana.” (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 56). Corroborava assim a imagem de que a mulher, por meio da maternidade, tem como único destino responder ao masculino, dando-lhe uma descendência, subordinando-se aos seus desejos e perpetuando a

raça. Rogaciano clareava o riso, mastigando a felicidade, pois nascera um menino, mestiço como o pai, carona larga, empapuçado, sem nariz, sem boca, roxo no esforço, na gordura do pai.

Em oposição à representação das mulheres como inferiorizadas, submissas, obedientes, maternais e reprodutoras, a obra traz ainda a personagem Clotilde, mulher livre, vinda do Rio de Janeiro para ajudar o marido, Josué, em seus negócios com o Dr. Esequiel. Mulher elegante, apumada em um vestido decotado de leve seda, usava piteira longa de marfim e ouro, talvez desquitada, frequentadora de salões e teatros, com hábitos culturais diferentes das do lugar. Dona Carmélia, esposa de Dr. Esequiel, advogado e parceiro nos negócios escusos de Rogaciano, a observava em seus mínimos detalhes, percebendo que era mais velha que Josué, menino que era simples e depois de receber a herança de um rico fazendeiro, com a ajuda do advogado, passa a fazer parte da sociedade rionovense, envolvendo-se em contrabando de drogas, por achar que esse trabalho era mais lucrativo e de retorno mais fácil do que esperar o lucro da produção de cacau nas fazendas.

Clotilde traz a imagem da mulher culta, evoluída, feminista, independente, contrariando a postura machista imposta pela cultura do lugar: “Vamos, também, para o salão. Já vi que os homens no interior conversam em um canto e as mulheres separadas. Vamos acabar com este hábito machista. Essa discriminação de assuntos.” (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 92). A personagem transgredir os estigmas da mulher na sociedade patriarcal, tais como submissão, recato, fragilidade. No entanto, traz também a imagem da mulher branca que oprime a mulher trabalhadora, em condições de subalternidade:

A mesa posta já denunciava bom gosto, outras terras e hábitos. Com a bagagem do legatário, vieram os cristais, as toalhas rendadas e o vinho francês. Copeira meio dura de juntas trajava a rigor de novela e sem muita convicção do que desempenhava, servindo antes da hora, tendo, sempre ao lado, a patroa regulando detalhes.

— Pensei em trazer criados do Rio — o meu falava até francês — mas essa gente de lá talvez não se adaptasse aqui. Estou tentando ensinar essa... bugre. Tirei da roça, é jeitosa, corpinho-bem-feito, até bonitinha. Mas burra... burra de doer [...].

— Ó, Zeferina, (olha o nome!), traz o contrô... aquele da garrafa chata, quadrada.

— Ótimo...

— Horrível ter de ensinar tudo assim... E com as visitas.

— Minha filha, você não conhece esse cá de fora. Terra de índios. Vá se ambientando. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 92).

O trecho destacado acima apresenta as desigualdades de classe e relação de opressão entre a mulher branca, de classe alta, em posição de superioridade e privilégio, e a trabalhadora,

em condição de submissão e aniquilamento social, além de revelar uma situação de inferiorização do meio rural, do interior, através da postura da mulher urbana ao considerar o interior como um *locus* de atraso e do tradicional (KARAM, 2004). Além disso, traz a imagem da mulher trabalhadora como ingênua, de inteligência limitada e dócil. Zeferina, que não se identificava com aquela função, distante do seu universo cultural, assim como as demais trabalhadoras rurais são vistas pelas mulheres da zona urbana como burras, destituídas de capacidade intelectual.

Carmélia se refere a Rio Novo, como terra de índios, deixando implícita em sua fala, a noção estereotipada de que o interior e a zona rural são lugares de atraso, de subdesenvolvimento sociocultural e econômico, formada pela comunidade indígena, considerada sem cultura, uma raça menor.

A questão da mulher negra também está presente no texto literário através de duas personagens: Possidônia e Margarida. A primeira era cozinheira na casa do coronel há vinte anos, gostava de bisbilhotar tudo e, em especial, Deoclécia, trabalhadora rural que se empregara com o seu marido, Zacarias, na fazenda, exercendo a função de lavadeira. Nos poucos momentos que aparece na narrativa está sempre observando Deoclécia e o interesse de Rogaciano, que andava interrogando a trabalhadora, buscando saber de onde veio, onde conheceu Zacarias, se sabia ler, pois suspeitava que a mesma podia ser uma comunista infiltrada em sua fazenda para convencer os trabalhadores rurais dos seus direitos.

Possidônia, que conhecia bem seu patrão e sabia do seu enrabichamento por todo tipo de mulher, conjecturava se havia algum envolvimento dela com o patrão e o que levaria o homem a se interessar por uma mulher feiosa, magrela, cabelão lá na cova dos quartos, amarela, chupada de rosto.

Foi numa dessas suas análises que a cozinheira traz em suas memórias a história da negra Margarida. Mais uma vez, a narrativa traz a imagem estereotipada da mulher submissa, desejada como objeto sexual, presente no universo patriarcal:

Não viu quando se embrechou com a negra Margarida? Preta tífute de beijo-vermelho-flor-de-mandacaru, cabelo de casa de cupim, olho branco de boi morrendo, negrona do tamanho dele mesmo. A moleca veio nova pra me ajudar na limpa da cozinha... Nova, novinha, menina coçando os peitos. Tomava banho nua no fundo da chácara, na bacia do ronco d'água. Disse a ela: — Tu não toma banho nua que, um dia, teu patrão te pega a purso. Dito e certo. Lembro como hoje... Nega quente... deu lua antes do tempo. Parece que andava alvoroçada, gritando, cantando, pulando das goiabeiras, mastigando malagueta madura, olhando os bichos cruzando, qui... qui... Cacá... cá, pois, naquele dia de tarde, ela tava dentro d'água e saiu correndo na chácara. Bem verdade que ninguém via, lusco-fusco, truvando. Só se tinha algum moleque

ousado espiando das moitas. Moleque coisa nenhuma, era o próprio deputado Rogaciano que chegava de Salvador e deixara as famílias dele em Esplanada. A nega berrava, corria, disparava, caía n'água no sem-modo. O homem desceu as escadas, entrou na chácara e daí a pouco não se ouvia mais grito nem canto nem pancada na corrente. Quando ela voltou tava murcha, desconfiada, olhar de franga abaixada... Tu viu, corna, vai levantar o rabo pra homem... vai. Achou pouco... Não era isso que tu queria? Agora tu quieta o fogo. A negra cresceu como pé de banana, ficou roliça, bonitota e o deputado fez roça em cima dela. E um filho, Macário, aquele escuro, cabelo de arapuá, beijoleta, que anda no meio dos outros como filho das mulheres de hoje. Nada disso. Quem pariu ele foi a negra Margarida, que depois foi ser rapariga na Distampina e de lá sumiu. Nunca mais se teve notícia. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 190-191).

O olhar de Possidônia, que também era negra, traz à tona o preconceito racial enraizado na sociedade brasileira, não só dos brancos aos negros, mas pelos próprios negros com os seus pares, perpetuando as representações sociais da mulher, como ser inferior, menos inteligente, sujeita à dominação. A caracterização que faz de Margarida é baseada em traços fenotípicos e estereotipados da raça negra, numa visão biológica da mulher: “preta tífute de beijo-vermelho-flor-de-mandacaru, cabelo de casa de cupim, olho branco de boi morrendo, negrona do tamanho dele mesmo.” (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 191-192).

Para a cozinheira, assim como Deoclécia, Margarida era feia e não deveria chamar a atenção do coronel, nesse sentido, seu conceito de beleza, baseia-se em traços fenotípicos, os quais diferenciam e hierarquizam os indivíduos pela cor da pele e pelas características físicas que destoam do belo e do admirável impingido à raça branca.

Na visão da cozinheira, a menina mesmo tão nova e imatura, foi usada por merecimento, pois era uma negra assanhada, estúpida e não se dava o respeito. É muito comum numa sociedade machista, atribuir a prática da violência à própria mulher, provocada pelo corpo exposto e sensualidade aguçada. Destaca-se que as desigualdades raciais se relacionam ao processo de escravidão e à colonização por que passou o povo brasileiro, mostrando que a subordinação da mulher nessa situação se dá triplamente por ser mulher, negra e trabalhadora.

O fragmento destacado anteriormente está atrelado a uma visão da categoria raça, produzida no século XIX. De acordo com Schucman (2012), as características estão ligadas ao fenótipo dos indivíduos que são hierarquizados com o auxílio de uma noção biológico-científica, inscrita naquele século. De modo geral, a narrativa *Machombongo*, como já se percebe nos excertos analisados, está atrelada a esta visão, uma vez que a sociedade cacauzeira sul baiana do século XX, hierarquizou os sujeitos nela inseridos, tomando por base as características biológicas dos indivíduos.

Essa visão, aparentemente preconceituosa e racista, está presente também no discurso do coronel Rogaciano, ao descobrir que seu filho Macário, que esteve com a negra Margarida, havia traído a sua confiança, mantendo relações íntimas com uma de suas mulheres, a loura chamada Gertrudes:

– **Raça infeliz!** (mordera os lábios). Se pego uma infelicidade dessa... olha que separei os quartos dessas pestes. Quando começaram a mijar espumado, botei os três lá no fundo... mais perto das empregadas... A mulher, pode-se dizer, criou o menino como filho... Sangue excomungado. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 182, grifo da pesquisadora).

Além dessa visão racista do coronel de entender a raça como uma “raça infeliz”, e, pode-se inferir, ruim, imprestável, indecente, na descrição dos filhos do coronel, que tinha vários na casa dos vinte, o narrador enfatiza as características fenotípicas de Macário: “[...] e aquele mulato, redondo, cabelo de facho de jacarandá apagado, truncado como um búfalo, e que não passara do primário apesar dos dezoito anos.” (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 183). Por meio dessa descrição, nota-se ainda que aquele filho “mulato” era o único que destoava do grupo étnico que pertencia os outros filhos, por ter puxado a sua mãe Margarida que era a única mulher negra que o coronel tinha.

Segundo Munanga (2004), no imaginário do racista, a raça tem sentido sociológico, não se limitando aos aspectos físicos, posto que a entende como um grupo social com traços culturais, religiosos, linguísticos, sociais, dentre outros, naturalmente inferiores ao grupo do qual ele se sente pertencer, ainda que costumeiramente o racismo recorra a caracteres biológicos como justificativa para determinados comportamentos.

Desse modo, é da relação intrínseca entre caracteres biológicos e qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais que se estabelece a hierarquização das ditas raças superiores e inferiores. Entretanto, Munanga (2004) esclarece que o racismo praticado pelas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, uma vez que se reformula nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, ainda assim não se destruindo a relação hierarquizada entre culturas diferentes.

Aliás, muitos cientistas sociais preferem utilizar o termo “etnia” em detrimento do termo “raça”, em virtude de este estar historicamente atrelado ao determinismo biológico e utilizado como justificativa para dividir os grupos sociais em raças superiores e inferiores nas relações de poder. Entretanto, Munanga (2004) assevera que o novo termo apenas serve para agradar tanto os racistas quanto aos antirracistas, posto que o esquema ideológico de dominação e

exclusão segue sendo o mesmo, haja vista que os conceitos são ideologicamente manipulados e direcionados de acordo com os interesses dos mesmos.

Retomando a análise da obra euclidiana, a narrativa não deixa claro o paradeiro de Macário, sabe-se apenas que foi obrigado a contar a verdade ao pai, sendo ameaçado com uma pistola 45 em seu pescoço, infere-se que tenha sido assassinado. Já Gertrudes, sua madrasta, fora condenada estupidamente a uma surra violenta, em que foi selada e apanhou como um burro brabo: “– Quieta, mula cavaleira! Guenta! Melhor sela que um tiro no rabo. Selada, o deputado amarrou as esporas no pé e montou na estranha besta que arreou no chão, esmagada, grunhindo e gemendo.” (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 185).

Além da descrição fenotípica de Macário destacada acima, a expressão “Briga de branco” usada por Cacheado, ao pensar se contaria ou não sobre a relação que Macário mantinha com Gertrudes, deixa bastante evidente como a questão da cor atrelada à classe impunha certos comportamentos e atitudes separatistas naquela sociedade. Cacheado, que era braço direito do coronel, administrador da fazenda, optou por não contar o acontecido, uma vez que para ele “O diabo que ia dizer aquilo ao patrão! Depois a responsabilidade cairia nos seus braços. Não... resolvessem o negócio deles lá mesmo. **Briga de branco**”. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 184, grifo da pesquisadora).

Portanto, observa-se na narrativa a presença de uma certa concepção de raça que parece classificar, excluir e segregar os sujeitos a partir de suas características biológicas como propõem os naturalistas. Munanga (2004), ao fazer uma abordagem histórica acerca do conceito raça, argumenta ainda que se os naturalistas dos séculos XVIII e XIX tivessem elaborado trabalhos voltados apenas à classificação dos grupos humanos em função dessas características físicas, talvez, não tivessem causado problemas maiores à humanidade.

Conforme a sua visão,

Infelizmente, desde o início, eles se deram o direito de hierarquizar, isto é, de estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças. E o fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Assim, os indivíduos da raça “branca” foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc, que, segundo pensavam, os tornavam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos etc. e, conseqüentemente, mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra, a mais escura de todas, considerada, por isso, como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e, portanto, a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação. (MUNANGA, 2004, p. 21-22).

Desse modo, os trabalhadores e trabalhadoras rurais da região cacauceira sul-baiana, por possuírem características físicas atreladas à raça negra, eram tidos como sujeitos física e moralmente menores. Assim, o discurso do coronel serve para justificar e legitimar o seu papel enquanto sujeito dominador, uma vez que pertence a uma raça “branca”, tida como superior. No entanto, é importante enfatizar que nos dias atuais, o conceito de raça não pode ser considerado apenas como algo que se vincula ao biológico como proposto na visão naturalista, uma vez que esse conceito, como vem sendo empregado hoje, não tem nada de biológico e fixo, mas é carregado de ideologia e, assim, como todas as ideologias, esconde as relações de poder e de dominação (MUNANGA, 2004).

Na visão do antropólogo (2004, p. 22), a raça enquanto categoria biológica, ou seja, natural, é uma categoria etnossemântica. Por outro lado, “o campo semântico do conceito raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam” (MUNANGA, 2004, p.22). Desse modo, as palavras “negro”, “branco” e “mestiço” não têm significados semelhantes em diversos países. A seu ver, então, o conteúdo dessas palavras além de etnossemântico, é também político-ideológico e não meramente biológico.

Corroborando a visão do antropólogo, é que se entende que as representações até aqui discutidas remontam a lugares sociais distintos ocupados por essas personagens nas suas relações de gênero, classe, raça e ruralidade, vinculadas às relações de poder, exercido, em grande parte, pelo coronel Rogaciano e seu gerente. De modo geral, as mulheres são submetidas ao autoritarismo e ao poder do masculino, no entanto, cabe destacar que, em se tratando da mulher negra, a opressão e a imagem negativa se dão de maneira mais contundente, não lhe cabendo sequer a possibilidade de pertencer ao núcleo familiar, a exemplo da personagem Margarida, que após ter dado à luz mais um herdeiro do coronel, foi ser rapariga na Distampina.

Por esse aspecto social, as imagens de mãe e prostituta são o binômio constitutivo da representação social das mulheres: mãe e esposa representam o sexo domesticado, moralidade, espaço privado, família, reprodução do social, conforme Swain (2000). Já a prostituta remonta à mulher pública, liberação do vício e da lascívia latentes no feminino. Assim, vê-se em Margarida a visão negativa da mulher negra, dada às imoralidades e impureza de seu sexo, uma vez que após ser mãe, não se tornou esposa, mas prostituta. No imaginário hegemônico, as significações atribuídas ao feminino conferem um sentido único de “mulher-mãe”, da qual a maternidade revela sua própria razão de ser, no entanto, fora da maternidade, o caminho que se dá é do negativo, do vício, da sedução (SWAIN, 2000).

Ao que parece, Euclides Neto apresenta em *Machombongo* (2014b) outras personagens mulheres trabalhadoras rurais, cheias de fibra e determinação, a exemplo de Deoclécia e Rosilda. A primeira, como já citado, chega à fazenda e passa a trabalhar como lavadeira na casa do coronel Rogaciano. Inicialmente, a representação social de Deoclécia está atrelada aos estereótipos impingidos à mulher trabalhadora rural numa visão conservadora da ruralidade: subordinada, inculta, inferior ao homem, destinada aos trabalhos mais leves, ocupando espaço restrito ao âmbito privado, “da casa”, a esfera doméstica.

Conforme Arán (2003), numa sociedade patriarcal, às mulheres cabia a responsabilidade das tarefas domésticas e o trabalho de cuidar dos outros, especialmente, dos filhos, dos idosos e doentes, já os homens eram os provedores, cabendo-lhes a vida pública, isto é, os espaços de atuação na vida econômica e política da sociedade. Assim, restava à mulher o espaço privado, no âmbito do lar, as atividades domésticas, em prol do bem familiar.

Essa visão de sociedade patriarcal é reforçada por Garcia (2002), para quem a construção de relações de gênero nos espaços rurais (de assentamento e acampamento) parte da tradicional divisão sexual das tarefas legitimadas na nossa sociedade. A mulher é relegada à esfera privada e reprodutiva e às atividades assistenciais vinculadas à coordenação do cuidado das crianças, saúde e educação. Já o homem é destinado ao espaço público, às tarefas que exijam força física e às atividades agrícolas e pecuaristas.

Denota-se a partir desses excertos que o pensamento patriarcal determina o modelo de feminilidade e de masculinidade adequado e vincula a ele um modelo de família e sexualidade, funcionais à organização da divisão sexual do trabalho no marco da divisão entre produção e reprodução, estruturada pelo trabalho doméstico e de cuidados na família, e pela separação e hierarquização de trabalho de homens e trabalho de mulheres.

Na visão de Kergoat (2009), a divisão sexual é uma questão de separação e hierarquização, uma vez que separa funções que somente devem ser realizadas por homens e funções que só podem ser desempenhadas por mulher. Além disso, a mulher é imposta a assumir uma condição de inferiorização frente ao homem. No contexto sócio-histórico e cultural em que a obra está inserida,

(...) as construções do modo de produção são evidenciadas na divisão do trabalho entre aqueles que se apropriam e controlam os meios de produção, entre as diversas famílias, entre a distribuição quantitativa e qualitativa do trabalho e dos produtos, e, na divisão do trabalho entre os sexos. (ALVES et al, 2012, p. 4216-4217).

Essa divisão sexual de tarefas aparece nitidamente no texto ficcional quando Zé Cacheado, o administrador da fazenda e braço direito do coronel, distribui as funções que serão desempenhadas por Deoclécia e Zacarias, ao contratá-los como empregados:

- Você pega o burro da faxina, aquele ali do mangueiro — é um ferreira, o Curió — e, me acompanhe, pois seu serviço é aqui na porta, cortando banana, tirando laranja, aimpim, limpando o pátio, capinando a chácara. Claro... se faltar gente na roça...
- Pois não.
- E você (virando-se para Deoclécia) vai lavar a roupa da casa. Pode começar, amanhã, cedo, hoje não dá mais. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 80).

Tal separação, presente nas sociedades de um modo geral, acaba por reduzir as relações entre os sexos à esfera biológica. Contrárias a esta visão, é que as feministas propõem pensar essa divisão sexual a partir da categoria gênero, entendendo que essas relações ultrapassam os determinantes biológicos e são resultado de uma construção sociocultural.

Rosilda, ao chegar à fazenda, pede qualquer trabalho, seja em enxada, facão, estrovenga⁶⁵. Pediu para ficar sozinha, isolada do grupo, mas queria mesmo era um pedaço de chão para semear e zelar. Aos olhos do gerente Zé Cacheado, Rosilda era uma “feme levada da breca.” (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 147). Pensava também em dominá-la, levando-a para o fundo da fazenda, a fim de usá-la sexualmente e destinava a ela funções como capinar e acompanhar a turma de mulheres da vila, em torno de trinta e tantas moças, casadas, amasiadas e meninos para limpar o cacau. Desse modo, ainda que houvesse a divisão sexual de trabalho, Rosilda, ao se colocar disponível a qualquer trabalho, incluindo até mesmo o uso de instrumentos que eram usados por homens, a enxada e o facão, rompe com a concepção machista de que as mulheres deveriam exercer funções apenas domésticas e que não demandasse o uso da força física.

A construção dessas personagens como trabalhadoras rurais⁶⁶, por Euclides Neto, possui uma estrutura capaz de surpreender o leitor quando este, apenas no final da narrativa, descobre que as mesmas eram comunistas disfarçadas e infiltradas na fazenda Ronco D’Água. Tal situação remonta ao contexto histórico-social marcado pela Ditadura Militar, em que os comunistas eram perseguidos e sofriam várias práticas de violência física para delatar os seus

⁶⁵ Na versão eletrônica do Dicionário Informal: instrumento de cortar capim, roçar mato, etc., similar a uma foice, mas cuja lâmina forma certo ângulo com o seu cabo de madeira longo. A lâmina trabalha cortando num plano paralelo ao nível do solo. É mais cômodo trabalhar com este instrumento, do que com a foice, para cortar capim.

⁶⁶ Uso da linguagem própria da zona rural, funções desempenhadas no trabalho rural, atitudes e formas de pensamento.

companheiros. Nesse sentido, infiltravam-se em regiões do interior para se proteger, assumindo uma nova identidade, como uma forma de resistência ao poder hegemônico.

O coronel Rogaciano e Dr. Quirino, prefeito da cidade de Rio Novo, desconfiam de Rosilda e Deoclécia e de vários outros trabalhadores rurais quanto à vinculação com comunistas, interessados estes na conscientização do povo trabalhador em busca da garantia de direitos trabalhistas e da resistência quanto às questões de exploração. Rogaciano, que se considerava dono de tudo e de todos, achava que jamais seria enganado pelos trabalhadores rurais, tropa de gente burra e leiga. Por outro lado, Quirino, trazia uma consciência ideológica e valores morais sedimentados, os quais o levavam a refletir em todos os momentos sobre a condição de exploração daquele povo. Assim, é através do olhar introspectivo de Dr. Quirino que o leitor percebe o papel transgressor de Deoclécia:

Que alegria aquela lavadeira não experimentava ao chegar à tarde, mãos doloridas, braços moídos, quadris cortados do esforço de abaixar e levantar na labuta de estender roupas, torcer lençóis, e suspirar o dever cumprido! E, pela madrugada afora, ainda fosse atender à agregada na hora de parir e, lá no casebre, ensinasse às companheiras, fazendo a sua pregação política, esclarecesse as coisas, **contasse que as mulheres de outros lugares já ficaram livres, deixando de ser mula de homem montar, que mulher tinha o direito de receber o salário todo e não pela metade como na Ronco D'Água! Que mulher tinha o direito de ficar parada antes do parto e depois, ganhando o ordenado normal como se no serviço estivesse.** E, quando a aurora derramasse as suas cores de sangue maduro, já estaria na fonte, batendo calças, vestidos, estendendo os coloridos na grama verde, combinando as cores, esperando o sol gerar sombras. Certamente, o sono seria do dever cumprido, as visões seriam de nuvens claras, leves, buscando alturas. Onde morava a força daquele idealismo e pureza daquelas vidas, daqueles rapazes cheios de saúde e esperanças que abandonavam tudo, metendo-se na lama e no perigo! (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 158, grifos da pesquisadora).

Assim, tanto Deoclécia quanto Rosilda rompem com as representações sociais inicialmente construídas, na medida em que são comunistas a incentivar outras mulheres às práticas de resistência, na tentativa de sanar ou minimizar a desigualdade presente nas relações de gênero e classe no contexto ficcional. Assim, Euclides Neto, que também fora perseguido pelos militares na década de 60, enquanto fora prefeito de Ipiauí, tendo seus livros enterrados e queimados, traz subjacente em sua obra, as mudanças protagonizadas por mulheres e homens, na sociedade capitalista, pelos/pelas militantes de esquerda, ficcionalizando a vida de tantas mulheres, Angelinas, Áureas, Dinalvas, Eleniras, Luizas, cujas vidas foram marcadas de forma traumática pela atuação na guerrilha.

Neste tópico da discussão, é relevante ressaltar o papel das mulheres na militância e a importância das mesmas na formação da Guerrilha do Araguaia. Como já explicitado na II Sessão desta tese, a obra *Machombongo* (2014b) rememora o contexto histórico baiano em épocas de ditadura militar, a expressão dos movimentos sociais na Bahia e a formação das guerrilhas, sob a orientação do PCdoB. A exemplo de Marinalva, médica e pintora, a qual exercia no texto ficcional o papel de Deoclécia, trabalhadora rural e parteira, bem como Carminha, que era advogada, nome verdadeiro de Rosilda, também trabalhadora rural, algumas foram as mulheres que se engajaram nas lutas da Guerrilha do Araguaia, passando a usar codinomes e deixando suas profissões para atuarem politicamente nos campos, sendo perseguidas, presas, violentadas e até mortas.

Deusdedith Júnior (1995) apresenta o nome de algumas mulheres que se destacaram na formação da guerrilha rural no Pará, juntamente com seus maridos (nomes também revelados na pesquisa), em grande parte, lutaram contra a repressão que se impunha por meio do regime ditatorial, rasurando posições de subalternidade, tornando-se sujeitos ativos nesse processo histórico. Buscavam, sobretudo, através da luta armada, uma sociedade justa, livre da opressão e dos processos de injustiça e desigualdade, podendo intervir nas decisões políticas, expressando-se de forma livre.

Dentre elas, são citados os nomes de Angelina Gonçalves (apresentada apenas como uma mulher que participou da Guerrilha); Áurea Valadão (ex-campeã brasileira de natação, morta em 1974, cujo corpo se desconhece o paradeiro, companheira de Arildo, o qual foi morto em combate e cujo corpo foi encontrado sem a cabeça); Criméia Almeida (aluna da Escola de Enfermagem, paulista, militante comunista, em 1972, foi presa grávida do militante André Grabois, sobrevivente, ela ainda luta pela localização dos guerrilheiros desaparecidos); Dinalva Teixeira (geóloga, carioca, casada com Antônio Teixeira, também guerrilheiro, apresentava-se no sítio Caiano como professora e parteira, dada como desaparecida em 1973); Elenira Nazaré (estudante e dirigente da UNE que morreu em combate), dentre outras mulheres e homens evidenciados em seu estudo, não menos importantes do que as citadas nesse curto parágrafo.

Nesse sentido, é importante salientar que mesmo sendo minoria na guerrilha, as mulheres tiveram significativa atuação, à medida que conquistavam novos espaços e rompiam uma série de papéis sociais que lhes eram conferidos. (GUERRA, 2006). Também sob este prisma, a investigadora afirma que ir para a guerra armada, para a mulher, teve um duplo caráter transgressor, pois, além de lutar contra o regime político, buscavam romper com padrões sociais, opondo-se à condição de inferioridade e submissão a que foram historicamente relegadas.

Argumenta, ainda, que “Ao engrossar as trincheiras da esquerda militante e da guerrilheira, as mulheres demarcaram novos espaços de atuação, num movimento que balançou o confinamento da esfera privada.” (GUERRA, 2006, p. 46). As mulheres passam a ocupar o espaço político, o espaço público, deixando de se limitar a espaços privados/domésticos e de exercer papéis muito restritos, como o de mãe, esposa, dona de casa, irmã, vivendo apenas em função do homem, do macho.

Importa referir que, na visão da autora, apesar do envolvimento feminino ora mencionado, não se discutia no interior do partido e organizações sobre o papel destinado à mulher e a condição social da mesma na guerrilha, tendo em vista que se voltava para outros projetos, considerados importantes, mantendo-se alheios a esse aspecto e aqueles que se propunham a discutir o papel da mulher no campo e na luta eram considerados “desviantes”. Na visão de Ridenti (1990 apud GUERRA, 2006), as reivindicações consideradas de caráter propriamente feministas ganharam destaque no final dos anos 70 e início da década de 1980.

Ainda nesse contexto, percebia-se uma visão preconceituosa sobre a mulher, uma vez que, para os militares e parte da sociedade, a mulher que se engajava nas lutas de esquerda e militava em prol das questões sociais, era vista como “puta comunista” e, de acordo com os relatos recolhidos por Guerra (2006), as depoentes afirmavam que era assim o modo como lhes tratavam os militares nos interrogatórios e nas sessões de tortura. A intenção era diminuir a capacidade das mesmas em se voltarem para as questões políticas e, desse modo, foram acusadas de irem à guerrilha apenas para satisfazer desejos sexuais, em busca de um companheiro ou companheira ou influenciadas por uma figura masculina, o pai, irmão, marido e não propriamente por convicções políticas e ideológicas.

Muitas militantes que passaram a compor a extrema esquerda insurgindo-se contra o cerceamento da liberdade e contra a repressão, surgiram no interior dos movimentos estudantis e, em sua grande maioria, eram jovens pertencentes à classe média que buscavam discutir as questões sociopolíticas pelas quais passava o país.

Pode-se destacar, na Bahia, o papel exercido pela militante Luiza Reis Ribeiro, de codinome Lúcia ou Baianinha, que chegou ao Araguaia com 23 anos, em 1972. Natural de Jequié (BA), em meados da década de 60, formou um grupo para debater vários assuntos, dentre eles, marxismo e política. Estudou em Salvador e participou do movimento estudantil em 1968 contra a ditadura militar e contra as reformas universitárias. Formou-se em Ciências Sociais, mas não pode concluir, pois foi perseguida, passando a fazer parte do PCdoB⁶⁷.

⁶⁷ Entrevista concedida por Luiza Reis utilizada por Guerra em sua pesquisa (2006).

Em clandestinidade, Luiza passa a viver no campo, a fim de desenvolver um trabalho político junto à população. No entanto, não conseguiu se adaptar aos trabalhos rurais, pois era pequena e não possuía experiências em atividades físicas, desse modo, não conseguia desempenhar algumas tarefas como, por exemplo, cortar lenha. Passou apenas cinco meses na região onde interagiu muito bem com as pessoas do lugar. Afirma em sua entrevista que a vida no campo era muito amiga, trabalhava-se fazendo roça, caçava, dormia-se na rede, vivia-se no escuro, pois não havia energia elétrica, cantava-se música do Noel Rosa e tinha uma ótima convivência com os compadres e comadres do lugar.

Ao fugir de uma emboscada, a militante se perde dos companheiros, pedindo ajuda a um morador para entrar em contato com Pedro Onça, sujeito de confiança dos guerrilheiros, a fim de que ela chegasse aos paulistas. No entanto, Luiza foi traída, delatada pelo morador, sendo levada ao Pelotão de Investigação Criminal da 3ª Brigada em Brasília, pelo qual foi torturada e liberada após detectarem que não havia processos anteriores contra ela. Com a sua liberdade, voltou a morar em Jequié com seus pais, passando por tratamentos médicos e psicológicos, a fim de se recuperar dos traumas decorrentes da tortura.

Isso posto, a narrativa ficcional euclidiana cujo final trata da prisão dos vários comunistas inseridos na fazenda Ronco D'Água, dentre eles, homens e mulheres, como já explicitado no capítulo anterior, em que se contextualiza a obra do ponto de vista histórico e mnemônico, destaca o engajamento da mulher no mesmo nível do homem, embora fossem vistas, de início, com desconfiança pelos militantes que duvidavam de sua capacidade de se adaptarem ao ritmo de vida e de trabalho no campo. Muitas delas enfrentaram esse processo de discriminação e lutaram aguerridamente ao lado dos seus companheiros e companheiras. “Cabe repetir que, dos 64 militantes mortos na guerrilha do Araguaia, 12 eram mulheres, o que corresponde a 18,75% da força de combate à ditadura naquele episódio. Algumas morreram nos confrontos, outras executadas após serem presas.” (GUERRA, 2006, p. 57).

É certo ainda que

Algumas desistiram da luta, deixaram de acreditar em seus propósitos e assim exerceram sua liberdade de escolha – um dos direitos pelos quais lutavam. Outras ficaram no Araguaia e combateram até a morte. Mas todas, com armas ou não, mostraram que eram capazes de combater ao lado dos homens e de morrer por um ideal que transcendeu questões de gênero. (GUERRA, 2006, p. 64).

Nesse sentido, retoma-se a concepção de interseccionalidade, fio teórico que delineou parte desta análise, como “forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e

outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177), é que se entende a contribuição da narrativa, por meio da construção multifacetada das personagens, mulheres e homens, bem como suas representações nas relações de gênero, ruralidade, classe, raça, para se pensar o contexto histórico-social-rural da sociedade cacauieira sul-baiana.

Ainda na narrativa *Machombongo*, há também a presença de outras personagens masculinas, dentre elas, o preto Alípio e João da Bosta, cuja construção ficcional possibilita ao leitor inferir elementos que expressam uma relação interseccional entre o racismo, o patriarcalismo e a opressão de classe. João da Bosta, carregador de estreme de gado para as roças, era um sujeito muito submisso e medroso.

Na cena em que aparece a personagem, trabalhador que fedia ao que carregava nos três burrinhos, Julita solicitou que o mesmo adubasse as roseiras do jardim. De um lado, vê-se o sofrimento do trabalhador que suava, ao cavar a terra, por outro, as flores estavam indiferentes a sua situação, uma vez que elas riam daqueles que descansavam na varanda tomando guaraná e lanchando variadas merendas. Além disso, as moças liam revista de amor e os amigos vindos da capital mangavam do trabalho do homem.

Desse modo,

João da Bosta, enxada de quatro libras, chapéu de palha, pés disformes, dedos tortos, parecendo catanas, calças de remendos, cavando a terra, metendo nela o cocô gordo das vacas. De quando em vez, arriscava um olhar para as moças impudicas. O suor caindo, suor magro de quem comia farinha e o besouro de tripa assada. **Não era possível que a um fosse dado a música, o refresco, a brisa da varanda, os biscoitos recheados, a cana caiana em roletinhos, a jaca arrancada da casca no prato fundo e, ao outro, o sol a pino, a bosta e a enxada.** (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 247-248, grifo da pesquisadora).

Sendo assim, esta cena traz uma forte reflexão acerca das duas realidades tão antagônicas sobre os sujeitos sociais nela inseridos. João da Bosta, trabalhador do campo, foi discriminado, sofreu as duras penas por ser negro, trabalhador e pobre. Fica evidente mais uma vez a relação interseccional entre as categorias raça, gênero, poder e ruralidade, uma vez que os citadinos, de classe social mais elevada, pele branca e homens vistos na sociedade patriarcal como sujeitos superiores desprezavam João da Bosta, cuja realidade era muito sofrida, cabendo-lhe apenas a bosta e a enxada.

Quanto a Alípio, Dr. Quirino reflete:

Até o preto Alípio, tido como humilde, dos bons agregados dos outros tempos, carinhoso até com os meninos, chamando-os de patrãozinho, tomou uma cachaça e cuspiu o sentimento:

— Tou passando fome, viu! Eu e meus filhos... O que recebo não dá para a farinha, viu! Meus senhores bufam peru e galinha a semana toda... Isso passa... Isso passa. O rádio deu. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 247).

Outros trabalhadores rurais que moravam na fazenda de Dr. Quirino começam a mudar o comportamento, passam de sujeitos dóceis e domesticados, a sujeitos imponentes e questionadores tais como Alípio. O fazendeiro começa a perceber que já não podia mais mandar e desmandar, pois até o seu afilhado, já não dizia mais “Bença, meu padim!” (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 241), sentia vergonha de demonstrar consideração ao padrinho que o distinguia dos outros meninos da fazenda, dando-lhes presentes e fazendo pilhérias. Dr. Quirino reflete: “**O preto andava mais beijudo**; o chapéu de coro, feito um coco amassado, escondendo os olhos traiçoeiros. A carapinha do toitiço aparecendo. **Não sei por quê, mas achei aquele cabelo agressivo, de negro malando brigador**”. (EUCLIDES NETO, 2014b, p. 241, grifos da pesquisadora).

Há, nessa passagem, mais uma análise crítica acerca das representações sociais estereotipadas em que o trabalhador rural negro era visto como sujeito inferior e bonzinho, incapaz de lutar por seus ideais. Alípio e o afilhado de Dr. Quirino, ao contrário de João da Bosta, mostram atitudes que reverberam a não aceitação quanto à condição de miserabilidade social.

Do mesmo modo, em se tratando da obra ficcional *A enxada e a mulher que venceu seu próprio destino* (2014c), conforme já citado no capítulo anterior deste estudo, o leitor se depara com outra personagem feminina, negra, protagonista, muito forte e obstinada, trata-se de Albertina, cuja vivência sofrida na mata fez dela uma verdadeira “leoa” que busca defender seus filhos, livrando-lhes da fome, da vida miserável e dos perigos de se viver na zona rural.

É relevante enfatizar também o elemento “a enxada” como objeto simbólico de destaque na composição desse texto ficcional, símbolo de resignificação e de transformação social. Palavra pertencente ao gênero feminino está presente na narrativa desde a composição do título da obra e vem carregada de sentido no desenrolar da história de vida da nordestina e de toda a sua família. Na visão de Herrera (2014c), a enxada funciona como um motivo associado, como propõe Tomachevski, desencadeador de toda a ação narrativa, referente concreto do real e referencial simbólico do romanesco.

Assim, com toda essa carga real e simbólica, pode-se dizer que “a enxada” é também um elemento de ruralidade que redimensiona e revaloriza o modo de vida e os valores daquela

gente trabalhadora, uma vez que, apesar de ser apresentada como um cacumbu, objeto já sem valor e em decadência, transfigura-se em um “tesouro”, capaz de promover a ascensão social na medida em que, como instrumento de trabalho usado pela caatingueira, contribui para a reconstrução da vida daquela mulher e dos seus familiares e amigos. Nesse sentido, “a enxada velha e quebrada que encontra abandonada em terreno alheio é a que vai lhe permitir primeiramente sua reconstrução como ser humano.” (HERRERA, 2014c, p. 10).

Além disso, a “enxada” é um dos símbolos fortes que se referem à reforma agrária; trata-se de uma das bandeiras levantadas pelo escritor Euclides Neto e demonstra seu lado político. Por metonímia, de acordo com o Houaiss, significa o operário rural; o trabalhador da enxada. E, metaforicamente, refere-se à ocupação; trabalho do qual se extraem os meios de subsistência; ofício, profissão, ganha-pão.

Nesse sentido, a narrativa é retomada neste capítulo, tendo em vista que protagoniza uma mulher, negra e pobre, valorizando seu instrumento de trabalho, uma enxada já corroída e muito velha, trazendo subjacente a escolha ideológica do escritor pelos sujeitos explorados e subalternizados na zona rural da região do cacau, a trabalhadora e o trabalhador rural, representados na narrativa em suas relações de gênero, ruralidade, discurso e poder, como se vem demonstrando por toda esta análise teórico-crítica.

Vale à pena retomar o escritor, em suas próprias palavras, na obra *Trilhas da Reforma Agrária* (2014d), o qual afirma que quando esteve à frente da Secretaria de Reforma Agrária da Bahia, Cooperativismo e Irrigação, no contato diário com essa gente trabalhadora, “suas queixas, lágrimas, sangue derramado nas covas de mandioca, da compra do gadinho, das cabras, galinhas e porcos, do roçado, da queima, **da enxada na terra**, da casa de sopapo, da sede, da fome [...]” (EUCLIDES NETO, 2014d, p. 20, grifos da pesquisadora), viu e verteu lágrimas por muitos que foram assassinados e/ou familiares e sofreram na pele as consequências cruéis da violência no campo na luta pela terra, sendo desamparados por políticos “pretextando falta de recursos materiais e humanos, ou porque era mais cômodo, até politicamente, ficar contra, para não confessar que estava dando certo.” (EUCLIDES NETO, 2014d, p. 20).

Assim, o escritor-político denunciou nessa coletânea de relatos a falta de assistência aos trabalhadores, a indiferença de muitos políticos e pessoas que se colocaram contra a causa da reforma agrária ou que, apesar de a terem defendido em suas campanhas, esqueceram-na ao se tornarem “autoridades”. Além disso, colocou-se em prontidão na labuta para que os sonhadores não acordassem decepcionados e ainda buscou incentivar àqueles que não tinham muita fé na causa. Para ele,

(...) jumento só enxerta a pareceira depois que toma muito coice nos peitos. É como quem lida com a Reforma Agrária: quanto mais apanha, mais avança, tem tesão, com licença da palavra, que, graças à modernidade, entrou na moda para definir, como nenhuma outra, a vontade de fecundar essa causa que não é de hoje, nem de ontem – vem dos antanho. (EUCLIDES NETO, 2014d, p. 20).

Esta ressignificação do signo “enxada” está atrelada, diante do que se vem discutindo, às convicções políticas e ideológicas do escritor socialista, uma vez que ele se propõe ressignificar também a vida desses sujeitos, na promoção de uma sociedade grapiúna mais igualitária e mais humana. O escritor valoriza a forma de vida, os traços culturais, os instrumentos de trabalho, a luta pela terra, os sem-terra, o operário rural, elementos que constroem uma identidade cultural grapiúna singular, elementos de ruralidade.

A “enxada”, assim como a operária Albertina, rasga o músculo da terra, a fim de plantar sementes de uma vida mais digna e solidária para o seu povo sofredor. É a enxada que suspira, fazendo uma profunda reflexão da sua função, de sua condição na sociedade, e, assim, convida o leitor a pensar sobre o papel dos trabalhadores e trabalhadoras rurais nas roças de cacau. Em seu texto *Suspiros de uma enxada*⁶⁸, Euclides a personifica, dando-lhe voz:

Levanto-me com os rubis do sol encastoados nos confins das eras, e a devoção humilde dos tempos bíblicos. É chegada a hora de abrir a cova das sementes que morrem para nascer. Se o bisturi lanceta a carne e evita o fim; se a caneta escreve os poemas, os romances e as partituras; se o computador é o cérebro do homem, tudo não existiria se os feijoeiros não florissessem. Sou a lâmina que rasga o músculo da terra e cria a vida.

Sofro primeiro o ferrão envenenado da terrível jararacuçu, quando o roceiro o puxa aos pés para sacudir a terra e separar a erva...

Mas envelheço e viro um desprezível cacumbu. Os ouros e platinas antigos são cobiçados pelos museus, enquanto fico largada à toa na roça – meu último repouso. O madeiro que me completa apodrece. Meu trabalho é eterno.

Já vergada e cega, passam-me a lima ríspida ou me batem na face com a pedra rude. Sou o espelho da lua e do sol quando nascem.

Os eruditos me desprezam. Sempre os perdoei. Ainda mato-lhes a fome. Lavro todos os livros do mundo e não me alimento dos seus frutos.

[...] Levo alegria, gargalhadas, inspiração aos músicos e poetas. [...]

Os poetas nunca me lavraram um canto. Rimam os passarinhos, as luas crescentes, as saudades, as flores, as dores, os albores e os amores. Mas sou símbolo do lavrador, que lavra a dor. Sou a palavra da terra.

[...]

Meu perfume é o suor dos negros nos eitos.

Não planto as metralhadoras nas trincheiras. Planto a rosa, o jasmineiro, o manacá, a flor do feijoeiro. Não planto a fome. Carpi-la é o meu ofício. [...]

Não vou esquiar Alpes gelados nos pés das princesas. Prefiro as mãos de rocha dos descalços. Não sirvo de brinquedo para os meninos dos palácios. Mas até

⁶⁸ Texto escrito por Euclides Neto, após o lançamento do seu livro *A enxada e a mulher que venceu seu próprio destino*, em 1996, na Academia de Letras da Bahia.

as criancinhas que mal começam a andar na roça pegam a enxadinha gasta da avó e saímos traquinando. E o avô ralha, comovido: menininha é cedo pra labuta, teu tempo chega.

A debutante não me leva aos bailes de corte. Mas a menina da fazenda do Povo, antes da primeira lua, me ama tanto que a sua mamãe me esconde para não fugirmos à horta sob a pureza das noites azuladas.

Quando virar uma lágrima de aço enferrujado, num canto da roça ou no oitão da casa de taipa, não quero que me sejam gratos – ó gente de pouca fé. Rogo que cantem uma oração para que eu possa adormecer em paz e voltar ao pó da madre, que tanto amei.

Alimento todos os homens: santos, operários, reis, generais, heróis, eruditos, criminosos no fundo das prisões, prostitutas. E nunca pergunto a quem vou alimentar. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 179-180).

A partir do texto em destaque, o escritor parece chamar a atenção para o processo de discriminação por que passa o instrumento, metaforizando as relações de classe, de desigualdade, de discriminação social, representadas pelos símbolos da riqueza, do status social, contrapondo-os à pobreza, à inferioridade dos sujeitos e objetos pertencentes à zona rural. Contudo, apesar do sofrimento da enxada e desse mesmo modo, do povo trabalhador, está presente no texto uma lição de autovalorização, humildade e de resignação dessa gente humilde diante do processo de exclusão social. Como símbolo do lavrador, que lavra a sua dor, a enxada pontua a sua relevância enquanto instrumento que promove e respeita a vida, num processo de irmandade e equidade.

Do mesmo modo, na obra *A enxada e a mulher que venceu seu próprio destino* (2014c), o escritor mostra como uma mulher, negra, excluída da sociedade, Albertina, consegue lutar de forma honrosa e humilde pela busca de sua própria identidade como mulher trabalhadora rural, tornando-se dona do seu próprio destino, uma heroína euclidiana como bem pondera Herrera:

A Enxada é uma narrativa de natureza mitológica, de acordo com o conceito de Todorov, que nos fornece uma história com princípio, meio e fim, e é construída em torno das façanhas do herói. O autor elege uma figura feminina forte e determinada que prima pelo bom caráter e se guia pela força de suas raízes – aquelas que lhe assegurarão vitória em suas travessias e vigor em seu dia a dia. O que são essas raízes? São os valores arcaicos do campo e da lavoura, o trabalho honesto, a labuta (quem cedo madruga, Deus ajuda), a correção dos atos, a fé em Deus, a honradez da palavra, o sentimento humanitário, a confiança no outro, a sabedoria de quem volta a escutar as lições arcaicas de seus ancestrais. (HERRERA, 2014, p. 9-10).

Como se depreende da visão crítica da pesquisadora, o escritor narra o cotidiano de Albertina, e explora aspectos de ruralidade, modo de vida, valores, crenças, costumes e traços da sociabilidade rural, os quais são considerados nesse estudo como aspectos, construtos sociais peculiares que expressam o modo de vida rural da gente grapiúna. O escritor enfatiza a labuta

incessante da mulher com a terra, as atividades rotineiras do plantar, colher, da criação dos animais e ainda os afazeres domésticos sempre por fazer, a cozer, a lavar, os filhos a serem criados, o ensino e a produção do artesanato, trabalho cansativo que se dava entre o campo e a sua casa, expressando, assim, as práticas ordinárias que formavam o cotidiano da mulher trabalhadora rural.

No dizer de Joaquim (1985), essas práticas que formam o cotidiano nunca foram tomadas como objeto teórico, tendo em vista que para os estudiosos o cotidiano é considerado insignificante, não tem nada de impressionante, são como dias que se seguem, numa repetição infinita. Contudo, a seu ver, há inúmeras formas de fazer este cotidiano acontecer, argumentando que cada pessoa introduz no cotidiano a sua diferença, o seu corpo, as suas maneiras de dizer e de fazer.

No seu entendimento, “o cultivo das letras se faz/se fez durante muito tempo escamoteando essa cultura dos campos, essa cultura dos gestos quotidianos – esse trabalho invisível” (JOAQUIM, 1985, p. 18), nesse aspecto dialoga com Mabileau (1993 apud AMIGUINHO, 2005, p. 11), ao propor que as manifestações de um local rural frequentemente são escamoteadas pelos campos políticos e acadêmicos. Para Amiguiño (2005), há uma ameaça às comunidades rurais num processo de periferização, contudo, essas comunidades, numa relação sábia com a natureza e no uso que dela se faz, acabam conseguindo controlar os abusos e garantem as condições de sua preservação.

Esse estudo, que tem como base teórica e metodológica as análises e discussões propostas pelos estudos culturais, propõe justamente um deslocamento de olhar, a ruptura com essa visão simplista para o cotidiano desses sujeitos sociais, homens e mulheres trabalhadoras rurais, dialogando com a visão de Joaquim (2005) que também tece uma crítica à visão maniqueísta dos estudos entre a cidade e o campo, os quais não permitem a percepção da diferença entre uma e outra, “mas a dominação de uma por outra, do poder da/na cidade sobre os campos, as serras, até as gentes deixarem de ser gente, sem rosto.” (JOAQUIM, 1985, p. 32).

Euclides Neto, ao desenhar a personagem Albertina, bem como muitas outras personagens femininas já citadas neste estudo, trabalhadoras rurais, demonstra que há uma valorização do cotidiano dessas mulheres, o ritmo de vida na zona rural, expressando a multiplicidade de tarefas a fazer, a refazer, o ritmo incansável da luta diária, seus gestos, pensamentos, seu cansaço, e, ainda, seu descanso, um cotidiano que se dá de forma dinâmica, solidária e é impregnado de subjetividades.

O urbano, no texto ficcional, se apresenta como um símbolo de carência, de exclusão social, de desigualdade, de desumanização, enquanto a zona rural se apresenta de forma rica,

trazendo elementos da própria natureza que alimenta a todos, é um espaço de acolhimento e de solidariedade. Aqui, mais uma vez, a narrativa apresenta uma ruptura com as representações sociais tradicionais que apontam a cidade como símbolo de desenvolvimento, liberdade, civilização, lugar do pluralismo e o meio rural como lugar que fomenta o autoritarismo, o conservadorismo e a ignorância.

No entanto, pode-se afirmar que o universo ficcional em que Albertina e seus filhos estão inseridos configura-se como um espaço representativo de uma hegemonia masculina, isto porque, o universo do trabalho rural se configura como um universo simbólico e material em torno de características “prototicamente” masculinas. (TONSO, 1997, apud SILVA, 2006, p. 2).

O vaqueiro do Seu Manduca era seu braço direito, exercendo um papel central em sua fazenda, pois além de ser um homem de confiança, tomava conta da casa-sede, era responsável pelo rebanho de gado, devendo fiscalizá-lo, cuidar em todos os aspectos, evitando que as onças ou qualquer outro animal prejudicasse a criação, além de vigiar os outros trabalhadores rurais empregados em sua propriedade. Albertina não era empregada do fazendeiro, no entanto, tinha muito respeito ao homem e não ultrapassava os limites da boa vizinhança. Como era uma boa caçadora de onças, passa a ter seu respeito, recebendo dele doação de terras e de animais, provocando no vaqueiro ciúme e certo receio de perder a sua função e domínio naquele espaço.

Albertina narra a seu Manduca a façanha de matar uma onça que rondava a sua criação de gado, leva o coro do animal para presenteá-lo, a fim de que ele fizesse um tapete para colocar em sua casa na cidade. O fazendeiro se propõe a pagar pelo coro, no entanto, a mulher rejeita e se mostra feliz em poder lhe dar um agrado, já que não podia lhe dar coisa de um valor mais alto. Nesse sentido, inocentemente, acaba provocando em seu funcionário despeito: “O vaqueiro ficou de banda, despeitado. A rapariga do fazendeiro, gente da cidade, que sempre o acompanhava, admirou-se da valentia da mulher.” (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 131).

Seu Manduca garante à trabalhadora rural que a partir daquele dia, cada vez que ela matasse uma pintada, a fazenda lhe daria duas cabras e se fosse suçuarana, receberia uma. A mulher negou o trato e afirmou que só necessitaria de sua proteção e paciência para quando a criação dela ultrapassasse os limites de sua roça e fosse para o lado da fazenda. O proprietário lhe garantiu que ela poderia criar o que bem entendesse e afirmou que quanto mais ela criasse, mas teria que pastorear a sua criação e a dele. E, diante dessas trocas, “O vaqueiro não gostou daquela regalia. A mulher estava se passando. No caminho que ela andava não ia demorar muito para mandar mais que ele.” (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 131).

Como se depreende do texto literário, Albertina ultrapassa os limites impostos nesse universo simbólico e material em que os homens deviam exercer funções consideradas “prototicamente” masculinas, as quais, de acordo com o imaginário coletivo e determinadas representações sociais, dependiam de força física e centravam-se no homem como sujeito dominador.

Nesse contexto, o trabalho exercido pelas mulheres é invisibilizado e muitas vezes não é pago com uma remuneração adequada e justa. É relevante mencionar, ainda, que a participação feminina nos trabalhos do campo, muitas das vezes, é ocultada pelas observações acadêmicas e/ou pelo senso comum, como afirma Segalen (1980 apud JOAQUIM, 1985, p. 128):

Por que é que os observadores ocultaram esta participação da mulher nos trabalhos agrícolas? [...] Tanto mais que a participação feminina nos trabalhos do campo passa-se de tal maneira em meio rural que ela nunca é mencionada, ela está inscrita na mentalidade camponesa que disso perde a consciência.

Como se nota, há uma divisão sexual muito forte e presente no universo sociocultural das comunidades rurais, em que as mulheres se ocupam da família, da casa, de atividades consideradas “femininas”. Todavia, com a saída do homem do campo para a cidade, coube às mulheres o acúmulo de atividades, passando a dar conta das atividades que já desenvolviam em casa, como criar os filhos, levá-los à escola, cuidar do café, almoço e jantar, e ainda, das atividades do campo, continuaram plantando, colhendo, podando, cuidando dos animais, dentre outras.

Em se tratando do compósito narrativo, Albertina, que foi abandonada pelo marido alcoólatra e expulsa pela patroa da cidade, como já dito aqui, passou a ter uma sobrecarga de atividades, no entanto, soube dividir com a sua prole, gerando a agricultura familiar. Desse modo, de acordo com Sales (2007), a presença das mulheres rurais na agricultura familiar é algo notório, isto porque

(...) mesmo na invisibilidade, não se pode negar que elas estão ocupando terras, plantando, colhendo, e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho. Presentes na casa, no quintal, na roça e na luta pela terra, as mulheres tiveram ainda de lutar pelo direito de serem reconhecidas como trabalhadoras. A emergência das mulheres rurais nos movimentos sociais proporcionou seu aparecimento como sujeito político, rompendo sua invisibilidade como trabalhadora. Nesse aprendizado e experimentação as mulheres rurais criaram seu próprio movimento, consolidado na década de 1980. Desde então realizaram encontros nacionais,

marchas e campanhas, criaram coletivos de mulheres e conquistaram direitos. (SALES, 2007, p. 437).

No seu dizer, os coletivos de mulheres se vinculam à Federação de Trabalhadores da Agricultura do Ceará ou ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e constituem espaços importantes de ressignificação das atividades produtivas das mulheres. Para a autora, houve um conjunto de eventos e de lutas das mulheres que se deu no mundo, no Brasil e no Ceará, no período de 1974 a 1985 que chegou ao campo e marcou o percurso das mulheres rurais, dentre eles, as Conferências Mundiais, a aprovação da Década da mulher em 1975.

Foi a partir da segunda metade da década de 1980, então, que a luta das trabalhadoras rurais abriu novos espaços políticos em que a fala dessas mulheres começa a ser franqueada, sendo pauta das reivindicações o processo de sindicalização, documentação, direitos previdenciários e participação política.

Sales (2007) afirma que as discussões acerca das desigualdades de gênero ganham notório espaço na plataforma de luta do MST, o qual por volta de 1997 inclui em seus cursos de formação os estudos de gênero, buscando como meta a construção de um novo homem e de uma nova mulher. Assinala que a participação das trabalhadoras rurais em movimentos sociais funciona como espaço de aprendizagem do jogo político e a assimilação se dá no exercício da luta, da participação, da discussão e da negociação (LEITE, 2005 apud SALES, 2007, p. 440), destacando, ainda, a Marcha das Margaridas em 2003, movimento social em que as trabalhadoras rurais buscam reivindicar o acesso à terra, além de um salário digno, saúde, com assistência integral à mulher do campo, o fim da impunidade e da violência sexista.

Albertina se presta a representar as mulheres trabalhadoras rurais nordestinas (pequenas agricultoras, posseiras, pescadoras, artesãs, extrativistas, arrendatárias, meeiras, assalariadas rurais, sem-terra, assentadas, acampadas, indígenas) que produzem alimentos e garantem a subsistência da família, ocupando-se ainda com o plantio de ervas medicinais e artesanato, rompendo com uma visão tradicional da ruralidade, uma vez que a mulher passa a ter um papel preponderante na inovação da produção econômica, trazendo novas formas de garantir a subsistência da família, superando as limitações e a imobilidade social.

Para Sales (2007), que faz um estudo sobre as mulheres trabalhadoras rurais no Ceará,

Suas atividades se confundem com os diversos espaços de trabalho; elas, ao mesmo tempo em que cuidam da casa, carregam água, cuidam também dos pequenos animais (galinhas, cabras e porcos) e das hortas. Além dessas atividades que se concentram principalmente na casa e no quintal, elas ainda

desenvolvem trabalhos no roçado, principalmente no período do plantio e colheita.

Por não desenvolver todas as etapas do roçado, e por ser uma atividade liderada pelo homem adulto, esse trabalho é qualificado como *ajuda*, tanto no interior da família como nos sindicatos e órgãos públicos, o que inviabilizou durante muito tempo o reconhecimento das mulheres como trabalhadoras e, conseqüentemente, a garantia de seus direitos sociais. (SALES, 2007, p. 441).

Ainda para a autora, a cidadania feminina se amplia de forma significativa no campo principalmente com a Constituição de 1988, em seu artigo 226, parágrafo 5º, ao preconizar o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres na família, e no artigo 189, parágrafo único, estabelecida a igualdade de direitos entre homens e mulheres na obtenção de título de domínio ou de concessão de uso de terras para fins de reforma agrária. Sendo assim, essas conquistas espelham as lutas das mulheres, por outro lado, as mesmas passam por sérias dificuldades devido à falta de documentos e escolaridade, além de não saberem lidar com atividades voltadas para o mundo público, marcado por práticas e costumes sexistas que contribuem para a perpetuação da subordinação das mulheres do campo. Isto mostra que

o reconhecimento legal das mulheres na produção da agricultura familiar é um grande passo, mas além das leis é necessário um conjunto de ações paralelas que empoderam as mulheres, para que possam usufruir os direitos conquistados. A burocratização que envolve os programas de crédito inviabiliza o acesso das mulheres. (SALES, 2007, p. 441).

Rossini (2004, p. 30) corrobora com a visão de Sales, ao expor que apesar dos avanços constitucionais significativos no reconhecimento da plena igualdade e equidade entre os sexos, e avanços, com a maior participação das mulheres na população economicamente ativa, ainda vigoram padrões, valores e atitudes discriminativas.

Na narrativa ora estudada, a personagem feminina protagonista luta contra esse processo de desigualdade social e de gênero, ao restituir o sentido da vida, reconstruindo as condições de existência no campo. Embora não soubesse ler, nem escrever, assume o papel de transmissora da cultura local, de saberes plenos de sentido, dos saberes da natureza, reassumindo-se como pessoa, rompendo com as representações dadas por sua patroa que a tinha como burra, xucra e incapaz.

Sabe-se que é muito recorrente em sociedades patriarcais o fato de as mulheres usarem outras mulheres na labuta diária, e, de certo modo, muitas até sabiam dos vestígios concubinos entre os maridos e as empregadas. A mulher branca, da cidade, esposa de Seu Manduca, sua patroa, utilizava-se da mão de obra da trabalhadora rural para a realização dos serviços

domésticos. Sua postura intransigente e desumana ao enxotá-la de sua casa revela o papel exercido por algumas mulheres brancas, de classe abastada na sociedade cacauceira, enquanto sujeitos exploradores, incapazes de se colocar no lugar da mulher negra subalternizada.

Depreende-se da narrativa que a mulher de Seu Manduca, Dona Inês, não era afeita à vida na zona rural, tão pouco seus filhos. O coronel desabafa com Albertina: “Quando comprei isso, fiz casa-sede boa, pensando que vinham morar aqui. Minha mulher passou quinze dias. Depois aparecia de tempo em tempos. Agora tem anos que não bota a cara aqui. A senhora nem conhece ela.” (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 156). Sendo assim, fica claro que a mulher do fazendeiro não tinha interesse em viver naquele meio rural, uma vez que não se identificava com o modo de vida, os valores culturais e os costumes daquele lugar.

Albertina, pelo contrário, identifica-se com o campo, espaço que traz elementos identitários de sua cultura e do seu povo. A passagem narrativa a seguir traz de forma contundente o (re) conhecimento do contexto rural em suas especificidades na voz da trabalhadora rural:

– Vem, dona, vem vê quanta coisa eu sei fazê. Ocê sabe trançá u’a esteira ou um chapéu, covear um roçado; achá, pelo cheiro, as abeia; chega terra nas prantação? Ocê num sabe. Queria vê ocê levantano u’a casa de paia em u’a tarde pra agasaiá seus fio. Queria vê ocê saí pra o mato atrás de comida, anhá u’a peda e, no outo dia, i busca a carne. Ocê é que num sabe fazê nada. Se é em casa, as empregada lava, passa, cozinha, arruma. Ocê só sabe dá orde. Só sai de carro. Quem corta suas unha não é ocê. Das mãos e inté dos pé. Quem pentea o cabelo é a moça do salão. Venha vê, dona, eu, com u’a tirinha de terra fraca na beira da estrada, trazê comida pra dentro de casa sem percisá i na venda. Muito obrigada pela sua lembrança: “Num sabe faze nada, só na enxada, no mato, um animal”. Hoje num ouço grito nem esporro de senhora nenhu’a. Já ganhei meu pedaço de chão. E tenho corage pra trabaiá, que ocê num tem. Queria vê ocê se mijando quando visse o tombo da onça pegano as cabra do seu Manduca, agasiano seus fio no oio do umbuzero, e ainda i avisá a ele o sucedido, passano pur mata fechada, sem medo e pela obrigação de prestá um favô a gente que nem conhecia. (As mãos continuavam a convidar a dona invisível). Daqui uns dias vô lhe chamá pra vê minha roça da Toca da Onça, plantada de um tudo, fartura maió que em sua geladeira. Ainda vô chamá a senhora pra vim aprendê a fazê mezinha cum foia e raiz, sem percisá i à farmaça. Incrusive pra chamá o sono, sem aquele meio litro de pílula que a senhora toma quando vai dormi. Muito obrigado, dona. Venha vê o que é u’a **muié de vergonha** que sabe ainda fazê panela, pote, cuscuzeiro, são com as coisas do mato, tirá sali da terra, chamado de nambu, caçá, fiá e tecê roupa de prestança e não aquela porcaria que a senhora veste e precisa lavá num sei cum que sabão, secá na sombra e num pode passá ferro, e ainda desfia e rasga com u’a unhada. Muito obrigada, dona. **Deus que lhe dê o céu e perdoe seu modo de trata os fraco.** Não quero sê paba⁶⁹, mas aqui tenho muita catilogença. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 5, grifos da pesquisadora).

⁶⁹ Pessoa arrogante (EUCLIDES NETO, 2013a, p. 88).

Vale salientar que, Albertina, em seu discurso, ao agradecer à patroa por tê-la escurraçado da cidade, estima o seu trabalho no campo e reconhece seus valores enquanto mulher de vergonha e de coragem. Esse trecho narrativo demonstra uma análise crítica dos aspectos de ruralidade em contraponto com a vida ociosa da mulher na cidade. Percebe-se aqui uma luta de classe, em que a trabalhadora reconhece que a patroa só sabe dá ordens, explorando os fracos de modo frio e rude. Apesar disso, Albertina ainda pede a Deus que a perdoe por não saber tratar com dignidade os sujeitos subalternos.

Chama atenção nessa obra ficcional o fato de somente no penúltimo capítulo do texto, o narrador deixar claro que a patroa de Albertina, na cidade, era a mulher do seu Manduca, a qual raramente ia à fazenda. Ao se despedir do benfeitor, Albertina a reconhece através de sua voz que sibilava como uma taca. Dona Inês reconhece o seu vaso chinês que estava ali na fazenda e repete o mesmo discurso, ao lembrar da empregada xucra que teria quebrado o outro vaso que fazia par com aquele. Assim, sem saber que Albertina era a mesma pessoa, reclama:

– Olha onde está meu jarro! Não sei como veio parar aqui. A culpa foi sua, Manduca. Fazia par com o que uma empregada xucra quebrou lá em Jequié. Nunca me esqueço. Vale hoje mais de mil reais, só um. Felizmente a idiota só ficou uma semana. Como pouco você ia à casa, pois passava mais tempo aqui e nas fazendas da minha herança, em Ipiaú, nem a conheceu. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 157).

Humildemente, Albertina a reconhece e ao receber das mãos de seu Manduca o pagamento referente à venda de seus três bois, repassa o dinheiro para Dona Inês:

– Aqui tá o pagamento, dona Inês. Pode ficá com o dinheiro todo: fui eu quem quebrô o jarro da senhora, sem querê. E essa carga é pra seu Manduca leva como lembrança, tudo feito pur eu: pano, requejão, rapadura, beiju, panela, estera pintada cum papagaio e priquito. Vim me despedi do senhô, meu patrão. Num podia deixá de trazê u’ a lembrancinha. Agora vô me imhora. Num quero vê a sua partida. EUCLIDES NETO, 2014c, p. 157).

E ainda acrescenta:

– Quando arguma vez passá pela barraca, pode levá o que fô do seu agrado. Para o senhô e dona Inês. Quereno peru, leitoa ou um frango gordo, é só deixa o recado. Que Deus lhe acrescente. E à dona Inês por tê me dado o conseio da enxada. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 157).

Assim, mesmo sendo expulsa da cidade e por meio de outra mulher possuidora de uma posição elevada na esfera social, os excertos acima exploram o caráter humilde e solidário da mulher trabalhadora, a qual mesmo em condições subalternas, não se deixou abater ou abriu mão de seus valores. A resistência de Albertina se dá de forma pacífica, demonstrando compaixão e piedade por aqueles, que embora a escravizassem, nesse momento, estavam em condições piores do que a dela. Demonstrou, por meio de sua conduta humanizada, o princípio da alteridade, da compaixão e do perdão.

Desse modo, ela ouve o conselho da patroa e mesmo comparada a uma mula braba e sentindo um misto de ódio, alegria, mas também de liberdade, “Entendeu o desaforo da branca como um conselho que vinha do céu: – Seu lugar é no cabo da enxada.” (EUCLIDES NETO, 2014c, p-22-23). Albertina, ao voltar para o campo, modifica as representações sobre si, sobre os outros e sobre as coisas e situações, readquire, portanto, a autoconfiança em suas capacidades e em suas potencialidades, reconstruindo a sua própria identidade como mulher, trabalhadora rural, dando sentido a uma nova ruralidade.

Em seu estudo sobre o papel da mulher na agricultura orgânica, atividade que estimula novas ruralidades, buscando pensar o lugar do rural nas sociedades contemporâneas, Karam (2004) analisa o seguinte:

(...) a mulher que está participando da agricultura orgânica desempenha um papel fundamental em todo o processo. No campo da produção ela tem sido precursora dentro da unidade familiar, assumindo os desafios de começar algo novo, ao mesmo tempo que desafia a produção convencional ao pôr em prática saberes adquiridos com outras gerações. Muitas vezes é ela quem reintroduz sementes há muito guardadas nas próprias hortas domésticas, testa formas e preparados no cultivo, recupera a cooperação em todas as esferas da produção. É ela que tem garantido a sociabilidade no mundo rural, atuando no espaço privado – na família, na vizinhança, na religiosidade. Ela silenciosamente faz as articulações e ‘costuras’ do tecido social da unidade familiar, da família extensa e da comunidade (KARAM, p. 304).

De modo análogo, Albertina, assim como essas mulheres citadas por Karam (2004), embora em contextos diferentes, exerce o mesmo papel, tendo em vista que, na narrativa, com a crise da região cacauera que gerava desemprego nos ambientes urbanos, com a derrocada do cacau, a nordestina toma a iniciativa de retornar ao campo, assumindo novos desafios. Para além de buscar plantar apenas o “cacau”, busca plantar umbus e outros frutos, criar animais, produzir artefatos, utilizando-se da sabedoria cultural, passada pelos antepassados e repassada aos filhos.

Nesse sentido, é importante pensar em termos de ruralidades como uma categoria que se pluraliza, ao abranger múltiplas subjetividades, experiências e práticas. Nesse caso, a partir da narrativa, pode-se repensar os modos pelos quais os trabalhadores e trabalhadoras rurais se propuseram a lutar na busca de melhores condições de vida, inovando as formas de produção econômica, revalorizando os traços de sua cultura, a fim de enfrentar o processo de rechaçamento ocorrido pela urbanidade na região cacauzeira. Isso porque “os territórios rurais assim como os urbanos, mudam, transformam-se, evoluem. É preciso ultrapassar as cristalizadas noções do rural enquanto espaço fechado, quase exclusivamente agrícola e ‘tradicional’” (CARMO; SANTOS, 2011, p. 43, grifo dos autores).

Infere-se do texto ficcional as mudanças ocorridas nas roças de cacau, com o desbravamento das terras e a chegada das secas. Albertina, ao ganhar um pedaço de terra do Seu Manduca, que fica conhecido como a “Toca da Onça”, em reconhecimento à sua bravura, pois a mulher caçava onças que viviam ao redor das terras, matando as criações do fazendeiro e causando perigo àquela gente, percebe que se tratava de uma terra que era herança do seu avô, vendida por seus pais devido à seca. Assim, rememorava e percebia que

com a nova estrada, lá embaixo, tudo diferenciava. Mais para longe, no outro lado da serra, ficava a casa que nascera. Lembrava-se agora que um dia fora ali buscar bodes colhudos e sumidos, numa tarde de trovoadas e tempo fechado. Conhecia o assentado. Terras de mandioca, dando até feijão de arranque. Pouco importava que fosse morar com as onças. Acostumara-se a viver perto delas, não era de ontem nem de hoje. Precisava, sim, prestar atenção para quando possuísse suas cabras, porcos, bichos de pena. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 28-29).

Mulher, com o sangue no olho e cheia de vontade de lutar para alcançar melhores condições de vida, Albertina, é bom ratificar, retoma a atividade artesanal, com a qual, alcança status perante a população de Jequié, desenvolvendo uma ampla produção de bassouras, esteiras, chapéus, abano, gaiolas, aspecto já citado nesta tese. Transmitida por sua mãe, o elemento da cultura popular, também foi ensinado aos seus descendentes, com o destaque para a sua filha que se tornou uma exímia artesã. Havia uma prontidão da mulher em exercitar novas formas de produção, em que recuperava saberes provenientes do seu patrimônio sociocultural, e, desse modo, atuava como um sujeito social atuante que não está à mercê de pacotes tecnológicos prontos e acabados.

Albertina, como se nota, assume o papel de “Mulher Chefe de Família”, cujo cônjuge é ausente por abandono. Ao ser rejeitada pelo marido alcoólatra, ela assume toda a responsabilidade pela família, anulando os efeitos da pobreza e reduzindo a vulnerabilidade do

grupo domiciliar. A personagem rasura mais uma vez com as condições de subalternidade, tendo em vista que, embora não fosse por questão de escolha, rompe com o modelo tradicional de família patriarcal, passando a ser a única responsável pela sobrevivência e pela formação moral dos seus.

Na perspectiva de Araújo (2004), há uma visão patriarcal de família, muito interiorizada em diversas formações sociais, segundo a qual, somente o homem pode ser reconhecido como chefe de família e interlocutor privilegiado dos poderes públicos, cuja exceção, ocorre apenas com a ausência dele. E ainda complementa que as famílias cujo chefe seja uma mulher representam uma ameaça à ordem social patriarcal, fundada sobre a submissão das mulheres, sobre o controle de sua força de trabalho, de sua sexualidade e de sua descendência.

Aqui se toma a definição de Mulher Chefe de Família (MCF), em três dimensões:

Dimensão Econômica - A mulher que é responsável pela manutenção econômica da unidade doméstica (UD) e sobre a qual pesa a responsabilidade de sobrevivência das pessoas sob seu encargo, tais como seus filhos, pais ou terceiros (marido ou companheiro, irmãos, tios, primos, pessoas com quem mantém laços afectivos ou de solidariedade). Esta capacidade econômica é conseguida através do uso de sua força de trabalho ou habilidades, saberes e competências ou outras dotações pessoais capazes de gerar recursos tais como direitos adquiridos ou reconhecimentos sociais.

Dimensão poder - Possuir autoridade suficiente sobre todos os membros da unidade doméstica capaz de orientar atitudes e comportamento.

Dimensão liderança - Capacidade suficiente para decidir e controlar, no cotidiano e no longo prazo, os recursos gerados para a reprodução da unidade doméstica. (ARAÚJO, 2004, p. 330).

Sendo assim, a ideologia patriarcal que reserva o estatuto de chefe ao homem é rompida, à medida que Albertina exerce o papel de MCF em suas três dimensões: é responsável pela sobrevivência dos seus filhos, adquirindo capacidade econômica para reerguer a família e trazer os filhos que tinham ido embora do campo pelo processo de êxodo rural, utilizando-se de sua força de trabalho nas atividades laborais camponesas e habilidades no artesanato; possuía autoridade sobre todos os membros da família, orientando atitudes e comportamento dos filhos (a exemplo do castigo que dera aos filhos por terem roubado na cidade, pois passavam fome); capacidade de decisão e controle dos recursos geridos, ocupando os espaços de autoridade e de liderança no seio familiar.

Albertina é um exemplo de mulher que conhece muito da arte do plantio, da colheita e da caça, elementos de ruralidade. Foi com sua arte de fazer cambão que conseguiu prender mocós para matar a fome dos seus filhos. Precisava alimentá-los para que pudessem ter força na roça. Assim, retomando o que se disse anteriormente acerca da dimensão liderança, do seu

papel de autoridade como MCF na orientação das atitudes dos seus filhos, a narrativa mostra que

Os meninos sorriam à toa. Chupavam ruidosamente os pequenos ossos da caça, até deixá-los areados. A mãe não se lembrava de tê-los visto assim. O leite apoiava os peitos. Mais força na roça, que já se espichava por duas tarefas ao comprido. Feijão, o mais apressado, soltando flores, milho engrossando a canela e as outras traquinadas viçosas. Precisava fazer uma sementeira para plantar coisas miúdas: coentro, alfavaca, cebolinha verde. Catou na solta da fazenda vizinha uma porção de bosta de gado. Teve a sorte de topar um malhador de cabras. Sabia que o esterco delas era o melhor de todos. Não deixou nem uma bolota. Os meninos adjutorando. Quem mais trabalhava agora eram os que foram presos e espancados. Enquanto os outros davam uma viagem, eles dois davam três. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 26).

Como se vê, a fim de punir aos filhos sobre a atitude indecorosa, o que infringia seus valores morais, a matriarca foi lhes dando mais responsabilidade nas atividades laborais. O texto ficcional traz vários momentos em que a mulher exerce essa autoridade perante os filhos, mostrando a sua capacidade de liderança e autonomia. A mesma era responsável pela unidade de produção e a principal contribuição que recebia vinha dos filhos menores, os quais tinham responsabilidades distintas, segundo a idade e as possibilidades de cada um.

Na maioria das vezes, Albertina estava presente e coordenava todas as atividades desenvolvidas no pequeno pedaço de chão, fazendo com que sua prole mantivesse a sociabilidade com o meio rural. Albertina conclamava a todos, meninos e meninas, ao trabalho solidário na criação, plantação e cultivo da pequena terra que ganhou de seu Manduca. Não havia uma divisão sexual tão marcada nos trabalhos exercidos pelos membros da família. Havia uma ajuda mútua, no entanto, responsável pela organização naquela pequena produção agrícola familiar, às meninas, cabia tomar conta da plantação, enquanto ela e os meninos cultivavam a terra, todos tinham papel relevante no trabalho coletivo.

Observe-se na divisão das tarefas feitas por Albertina, em que cada um dos filhos tomava seu rumo, assumia seu papel, conforme ordenava:

– Cuidá da vida, gente. Ocês, Joalice e Rosália vai atrás de lucuri. O óle vai acabá, e o cabelo de ocês tá pareceno um arapuá. De agora em diante num quero vê ninguém sujo nem descabelada. Temo tudo. O sabão tamém tá no fim. É tempo de fazê mais, coiendo logo coco de pinhão-roxo e casca de anjico, pra a decoada. Quem acha cinza de anjigo num precisa de soda. Juquinha, aqui tá a chave da despensa, já é hora de esperá a freguesia. Ocê, Jão, vai assunta as peda que armero. Cum coidado! Onça num anda mais hora dessa, mas com bicho que dorme no sereno não é bom facilitá. Polinaro já sabe, quebra mio, trazê pra casa, cum a paia pra Creoulinha e as cabra. É bom amarrá antes elas, senão vai batê na roça pelo lugá onde farta fechá a cerca.

Falá em cerca, quem vai termina o resto sou eu. A madeira já tá no pé. Amenhã a criação pode come sorta, andá pur onde entende. Bicho preso não prospera. [...] – Sim, ia me esqueceno. Ocê, Rosália, vai ralé mandioca. De amenhã em diante vamo tê farinha da boa, tamo enjoado de come angu de mio. Só Berenice vai caçá licuri. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 28-29).

Destaca-se, além do excerto supracitado, outro momento narrativo, em que Albertina exerce o seu papel de MCF, preocupada em orientar as atitudes dos filhos, exercendo sua autoridade. Outra atividade que a mulher ensinou aos filhos, os quais embora tivessem nascido na rua, aprenderam facilmente, foi a de tirar mel, principalmente, o de jataí. A produção aumentava a cada dia, no entanto, Januário sugeriu que a mãe misturasse açúcar e água para fazer um melado, triplicando a produção do “falso” mel. Albertina contrapõe:

– Tolo, quem conhece mé de verdade é só metê u’a cabeça de fosco e riscá. Se acendê, é puro; caso contraro, tem merma. Adispois, meu fio, isso num se faz. Num tamó precisano dessa sujeira. Andá dereito nunca fez má a senhô nenhum. Nuo viro o que seu Manduca fez cum a gente? Serviu de lição, ou num serviu? Se não se andasse dereito...
Todos aprovaram a recomendação da mãe. Januário saiu escabreado. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 38).

Assim, as dimensões *poder e liderança* da Mulher Chefe de Família são muito fortes na vida de Albertina, cuja liderança e poder decisórios podem ser percebidos em todos os âmbitos de sua vida cotidiana. Após muita labuta com a terra seca; construção de uma casa simples de barro, com a ajuda de todos, sendo ampliada aos poucos; criação de cabras, porcos, galinhas; plantio de feijão de arranque, mandioca, algodão; produção artesã, dentre inúmeras outras atividades, conforme descrito acima, a vida de Albertina começa a dar uma guinada surpreendente.

Assim, traz de volta para o convívio familiar todos os outros filhos e filhas mais velhos que, de pouco a pouco, foram expulsos do campo. O fato dos filhos de Albertina terem saído da zona rural emigrado para a zona urbana e depois terem voltado, traz à tona imagens positivas da ruralidade em sua relação com a mobilidade, ao evidenciar que no retorno ao campo, o sujeito social pode reconstituir sua própria identidade, encontrando novas formas de revalorização cultural do rural, na medida em que pode buscar meios vários de obter maior qualidade de produtividade e de vida.

Nesse sentido, retomando os argumentos de Bell e Osti (2010), pode-se combinar mobilidade e estabilidade para obter várias lógicas práticas do espaço rural como um espaço de vida e, nesse ponto, destaca-se aqui a lógica da “reversibilidade”, pela qual uma área rural é considerada “o principal espaço de vida e a mobilidade é vista como se espalhando em raios para fora desse centro, levando a espaços temporários de instrumentalidade e relações sociais

impermanentes. Permutações extremas e migração de retorno são exemplos.” (BELL; OSTI, 2010, p. 202).

A migração de retorno dos filhos de Albertina se deu, em grande parte, pela produção artesanal e a agricultura familiar que foi crescendo de tal modo que Albertina conquistou seu espaço e passou a comercializar a sua produção de acordo com seus interesses, sempre visando o bem comum da família. O trabalho coletivo possibilitou o crescimento econômico da família que passa a se alimentar melhor, a ter uma vida mais digna e mais justa através do trabalho pesado, mas dignificante. Desde os filhos mais novos ajudando na produção de esteiras e vassouras, até as meninas que fiavam, teciam e costuravam para todos, quando não estavam em serviços mais pesados, estavam sempre na labuta, e com a chegada dos mais velhos e das meninas mais velhas, a produção aumentou gradativamente.

Destaca-se na narrativa a personagem feminina Rosália, filha de Albertina, pois era a mais caprichosa em tudo que realizava, queimava talha que vendia muito mais que os potes. Com pedaço de umburana, produzia colheres, machucadores, molheiros e pequenas gamelas que tinham bastante saída no pequeno comércio familiar. Aprendeu com a mãe a fazer chamador de perdiz, de nambu, juriti e o de outras aves, arte que aperfeiçoou, ouvindo o canto das aves, tornando-se melhor que a professora.

Quanto à dimensão econômica, assim “nasce uma artista em Rosália e nasce a ideia do valor individual do trabalho e do trabalhador que não é apenas uma engrenagem em uma máquina da produção alheia. As mãos destacam-se como um símbolo maior do poder do homem: de produzir, de fazer arte.” (HERRERA, 2014, p. 9-12).

Pode-se observar que a capacidade econômica é desenvolvida através da força de trabalho, habilidades ou saberes passados de geração em geração, como também a partir dos dotes pessoais, como é o caso de Rosália. Com isso, geram-se mais recursos e reconhecimentos sociais pela comunidade citadina de Jequié. Os revendedores das feiras de Jequié passam a vir até a Toca da Onça para comprar a quantidade que tivesse, independente do preço cobrado.

Convidaram Rosália para morar na cidade, ofereceram casa, comida e material para que trabalhasse para eles, até o prefeito da cidade demonstrou interesse no artesanato daquela gente, visando o turismo. Tentaram comprar Albertina de várias maneiras para que a mesma permitisse a filha ir trabalhar na cidade, mas ela, veementemente, negou. Ofereceram vestido, batom, “sapatina de plástico” para Rosália, mas a mesma que depositava total confiança na mãe também recusou.

Resistindo ao pedido dos interessados em lucrar a partir da venda do lindo artesanato da menina, Albertina responde: “Oia, seu moço, da rua nós fugimo e pra lá ninguém vorta. **O nosso**

é aqui. Sofri muito lá. Passei fome, pedi esmola, perdi fios matado, pelo meno de um eu tenho certeza. Três minina se perdero na garra do gavião. Nem repita essa palavra”. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 92, grifo da pesquisadora). Albertina e os filhos teciam, produziam cobertores, roupas, “Se facilitá, até os minino macho tamém sabe fia e tecê.” (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 92).

Nesse sentido, sem divisão de sexo no trabalho, cumprindo seu papel de produtora, não apenas de reprodutora na comunidade, a mulher valoriza aspectos de ruralidade, a sua identidade como mulher trabalhadora rural e da pequena produção comercial que ali se formava. Orgulhava-se e se sentia vingada do processo de exclusão social: “– Viu cambada! – vingou-se. – Agora ocês tão me adulano pra compra minhas coisa. Lá na rua, ocês batia o pé no chão cumo se a gente fosse cachorro. Nem todo os cachorro...” (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 93).

Outro ponto relevante quanto aos aspectos de ruralidade até aqui analisados, referindo-se às questões de gênero, é a produção de remédios caseiros para curar doenças, utilizando-se da matéria prima da natureza. Ao ser questionada pelos comerciantes que tentavam levar Rosália para a cidade, quanto ao que faria se precisasse de remédios na roça, a caatingueira expõe:

Pra dizê a verdade, quando chegamo lá na cascaieira, é que tava todos morreno, sabe de quê? De fome, a pió enfermidade que Deus botô no mundo. Deus não, o Coisa Rúi. Hoje quando parece um defluxo, um talho no pé, um machucão de pancada na roça, tudo se resolve cum foia, raiz, casca e semente, sobretudo de umburana de cheiro. A vida num pode sê mió. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 92).

Nesse aspecto, a socióloga que fundamentou parte dos estudos sobre ruralidade nesta pesquisa, assevera que

Em mais de 70% das famílias dos tradicionais, os conhecimentos transmitidos pelas mães, pelas avós, pelas antepassadas são muito importantes. E são as mulheres adultas que dominam o repertório das queixas e a ‘cura’ para tudo, manipulando ervas e plantas medicinais para a confecção de chás, pomadas e xaropes para os mais distintos males, desde os desconfortos do corpo – dores de barriga, de dente, de cabeça, as gripes e resfriados, etc. – até os da alma ou dos ‘nervos’ – como as ansiedades, as angústias, os nervosismos em geral. (KARAM, 2004, p. 316, grifos da autora).

Embora a pesquisa mencionada nesse excerto tenha sido realizada na Região Metropolitana de Curitiba, quanto ao papel desempenhado pela mulher agricultora, desde o processo produtivo até a sociabilidade necessária à manutenção de um “meio rural vivo”,

percebe-se que, na região cacauera sul-baiana, aqui representada nas obras de Euclides Neto, e em grande parte das regiões rurais do Brasil e em outros lugares do mundo, a cultura tradicional permanece com a manutenção do uso comum de remédios caseiros, chás, passados de geração em geração para a cura de certas doenças, e, hoje, são utilizados concomitantemente com remédios farmacêuticos, o que revela o diálogo entre o tradicional e o moderno.

Ao remontar aos discursos presentes nos textos ficcionais ora analisados, quer seja o discurso do autor e/ou das personagens, percebe-se claramente que são discursos de resistência ao poder da classe hegemônica na região cacauera sul-baiana. Ao dar vez e voz a uma mulher, trabalhadora rural, o escritor enfatiza o papel de um sujeito social que foi e ainda é por muitas vezes invisibilizado pelos discursos hegemônicos e remotos da ruralidade, em que normalmente, a mulher não podia falar, devia obedecer e se calar perante o homem.

O escritor constroi em seu discurso literário elementos que apontam para a presença forte de uma protagonista que não aceita e nem se coloca numa condição de mulher-estorvo, de mulher-objeto, de mulher-xucra, de mulher-submissa, como normalmente se via na cultura da região cacauera, em que essas caracterizações da mulher como sujeito tomado como submisso e o homem como sujeito dominante, é resultado do poder exercido pelas sociedades patriarcais, cuja ação fomenta a desigualdade de poderes entre os sexos.

A personagem construída destoa desse universo tendo em vista que não se mantinha inerte perante as lutas cotidianas, pelo contrário, as suas formações discursivas valorizavam o modo de vida rural, o convívio familiar, a atividade econômica, sua identidade, a religiosidade, a capacidade de se reinventar enquanto mulher, a ideologia firme, ao ponto de se impor em condições que poderia se manter em posição de subalternidade.

Retornando aos estudos teóricos presentes no livro *Gender and rurality*, as autoras abordam que o gênero deve estar relacionado ao discurso:

Como observam Alsop, Fitzsimmons e Lennon (2002, p. 79), essa mudança de ver o gênero como "um processo e não um 'papel'" está intrinsecamente ligado com "a mudança das coisas para as palavras" e, mais especificamente, a noção de "discurso". Scott (1988, p. 35) define o discurso como uma "estrutura específica histórica, social e institucional de declarações, termos, categorias e crenças". Há uma gama de discursos pelos quais nos constituímos como "femininos" ou "masculinos", mas nem todos têm status equivalentes (Davies e Harre, 1990; Weedon, 1987). A noção de discurso está intrinsecamente ligada ao poder. Como explica St Pierre (2000, p. 485), "uma vez que um discurso se torna 'normal' e 'natural' é difícil de pensar e agir fora desse. Dentro das regras de um discurso, faz sentido dizer somente certas coisas." Ramazanoğlu (1993) argumenta que isso não significa que os sujeitos sejam determinados pelo discurso e que não tenham agência. Ao invés disso,

ela afirma que a resistência está implícita dentro da noção foucaultiana de poder. (BRYANT; PINI, 2010, p.2).

Para esse foco da discussão que explora a relação entre gênero, ruralidade, discurso e poder, interessa retomar o poder foucaultiano enquanto exercício constante nas sociedades e, neste caso, entendê-lo no contexto das relações sociais e de poder presentes na sociedade cacauera sul-baiana, aspecto pontuado algumas vezes na discussão deste trabalho.

Para Foucault (2014), as relações de poder se modificam conforme as alterações que as intersecções sociais provocam na perspectiva social do corpo. Foucault compreende que o poder se encontra em diversos lugares, uma vez que advém de diversos elementos, entende assim, que a estrutura da sociedade é atravessada por várias relações de poder que não se situa em apenas um lugar específico e que são inerentes ao tecido social. Traz a noção de “microfísica do poder”, tendo em vista que o mesmo não se detém, mas é exercido constantemente nas relações sociais estabelecidas entre os indivíduos.

Em sua visão, o poder, elemento integrante de pequenas práticas do cotidiano, é uma força que se exerce, uma capacidade de afetar outrem e é exercida pelos pares e instituições sociais. Tece, ainda, uma apresentação do poder moderno e, nesse sentido, analisa a concentração do poder nas mãos de um soberano. Contudo, preocupa-se com a forma que o poder se desenrola no corpo social. Uma de suas contribuições relevantes na discussão desse conceito é a sua afirmação de que nem sempre o poder é repressivo, mas antes de tudo produtivo. Sendo assim, o poder moderno governa, medicaliza as populações, controla e, por fim, normatiza.

Foucault (2009) critica a sociedade de adstramento em que o poder panóptico realiza a vigia constante do corpo social. Trata-se de um poder circular em que no centro se encontra o soberano cuja função era impor tarefas e condutas a uma multiplicidade de sujeitos, a fim de que esta multiplicidade fosse pouco numerosa e o espaço limitado (DELEUZE, 2005). Desse modo, refere-se a uma sociedade adestrada em que pesa dois conceitos relevantes: a disciplina e a norma.

Por fim, o filósofo apresenta uma nova função ao poder, o de gerir e controlar a vida dos indivíduos, trazendo de modo subjacente a relação de poder-saber e apontando uma diferenciação dos mesmos quanto à natureza, tendo em vista que ambos não são do mesmo nível. Assim, aponta que o poder é exercido por meio de forças e o saber se refere a formas, matérias formadas e funções exercidas. Aqui, fica claro que o filósofo trata do poder discursivo, bem presente na formação da sociedade patriarcal, uma vez que o que é afirmado é compreendido como o certo.

Nesse sentido, tendo em vista que a relação poder-saber remonta à ideia do discurso e do poder que este tem sobre a sociedade, o filósofo chama a atenção e faz uma ressalva para o fato do discurso ser pronunciado por aquele que tem o poder, ou seja, a classe que domina ideologicamente a sociedade. Na sua visão, o discurso e o poder são armas poderosas da elite para o domínio das massas.

Ainda nesse ponto, Foucault avalia que o poder e o saber se implicam mutuamente e que não há relação de poder sem se constituir um campo de saber, bem como todo saber constitui novas relações de poder e, conseqüentemente, de resistência. Na visão de Cidreira de Jesus (2011, p. 50), “os discursos que prevalecem nas sociedades, inclusive na cacaueteira, pertencem àqueles que exercem o poder e assim os indivíduos aprendem em nome de um discurso proferido como válido pelas famílias e instituições”.

Por outro lado, essa relação de poder que é difuso e pode ser exercido por diferentes sujeitos em suas relações sociais, não deve ser detido por apenas uma classe, a dos dominantes, capaz de excluir de uma vez por todas a atuação dos sujeitos dominados, pois ocorre um enfrentamento contínuo e dinâmico entre essas relações, as quais envolvem forças antagônicas: “Temos, em suma, que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas.” (FOUCAULT, 2009, p. 29, grifo do autor).

Sendo assim,

Onde há poder, há resistência, ou melhor, todo poder pressupõe resistência. Não existe, propriamente, o lugar da resistência, assim como não existe, propriamente, o lugar do poder, mas pontos móveis e transitórios que se distribuem por toda a estrutura social. (CIDREIRA DE JESUS, 2011, p. 49).

Albertina luta contra a sua posição de explorada, uma vez que seu discurso é anticapitalista, é um discurso de resistência à submissão, à exploração, à divisão de classes em que o pobre é visto como força de trabalho a serviço do capital, à propriedade privada, à irrestrita liberdade de comércio, à exclusão social.

Tal posição de resistência ao discurso capitalista e explorador pode ser ilustrada na passagem em que um comerciante queria comprar o fabrico da família e tinha planos de colocar uma pequena boutique, cujo nome seria “Toca da Onça”, Albertina explica que a sua produção era também solidária, pois servia não somente à família, mas àqueles que passavam na estrada, aos vizinhos, até aos que vinham de longe e vendia até fiado, pois sua intenção era matar a fome da sua família e dos necessitados que por ali passavam. Após muita insistência, ofereceram

pagar a produção à vista e a mulher responde: “– Nosso negócio num é só dinheiro. Aqui é o que menos vale. Damo valô ao que plantamo e comemo e podemo servi, o resto é sobejo.” (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 97).

A mulher deixava transparecer que preferia fazer negócio com os da roça, com os quais poderia até trocar mercadorias e eram pessoas de bem, já com os da cidade, opunha-se a negociar, pois, a seu ver, eram pessoas usuráveis e sem confiança. Insistentemente, o comprador tirou uma boa quantia de cédulas novas, ao que Albertina toma uma decisão:

– Qué sabe de um fim de conversa: meta o dinheiro de ocês na bunda, que má falado digo.[...]
 – Outo dia a gente pode inté vende. Mas hoje ocês percisa aprendê a vive cum gente de opinião e vergonha. E o que ocês tão comprano eu não vô recebe agora. Fica para adispois. E boa viagem, que já empataro demais. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 97).

O discurso de Albertina, até certo ponto pejorativo e sarcástico, demonstra uma inversão de categorias, colocando-a como quem, agora, dita as regras do jogo. É um discurso de uma trabalhadora que vem de baixo, mas não precisa se render ao poder do capitalista. A mulher resiste, e “para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de ‘baixo’ e se distribua estrategicamente” e, nesse sentido, salienta-se o fato de que o ciclo da resistência não se completa, pois não “se distribui estrategicamente”. (FOUCAULT, 2014, p. 136, grifo do autor).

A personagem parece rasurar o discurso dominante capitalista, uma vez que para ela, “não se pode vendê tudo, porque farta prá os outro que tamém percisa, os mais fraco” (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 96), bem como “o bom mermo, é servi a todo mundo” (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 98) e trabalhar. Assim, contrapõe o modelo de uma sociedade que se ancora em bases que se voltam para o mercado e o lucro, coisificando as relações sociais, econômicas e as de cunho afetivo.

Rasura com as questões de classe, ao se colocar como um sujeito que tem a capacidade de negociar, de tomar decisões econômicas importantes para o seu grupo social, pensando na terra como um bem comum e na distribuição solidária e afetiva dos alimentos e produtos que advêm dela, seu pensamento se volta também para atender às necessidades dos outros vizinhos, amigos, viajantes, forasteiros.

Nesse sentido, retomam-se as concepções de Amiguiño (2005) sobre educação em meio rural e desenvolvimento local. O autor tece uma crítica à observação desses meios pelo viés da exclusão social. A seu ver, o conceito de exclusão social que foi tomado como a fase

extrema do processo de marginalização, entendido como processo “descendente” por meio do qual se percebem rupturas relevantes na relação do indivíduo com a sociedade (FERNANDES; CARVALHO, 2000 apud AMIGUINHO, 2005, p. 9), era um conceito redutor na medida em que foi constatado que no meio rural pesquisado não havia rupturas familiares e afetivas, “onde, apesar de tudo, ainda pontuam as relações de vizinhança e de proximidade, a entreatada e a solidariedade.” (AMIGUINHO, 2005, p. 9). Ao procurar os sintomas de fraturas no contexto rural, a exclusão social nas coletividades rurais e a marginalização em meio a crises econômicas, o professor pressentiu o contrário.

Assim, Amiguiño (2005), embora aborde um aspecto referente às comunidades rurais no Nordeste Alentejano, traz um elemento de relevada importância para se entender o contexto da cultura rural baiana, representada na narrativa, quanto ao processo de união e solidariedade entre os membros da família de Albertina, seus vizinhos, seu Manduca, à medida que se refaziam laços sociais, a fim de enfrentar as dificuldades econômicas por que passavam na região.

Observou-se o mesmo na invenção do Nordeste Alentejano, nos momentos de crise, os sujeitos sociais rurais “continuam a avivar a coesão de solidariedades primárias e cadeias de auxílio mútuo, colocando, momentaneamente, conflitos ‘entre aspás’, criando pontes onde elas tendem a faltar gerando um efeito de almofada da própria crise.” (ALBINO, 2002; ALMEIDA, 1998 apud AMIGUINHO, 2005, p. 10, grifo do autor).

Outra contribuição relevante desse estudioso para esta pesquisa é o fato de perceber o meio rural em sua diversidade, um mundo de outros e vários sentidos. Corrobora a visão desta investigação, ao afirmar que o mundo rural tem suas especificidades, assim, é uma realidade que precisa ser cartografada, diferenciada e contrastada detalhadamente, no sentido de observar a diversidade de suas características. Afirma, então: “O desfavor, as perdas e as colectividades rurais, que fazem na sua “sensibilidade”, são de um teor distinto, invocam outros fenômenos, que no espaço social rural se combinam diferentemente do que sucede noutros contextos sociais.” (AMIGUINHO, 2005, p. 13).

Nessa perspectiva, entende-se a realidade social rural que foi socialmente construída ou reconstruída na narrativa, por meio da ajuda mútua e solidariedade entre familiares, vizinhos e proprietário da fazenda. Com a amizade de D. Mocinha, vizinha que morava no descambo da serra, na beira da Lagoa Grande, Albertina, que usava um pedaço da terra da vizinha ilegalmente, contou-lhe que apanhou alguns umbus e sementes em sua roça abandonada. Albertina sentia-se constrangida, mas precisava falar a verdade, contou-lhe também que trouxe um cacumbu de enxada que tinha achado por lá.

D. Mocinha, prontamente, e num gesto amigável, disse para Albertina que a mesma fizesse de conta que a terra era sua, que podia ali colher umbu, vender, já que não estava plantando por lá. A amizade entre a família das duas se fortificou daí por diante, com troca de favores, trocando animais, artesanatos, a ponto de D. Albertina dá um cachorrinho para D. Mocinha que, na verdade, queria comprá-lo. Em troca desse favor, Seu Custódio e D. Mocinha levaram à Albertina uma leitoa e um frango já se mostrando galo para aumentar a criação de sua vizinha.

Desse modo, os grupos sociais acima constituídos vivenciavam a ruralidade buscando

(...) rearticular a cooperação e a troca no que tange ao processo produtivo propriamente dito, partilhando-se assim trabalho, terra, instrumentos e insumos, bem como os resultados no momento da comercialização. Tal exercício já é conhecido pela prática na manutenção da sociabilidade entre os segmentos sociais locais, seja pela ligação com a religião, seja pelos laços de parentesco e vizinhança, o que vem permitindo no decorrer do tempo a organização dinâmica do tecido social. (KARAM, 2004, p. 317).

Dentro dessa organização social, surpreende o leitor o papel de Seu Manduca, proprietário de grande parte daquelas terras, homem justo e solidário. Como já dito, esta representação traz imagens que rasuram com a visão estereotipada de um coronel representado como uma figura ruim, machista, capitalista, usurável e que visa apenas o lucro e seu bem-estar.

Seu Manduca estabeleceu um laço de cooperação e ajuda mútua com Albertina, deu-lhe um pedaço bom de terra, ofereceu-lhe sementes, cabras, insumos, instrumentos para plantar, colher, tudo para que a mulher também, num sentido de troca e de cooperação, pudesse estando por perto, proteger a sua fazenda e a criação de cabras sempre ameaçada pelas perigosas onças. Albertina avançou muito na produção, transformando esse antigo pastinho doado em uma manga bem formada.

Além disso, Seu Manduca, diante da crise da região, quebra as relações de classe e de dominação com a classe trabalhadora que baseavam sua posição hegemônica na produção de cacau e criação bovina. O homem que vendera suas terras para retornar à cidade com a família devido à crise da região resolveu vender parte do recurso que até então constituía a principal fonte de riqueza e emprego: a terra para Albertina, fazendo um encontro de contas de um dinheiro que ele a devia e doando ainda para a mulher algumas reses, algumas vacas de estima, cabras, ovelhas, reprodutores, porcos. Essa atitude remonta a outro aspecto que também corrobora o sentido que se dá para o que aqui se compreende como “novas ruralidades”. O

produtor teve que se adequar às mudanças socioeconômicas ocorridas na região, destituindo-se de sua posição hegemônica diante da trabalhadora. Desse modo, discorre para Albertina:

[...] Que fico fazendo com esse mundão de terra sem dar lucro? As fazendas de cacau, a vassoura de bruxa acabou. Procurei comprador e só achei a troco de carro usado, terreno ou casa na rua de Ipiáú, que vale menos ainda. O sol matou metade das roças. Fiquei pobre, pobre. Estou viajando de ônibus. A renda de tudo não paga as despesas. Já vendi o carro para enterrar nesses matos. Se for fazer as contas, a situação da senhora é melhor que a minha. Pelo menos, tem dinheiro, tem gado e criações. Estou reduzido a poucas reses e débito no banco. E nenhum dos meus filhos, quanto mais genros, querendo me ajudar. Ficam na rua jogando perna. Botei nos estudos, gastei um dinheirão, até que fizeram o ginásio. Agora, pensam que são doutores e andam atrás de emprego importante, sem saber fazer nada. Essa fazenda comprei pra eles, pensando que dariam pra alguma coisa. Terra hoje é pra quem tem coragem de botar a enxada no chão. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 155-156).

E, assim, Albertina compra aquela parte da terra que para o novo fazendeiro não tinha valor algum. A mulher, então, realiza o sonho de poder ter de volta o que era dos seus descendentes, reconstruindo a roça, a casa, tudo que havia se deteriorado no tempo e no espaço, reconstruindo seu próprio destino. Vê-se bem presente na narrativa a migração de classe social da mulher, a qual passou de empregada, cujo papel era de subordinação, a exercer o papel de proprietária, de produtora, passando a ter um papel timidamente político frente à sociedade de Jequié que buscava comprar seus produtos artesanais.

Mediante o exposto, retoma-se que o gênero e a ruralidade, em intersecção com as categorias de classe, raça e sexualidade, são temas ainda bastante lacunares nos estudos rurais. Desse modo, intencionou-se aqui apontar possíveis reflexões sobre esses elementos, a partir da análise das narrativas do escritor grapiúna.

Retomando o título deste capítulo, cujo foco é discutir as representações das mulheres trabalhadoras rurais, considerando algumas rasuras da subalternidade, afirma-se que, construindo a personagem Albertina, o escritor contrapõe a uma visão cartesiana da mulher enquanto sujeito destituído de desejo sexual, recalcada e apenas disponível a atender aos impulsos do macho, pois a mesma exerce sua sexualidade, liberando sua vontade carnal de se satisfazer.

A narrativa aponta para a exaltação do lado primitivo e animalesco da mulher, comparando-a a um animal que segue seus instintos. As representações dessa mulher ultrapassaram os limites da Fazenda Toca da Onça e do Seu Manduca e ganharam notoriedade por várias regiões. Os discursos que por ali se proliferavam mostravam a imagem de uma mulher preta e doida que matava onças, uma visão mítica de uma Mulher-onça, Maria-onça,

uma mulher macho, aguerrida, que, segundo os boatos, tinha aquela valentia, pois quando acabava de matar o animal, bebia um litro de sangue e comia os miolos da fera.

Para além dessas imagens construídas sobre Albertina, a mulher que fora abandonada pelo marido e há muito tempo não tivera nenhuma relação íntima com outro homem, certo dia, foi apanhada por um desejo sexual que lhe atormentava. Sentia vergonha dos filhos, lembrava do Seu Manduca e de todos os conhecidos, mas a vontade era grande: “Teve vontade de correr nua, de gritar, de rasgar as partes endiabradas, beliscando. E as filhas e os meninos, se a vissem assim?” (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 142). E saciou a sua vontade com o primeiro homem que surgiu no meio da mata, era um caçador:

Miraram-se. Nunca se tinham visto antes. Sentiram o fartum mútuo e enérgico. Ele mais que ela. Albertina vagalumava. Os trovões arrebentavam-se como cachoeiras sobre pedras. Deitaram-se ali mesmo. Cruzaram com violência, gemendo como animais famintos. Despejou dentro da mulher meia cuia de mingau fervente. Também estava reservado, carecendo.

Daquele dia em diante, nas quadras de lua, Albertina corria as trilhas. Como carregava um chamador arremedando as nambus quando estavam no cio, o caçador já a conhecia pelo canto. Respondia. Até que se encontravam, sempre em lugares diferentes. Só não queria saber o nome do dito, pois aí a vergonha seria maior. Cada vez mais temia o futuro das filhas. Quando voltava, era desconfiada, como se todos soubessem do seu malfeito. Passa dias naquela tranquilidade de mulher satisfeita, já de facão amarrado. Na chegada do crescente, voltava a cruzar. Depois nem queria ver o homem. Até que chegavam os calores na sua fruta de maracujá. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 143).

Reitera-se que o escritor regista em seu compósito narrativo, como é demonstrado no excerto acima, uma mulher que faz suas próprias escolhas, é dona de sua própria vida, do seu corpo, fruindo sua sexualidade, vencendo seu próprio destino. Dá voz à mulher grapiúna, de modo que a mesma é representada como possuidora de um papel muito importante não só na família como também para a sua comunidade em vários âmbitos, exercendo a sua função social como mulher trabalhadora rural, desconstruindo a concepção patriarcal de sociedade em que as mulheres não podem alcançar o mesmo lugar social ocupado pelos homens, já que são consideradas frágeis e possuidoras de instintos naturais relacionados à maternidade, sendo destinadas apenas ao âmbito privado, como já explicitado nessa análise.

Retomando a discussão sobre a relação entre ruralidade, gênero e discurso, tem-se que o espaço rural da região cacauceira e o tempo ao qual se refere a obra *A enxada e a mulher que venceu seu próprio destino* (década de 1990), remontam a uma época em que a mulher trabalhadora rural fazia pouco uso da palavra e quiçá nenhum. No entanto, à personagem, cuja

representação rasura os estereótipos impingidos a essa mulher, possuidora de um discurso de resistência e ideológico, é possibilitado o lugar de fala, uma vez que o autor valoriza o linguajar popular do trabalhador/a rural grapiúna, enfatizando a oralidade/discurso como um dos construtos identitários dessa gente.

Nesse sentido,

Os diálogos são registrados em variante linguística da fala do povo, contribuição inestimável para o levantamento dos falares regionais nas pesquisas acadêmicas. A ingenuidade do enredo que lembra narrativa de aventura, na qual tudo e todos estão a colaborar com o herói para que ele vença as adversidades, resgata o saber de contar estórias, e até de causo de onça, sendo a protagonista a grande heroína que ganha fama de matadora das pintadas. (HERRERA, 2014c, p. 11)

A heroína, no dizer de Herrera (2014c), faz uso da palavra em muitos momentos narrativos, no entanto, destacam-se neste tópico da discussão as passagens em que a mulher e sua filha Rosália contam os causos da vaca e da onça para os filhos e irmãos. No primeiro caso, o “da vaca”, os filhos pedem a Albertina para contá-lo, no entanto, ela que já tinha relatado mais de dez vezes deu lugar à Rosália. Esse caso remonta à história de como a mulher tinha conseguido o coro usado para a produção das alpercatas.

Rosália, então, inicia o reconto de forma detalhada sobre o dia em que a mãe saiu a andar e encontrou uma vaca ervada, dia de Santa Luzia, em que ninguém podia trabalhar ou caçar, logo em seguida, passa a fala à mãe que continua a contação do fato. Albertina, cuja vivência na zona rural, deu-lhe muita experiência, reconhece pelo semblante da vaca que a mesma estava envenenada, além disso, via que caía dos quartos e tinha os olhos virados. Antes de mais nada, a mulher que tinha um bom caráter, buscou contar logo para o vaqueiro do seu patrão o ocorrido, já que a vaca não era sua.

Narra Albertina:

Mas eu conhecia bem que aquela dita-cuja tava ervada. Cobra não foi. Jaracuçu deixa a sisura e incha muito no lugá da mordida. Cascavé tamém não. Num incha, mas tamém deixa o siná dos dente na desinfeliz. Só podia sê ervada. Quando vortei pra vê, a coitada já tava cum a pança lá em riba, pareceno um tambô. Num via que era erva e não outo má. Como seu Malaquia foi pra feira e só vorta amenhã ou adispois, até dizem que ele é dono de u'a muié pur lá, eu tuzei o tempo e aresolvi: vô proveitá. Mais que depressa amolei meu chibute, que cortava e ainda corta que ome pode fazê barba, guardado pra essas precisão. Tirei o coro. Cuma pele de pé-duro tem um dedo de grossura... iguá aquele nunca vi. Oia, cumo é grosso. A sola de percata num percisa tê mais q u'a capa. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 117).

Prendendo a atenção dos filhos, ao mesmo tempo em que narrava os fatos, ia lhes ensinando como se deveria aproveitar a carne, o coró e o osso de uma vaca que morre envenenada. Ensinava que não se podia comer o fato como havia aprendido com seu avô, tão pouco o fígado onde o veneno se concentrava. Embora muitos duvidassem da procedência da carne, Albertina que se considerava “macaca veia” despostou a vaca, salgou a carne, espichou o coró e aproveitou tudo. Mesmo após tanto trabalho, Albertina entrega tudo ao fazendeiro, no entanto, ele recusa e deixa para ela, já que a mesma não tinha medo, nem nojo.

A mulher conta alegremente o feito e narra sobre os dias em que comeram com muita fartura durante um mês. Do coró, fez alpercatas para os filhos que estavam descalços e ainda sobrou para quem fosse chegando. Diz Albertina: “Do coró, fizemo percarta pra todo mundo. E ainda sobrô esse pedaço que agora vai servi pra ocês que chegaro. Mas o importante não é recebê a percarta pronta, importante é aprendê a fazê.” (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 119).

Assim, após contar o caso da vaca, Albertina vai lhes ensinando a cortar correias, recortar pedaços de coró amaciado na água com faca amolada e mão certa, furando e metendo as correias cruzadas no primeiro solado, de modo que até os que já sabiam fazer as alpercatas queriam aprender mais. “Era a admiração renovada de assistir à mãe saber fazer tudo.” (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 119). A sua satisfação maior é de ver seus filhos calçados.

A nordestina transmite aos mais novos a sabedoria da cultura local passada pelos seus ancestrais, é o que se nota também no “caso da onça” contado pela Mulher-Onça, apelido pelo qual ficou conhecida na região. Esses momentos de contação de histórias são muito presentes no texto ficcional, de modo que

Ao valorizar a narrativa com o sabor de contar histórias edificantes, seu romance insere-se na contramão dos romances da contemporaneidade que valorizam mais a escrita como autorreflexão e abandonam o foco do enredo e a crença no narrar. A *enxada* convoca alegoricamente os leitores e os escritores para resgatarem as sementes da narrativa e, como Albertina, semeá-las. (HERRERA, 2014c, p. 11, grifo da autora).

Corroborando o pensamento da crítica literária, enfatiza-se a riqueza dessas narrativas construídas pela experiência da personagem-heroína, aspecto bastante valorizado na concepção clássica do narrador, apresentada por Walter Benjamin (1994) como o narrador conselheiro que conta e narra suas próprias experiências com o objetivo de ensinar algo.

Nesse sentido, Albertina que “sabia de tudo”, não temia as feras, embora soubesse que eram muitas e infundáveis, era experiente na arte de matar as onças, conta aos filhos sobre a rota que esses animais faziam e da impossibilidade de serem extintas, uma vez que eram animais

viajantes e capazes de enfrentar água e até cascalheira, o tempo e o espaço para garantir a vida da sua espécie. Segue o diálogo entre a mulher e seu filho:

– A senhora aqui já matô, pur aí tamém mata de vez por outa, cumo é que num acaba, mãe?

Albertina sabia de tudo.

– Meu filho, desde quando o mundo nasceu, no perdido tempo das era, os parente das onça tinha a sua rota. Sempre pelo mermo lugá, pegano caititu, veadó, tatu, o que achava. U’a ensinava a outa por onde devia andá. As pequeninha acompanhava as mãe, aprendeno, logo deixava o ninho. Cumo tô fazeno com ocês. E passava sempre pela merma tria, de serra a serra. Pelos tabuleiro sem fim desse mundão de meu Deus. Já viajava de zoio fechado. Conhecia tudo. Morria u’a de veia, nascia outas, rendendo; tornava a morré e tocava a vida. Nada atrapaiava pelos camim, quando era só mato e bicho. Antes de se pensá em gente morano aqui.

– A senhora é desse tempo, mãe?

– Minino, nem meus pai, nem meu avô, nem o tetra viu o começo desses tempo. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 137).

Como se nota, os causos contados exploram ensinamentos morais e também práticos, assim trazem elementos de ruralidade, passados de geração em geração, através do discurso narrativo que se projeta no discurso da personagem feminina. Assim, ao garantir por meio das narrativas orais que os ensinamentos sobre os modos de vida na zona rural sejam propagados, o texto ficcional reconstrói no presente as relações de gênero, ruralidade e discurso, valorizando os saberes rurais e os sujeitos sociais inseridos nesse contexto, sobretudo, os saberes da mulher trabalhadora rural.

No quesito ruralidade e relações de gênero, ainda é necessário corroborar que as representações dessa mulher trabalhadora ocorrem num espaço rural específico que, aqui, é considerado em três acepções: como um espaço físico (território e seus símbolos), lugar onde se vive (modos de vida e aspectos identitários) e de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem e da mulher rural e sua inserção em outras esferas sociais), como já abordados nesse texto, tomando por base as discussões de Wanderley (2000), citado por Karem (2004).

Até aqui foram apresentadas algumas especificidades e contornos desse espaço, tidos como aspectos de ruralidade, no entanto, pode-se dizer também que a abordagem do aspecto físico está presente na descrição pormenorizada do cenário natural, da zona rural, da caatinga, por meio da qual o escritor enfatiza a relação viva e respeitosa que se dá entre a natureza e os sujeitos nela inseridos.

O texto ficcional, nesse aspecto, “proporciona ao leitor um conhecimento do local, da zona rural, do interior da Bahia. Há um inventário de valores históricos, geográficos, hábitos,

linguajar – a cultura local.” (HERRERA, 2014c, p. 12). Desse modo, no capítulo 7 do texto narrativo, em que Albertina ensina aos filhos a tirar mel de jataí para se alimentar, o narrador descreve:

A caatinga era flor de todas as cores e formas. Umas maiores, das jitiranas; outras pequenininhas como as da sete-sangrias; em cachos como o canjoão; roxas do maracujá-de-veado, indecentes, parecidas com tudo que uma mulher tem de mais escondido. Muitas brancas: catinga de porco, cajirana, pereiro, mal-me-quer, pau-de-jacu, onze-horas, alecrim-de-burro, cabeça-de-negro, mandacaru, aleijão, quixaba, embiruçu; o esporão-de-galo também no desperdício, inventando cores: branca, roxa, amarelada, rosa; quiabento se mostrando em branco e rosa; xique-xique, maria-preta no vermelho; mulungu ensanguentado; itapicuru branca-cinza; as lilases: feijão-de-rola, comida-de-jacu, pau-d’arco; taipoca, marrom; vaqueteira, rosa; sete-cascas apressados e amarelos. Os meninos queriam encontrar jataí pra levar à mae. A abelhinha miúda feito um mosquito vivia muito por ali, nas matas de cipó, pois não se davam na caatinga. Levariam também os maracujás do mato: de veado, de cobra, azedos como limão, bons pra comer com mel. Num pé de aroeira, bem embaixo, lá estava a colmeia. Tirou uma conca de licuri: pequena gamela. As jataís não eram valentes, nem picavam como as terríveis africanas, já intingujando aqueles arredores. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 36).

Como se percebe, a descrição do lugar físico é constituída pela ênfase nos aspectos da natureza e como afirma Herrera (2014c), é um inventário de valores diversos, elementos que compõem a natureza, a geografia, a cultura daquele lugar. Fica explícito a riqueza e o lirismo na representação da caatinga, como um espaço florido e alegre, terra em que se “arando tudo dá”. Essa é a concepção ideológica presente no compósito narrativo, tendo em vista que o escritor trata de evidenciar a caatinga, como espaço de resistência, terra que alimenta e sustenta o povo sedento e faminto não só de comida, como também de justiça social.

São vários os momentos literários em que são descritos aspectos geográficos da zona urbana, representada pela cidade de Jequié, como, de forma muito mais contundente e rica, a zona rural. Esta é representada como espaço que viabiliza o ressurgimento daqueles que foram escurraçados da cidade, assim, é o espaço do bem, da bondade, do amor, do respeito, da cooperação e, sobretudo, da esperança. Foi na caatinga que Albertina encontrou os primeiros umbuzeiros que puderam minimizar a fome dos seus filhos:

Perto dali, que era mata de cipó, começava a caatinga. Os umbuzeiros estariam em cachos. Carregou os meninos. As duas maiores, Berenice e Rosália, ficaram com os mais pequenos. Saiu, confiante. Pouco com Deus é muito. Encontrou o farturão. Os meninos correram ao primeiro umbuzeiro e, na gulodice dos famintos, fartaram-se. Pouco importava que as frutas do chão estivessem na areia de bosta de bois e cabras, coisinhas limpas, que ali também faziam refeições. Albertina não fez por menos. Sentiu que o estômago, já frio

de tanta fome, começava a esquentar. Tomava energia. O leite, antes tão escasso, agora lhe fazia cócegas nos seios. Teria comida, pelo menos durante dois meses. Alegrou-se. Ouviu o canto dos passarinhos, o que há muito não escutava. A caatinga era flor só. Tirou uma de maracujá-de-veado e espetou-a no cabelo embaraçado e sujo. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 20-21).

Sendo assim, os dois excertos supramencionados abordam o espaço físico, a caatinga em flor, explorando elementos da natureza e culturais que são relevantes e constituem o contexto da comunidade rural da região cacauzeira sul-baiana. Além disso, retrata, sobretudo, a relação do homem/mulher rural com esses elementos, evidenciando a identificação da mulher e dos seus filhos com o espaço e com os modos de vida ali desenvolvidos.

Dessa perspectiva, no entanto, é importante enfatizar que Euclides Neto, em suas narrativas, a partir dos pontos evidenciados anteriormente, quais sejam, o papel da mulher e do homem nessa cultura, relações androcêntricas e sexistas entre ambos, relações de cooperação entre os sujeitos na zona rural, integração dos mesmos nas lutas sociais e de militância, ressignificação do papel da mulher, rasuras de estereótipos a ela impingidos, bem como, valorização do seu discurso no contexto rural, descrição da natureza, do espaço físico, do modo de vida, ultrapassa a visão restrita do conceito de ruralidade.

Percebe-se que o “trabalho da representação” da ruralidade nessas obras euclidianas não vislumbra mostrar uma visão ultrapassada, arcaica ou rural do Sul da Bahia, mas, valorizar aspectos que relevam uma ruralidade singular que se dá num numa época em que questões políticas, sócio-históricas e culturais subjacentes a essa representação podem aguçar nos leitores uma releitura crítica dos movimentos sociais no campo, explorando episódios de ruptura social motivada pelos conflitos entre agricultores e trabalhadores rurais.

Configura em sua literatura uma ruralidade crítica perpassada por questões ideológicas, sobretudo, por meio de sua visão marxista acerca das lutas de classe, de modo que, para além de uma visão simplista ou nacionalista da zona rural, explora a dicotomia opressor-oprimido, a relevância das questões sociais e econômicas, a representatividade das personagens, a mensagem pedagógica dirigida aos sujeitos subalternizados.

Quanto à representatividade das personagens, retoma-se mais uma vez a construção simbólica da personagem Albertina como mulher de fibra, de coração forte e destemido, responsável por sua própria sina. Nesse sentido, cabe enfatizar que o gênero é produto e também o processo de representação e autorrepresentação sociocultural. Na narrativa, como já bem discutido, o escritor, através do seu narrador, atribui significados positivos à mulher na comunidade rural, evidenciando sua identidade, prestígio e valor dentro da hierarquia social e política daquele espaço, de modo a resumir que: “Ensinava tudo, a mãe Albertina. Sabia tudo.

Não tinha nada no mundo que ela não resolvesse, tanto sabia como ensinava, contava casos, os sucessos de sua vida.” (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 114). E ainda complementa: “Com certeza era mulher de recursos. Muito recurso.” (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 122).

A sua ascensão social se deu de modo gradativo, de modo que ampliava e melhorava suas condições de vida, tornando-se imensamente feliz, ao ver os filhos dando gosto, aprendendo com o exemplo da grande mestra. Nesse sentido, a casa de Albertina tem significado importante na sua reconstrução enquanto ser humano e cidadã:

A casa linda e grande conforto. A cortina de pobre enramava-se por sobre os vãos das portas e janelas. Todas as tarimbas tinham esteiras, forradas com panos grossos e as cobertas mais encorpadas ainda. Ninguém se lembrava de frio. No cercadinho separado, bem no oitão, os pés de rosa, jasmim-do-cabo, onze-horas que saíam pelos espaços das estacas e já andavam no terreiro, cravo-defunto e o que se pensasse de muitas flores. Se lá no barraco da cascalheira não as dispensava, quanto mais ali. Um quarto era só para as mercadorias de vender: não sei quantos litros de mel, dúzias e dúzias de ovos, colares de licuri com as bagas enfiadas no cordão de croá. Não chegavam para quem os queria na feira de Jequié. Vinham de lá compradores e levaram tudo. A barraca da estrada não era mais de palha. Virou casa de telha, com duas portas de frente, paredes de adobes rebocadas e caiadas. Além de tanta tribuzana, tinha leite para fazer requeijão, disputado pela freguesia da estrada. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 122-123).

Possuidora do bem mais precioso para uma pessoa de origem humilde, a sua casa, Albertina avança no patamar social, ampliando também a sua barraca. E, assim, no processo de autorrepresentação, a personagem se atribui muitos significados positivos dentro da comunidade rural, espécie de contraestratégia utilizada pelo escritor ao desenhar essa personagem, o que possibilita reverter estereótipos impingidos à mulher trabalhadora rural. Ao fazer uma rápida seleção desses atributos no compósito narrativo, encontram-se adjetivações e trechos narrativos em que a mesma se autovaloriza:

– Taí u’a coisa que eu queria vê... um bandido qualquer aparecê aqui pra me fazê má ou a meus fio e criação, que tamém são meus fio. Queria... Ia me vingá de ocês tudo. Tá veno essa casa reforçada, cum essas madeira toda, e aquela espingarda ali no torno..., é previnição contra onça-pintada, ou preta, ou o que parecê. Ou gente ruinha. Medo não mora aqui. Só tive medo e tenho de u’a coisa: da fera chamada fome. (EUCLIDES NETO, 2014c, p. 96).

Dessa forma, a mulher vai se autopercebendo no desenrolar do enredo ficcional: “– Sô u’a muié de muito cabedá”. (p. 121); “Era ou não era uma mulher feliz? – resumiu tudo”. (p. 123). A sua ascensão social ocorreu de modo justo e solidário, de modo que ampliava e

melhorava suas condições de vida, tornando-se imensamente feliz, ao ver os filhos dando gosto, aprendendo com o que ouvia e via da grande mestra.

Portanto, mediante o que foi exposto até aqui, pode-se afirmar que Euclides Neto demonstra nas narrativas *O Machombongo* (2014b) e *A Enxada e a mulher que venceu seu próprio destino* (2014c) várias representações de mulheres trabalhadoras rurais, desde aquela considerada submissa, afeita aos desejos e gosto do patrão e que se colocam numa condição de subalternidade, de objeto manipulado pelo homem, como também traz mulheres fortes, determinadas e decididas a lutar pelo seu próprio destino, como é o caso de Albertina.

Essas mulheres trabalhadoras rurais são mestiças e pobres, não estando incluídas nos padrões determinados para a mulher branca, destinada para o casamento, para a maternidade, para a vida doméstica. Assim, o autor enfatiza a vida de mulheres que, em determinadas situações, necessitam sair do âmbito doméstico para a esfera pública, o que revela uma visão crítica e social acerca das relações de gênero, do machismo, da opressão das mulheres presentes no sistema patriarcal.

Evidencia, portanto, personagens que, em certos aspectos, transgridem e rompem com estereótipos difundidos na sociedade patriarcal grapiúna, especialmente por rasurarem as condições de subalternidade nesse contexto sociocultural marcadamente desigual. Euclides Neto apresentou subsídios para o entendimento de que “É preciso desconstruir a noção de que as mulheres são desprovidas de poder, o que descarta a possibilidade de acreditarmos na sua capacidade de resistência e de ação diante das situações de desprivilégio.” (FARIAS DE JESUS; MAIA, 2011, p. 205).

Ainda que o contexto supracitado seja marcado pelo sexismo, machismo, próprios da sociedade patriarcal, capitalista, androcêntrica, em que as mulheres são concebidas como sujeitos inferiores e submissos, há uma tentativa, por parte do autor, de rasurar essas representações sociais estereotipadas, valorizando mulheres inseridas nas lutas sociais, fortes e determinadas na busca da igualdade de gênero e de classe. Há que se destacar, portanto, a importância desse autor, de sua escrita politicamente engajada, uma vez que as questões sociopolíticas, de gênero, classe, raça, sexualidade e ruralidade exploradas em suas narrativas são pontuais e se inserem na pauta das discussões teórico e culturais contemporâneas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tarefa de concluir em poucas páginas as ideias defendidas e desenvolvidas nesta tese torna-se delicada diante de todas as discussões que foram levantadas ao longo da escrita. Mas de um modo geral, pode-se ponderar que a produção literária do escritor sul-baiano Euclides Neto (1925-2000) possui uma grande riqueza e singularidade para os estudos críticos literários da Literatura da Região do Cacau, sobretudo no que tange à necessidade de repensar a representação do sujeito rural grapiúna (homens e mulheres, principalmente, dos trabalhadores rurais) e de sua própria identidade, mediante as mudanças históricas, socioeconômicas e culturais que a região sofreu ao longo dos anos do século XX.

Nesse sentido, a presente tese evidenciou a relevância do estudo de sua obra, considerando que as narrativas ficcionais de Euclides Neto funcionam como parte representacional das identidades socioculturais dos (as) trabalhadores (as) rurais da região cacauera sul-baiana, identificando a linguagem, a memória, as relações de gênero, classe, raça, ruralidade e poder, articulados nas representações sociais, como fatores de produção de sentidos na cultura concebida como grapiúna.

Nos compósitos narrativos ora analisados, vê-se que as “Rasuras grapiúnas” se dão de modo gradativo, à medida que Euclides Neto constrói desde personagens submissas como João em *Os magros*, incapaz de se manifestar diante da exploração socioeconômica e menos ainda como sujeito, até a construção de um painel vasto de personagens, dentre eles, Sarará, Tomás, Felipe dentre outras que, influenciados por ideias comunistas, passam a obter certa consciência de classe e de sujeito. Além disso, traz a personagem feminina Albertina, mulher aguerrida e possuidora de valores rurais que a capacitam lidar com as condições subumanas, revertendo seu destino final de morrer de fome junto aos seus.

De modo geral, foram investigadas essas categorias de análise nas obras ficcionais *Os Magros* (1961), *O patrão* (1978), *Machombongo* (1986), *A enxada e a mulher que venceu o próprio destino* (1996), que compõem a *Tetralogia dos Excluídos*, em diálogo com as referências contidas no texto cultural *Dicionareco das roças de cacau e arredores* (2002), a fim de compreender as diversas representações dos (as) trabalhadores (as) rurais no espaço geossociocultural grapiúna.

De modo específico, foram analisadas comparativamente as narrativas supramencionadas quanto às representações dos trabalhadores rurais; investigar a linguagem, a memória e a história grapiúnas, utilizadas pelo referido autor, como elementos que contribuem para a construção das representações dos trabalhadores rurais grapiúnas; utilizar o *Dicionareco*

das roças de cacau e arredores (2002), enquanto produção cultural e referencial de sentido, para análise das narrativas supracitadas; identificar nos textos ficcionais o jogo de representações que relevam traços significativos da mulher grapiúna, nas vivências da trabalhadora rural.

As hipóteses mencionadas na Introdução deste estudo foram corroboradas à medida que a análise teórico-crítico-literária foi sendo construída e delimitada. Dessa maneira, foi traçado um caminho didático e coeso, ao se construir três seções que se inter-relacionam entre si, de modo que permitissem ao leitor entender e visualizar como se deu o “trabalho” das representações dos trabalhadores/as das roças de cacau na obra literária euclidiana.

Entende-se que as obras literárias analisadas não podem ser consideradas panfletárias ou desprezíveis, pois o autor, com a sua dicção literária própria e ideologicamente vinculada a ideais socialistas-marxistas, ao valorizar a linguagem, a memória, a história, as relações de gênero, raça, classe, ruralidade e poder desse sujeito subalternizado, significa e ressignifica as representações socioliterárias, na medida em que se contrapõe, de certo modo, às representações estereotipadas e reproduzidas no discurso literário e ainda presente no imaginário do povo sul-baiano.

Ressalta-se que o “trabalho de representação desse outro”, excluído e aliado da sociedade cacauera, tomando por base as categorias de análise já citadas, compõem a tese que aqui se levantou e que foi discutida nas seções anteriormente propostas. Tese essa que se construiu com base na *Tetralogia dos Excluídos*, percebida e reconhecida no registro de um autor não canônico, que também pode ser considerado excluído da plêiade literária sul-baiana e que, por meio de seu discurso literário, explora e apresenta questões que envolvem as lutas de classe nas roças de cacau, a luta pelo poder e posses das terras e o papel significativo dos homens/mulheres trabalhadores rurais na construção dessa sociedade.

Pode-se considerar, a partir do que se discutiu na segunda seção desse estudo, que a literatura da Região do Cacau, registrada sobretudo em Euclides Neto, assume um papel de responsabilizar-se pela valorização de aspectos culturais e sociais do povo grapiúna, usando para isso, situações e experiências vivenciadas em suas personagens. A zona cacauera do Sul da Bahia constitui o ambiente de suas narrativas ficcionais, bem como os traços culturais do passado e da história desse povo, ficam evidentes no processo de criação literária.

Discutiu-se, ainda, acerca das representações socioculturais das trabalhadoras e trabalhadores rurais grapiúna, defendendo a linguagem como um dos pilares dessa representação. Para tanto, na primeira seção apresentou-se uma contextualização das produções escritas de Euclides Neto, informando ao leitor quando ele começou a produzir seus romances

e em que período das escolas literárias brasileiras ele pode ser elencado, além de revelar dados biográficos que mostram a sua atuação política em Ipiaú, o que revela um outro lado identificado aqui como escritor-político, engajado com as questões sociopolíticas que envolvem a reforma agrária na região.

No tocante a essa questão, verificou-se que Euclides Neto foi um escritor cujas obras foram concebidas a partir de um diálogo traçado com o projeto literário do romance modernista de 30, chamado de *romance da terra* ou *romance social regionalista* ou *proletário*. Esse literato centra suas narrativas na representação do outro, sendo esse outro as trabalhadoras e trabalhadores rurais, pessoas subalternas, que viviam em condições de extrema miséria, sendo exploradas pelos ricos cacauicultores na região sul da Bahia.

Em seus romances, Euclides Neto descreve essas trabalhadoras e trabalhadores rurais de modo coerente, denunciando, por meio da escrita, a maneira desumana como eram tratados. Aliás, essa é uma das peculiaridades da escrita do autor, evidenciada nesta pesquisa, pois retrata as questões regionais, destacando, porém, a classe trabalhadora; dá ênfase aos marginalizados e excluídos socialmente, denunciando as relações entre oprimido e opressor numa sociedade grapiúna capitalista e excludente.

Num primeiro momento, procedeu-se uma análise comparativa da representação dos trabalhadores rurais grapiúnas nas obras *Os Magros*, *O Patrão* e *Machombongo*, tomando por base o conceito de representação social. Nesse sentido, faz-se importante retomar, de modo geral e comparativo, o quadro das personagens construídas pelo autor e analisadas à luz das acepções teóricas, a fim de entender essas representações, no intuito de evidenciar a manutenção ou as rasuras das mesmas. Na primeira obra citada, o protagonista João, trabalhador rural cujo sonho era comprar um facão novo, pois o seu já estava muito gasto, o que o impedia de realizar seu trabalho adequadamente e de ganhar mais dinheiro, representa os outros muitos trabalhadores que não conseguem resistir ao poder ditatorial, mantendo-se em situação de submissão e aniquilamento social.

João mentia sobre a quantidade de filhos que tinha para não perder o emprego. Por conta disso, as crianças se escondiam para que o gerente da fazenda não os visse. Viviam como se fossem bichos, não seres humanos. O filho mais novo de João morrera pagão; muitas vezes o pequeno se alimentava com terra para tentar saciar a fome. João, por uma tomada de consciência, sentia ódio de toda a situação a que estava submetido, mas não conseguia se manifestar. Mantinha-se submisso ao patrão, às péssimas condições de trabalho, como muitos outros trabalhadores. Em *Os Magros* apenas o personagem Sarará questionava as condições de trabalho e exploração.

Já em *O Patrão*, o personagem Felipe representa um trabalhador rural consciente do papel que desempenha na sociedade e da exploração a qual ele e os seus companheiros são submetidos. Por isso, propõe aos colegas estratégias de oposição ao patrão. Sendo assim, Felipe causa uma fissura na representação dos trabalhadores rurais, pois não é submisso, não aceita a sua condição.

Os proprietários rurais também são representados nos dois livros ora discutidos. Estes donos de fazenda representam pessoas opressoras, egoístas, que não se importam com os trabalhadores rurais aos quais explora até o último fôlego de vida. Por isso, em *O Patrão*, Tomás rompe com o padrão de representação do trabalhador rural, ao deixar de ser submisso e começa a roubar o patrimônio deste, influenciado pelas ideias de Felipe, um companheiro de ideias comunistas, pois na sua visão, se assim o fizesse, o trabalhador não estaria cometendo um crime, mas recebendo o que era de direito, em face do trabalho exaustivo que realizava. O que ele roubava, portanto, representava as férias, décimo terceiro e demais benefícios aos quais os trabalhadores tinham direito e os patrões não pagavam.

Outra representação dos cacauilcultores se baseia na construção da personagem Seu Jorge. Este, protagonista da obra *Os magros*, era um colecionador de joias que havia casado apenas para aumentar suas posses. Helena, sua esposa, é descrita como gorda e banhuda. Segundo o narrador, só conseguiu casamento por conta da herança que possuía. Incapaz de gerar herdeiros, Helena adota uma boneca como filha, a qual tinha muito mais privilégios do que os filhos dos trabalhadores rurais. Até seguro de vida a boneca tinha. Nessa obra, chega-se à conclusão que o autor denuncia como os fazendeiros podiam ser fúteis, egoístas e como eram insensíveis às necessidades dos pobres, dos magros, dos sujeitos.

Há ainda o exemplo de outro proprietário de terras que era extremamente egoísta e perverso, trata-se do coronel Rogaciano, da obra *Machombongo*. Manipulava pessoas, perseguia, até conseguir o que desejava. Assim como o coronel da obra *O Patrão*, termina morrendo na narrativa, estratégia usada pelo narrador a fim de puni-lo pelas várias mortes que causou à classe trabalhadora, além da violência que cometia contra mulheres, homens e crianças.

Nessa obra, porém, há um grande salto na representação dos trabalhadores rurais, uma vez que esses trabalhadores ganham outros contornos na ficção euclidiana. Tornam-se personagens que se infiltram nas fazendas a fim de despertar um sentimento de consciência nos trabalhadores rurais para que fossem capazes de enxergar a forma como estavam sendo explorados e como poderiam lutar para reverter essa situação. Eram comunistas.

Destacou-se, nessa obra, um aspecto importante quanto ao uso de contraestratégias narrativas para reverter estereótipos vinculados às representações sociais dos trabalhadores que eram vistos pela sociedade como seres incapazes de raciocínio, preguiçosos, inferiores e que deveriam ser mantidos em condições de subalternidade. As personagens que eram comunistas – e isto só foi revelado ao leitor nos capítulos finais da narrativa – tiveram que assimilar o modo de vida, os costumes, a linguagem, as atitudes do trabalhador rural, como faziam os militantes de esquerda que se infiltravam nas roças de cacau, a fim de propor uma revolução contra o regime ditatorial. Com isso, o processo de criação literária proporcionou a percepção não apenas desses estereótipos, mas subverteu-os, mostrando a riqueza da linguagem e da cultura do trabalhador rural em suas atividades cotidianas e peculiares.

Outro aspecto que se discutiu na primeira seção e que não pode ser olvidado diz respeito ao uso da linguagem. Em muitos trechos dos romances em discussão, o autor faz uso de provérbios, palavras e expressões típicas da cultura grapiúna. Em alguns momentos, há, praticamente, uma transcrição fonética da fala dos personagens. Tudo isso como forma de ressaltar a identidade linguística do sujeito-falante grapiúna e de mostrar o caráter dialógico da linguagem, a qual é considerada aqui como campo de expressão das relações sociais e das lutas de classe. A classe hegemônica tenta manter-se dominante por meio da linguagem, por outro lado, a classe subalterna resiste também por meio da linguagem. A linguagem é, portanto, em suas obras, um elemento de representação social bastante significativo e que revela as concepções ideológicas de uma classe social.

Na segunda seção desse estudo, tratou-se da relação entre representação, memórias e a questão do discurso histórico. Defendeu-se que o autor ao representar esses trabalhadores e trabalhadoras, contextualiza essas representações, recontando a história da região sul da Bahia e do Brasil em suas narrativas. Esse recontar pode ser observado pela ótica do trabalhador rural, o que, através da leitura e dinâmica da narrativa, faz com que o leitor perceba as injustiças, a situação desumana dos trabalhadores e trabalhadoras nas roças de cacau e enxergue as disputas pela posse de terra. Dessa maneira, por meio de suas memórias individuais e por meio da memória coletiva, Euclides Neto narra como se deu a formação da região sul da Bahia; e ainda, apresenta novos debates baseados no discurso de suas personagens, que mobilizam os sujeitos inviabilizados ao longo da história que está sendo representada na narrativa.

Pode-se afirmar que é muito tênue a linha que separa os limites entre literatura e história, de modo que nas entrelinhas da ficção euclidiana se vislumbra o cenário de disputa política que marcou o Brasil na década de 1960. A renúncia de Jânio Quadros, o veto dos militares para que

o vice João Goulart assumisse resultou na Campanha da Legalidade e na manifestação de grupos de esquerda que propuseram várias reformas, inclusive a agrária.

É válido ressaltar que o período em que João Goulart esteve à frente do poder foi marcado por muitas lutas políticas e sociais. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), o movimento sindical organizado, estudantes universitários constituíram uma frente de luta por reformas de base, denunciando a exploração dos trabalhadores rurais nos engenhos e requerendo reformas trabalhistas que atendessem a esse segmento. Entre outros aspectos, o fato de os grandes proprietários de terra se colocarem em posição contrária a essas propostas, não concordando com a indenização de trabalhadores rurais, o presidente foi deposto por meio de um golpe que instaurou a ditadura no Brasil.

A luta dos trabalhadores rurais também ocorreu no sul da Bahia na década de 1960. Essa luta, porém, é relatada pelo viés ficcional de Euclides Neto. Nesse sentido, a narrativa euclidiana traz uma espécie de “contra-história”, pois esse contexto de luta dos trabalhadores rurais por melhores condições de trabalho e vida, o modo como eram explorados é mostrado ao leitor pela ótica desses sujeitos subalternizados e não por meio da ótica dos dominadores.

Essa “contra-história” é re-construída através da memória individual e também coletiva, uma vez que o escritor retoma sua memória individual e afetiva, suas vivências no meio rural, pois era filho, neto e bisneto de lavradores e também memórias como criador de cabras. Com isso, Euclides Neto recupera os excluídos numa tentativa de reconhecer as culturas minoritárias, o que dá a impressão de que o escritor busca levar seus leitores a adotarem uma postura engajada, tal como a sua, no sentido de repensarem essa sociedade capitalista, injusta e opressora.

Por fim, na última seção, discutiu-se as relações de gênero, classe, raça, ruralidade e poder numa perspectiva interseccional nas obras euclidianas *Machombongo* e *A enxada e a mulher que venceu seu próprio destino*. Compreende-se que cada cultura possui um sistema de gênero que relaciona as questões do sexo a conteúdos culturais a partir de valores e hierarquias. Nas sociedades em que o sexismo predomina, os homens têm mais prestígio. As mulheres, por sua vez, são vistas como frágeis, subalternizadas e “naturalmente” uma pessoa do lar.

Nos dois livros anteriormente citados, o autor apresenta um quadro composto por vários tipos de mulheres em suas obras. Mulheres submissas, que se encaixam no estereótipo do gênero feminino, mas também desvela mulheres que rasuram essa representação, como Helena que resiste às barganhas do coronel Rogaciano. Essa personagem, mesmo tendo que se casar forçadamente com o coronel, divorcia-se deste por não aceitar os múltiplos relacionamentos extraconjugais que ele mantém. Também é válido mencionar Clotilde, mulher culta,

independente, divorciada e que transgride algumas regras sociais, como a que requeria que as mulheres ficassem conversando entre si, não se metendo nos espaços dos homens. Essa mesma personagem, porém, mostra-se preconceituosa com mulheres de outra classe.

Nesta tese comprovou-se que a condição da mulher no espaço rural sul-baiano era análogo ao das mulheres inglesas em suas posições sociais no meio rural, marcadamente sexistas e imbricadas, incontestavelmente, com as questões de classe, raça e ruralidade. As mulheres dos coronéis representadas em suas obras ficcionais estavam limitadas a cuidar do lar e eram intocáveis de certa forma; as mulheres pobres, por sua vez, desempenhavam serviços domésticos e não eram “pessoas”, mas propriedades dos homens, existindo para servir-lhes.

Euclides Neto destacou em sua narrativa como a mulher era vista no espaço rural sul-baiano e como estava associada a um objeto de desejo, a qual parecia existir para satisfazer os anseios masculinos. O homem era o sujeito que dominava e a mulher parecia não ter direitos. Essa relação se nota no relato da violência sexual sofrida por Agripina, situação em que o coronel Rogaciano estupra a menina que ainda estava adentrando na adolescência e ainda a oferece ao gerente da fazenda como se a garota fosse mais uma propriedade sua. O autor mostra como era “natural” a prática do estupro, ato que, como já foi mencionado, usa o sexo para afirmar o poder do masculino, tendo em vista que o prazer do estupro é o controle e a dominação.

Agripina continua frequentando a casa-sede da fazenda mesmo grávida, em silêncio, como se nada tivesse acontecido. O narrador não discorre sobre as emoções ou sentimentos da personagem, simbolizando assim a invisibilidade e subalternidade na qual muitas mulheres se encontravam na região cacauzeira sul-baiana. Há ainda o relato sobre o estupro da negra Margarida feito por Possidônia, cozinheira do coronel Rogaciano. A personagem praticamente justifica o ocorrido pelo fato de Margarida viver correndo pela fazenda, gritando, tomando banho no rio completamente desnuda. Após o estupro, engravida, tem o filho e o deixa na fazenda com o coronel Rogaciano e vai ser prostituta. Aqui se tem a denúncia de como a questão gênero-classe-etnia se imbricam e decidem o destino das mulheres. Margarida por ser negra não pôde conviver como mulher do coronel, tornando-se prostituta, o que mostra como a questão étnica pode aumentar o sofrimento e a opressão feminina.

É importante salientar que Euclides Neto também elencou em suas obras mulheres fortes e destemidas que militaram por uma sociedade mais justa. Mulheres cultas, de classe média alta que abandonaram uma vida de conforto e se infiltraram entre trabalhadores rurais, a fim de ensiná-las a lutarem contra a opressão masculina, como foi observado na narrativa *Machombongo*.

Contudo, talvez a personagem mais expoente seja Albertina do romance *A enxada e a mulher que venceu seu próprio destino*. O destaque que se deu a essa personagem nessa discussão reside no fato de ela ser uma trabalhadora rural, com cultura própria e possuidora de valores éticos firmes e que resiste ao poder opressor do capitalismo.

Rechaçada por sua patroa, que a via como ser imprestável por haver quebrado uma porcelana caríssima, ela que era da zona rural e havia buscado melhores condições de vida no âmbito urbano, decide retornar ao campo. Ao voltar as suas origens, reconstrói seu destino e o de seus filhos. Da terra, ela tira tudo que precisa — alimentos, remédios. Além disso, ela é dona de si, de seu corpo, de seu desejo. Não se coloca na posição de objeto de satisfação sexual masculina. Ela é quem procura o homem quando quer satisfazer seus desejos.

Percebe-se, então, por meio da construção dessas três seções dissertativas, que a tese se firma sobre um conjunto de representações socioliterárias que não tratam somente do trabalhador rural, mas dos patrões, dos proprietários de terra, contextualizadas num determinado período histórico e mnemônico da cultura cacaueira sul-baiana, marcada por muitas lutas sociais. Trata-se de representações pluralizadas, uma vez que as representações das memórias, das histórias e das relações de gênero, classe, raça, ruralidade e poder se interseccionam, servindo de pano de fundo para uma análise crítica sustentada sob um viés teórico que se assegura e se fundamenta em autores reconhecidamente articulados em suas teorias.

Diante do exposto, pode-se afirmar então que, em seu “trabalho de representação”, Euclides Neto possibilita ao leitor pensar esse “outro” para além de imagens cartesianas, estereotipadas e convencionalizadas na história da literatura regionalista, e, que, de certa forma, ainda se encontram presentes no imaginário individual e coletivo do povo brasileiro. No entanto, partindo das concepções teóricas propostas pelos estudos culturais e antropólogos acerca da representação cultural, literária e social, foi possível perceber a contraposição dos regimes dominantes de representação, tal como se viu nas obras aqui analisadas, por meio da construção multifacetada dessas personagens que subvertem e rasuram certas representações socioculturais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Geografia em ruínas. IN: ALBUQUERQUE JUNIOR., Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 4a ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ALCOFORADO, Doralice Fernandes Xavier. Literatura oral e popular. **Boitatá – Revista do GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL**. Número especial, ago-dezembro de 2008, pp. 110-116.

ALMEIDA, Fernanda Maria Gonçalves. O Patrão (Apresentação). In: EUCLIDES NETO. **O Patrão**. 2a ed. rev. – Salvador: EDUFBA; São Paulo: Littera Criações Ltda, 2013.

ALMEIDA, Sandra. Prefácio: Apresentando Spivak. In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina G. Almeida; Marcos P. Feitosa e André P. Feitosa. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014. P. 13-14.

ALMEIDA, Soanne Cristino. A experiência da Frente de Mobilização Popular: emancipações e movimentos sociais no sul da Bahia. In: CARVALHO, Philipe Murillo Santana de; SOUSA, Erahsto Felício de. (Org.). **Entre o fruto e o ouro**: escritos de História Social do Sul da Bahia. Ilhéus: Mondrongo, 2014.

ALVES, Ana Elizabeth Santos. et al. **Divisão sexual do trabalho em comunidades rurais**. IX SEMINÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”. Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos

AMIGUINHO, Abílio. Educação em meio rural e desenvolvimento local. **Revista Portuguesa de Educação**, CIED – Universidade do Minho, Braga, Portugal, v. 18, n. 2, p. 7-43, 2005.

ANDRADE, Carlos Drummond. **O sotaque das mineiras**. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/poesias/3628050>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

ANDRUETTO, María Teresa. **Por uma literatura sem adjetivos**. Tradução Carmem Cacciacarro. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2012.

ARÁN, Márcia. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n.2, p. 399-421, 2003.

ARAÚJO, Jorge de Souza. Maturidade Cíclica. In: EUCLIDES NETO. **Machombongo**. Apresentação, Hélio Pólvara. 2a ed. rev. – Salvador: EDUFBA; São Paulo: Littera Criações Ltda, 2014.

_____. **Floração de imaginários**: o romance baiano no século 20. Itabuna: Via Litteratum, 2008.

ARAÚJO, José Amado Bahia. Carta. In: EUCLIDES NETO, **Machombongo**. Apresentação, Hélio Pólvara. 2a ed. rev. – Salvador: EDUFBA; São Paulo: Littera Criações Ltda, 2014.

ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis (Orgs.). **Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

ARAÚJO, Neuza Farias. Sustenta mas não manda Dilemas de uma acção sócio-política de mulheres chefe de família no nordeste brasileiro. IN: COVA, Anne; RAMOS, Natália; JOAQUIM, Teresa. **Desafios da comparação: Família, Mulheres e Gênero em Portugal e no Brasil**, Oseias, Portugal: Celta Editora, 2004, p. 313-331.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 9ª edição. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. **Não é errado falar assim!** Em defesa do Português Brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. (Volochínov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. Prefácio de Roman Jakobson; apresentação de Marina Yaguello; tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 16ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Discurso, indivíduo e sociedade: preconceito e intolerância em relação à linguagem. In: NAVARRO, Pedro (Org.). **O discurso nos domínios da linguagem e da história**. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

BELL, Michael M.; OSTI, Giorgio. Mobilities and ruralities: an introduction. **Sociologia Ruralis**, Vol. 50, Number 3, Oxford, July 2010.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7ª ed. São Paulo Brasiliense, 1994.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. 1ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

BONFIM, Natanael reis. MENDONÇA, Thyara F. Ribeiro. Representações sociais e gênero: contribuições teóricas para estudos sobre família, educação e trabalho. In: ORNELLAS, Maria de Lourdes Soares (Org.). **Representações sociais e educação: letras imagéticas III**. Salvador: EDUFBA, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRYANT, Lia; PINI, Bárbara. **Gender and Rurality**. New York: Routledge, 2010.

BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles (colaboração). **Agricultura familiar, agroecológica e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília: IICA, 2006.

BUENO, Luís. Introdução. In: BUENO, Luís. **Uma história do romance de 30**. São Paulo: Editora da USP, Editora da Unicamp, 2006.

CARMO, Renato Miguel do; SANTOS, Sofia. Os perfis territoriais do Algarve. In: CARMO, Renato Miguel do. (Org.). **Entre as cidades e a serra. Mobilidades, Capital Social e associativismo no Interior Algarvio**. Lisboa: Ed. Mundos Sociais, CIES – ISCTE-IUL, 2011.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Apontamentos teóricos e metodológicos para compreender as vinculações sociais das narrativas. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de (Orgs.). **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013.

CESAR, E. Paineis da opressão nas terras do cacau. In: EUCLIDES NETO. **Os magros**. 4a ed. rev. – Salvador: EDUFBA; São Paulo: Littera Criações Ltda, 2014.

_____. **O romance dos excluídos: terra e política em Euclides Neto**. Ilhéus: Editus, 2003.

CIDREIRA DE JESUS, Rosângela. **O coronel e o trabalhador: a identidade cultural cacauzeira nos romances *Terras do Sem Fim*, de Jorge Amado e *Os Magros*, de Euclides Neto**. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguagens e Representações) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2011.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 15^a edição, 4^a. Imprensa. São Paulo: Ática, 2002.

COELHO, Sandro Anselmo. O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n° 46, p. 201-228, 2003.

COLLIN, Denis. **Compreender Marx**. Tradução de Jaime Clasen. 3a ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

COLLINS, Patricia Hills. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. Nova York: Routledge, 2000.

CORREIA, João David Pinto. Os Gêneros da Literatura Oral Tradicional: Contributo para a sua Classificação. In: **Revista de Língua Portuguesa**, n. 9, Julho, 1993, p. 63-69.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder: mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia. 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. **Why intersectionality can't wait**. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/in-theory/wp/2015/09/24/why-intersectionality-cant-wait/?utm_term=.070869bc6b38>. Acesso em: 08 maio 2017.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Lisboa, Edições 70, 2005.

_____. *Pos-scriptum* sobre as sociedades de controle. Tradução Peter Pál Pelbart. **Conversações**, 1972-1990. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. **Nietzsche e a filosofia**. Tradução de Ruth Joffily e Edmundo Fernandes Dias. 1ª ed. Rio de Janeiro. Ed. Rio, 1976.

DICIONÁRIO AULETE DIGITAL. Disponível em: <www.aulete.com.br/agregado>. Acesso em: 14 nov. 2014.

DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Versão 1.0 Dezembro de 2001. Copyright 2001 Instituto Antônio Houaiss. Produzido e distribuído por Editora Objetiva Ltda.

DICIONÁRIO INFORMAL. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/licurioba>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

DICIO – DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 01 maio 2015.

DURÁN, Francisco E. “Viejas y nuevas imágenes sociales de ruralidad”. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 11, p. 76-98, out. 1998.

DUVEEN, Gerard. Introdução: o poder das ideias. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Trad. Sandra Castello Branco. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ENGELS, Frederic. El origen de la familia, La propiedad privada y el Estado. In: COSTA, Ana Alice Acantara. **As donas no poder. Mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia. 1998.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Uma releitura de um clássico dos estudos culturais: as utilizações da cultura. In: JANOTTI JUNIOR, Jeder; GOMES, Itania Maria Mota Gomes (organizadores). **Comunicação e Estudos Culturais**. Salvador: EDUFBA, 2011.

ESTRELA, Ely Souza. Euclides Neto: testemunhos de experiências, memórias e oralidade na obra de um prefeito “modelo”. In: X ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 2010, Recife. *Testemunhos: história e política*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2010. p. 1-16.

EUCLIDES NETO, **Dicionareco das roças de cacau e arredores**. 3a ed. rev. e ampl. Salvador EDUFBA; São Paulo: Littera e Criações Ltda, 2013a.

_____. **O Patrão**. 2. ed. rev. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Littera Criações Ltda, 2013b.

_____. **Os magros**. Apresentação, Elieser Cesar. 4a ed. rev. — Salvador: EDUFBA; São Paulo: Littera Criações Ltda, 2014a.

_____. **Machombongo**. Apresentação, Hélio Pólvora. 2a ed. rev. — Salvador: EDUFBA; São Paulo: Littera Criações Ltda, 2014b.

_____. **A Enxada e a mulher que venceu seu próprio destino**. Apresentação, Antônia Torreão Herrera. 2. ed. rev. — Salvador: EDUFBA; São Paulo: Littera Criações Ltda, 2014c.

_____. **Trilhas da reforma agrária**. 2a Ed. Ver. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Littera Criações Ltda, 2014d.

FAIRCLOUGH, Norman; Izabel Magalhães, coordenadora de tradução, revisão técnica e prefácio. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 2008 (reimpressão).

FALCÓN, Gustavo. **Coronéis do cacau**. Salvador, BA: Solisluna Design Editora, 2010.

FARIAS DE JESUS, Tatiana. MAIA, Sylvia Maria dos Reis. QUANDO ELAS OCUPAM OS ESPAÇOS DE PODER... mobilização das trabalhadoras rurais no sindicato (Feira de Santana 1989-2002). In: COSTA, Ana Alice Alcantara (Org.). **Estudos de gênero e interdisciplinaridade no contexto baiano**. Salvador: EDUFBA: NEIM, 2011.

FARIAS, M. D. M. **Além da fala**: imagens e representações no movimento de mulheres trabalhadoras rurais, pp. 255-268.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**, 3a ed. Curitiba: Editora Positivo, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: o cuidado de si. Vol. 3, 8a ed. São Paulo: Graal, 2005.

_____. **Microfísica do Poder**. Organização, Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. 28a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do Poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

_____. **Vigiar e punir**. 36a ed. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FRANCO, Renato. Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, memória, literatura**: o testemunho na era das catástrofes. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

GARCIA, María Franco. Trabalhadoras rurais e luta pela terra: interlocução entre Gênero, trabalho e território. **Revista Pegada**. Vol. 3, número especial, Unesp: 2002. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/search/results>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

GLÓRIA, Priscila Santos da. “Eu vim realmente pra vê se eu melhorava de vida”: trajetórias e expectativas de migrantes em Itabuna-Ba (1980). In: CARVALHO, Philipe Murillo Santana

de; SOUSA, Erahsto Felício de. (org.). **Entre o fruto e o ouro**: escritos de História Social do Sul da Bahia. Ilhéus: Mondrongo, 2014.

GOMES, Rita de cássia Maciazeki Gomes; NOGUEIRA, Conceição; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 1, Belo Horizonte, Jan./Apr., 2016.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Apresentação de Luiz Werneck Vianna. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

GUERRA, Fabiana de Paula. 2006. 86 f. **Araguaia**: desvelando silêncios (a atuação das mulheres na guerrilha. Monografia (Graduação em História) – Instituto de História. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. The Spetacle of the Other. In: HALL, Stuart (org.) **Representation**: cultural representations and signifying practices. London, Sage Publications, 1997. P. 223-290.

_____. The work of representation. In: HALL, Stuart (org.) **Representation**: cultural representations and signifying practices. Traduzido por Elias Sevilla Casas. London, Sage Publications, 1997. p. 13-74.

_____. **Da Diáspora**: Identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende [et al]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HERRERA, Antônia Torreão. A enxada de Euclides Neto. In: EUCLIDES NETO. **A enxada e a mulher que venceu o próprio destino**. 2a ed. rev. - Salvador: EDUFBA; São Paulo: Littera Criações Ltda., 2014.

HOISEL, Evelina. Jorge Amado: múltiplas leituras. In: FRAGA, Myriam; FONSECA, Aleilton; HOISEL, Evelina (Orgs.). **Jorge Amado**: cacau — a volta ao mundo em 80 anos. Salvador: Casa de Palavras, 2014.

HONÓRIO, Ceci-Maria Aparecida. Dos sujeitos incluídos na(s) sociedade(s): reflexões sobre o espaço multissocial brasileiro. In: NAVARRO, Pedro (Org.). **O discurso nos domínios da linguagem e da história**. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

JESUS, Alex Dias. Das ligas ao MST: luta pela terra e a territorialidade camponesa. In: **Revista Geográfica de América Central**, v. 1, p. 1-14, 2011.

JOAQUIM, Teresa. **As mulheres de uma aldeia**. 1. ed., Lisboa: Ulmeiro/Fémina, 1985.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. (org.) **As Representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.17-44.

JODELET, Denise. Représentations Sociales: um domaine en expansion. In: JODELET, Denise (Ed.) **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989, p. 31-61. Tradução Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith Alves-Mazzotti. UFRJ-Faculdade de Educação, dez. 1993.

JUNIOR, Deusdedith. **A guerrilha do Araguaia** (1972 – 1974). Dissertação (Mestrado em História Política do Brasil) – Instituto de Psicologia, Universidade Brasília, 1995. Capítulo V: A Guerrilha, p. 76-161.

KARAM, Karen Follador. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril, 2004.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; et al. (Orgs.). **Dicionário crítico feminino**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 67-76.

KERNER, Ina. **Tudo é interseccional?** Sobre a relação entre racismo e sexismo. Tradução de Bianca Tavolari. Novos Estudos CEBRAP, n. 93, 2012.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da Vida Cotidiana**. Campinas: Mercado de Letras. São Paulo: Educ, 2002.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, B. H. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-239.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão; et al. 5a ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, Luiz Costa. **A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Prefácio de Néstor García Canclini. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 6a ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MARTINS, Vitor Hugo. **A prosa telúrica de Euclides Neto**. Seara-UNEB. Disponível em: <www.seara.uneb.br/sumario/professores/vitorhugo.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2015.

MATEUS, Débora Gouveia de Melo. **Identidades e interstícios: Vidas secas**, de Graciliano Ramos e *Os magros*, de Euclides Neto. 2013. 152 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Literatura e Diversidade Cultural, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013.

MATTOS, Cyro. Duas presenças na literatura do cacau. In: EUCLIDES NETO. **Machombongo**. 2. ed. rev. – Salvador: EDUFBA; São Paulo: Littera Criações Ltda, 2014. p. 342-343.

MEHRING, Franz. O capital. In: BENJAMIN, César (org.). **Marx e o socialismo**. 1a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Texto em representações sociais**. 6. ed. Pedrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MONTEIRO, Lorena Madruga. O Partido Democrata Cristão no Brasil (1945-1963): (Re) considerações sobre sua breve existência. **História: Debates e Tendências**. v. 13, n. 2, jul./dez. 2013, p. 266-281.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. Apresentação. In: **Fórmulas Discursivas**. São Paulo Contexto, 2011.

MUNANGA, Kanbegele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB** (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira). UFF, Rio de Janeiro, n.5, p. 15-34, 2004.

NIETZSCHE, Frederich. **Segunda Consideração Intempestiva**: Sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida. In: Escritos sobre a História. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

NORA, Maria Luíza. Apresentação da terceira edição (2007). In: EUCLIDES NETO. **Os magros**. 4a ed. rev. - Salvador: EDUFBA; São Paulo: Littera Criações Ltda., 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. In: **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, SP-Brasil, 1981.

OLIVEIRA, Rita Lírio de. **A palavra e o tempo de Euclides Neto**: um garimpeiro da identidade cultural grapiúna. Ilhéus: Editus, 2013.

OLIVEIRA, Romilton B. de. Provérbios populares: por uma análise crítica, sócio-histórico-cultural nos limiares da identidade discursiva. In: **Literatura, Identidade e Memória**. Artigos acadêmicos reunidos e uma seleção de produção literária do autor. Rio de Janeiro: CBJE, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Cidade dos Sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

OSÓRIO, Raquel Sofia da Silva. **A mulher como o outro**: a questão da igualdade de gênero a partir de Simone de Beauvoir. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Set. 2016. Relatório (Mestrado em Ensino de Filosofia no ensino secundário). Disponível em: <https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a22_1/apache_media/LBEPB1B3XE4DPPQUY4XXSXIB1TABII.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2017

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e Literatura: uma *velha-nova* história. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Clara Tomaz (org.). **História & Literatura**: identidades e fronteiras. Uberlândia, EDUFU, 2006.

PÓLVORA, Hélio. O romancista Euclides. In: EUCLIDES NETO. **Machombongo**. 2. ed. rev. – Salvador: EDUFBA; São Paulo: Littera Criações Ltda, 2014b. p. 9-12.

QUIJANO, M. A. F. Cambios en las relaciones de género en los territorios rurales: aportes teóricos para su análisis y algunas hipótesis. **Cuadernos de desarrollo rural**, p. 71-91, 2008.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François; et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

ROCHA, Lurdes Bertol. **A região cacauera da Bahia** – dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação. Ilhéus: Editus, 2008.

RODRIGUES, Cristiano. **Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma agrária e distribuição de renda. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 2002.

ROSSINI, Rosa Ester. A luta das mulheres brasileiras por igualdade, equidade de gênero e cidadania. In: COVA, Anne; RAMOS, Natália; JOAQUIM, Teresa. **Desafios da comparação: Família, Mulheres e Gênero em Portugal e no Brasil**, Oseias, Portugal: Celta Editora, 2004, p. 17-31.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, maio-agosto. 2007.

SANTANA, Cristiane Soares de. Notas sobre a história sobre a Ação Popular na Bahia (1962-1973). In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.). **Ditadura Militar na Bahia: Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes**. V. 1. Salvador: EDUFBA, 2009.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Política & Sociedade**. Florianópolis, v. 7, n.13, p. 279-309, outubro de 2008.

SANTOS, Maria Stella de Azevedo. **Balaio de ideias**: poucas palavras, muita sabedoria. Disponível em: <<http://mundoafro.atarde.uol.com.br/?tag=proverbios>>. Acesso em: 05 dez. 2014.

SARTRE, Jean-Paul. **Que é Literatura**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1993.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 122 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2012. Capítulo V: Aspectos Psicossociais da Branquitude Paulistana; Capítulo VI: Fissuras entre a Brancura e a Branquitude: possibilidades para a desconstrução do racismo, p. 67-110, 2012.

SEIXAS, Cid. **Euclides Neto**: um narrador das roças e dos roceiros. Disponível em: <<http://literaturanabahia.blogspot.com.br/2010/08/euclides-neto-um-narrador-das-rocas-e.html>>. Acesso em: 09 maio 2015.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

SILVA, Sofia Marques da. Engenheiras civis na execução de obra: Identificação, conciliação biográfica e negociação de “zonas de conforto”. **Revista Fórum sociológico**, Lisboa, n. 15/16, p. 83-102, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. Dicionareco: uma obra de presenças e sentidos. In: NETO, Euclides. **Dicionareco das roças de cacau e arredores**. 2a ed. ver. e ampl. Ilhéus: Editus, 2002.

SOUZA, Lília de. **Euclides Neto: pioneiro da reforma agrária e literato do povo**. Salvador: Assembleia Legislativa, 2013.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. Bandeira vermelha: aspectos da resistência armada na Bahia. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **Ditadura Militar na Bahia: Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes**. V. 1. Salvador: EDUFBA, 2009.

SWAIN, Tania Navarro. A invenção do corpo feminino ou “a hora e a vez do nomadismo identitário”. **Textos de História**, vol. 8, nº 1/2, 2000.

_____. Pequena Introdução aos feminismos. In: José Geraldo de Sousa JR; Bistra Stefanova Apostolova; Lívia Gimenes Dias da Fonseca. (Org.). **O Direito Achado na Rua**, vol. 5 Introdução Crítica ao Direito das Mulheres. 1ª ed. Brasília: Editora UnB, 2011.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. Tradução Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **A produção social da escrita**. Tradução André Glaser. 1a ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tadeu Tomaz da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2008.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. Tradução de Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Cosac Naify, 2007.